



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

DOUTORADO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS:

**o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional
no Brasil**

Porto Velho – RO

2023

MIRIÃ SANTANA VEIGA

**EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS:
o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional
no Brasil**

Trabalho Parcial de Conclusão de Curso – Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Orientadora: Dra. Jussara Santos Pimenta.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Básica.

Porto Velho – RO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

V426c Veiga, Miriã Santana.

Educação e bibliotecas multiníveis: o desafio educacional dos bibliotecários (as) dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil / Miriã Santana Veiga. - Porto Velho, 2023.

218 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Santos Pimenta.

Tese (Doutorado). Departamento de Educação. Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEEProf). Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Educação integral. 3. Biblioteca multinível. 4. Infoeducação. 5. Information literacy. 6. Práticas educativas. I. Pimenta, Jussara Santos. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 027.7(043.2)

Bibliotecário(a) Marcelo Garcia Cardoso

CRB-11/108



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

ATA DE TESE

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL DE CURSO

TESE

No dia 12 de setembro de 2023, às 14 horas do horário de Rondônia, teve início sessão aberta de **DEFESA** de Trabalho de Conclusão Final de Curso (Tese), na Sala Virtual do Google Meet - Link: meet.google.com/qws-yqyk-hij, do *Campus* de Porto Velho, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde se reuniram os membros da Banca Examinadora composta pela Prof^a. Dr^a. Jussara Santos Pimenta (Presidenta - UNIR), Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo – UFMG (Membro Externo); Profa. Dra. Sueli Bortolin – UEL (Membro Externo); Profa. Dra. Juracy Machado Pacífico – UNIR (Membro Interno); Prof. Dr. Fábio Santos de Andrade – UNIR (Membro Interno); a fim de arguirm **MIRIÃ SANTANA VEIGA**, acerca de Defesa de Tese, intitulada: **EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: o desafio educacional dos bibliotecários (as) dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil**, sob orientação da Prof^a Dr^a **Jussara Santos Pimenta**. Após a abertura da sessão pela Presidência, coube ao (à) candidato(a), na forma regimental, expor o Trabalho Final de Conclusão de Curso à banca examinadora e dela receber arguições, e, tendo dado as explicações necessárias, foi **APROVADA** no **TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL DE CURSO**.

Recomendações da Banca:

() O TCFC foi aprovado sem qualquer recomendação, pois atendeu integralmente ao que se esperava para a qualificação.

(X) O TCFC foi aprovado, pois atendeu ao exigido para a qualificação, mas deverá observar e, sendo possível, atender às recomendações e considerações apresentadas pela banca examinadora.

Outras recomendações, se necessário:

.....

Prof^a Dr^a Jussara Santos Pimenta (Presidenta - UNIR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo – UFMG (Membro Externo)
Prof^a Dr^a. Sueli Bortolin – UEL (Membro Externo)
Prof^a Dr^a Juracy Machado Pacífico – UNIR (Membro Interno)
Prof. Dr. Fábio Santos de Andrade – UNIR (Membro Interno)



Documento assinado eletronicamente por **JUSSARA SANTOS PIMENTA, Docente**, em 13/09/2023, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Ávila Araújo, Usuário Externo**, em 13/09/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Bortolin, Usuário Externo**, em 14/09/2023, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SANTOS DE ANDRADE, Membro**, em 14/09/2023, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JURACY MACHADO PACIFICO, Membro**, em 14/09/2023, às 22:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1483394** e o código CRC **A71F7FA2**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese a estes seres maravilhosos:

À professora **Ana Maria de Lima Souza!** (*In memoriam*)

À minha vó, **Meran Santana**, por sempre defender os mais fracos! (*In memoriam*)

À minha mãe, **Milva Franco Santana**, por nunca desistir! (*In memoriam*)

A meu pai, **Manoel Veiga Filho**; ele queria uma filha bacharela, agora tem uma Doutora! (*In memoriam*)

À **Cledenice Blackman**, por me fazer acreditar que sonhos e justiça social são possíveis!

À **Jussara Santos Pimenta**, por me fazer entender que não precisamos de uma armadura para nos tornarmos guerreiras!

A **Gabriel Enrico**, um pesquisador nato e um filho de coração maravilhoso!

A **Francilino Nascimento**. Não existem palavras para agradecer o seu amor e apoio! Cito apenas: “- *Estava morto até que me encontrou, embora respirasse. Estava cego, embora pudesse ver. E, então, chegou você... E, despertei*”. J. R Ward.

A todos(as) os(as) **bibliotecários(as)** educadores dos Institutos Federais, que acreditam nas bibliotecas como espaços educativos!

AGRADECIMENTOS

O percurso para se chegar até aqui não foi fácil, foram muitas lutas, angústias - principalmente, buscar a ética na pesquisa e na aprendizagem científica! Uma das coisas mais lindas que a pesquisa científica exige de nós, pesquisadores, é sermos éticos e ter respeito com os outros! Por isso, “dói” tanto pesquisar... Porque, para realizar pesquisa, devemos respeitar, primeiramente, as nossas ideias, os nossos conceitos e, muitas vezes, devemos enfrentar nossos medos e nossas vergonhas. Sejam as vergonhas da escrita, da fala, das limitações das ideias e dos conteúdos. Porém, somos estudantes e pesquisadores; estamos crescendo e aprendendo todos os dias!

Eu, Miriã, sou resultado do trabalho, do amor, da dedicação e da ética dos seres que, na sequência, agradeço:

Ao Criador, por nunca desistir de mim!

Ao presidente *Luís Inácio Lula da Silva*, o presidente que mostrou que o estudante pobre brasileiro precisa de oportunidades e de investimento em educação!

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em especial, à professora Ana Maria Lima Souza (*In memoriam*), pela sua dedicação a esta primeira turma de doutorandos.

À minha mãe, *Milva Franco Santana (In memoriam)*, por nunca desistir de mim, por acreditar nos meus sonhos e por sempre me incentivar a estudar.

Ao meu pai, *Manoel Veiga Filho (In memoriam)*; ele queria ter uma filha bacharela, hoje tem uma filha doutora. Agradeço pela sua dedicação e pelo seu apoio, por sempre cuidar de mim. Eu os amo infinitamente.

À minha família de coração e ao meu querido “papi”, *Artur Quintela*, e à *minha querida “mamis”, Lenilda Quintela*, por me mostrarem todos os dias que, apesar das perdas, do sofrimento e da dor, temos, sim, o direito a ter uma família, a ter amor e, principalmente, que devemos valorizar as pessoas que amamos.

À minha amiga, *Aline Quintela (In memoriam)*, por me presentear com seu amor e com o amor da sua família; não tenho palavras para expressar a minha saudade.

Para a minha amiga, *Marcelí*, e aos meus afilhados, *Camila e Mateus*; vocês são maravilhosos. A minha jornada é doce e feliz com vocês!

Para a minha amiga, *Cledenice Blackman*, uma das maiores bibliotecárias e pesquisadoras que já conheci; obrigada por me incentivar e por acreditar no meu potencial. Sua luta me mostra todos os dias que devemos acreditar nos nossos sonhos, e que a justiça social é possível.

À minha orientadora, professora Doutora *Jussara Santos Pimenta*, por me fazer entender que podemos ser pequenas, que podemos cansar, mas que nunca podemos desistir, e que a pesquisa científica se faz com foco, amorosidades e paciência.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), pela oportunidade de me capacitar, e à equipe de trabalho do IFRO *Campus Porto Velho Calama*, pelo apoio.

Aos docentes do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR): *Aurineide Braga, Marcelo Batista, Marcos Hubner* e ao professor *Luiz Fernando Maia Lima*, obrigada por todo apoio no meu processo de formação profissional.

Aos meus irmãos e irmãs do Clube dos Amigos para sempre (CAPS), obrigada pelas alegrias na jornada da vida!

Aos meus irmãos, irmãs e sobrinhos(as), pelo carinho, são muitos, mas meu amor é de todos e todas! Em especial: Duda, Concon, Dora, Dudu e Manu!

Aos meus amigos da turma de doutorado, pela gentileza, apoio e colaboração nestes quase quatro anos, em especial: *Carlos, Danilo, Patrícia, Márcia, Érica, Iranira, Isaac e Lívia*.

Enfim, quero agradecer ao meu esposo, *Lino*, e ao meu filhotinho de coração, *Gabriel*; foi por vocês e para vocês este trabalho!

VEIGA, Miriã Santana. **Educação e bibliotecas multiníveis**: o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil. Porto Velho/RO. 2023. 216 f. Tese (Doutorado Profissional em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) – UNIR, Porto Velho, 2023.

RESUMO

O cerne desta tese diz respeito às Bibliotecas Multiníveis dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil. Nosso objetivo foi compreender como os bibliotecários e as bibliotecas multiníveis dos IFs contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa aplicada, em que tivemos sete bibliotecários participantes. O estudo foi dividido em três etapas, sendo a primeira realizada com a coleta de informações sobre práticas educativas, disponibilizadas pelos bibliotecários, por meio de relatos de experiências, artigos e resumos publicados nas principais bases de dados das áreas da Educação, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como resultado, foram identificadas 71 atividades educativas. Na segunda etapa, foi elaborada a pesquisa documental. Na terceira etapa, procedemos à pesquisa aplicada, realizada com sete bibliotecários, tendo como instrumentos: questionário e entrevistas. Como resultado, compreendemos, primeiramente, que as bibliotecas e os bibliotecários dos IFs têm três desafios: o primeiro trata da tipologia e da nomenclatura das bibliotecas; o segundo se refere à estruturação administrativa e financeira; e o terceiro desafio concerne à necessidade de transformação da biblioteca como espaço infoeducativo, que auxilie na oferta de uma Educação Profissional emancipadora. Apesar das dificuldades encontradas, entendemos que os bibliotecários realizam práticas educativas, norteadas, principalmente, pelas necessidades informacionais e culturais de sua comunidade, mas essas atividades não estão relacionadas aos princípios fundamentais da educação profissional tecnológica e se faz substancial discutir, com seriedade, as bibliotecas multiníveis, visando a atender a real demanda de formação de saberes informacionais dos alunos e pesquisadores dos IFs. Assim, percebendo que os profissionais realizam diversas práticas educativas e culturais, criamos dois produtos educacionais: o primeiro, intitulado “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais”, tem o objetivo de incentivar os bibliotecários a conhecerem e repensarem as atividades desenvolvidas nas bibliotecas a partir dos conceitos da infoeducação e de biblioteca multinível; o segundo produto se trata de um caderno intitulado: “Caderno digital de orientações das atividades pedagógicas nas bibliotecas dos Institutos Federais”. Concluímos que os bibliotecários nos IFs realizam um movimento de práticas educativas para a informação, e eles entendem que têm o desafio de melhorar a aprendizagem dos saberes informacionais dos educandos, visando, especialmente, ao uso crítico da informação na educação profissional, porém se faz imprescindível que as bibliotecas sejam percebidas como um setor fundamental para a formação infoeducacional e cultural dos alunos e pesquisadores dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: 1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação Integral. 3. Biblioteca Multinível. 4. Infoeducação. 5. *Information Literacy*. 6. Práticas educativas.

VEIGA, Miriam Santana. **Education and multilevel libraries: the educational challenge for librarians at the Federal Institutes of Professional Education in Brazil**. Porto Velho/RO. 2023. 216 f. Thesis (Professional Doctorate in School Education) – Graduate Program in School Education – Master and Professional Doctorate (PPGEEProf) – UNIR, Porto Velho, 2023.

ABSTRACT

The core of this thesis concerns the Multilevel Libraries of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) in Brazil. Our aim was to understand how librarians and the multilevel libraries of the FIs contribute to strengthening students' information knowledge and what the challenges of this educational action are. This is a qualitative and exploratory study. The data was obtained through bibliographical and documentary research and applied research, in which seven librarians took part. The study was divided into three stages, the first being the collection of information on educational practices made available by librarians, through reports of experiences, articles and abstracts published in the main databases in the areas of Education, Library Science and Information Science. As a result, 71 educational activities were identified. In the second stage, documentary research was carried out. In the third stage, we carried out applied research with seven librarians, using questionnaires and interviews as instruments. As a result, we understand, firstly, that libraries and librarians in the FIs face three challenges: the first deals with the typology and nomenclature of libraries; the second refers to administrative and financial structuring; and the third challenge concerns the need to transform the library into an info-educational space, which helps to offer emancipatory Professional Education. Despite the difficulties encountered, we understand that librarians carry out educational practices, guided mainly by the informational and cultural needs of their community, but these activities are not related to the fundamental principles of technological professional education and it is essential to seriously discuss multilevel libraries, with a view to meeting the real demand for the formation of informational knowledge of students and researchers at the IFs. Thus, realizing that professionals carry out various educational and cultural practices, we created two educational products: the first, entitled “Notebook of successful pedagogical experiences in the Libraries of the Federal Institutes”, aims to encourage librarians to get to know and rethink the activities developed in the libraries based on the concepts of infoeducation and multilevel library; the second product is a notebook entitled: “Digital notebook of guidelines for pedagogical activities in the libraries of the Federal Institutes”. We conclude that librarians in the FIs are carrying out a movement of educational practices for information, and they understand that they have the challenge of improving the learning of students' informational knowledge, especially with a view to the critical use of information in professional education, but it is essential that libraries are perceived as a fundamental sector for the info-educational and cultural formation of students and researchers at the Federal Institutes of Professional and Technological Education.

Keywords: 1. Professional and Technological Education. 2. Comprehensive Education. 3. Multilevel Library. 4. Infoeducation. 5. Information Literacy. 6. Educational practices.

VEIGA, Miriam Santana. **Educación y bibliotecas multinivel**: el desafío educativo de los bibliotecarios de los Institutos Federales de Educación Profesional de Brasil. Porto Velho/RO. 2023. 216 f. Tesis (Doctorado Profesional en Educación Escolar) – Programa de Postgrado en Educación Escolar – Maestría y Doctorado Profesional (PPGEEProf) – UNIR, Porto Velho, 2023.

RESUMEN

El eje de esta tesis se refiere a las Bibliotecas Multinivel de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IFs) de Brasil. Nuestro objetivo fue entender cómo los bibliotecarios y las bibliotecas multinivel de los IFs contribuyen a fortalecer el conocimiento informativo de los estudiantes y cuáles son los desafíos de esta acción educativa. Se trata de un estudio cualitativo y exploratorio. Los datos se obtuvieron mediante investigación bibliográfica, documental y aplicada, en la que participaron siete bibliotecarios. El estudio se dividió en tres etapas, siendo la primera la recolección de información sobre prácticas educativas realizadas por bibliotecarios, a través de relatos de experiencias, artículos y resúmenes publicados en las principales bases de datos de las áreas de Educación, Bibliotecología y Ciencia de la Información. Como resultado, se identificaron 71 actividades educativas. La segunda etapa consistió en una investigación documental. En la tercera etapa, realizamos una investigación aplicada con siete bibliotecarios, utilizando como instrumentos cuestionarios y entrevistas. Como resultado, nos dimos cuenta, en primer lugar, de que las bibliotecas y los bibliotecarios de las FI enfrentan tres desafíos: el primero se refiere a la tipología y nomenclatura de las bibliotecas; el segundo se refiere a la estructuración administrativa y financiera; y el tercer desafío se refiere a la necesidad de transformar la biblioteca en un espacio infoeducativo, que ayude a ofrecer una Educación Profesional emancipadora. A pesar de las dificultades encontradas, entendemos que los bibliotecarios realizan prácticas educativas, orientadas principalmente por las necesidades informacionales y culturales de su comunidad, pero estas actividades no se relacionan con los principios fundamentales de la educación profesional tecnológica y es imprescindible discutir seriamente las bibliotecas multinivel, con vistas a atender la demanda real de formación de conocimiento informacional de los estudiantes e investigadores de las FIs. Así, conscientes de que los profesionales realizan diversas prácticas educativas y culturales, creamos dos productos educativos: el primero, titulado “Cuaderno de experiencias pedagógicas exitosas en las Bibliotecas de los Institutos Federales”, tiene como objetivo incentivar a los bibliotecarios a conocer y repensar las actividades realizadas en las bibliotecas a partir de los conceptos de infoeducación y bibliotecas multinivel; el segundo producto es un cuaderno titulado: “Cuaderno digital de orientaciones para actividades pedagógicas en las bibliotecas de los Institutos Federales”. Concluimos que los bibliotecarios de los IFs están realizando un movimiento de prácticas educativas para la información, y entienden que tienen el desafío de mejorar el aprendizaje de los conocimientos informacionales de los alumnos, especialmente con vistas al uso crítico de la información en la formación profesional, pero es esencial que las bibliotecas sean percibidas como un sector fundamental para la formación informacional y cultural de los alumnos e investigadores de los Institutos Federales de Formación Profesional y Tecnológica.

Palabras clave: 1. Educación Profesional y Tecnológica 2. Educación Integral 3. Biblioteca Multinivel. 4. Infoeducación. 5. Alfabetización Informacional. 6. Prácticas educativas.

LISTA DE GRÁFICO E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Formação dos bibliotecários infoeducadores.....	173
Ilustração 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	84
Ilustração 2 – Educação profissional e tecnológica ao longo da vida.....	85
Ilustração 3 – Atividades educativas realizadas pelas bibliotecas dos Institutos Federais....	130
Ilustração 4 – Logo de projeto de ação solidária desenvolvido em biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro.....	139
Ilustração 5 – Atividades educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais.....	142
Ilustração 6 – Atividades educativas de incentivo à leitura dos servidores da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Cacoal.....	151
Ilustração 7 – Cartaz do Projeto Negra! A cor do Brasil, do Instituto Federal do Amazonas – Campus Lábrea.....	154
Ilustração 8 – Imagens das atividades do Projeto Arte e Cultura na biblioteca.....	165
Ilustração 9 – Capa do produto educacional: caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas bibliotecas dos Institutos Federais.....	186
Ilustração 10 – Capa do produto educacional no Instagram.....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas de mestrado relacionadas à ação educativa nas bibliotecas multiníveis nos Institutos Federais (2010-2021)	7
Quadro 2 – Saberes informacionais para serem desenvolvidos nos cursos ofertados nos Institutos Federais.....	36
Quadro 3 – Programas e projetos de lei voltados para as bibliotecas escolares no Brasil (1879-2020)	44
Quadro 4 – <i>Information literacy</i> e suas áreas de atuação.....	52
Quadro 5 – Tipos de saberes a serem desenvolvidos pela infoeducação.....	58
Quadro 6 – Modelos epistemológicos de bibliotecas na infoeducação.....	59
Quadro 7 – Histórico da Estruturação da Educação Profissional no Brasil.....	78
Quadro 8 – Estados com seus Institutos Federais e suas respectivas Reitorias.....	82
Quadro 9 – Tipos de bibliotecas encontrados nas bibliotecas dos Institutos Federais.	89
Quadro 10 – Delimitação da realização da pesquisa.....	95
Quadro 11 – Trabalhos localizados no CBBB (2009-2019)	102
Quadro 12 – Nomenclaturas criadas para as bibliotecas dos Institutos Federais.....	107
Quadro 13 – Sistemas integrados de bibliotecas e sua subordinação.....	119
Quadro 14 – Eventos realizados pelos bibliotecários da Rede Federal e dos Institutos Federais (2005-2019)	122
Quadro 15 – Práticas educativas realizadas nas bibliotecas dos IFs.....	129
Quadro 16 – Tipologia das bibliotecas dos IFs utilizadas pelos bibliotecários.....	167

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA – *American Library Association*
BCE – Biblioteca Central de Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM – Bibliotecas Multiníveis
Brapci – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBB – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CBBI – Comissão Brasileira de Bibliotecas de Instituições da Rede Federal ECPT
CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CI – Ciência da Informação
CoInfo – Competência em Informação
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DBCE – Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo
EAF – Escolas Agrotécnicas Federais
ECA – Escola de Comunicações e Artes
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ERBI – Encontro de Representantes das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FNBIF – Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFFAR – Instituto Federal Farroupilha
IFPI – Instituto Federal do Piauí
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IL – *Information Literacy*
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNBE – Programa Nacional de Bibliotecas Escolares
PPGEEProf – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Profissional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SBBI – Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social do Transporte
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBI – Sistema de Bibliotecas
SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNBU – Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
USP – Universidade de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 A construção do estudo.....	19
1.2 Objetivos.....	22
1.2.1 Objetivos específicos.....	22
1.3 Estruturação da pesquisa.....	23
1.4 Problemática.....	24
2 A FUNÇÃO EDUCATIVA DO BIBLIOTECÁRIO.....	33
2.1 Informação e bibliotecas escolares no Brasil.....	41
2.2 <i>Information Literacy</i> : educação para o uso da informação.....	49
2.3 A infoeducação: caminhos para desenvolver saberes informacionais nas bibliotecas multiníveis.....	53
2.3.1 Saberes informacionais da infoeducação.....	57
2.3.2 Os protagonistas culturais.....	61
2.3.3 O bibliotecário como mediador cultural e educador.....	62
3 AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL.....	65
3.1 A formação da Educação Profissional no Brasil.....	72
3.2 A Educação Profissional no século XX e início do século XXI: do assistencialismo à formação tecnológica para o mundo do trabalho.....	74
3.3 A formação das bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....	88
4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	92

4.1 Quanto aos procedimentos de delineamento do estudo.....	94
4.2 A pesquisa bibliográfica.....	95
4.3 A pesquisa documental.....	97
4.4 A pesquisa aplicada.....	98
4.4.1 Delineamento da pesquisa aplicada.....	99
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	101
5.1 Interpretação e apresentação dos dados da pesquisa	103
6 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	104
6.1 O desafio da tipologia e a nomenclatura da biblioteca dos Institutos Federais.....	106
6.2 O desafio da estruturação administrativa e financeira da biblioteca multinível dos Institutos Federais.....	116
6.3 O desafio da ação educativa das bibliotecas e dos bibliotecários nos Institutos Federais.....	125
7 AS CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE SABERES INFORMACIONAIS OFERTADAS NA BIBLIOTECA DOS INSTITUTOS FEDERAIS	128
8 A RELEVÂNCIA E O SENTIDO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS NA BIBLIOTECA MULTINÍVEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	143
8.1 A função educativa, social e cultural da biblioteca multinível dos Institutos Federais sob o olhar dos bibliotecários.....	143
8.2 A função social, cultural e educativa do bibliotecário nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	156
8.3 Os colaboradores e participantes dos projetos educativos das bibliotecas multiníveis.....	164

8.4 Conceitos sobre a tipologia das bibliotecas dos Institutos Federais para os bibliotecários.....	167
8.5 Conceitos sobre pesquisa escolar e acadêmica apresentados pelo bibliotecário Institutos federais.....	169
8.6 O apoio institucional aos projetos educativos e culturais das bibliotecas multiníveis.....	171
9 O PAPEL EDUCATIVO DOS BIBLIOTECÁRIOS QUE ATUAM NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	173
9.1 O perfil dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	173
9.2 O “rebuliço” da ação educativa dos bibliotecários nos Institutos Federais.....	181
10 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: IDEIAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL.....	184
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	208
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS BIBLIOTECÁRIOS EDUCADORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	211
ANEXO 1 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP) DA UNIR	212

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são as instituições básicas da educação. Não seria absurdo dizer que, em verdade, antecedem às escolas. Pois esta só poderia realmente educar, se tiver a Nação um sistema de Bibliotecas, que serviriam em cada Estado de focos permanentes para a vitalidade e a riqueza das próprias escolas.

Anísio Teixeira

Realizo a introdução desta tese enfatizando a minha ligação com o tema de pesquisa, que se relaciona, sobretudo, com as bibliotecas e o mundo do trabalho. Minha jornada começou na adolescência, quando decidi me preparar para o vestibular, que não tinha conhecimento, até o diretor da escola, no terceiro ano do Ensino Médio, entrar na sala de aula e informar que haveria um curso pré-vestibular no auditório da escola. Nascida em uma família pobre e evangélica no Amapá, nunca ouviu falar em universidade e muito menos soube de nenhum familiar que tivesse feito um curso universitário. Dessa maneira, iniciei minha jornada escolar em busca de uma vida melhor e comecei a usar a biblioteca da escola, um espaço onde havia um professor readaptado¹. O professor se demonstrou satisfeito com a minha escolha, disse-me que a biblioteca da escola estava à minha disposição e me forneceu orientações sobre o exame de seleção. Isso me deixou animada, pois havia um amigo que estava me apoiando e havia dezenas de livros que poderiam me ajudar.

Outro docente, da disciplina de Língua Portuguesa, ficou contente com a minha escolha, pois me dedicava bastante aos estudos. Ele me chamou no estacionamento da escola e abriu o porta-malas do carro, que estava repleto de livros. Ele disse que eu poderia escolher os necessários para me preparar. Esse docente também me informou que o vestibular exigia o conhecimento de história e geografia de Rondônia e que eu poderia encontrar esses livros na biblioteca pública da cidade.

Acabei por descobrir um tesouro ao adentrar em uma grande biblioteca pública e iniciar a leitura de livros que tratam da história de Rondônia e de sua capital, Porto Velho. Acabei me apaixonando pela história da cidade e percebi que o curso que eu queria fazer era História na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Escolhi esse curso em razão da concorrência e porque desejava me empregar rapidamente, já que precisava ajudar a sustentar a minha família. No ano de 2006, passei no curso de Bacharelado e Licenciatura em História.

¹ O termo “professor readaptado” refere-se ao docente que ficou doente: “o adoecimento desses profissionais tem implicado no afastamento da sala de aula e por isso são encaminhados para desenvolverem suas atividades em um novo ambiente dentro da escola e um desses espaços é a Biblioteca Escolar” (Sales, 2019, p. 66).

Na universidade, vi que a batalha só estava começando. Surgiu um novo mundo de demandas e experiências em saberes informacionais, que tive de aprender “na marra”, por exemplo, como usar um computador, realizar uma resenha, um artigo, um projeto de pesquisa, ler um livro acadêmico e outras ações. Essas demandas me deixavam nervosa e me sentia mal só de pensar em falar em sala de aula, com os professores, que às vezes nos diminuía, éramos ‘burros’, ‘antas’... No meu caso específico, um docente sempre insinuava que eu e minhas amigas éramos macaquinhas, pois, para o docente, éramos burras.

No entanto, ao chegar à Biblioteca Central da UNIR, localizada no *Campus* Porto Velho, senti-me bem-vinda, pois havia muitas oportunidades disponíveis, como livros, ar-condicionado, pufes, mesas, cadeiras confortáveis, computadores e muita informação. Concluí que um dos melhores lugares do mundo era uma biblioteca. Quando vi que a UNIR ofereceria o curso de Biblioteconomia, eu me inscrevi. Agora eu poderia trabalhar em uma biblioteca. Já havia me formado em História, em 2009.

Formei-me em Biblioteconomia, em 2013. Nesse mesmo ano, comecei a trabalhar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, como Bibliotecária/Documentalista. Conheci tantos jovens que, assim como eu, no passado, lutam por uma vida melhor.

Enquanto trabalhava na biblioteca multinível do IFRO, senti-me na mesma posição do diretor, do professor de português e do professor readaptado, que fizeram parte da minha trajetória educacional. Todos com o mesmo sonho: que seus alunos pudessem ter uma vida melhor por meio da educação. Contudo, há uma diferença entre a minha formação na Educação Básica, pois os jovens do IFRO estudam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma modalidade de ensino que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), tendo por objetivo preparar os estudantes para o mundo do trabalho, envolvendo-os nas dimensões da ciência e da tecnologia.

Deparei-me com um grande desafio e as necessidades de uma nova forma de unidade de informação, cujo objetivo é atender às necessidades informacionais de alunos do Ensino Médio, da graduação, subsequente e da pós-graduação, todos ofertados em uma única instituição de ensino, sendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)² do Brasil, que se caracterizam como instituições educacionais, projetadas a partir de uma educação que cogita ser integral, politécnica e emancipadora.

² Essa nomenclatura foi retirada da página oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 21 jan. 2021.

1.1 A construção do estudo

Este trabalho é resultado de caminho reflexivo de pesquisa e práxis em educação, informação, bibliotecas e pesquisa-ação, que começou no ano de 2015 com a elaboração de projeto para a seleção do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tratou-se de uma pesquisa-ação intitulada “Práticas de Letramento Informacional: o uso da informação como caminho da aprendizagem nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia”. O trabalho visava a compreender quais eram as práticas de letramento informacional desenvolvidas por docentes e bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus* Porto Velho Calama. Relacionamos essas práticas com a criação de um Plano Educativo de Letramento Informacional, que visava à melhoria e à estruturação das atividades de ensino desenvolvidas pelas Bibliotecas do IFRO (Veiga, 2017).

Para esta tese, nossos estudos foram ampliados para as bibliotecas dos Institutos Federais, em que visamos a compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos Institutos Federais contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa. Isso ocorreu por meio do mapeamento das práticas educativas dos bibliotecários, em que percebemos os desafios, a relevância e a real contribuição desses profissionais para o fortalecimento da Educação Profissional Tecnológica.

Sabemos que as práticas educativas devem ser organizadas socialmente, em locais que possam proporcionar oportunidades de ensino-aprendizagem. Esses locais podem ser escolas, bibliotecas, arquivos, museus, dentre outros. Entendemos que as bibliotecas multiníveis dos IFs podem ser espaços primorosos para o desenvolvimento de atividades educativas visando à infoeducação. Para tanto, é relevante frisar que a infoeducação é uma possibilidade para os bibliotecários que desejam realizar atividades educativas e pedagógicas que visem à formação de saberes informacionais, uma vez que a infoeducação é a soma de conhecimentos e ações que articulam Informação e Educação, contemplando os seus aspectos operacionais, conceituais e de comportamento (Perrotti; Pieruccini, 2013).

Os Institutos Federais fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que foi criada pela Lei n. 11.892, de 2008. Além dos IFs, a Rede Federal é formada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro

(CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008). Com a criação dos IFs, surgiu um novo tipo de instituição no Brasil, por oferecer cursos de Ensino Médio, Técnico Integrado, formação inicial e continuada de trabalhadores e pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* em uma única instituição. Sobre a modalidade de ensino, os IFs ofertam cursos na modalidade presencial, semipresencial e a distância (Becker; Faqueti, 2015).

Com os IFs, também surgiu uma nova configuração de biblioteca, que está sendo denominada por pesquisadores no país como Biblioteca Multinível (BM)³. O termo foi criado por Moutinho (2014), apresentado e trabalhado na literatura científica da área da Educação, Ciência da Informação e Biblioteconomia, sobretudo por Almeida (2015; 2018; 2019; 2020) e Veiga e Pimenta (2017; 2018; 2019; 2020). Emprega-se o termo Biblioteca Multinível (BM) para este estudo, pois acreditamos que ele dá sentido às bibliotecas dos Institutos Federais e ajuda a orientar as atividades educacionais que podem ser realizadas nelas. Concordamos que Biblioteca Multinível é uma nova tipologia de biblioteca criada e deve fornecer suporte informacional aos educandos e pesquisadores dos IFs; também carece de atender às necessidades de geração dos saberes informacionais voltados à formação técnica e tecnológica.

Destacamos que a Educação Profissional no Brasil, desde o início do século XX, passou por diferentes estruturações, e as bibliotecas e os bibliotecários também foram influenciados por essas mudanças. Na sociedade contemporânea, com o excesso de dados (signos), as bibliotecas multiníveis precisam se tornar espaços de ensino-aprendizagem para a informação, pois são parte indispensável nos processos educativos informacionais, e os bibliotecários, como participantes da trajetória histórica, social e educacional, podem contribuir para os debates em torno do planejamento infoeducativo das instituições de ensino.

Entendemos que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e as reitorias dos IFs deveriam conferir atenção à importância das bibliotecas multiníveis e o seu planejamento infoeducativo, relacionado, principalmente, ao uso competente e crítico da informação, visando a uma real formação humana integral emancipadora na EPT, que lute contra as reformas neoliberais, as quais, a cada dia, precarizam o trabalho e a vida dos trabalhadores.

³ Na seção “3.1 O desafio da tipologia e nomenclatura da Biblioteca Multinível”, apresentamos o surgimento desta nomenclatura.

Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terço dos seres humanos. As reformas neoliberais, cujo escopo é de liberar o capital à sua natureza violenta e destrutiva, abortam as imensas possibilidades do avanço científico de qualificar a vida humana em todas as suas dimensões, inclusive diminuído exponencialmente o tempo de trabalho necessário à reprodução da vida biológica e social e dilatando o tempo livre – tempo de liberdade, fruição, gozo. O resultado deste retorno ao livre mercado e ao capital sem regulamentação é um tempo que Forrester (1997) denominou horror econômico. Tempo de ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e de uma situação de permanente angústia e insegurança daqueles que, para sobreviver, têm apenas sua força de trabalho para vender (Frigotto, 2001, p. 71).

Visto que as bibliotecas dos Institutos Federais também fazem parte da política pública da Educação Profissional e que são espaços que recebem multiusuários, estes têm necessidades de saberes informacionais diversos, o que exige que as bibliotecas ofereçam um planejamento educacional adequado para a informação, de modo a transformar as bibliotecas dos Institutos em espaços educativos significativos, que podem auxiliar no fortalecimento de uma Educação Profissional mais humana, integral e emancipadora.

1.2 Objetivos

Compreender como os bibliotecários e as bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa.

1.2.1 Objetivos específicos

I. Mapear e identificar as contribuições educativas voltadas para o fortalecimento dos saberes informacionais, planejadas por bibliotecários e ofertadas pelas bibliotecas dos Institutos Federais.

II. Analisar a relevância e o sentido das práticas educativas das bibliotecas dos IFs e a sua contribuição para o fortalecimento da Educação Profissional.

III. Por meio da pesquisa aplicada, distinguir qual é o real significado, a importância, a visibilidade e o papel educativo dos bibliotecários que desenvolvem atividades educativas nas bibliotecas multiníveis dos IFs.

IV. Com os dados coletados, elaborar um produto educacional que evidencie as boas práticas educativas, realizadas nos IFs, tudo isso visando a auxiliar no planejamento, na divulgação e na valorização da contribuição infoeducacional dos bibliotecários e das bibliotecas multiníveis para a Educação Profissional.

Informamos que os estudos realizados, para esta pesquisa, integram-se à linha de estudo de número 1 (um) do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Doutorado Profissional (PPGEEProf) da UNIR. Essa linha engloba estudos que discorrem sobre a Formação de Professores, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Básica e tem por objetivo investigar as práticas pedagógicas na Educação Básica amazônica e “[...] nas diversas áreas do conhecimento e em seus diversos tempos e espaços educativos, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, considerando [...] os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem” (Programa de..., 2017, p. 2).

1.3 Estruturação da pesquisa

Os dados foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, além da realização da pesquisa aplicada. O estudo ocorreu em 4 (quatro) fases: a primeira se realizou com a coleta de informações disponibilizadas por meio de relatos de experiências, livros, artigos, dissertações e resumos publicados em Anais de eventos da área da Educação, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia e bases de dados. Para encontrar essas informações, selecionamos as seguintes palavras-chave: práticas educativas, educação, infoeducação, bibliotecas, relatos de experiência, Institutos Federais, Bibliotecas Multiníveis, Bibliotecas dos Institutos Federais, competência em informação, biblioterapia, leitura, cultura e biblioteca universitária.

As bases de dados utilizadas para a pesquisa bibliográfica correspondem ao Repositório da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), que realiza o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD); o Portal da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI); o *Google Acadêmico*; a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); e, finalmente, os Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Como resultado, foi possível listar 71 atividades educacionais, oferecidas nas bibliotecas dos IFs entre os anos de 2008 e 2021. Entendemos que as atividades encontradas podem servir de norte para a realização de projetos e práticas infoeducativas, voltadas, por exemplo, para o uso crítico e competente da informação nas bibliotecas multiníveis.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu com a realização da pesquisa documental, em que visamos a conhecer as leis que regulam a Educação e a Educação Profissional no Brasil e

a sua história. Utilizamos como documentos norteadores a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2007), a Lei n. 11.892 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, e a Resolução do CNE/CP n. 1/ 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Sobre as bibliotecas escolares, utilizamos a Lei n. 12.244 (Brasil, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

A terceira fase ocorreu com a construção de um primeiro produto educacional intitulado: “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais”, em que destacamos conceitos sobre educação, infoeducação e biblioteca multinível, apresentando as atividades educativas encontradas e categorizadas na pesquisa bibliográfica e documental.

Dessa forma, realizamos a quarta e última etapa, sendo a pesquisa aplicada, composta por sete bibliotecários educadores dos Institutos, encontrados no mapeamento do estudo. Eles responderam a um questionário e, depois, participaram de entrevistas, em que coletamos sugestões e observações para criar o nosso segundo produto educacional, este uma página no *Instagram*⁴.

1.4 Problemática

Partimos do pressuposto de que a humanização e a sustentabilidade requerem que os agentes de aprendizagem transformem as formas de gestão social do conhecimento para colocá-las à disposição de todos, sem exceções (Gasque, 2012), pois, no século XXI, o papel da biblioteca e do bibliotecário mudou. Faz-se necessário ajudar a formar cidadãos conscientes do papel da informação nas suas vidas, no mundo do trabalho e na sociedade.

Isso implica a necessidade de as pessoas aprenderem a buscar e usar a informação para transformá-la em conhecimento em prol da vida. Não há conhecimento sem considerar as experiências pessoais e as informações. Nesses termos, a infraestrutura de informação da sociedade possui papel crucial em seu desenvolvimento. Inclui, pois, acesso à internet, aos museus, arquivos, centros de documentação e às bibliotecas (Gasque, 2012, p. 151).

Brandão (1995) afirma que a educação acontece na rua, na escola, em casa, na aldeia, e entendemos que a educação ocorre também nas bibliotecas, nos museus, nos arquivos, dentre

⁴ Acessar: @biblio.multinível, disponível em: <https://www.instagram.com/biblio.multinivel/>.

outros. Assim, as bibliotecas públicas, escolares, universitárias, comunitárias e outras devem auxiliar as pessoas a construírem seus saberes informacionais e entenderem que o processo de alienação é ocasionado, também, pela falta do uso educativo e crítico da informação. Isso acarreta males na sociedade, por exemplo, notícias falsas (*fake news*) e desinformação, promovendo racismo, homofobia, xenofobia, marginalização e tantos outros males sociais.

Compreendemos que a problemática da falta de saberes informacionais, principalmente, relacionados ao uso crítico e competente da informação, prejudica o desenvolvimento da pesquisa científica, o surgimento de novas tecnologias e, sobretudo, a estruturação do pensamento crítico científico que envolve diretamente a análise, a organização e a sistematização de informações.

O bibliotecário, como agente educador, não pode abdicar da função social de educar para a informação. Essa função, há muito, vem sendo exigida da classe bibliotecária, seja no Brasil, seja no mundo. Por exemplo, movimentos e programas relacionados ao *Information Literacy*⁵, criados em diferentes países, exigem cada vez mais a oferta de práticas educativas voltadas para o uso educativo da informação, e os IFs são espaços primordiais para essas práticas, que podem ser exercidas em parceria com a biblioteca, o professor, a comunidade e o bibliotecário.

No Brasil, a mudança de paradigma na Educação Profissional ocorreu no início do século XXI, quando surgiram os IFs, que tinham como objetivo não somente formar profissionais para o mercado de trabalho, mas também formar cidadãos que atuassem em diferentes áreas, unindo, dessa forma, desde a formação acadêmica à preparação para o mundo do trabalho (Nascimento; Cavalcanti, 2021).

Os IFs têm como foco principal realizar pesquisas aplicadas, visando a incentivar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios às comunidades nas quais estão inseridos. Além disso, pretendem realizar atividades de extensão segundo os princípios e objetivos da Educação Profissional e Tecnológica, em sintonia com o mundo do trabalho e os setores sociais, com foco na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Os IFs têm princípios fundamentais que procuram superar a separação entre ciência/tecnologia e teoria/prática. Entendem a pesquisa como um princípio educativo e científico, visam às ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade e o método pedagógico dos IFs, cujo objetivo é romper com o

⁵ Tratamos da estruturação desse conceito na seção “2.2 *Information Literacy*: educação para o uso da informação”.

formato educativo que lida com o conhecimento de forma fragmentada e desconexa (Pacheco, 2015).

As bibliotecas dos IFs têm a missão de auxiliar os institutos na realização de seus princípios, finalidades e objetivos; portanto, enfrentam o desafio de criar ambientes e serviços que atendam às demandas culturais e científicas dos seus usuários. A infoeducação pode, por exemplo, ajudar os estudantes a compreenderem as informações de forma crítica, buscando competências e habilidades para usarem os diferentes recursos tecnológicos, para viverem dignamente no mundo do trabalho, na vida pessoal e acadêmica.

Destarte, surgiu o interesse em estudar e defender a **tese inicial** de que os bibliotecários dos IFs desenvolvem um movimento de práticas educativas para o uso da informação e têm o desafio de melhorar a aprendizagem dos saberes informacionais dos educandos para o uso crítico e competente da informação. Porém, é preciso ter formação e apoio para esses profissionais e para as bibliotecas Multiníveis, pois somente os conceitos da Competência em Informação (CoInfo)/*Information Literacy* não são suficientes para fornecer suporte, sendo imprescindível que o bibliotecário comporte, por exemplo, conceitos sobre educação, educação profissional, metodologia científica, infoeducação, práticas pedagógicas, planejamento estratégico e outros.

As bibliotecas multiníveis dos IFs, como objeto de pesquisa, vêm sendo estudadas nos últimos anos por pesquisadores, em sua maioria, bibliotecários(as), e ganharam destaque em relatos de experiências, em eventos da área da Educação, Ciência da Informação e Biblioteconomia. No levantamento bibliográfico, foram encontradas 42 dissertações que tratam desse modelo de biblioteca. Utilizamos como base para este estudo o levantamento bibliográfico, realizado por Santos (2017, p. 15-18), que identificou 13 dissertações publicadas entre 2010 e 2016. Em nosso levantamento, localizamos mais 29 trabalhos, totalizando 42 dissertações, publicadas entre 2010 e 2021 em Programas de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico ou Mestrado Profissional) nas áreas de Ciência da Informação, Educação, Gestão nas Organizações Aprendentes, Educação Agrícola, Educação Profissional e Tecnológica, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e Mestrado em Letras. Das 42 dissertações encontradas, listamos 22 estudos que tratam da biblioteca dos IFs como espaços educativos de formação para o *Information Literacy*, para a infoeducação, a Leitura e a Educação de Usuários, sendo publicados entre os anos de 2010 e 2021. A seguir, é possível observar o Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas de mestrado relacionadas à ação educativa das bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais (2010-2021)

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO
2010	CAROLINE DA ROSA FERREIRA BECKER	<p>GESTÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES COM FOCO NAS QUATRO FUNÇÕES GERENCIAIS: ESTUDO DE CASO NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE.</p> <p>Objetivo da pesquisa: analisar gestão das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IF-C), usando como parâmetro as quatro funções gerenciais: planejamento, organização, direção e controle.</p>
2012	CÍNTIA ALMEIDA DA SILVA SANTOS	<p>AS UNIDADES DE INFORMAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA: UM ESTUDO DE PERCEPÇÃO SOCIOCOGNITIVA COM O USO DO PROTOCOLO VERBAL EM GRUPO</p> <p>Objetivo: propôs investigações e divulgações sobre a importância de uma unidade de informação no fortalecimento da Ciência e da Tecnologia, por intermédio do auxílio no desenvolvimento das atividades de pesquisa e de extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p>
2014	SÔNIA OLIVEIRA MATOS MOUTINHO	<p>PRÁTICAS DE LEITUR@ NA CULTURA DIGITAL DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO IFPI — CAMPUS TERESINA SUL</p> <p>Objetivo: investigar as práticas de leitura contemporânea, seja <i>offline</i> ou <i>online</i>, a fim de contribuir para a construção de medidas de incentivo à leitura que considere as destrezas necessárias para auxiliar os alunos na pesquisa via <i>Internet</i>, considerando as práticas de leituras desses sujeitos, buscando entender qual o itinerário feito pelos alunos na <i>Web</i>.</p>
2015	JOBSON LOUIS SANTOS DE ALMEIDA	<p>A BIBLIOTECA COMO ORGANIZAÇÃO APRENDENTE: O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA</p> <p>Objetivo: investigar a relação entre o projeto educativo de desenvolvimento de competências em informação e o processo de transformação da biblioteca convencional em uma organização aprendente na perspectiva teórico conceitual interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas e da Educação.</p>

2015	CRISTIANE DA CUNHA TEIXEIRA	<p>A CULTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL EM AMBIENTE TÉCNICO-ACADÊMICO</p> <p>Objetivo: analisar a cultura organizacional e informacional no sistema de ensino tecnológico e sua influência no compartilhamento, na produção e no uso do conhecimento, de modo a identificar práticas de gestão do conhecimento que as bibliotecas possam implementar, tendo como campo empírico os campi do Instituto Federal do Rio de Janeiro, localizados no Município do Rio de Janeiro.</p>
2015	CLAUDIA KAUTZMANN	<p>BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS DOS BIBLIOTECÁRIOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL</p> <p>Objetivo: analisar as competências profissionais dos bibliotecários que atuam nas bibliotecas escolares dos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia das regiões Nordeste e Sul do país.</p>
2016	DIEGO MONSANI	<p>EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS UTILIZANDO A GAMIFICAÇÃO: PESQUISA-AÇÃO EM UMA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE</p> <p>Objetivo: reestruturar o serviço de educação de usuários da Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC) — <i>Campus</i> Avançado Sombrio, utilizando as técnicas de gamificação que, no âmbito desta pesquisa, é definida como a aplicação de mecânicas e design de jogos em tarefas cotidianas.</p>
2016	ELIANE PELLEGRINI	<p>A DIMENSÃO ÉTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NARRADA DOS BIBLIOTECÁRIOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)</p> <p>Objetivo: compreender a dimensão ética da competência em informação dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).</p>
2016	FABIO LUIS DINIZ DE MAGALHAES	<p>BIBLIOTECA DE SABERES CONTRA A PEDAGOGIA DAS FÁBRICAS NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ — <i>CAMPUS</i> MACAPÁ</p> <p>Objetivo: discutir a biblioteca escolar no processo de construção da escola unitária, tendo como pressuposto geral a definição da biblioteca como instrumento alternativo de poder e de liberdade, podendo dar contribuições significativas no processo de educação.</p>
2017	MARIA APARECIDA BRITO SANTOS	<p>REGULAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DAS BIBLIOTECAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: EM BUSCA DE SUA HISTORICIDADE E IDENTIDADE</p> <p>Objetivo: compreender a concepção das bibliotecas, diante do contexto educacional, social e legal dos Institutos Federais, com intuito de averiguar como está sendo construída sua identidade diante do contexto</p>

		educacional e social exposto.
2017	MIRIÃ SANTANA VEIGA	<p>PRÁTICAS DE LETRAMENTO INFORMACIONAL: O USO DA INFORMAÇÃO COMO CAMINHO DA APRENDIZAGEM NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA</p> <p>Objetivo: entender as práticas de Letramento Informacional e o uso da informação, ambas desenvolvidas por Docentes, Bibliotecários e Discentes do IFRO.</p>
2018	CRISELEN JARABIZA	<p>A AÇÃO CULTURAL COMO PRÁTICA SOCIAL: BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>Objetivos: analisar a ação cultural, no âmbito das bibliotecas dos institutos federais do Rio Grande do Sul, como prática sociocultural essencial à transformação da sociedade na qual se insere.</p>
2018	CÉSAR DOS SANTOS MOREIRA	<p>AÇÃO EDUCATIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS: UM REPENSAR DA SUA PRÁXIS PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS</p> <p>Objetivos: aprender a visão do bibliotecário acerca das perspectivas e desafios presentes no exercício da sua prática educativa, tendo em vista a instituição dos sistemas/redes de bibliotecas.</p>
2019	JEANE GOMES DOS SANTOS	<p>A BIBLIOTECA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE SERVIÇO DE REFERÊNCIA DESENVOLVIDAS NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</p> <p>Objetivo: analisar as práticas educativas de serviço de referência nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS), a partir de referencial teórico acerca do histórico e das características das bibliotecas de Institutos Federais (Becker, 2015; Brasil, 2008; IFS, 2018); do papel do bibliotecário como um educador (Behr, 2008; Corrêa, 2002; Miranda, 2004; Silva, 1999); e do serviço de referência, trazendo, inclusive as diretrizes da <i>Reference and User Services Association</i> para o atendimento no setor (Figueiredo, 1996; Grogan, 1995; Macedo, 1990; Rusa, 2013).</p>
2019	REJANE VALERIA SANTOS	<p>O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE LEITORES: A EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA, MG, NA FORMAÇÃO DE LEITORES NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO</p> <p>Objetivo: investigar o desempenho da biblioteca Professor Pedro Valério na formação do leitor.</p>
2019	ÁGATA NELZA GOMES DE SOUZA	<p>COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE ENSINO NÃO FORMAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</p> <p>Objetivo: demonstrar como a biblioteca, vista como um espaço não</p>

		formal de ensino, pode contribuir para estimular um melhor comportamento informacional discente entre os alunos do Ensino Médio Integrado (EMI), ampliando assim as possibilidades de construção do conhecimento na perspectiva da politecnia.
2019	MARIA INES VARELA PAIM	MEDIAÇÃO DE LEITURA NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS Objetivo: investigar a prática de ações de mediação de leitura, realizadas no âmbito das bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o quanto essas ações repercutem, no intento de tornar a biblioteca um espaço efetivo para a formação de leitores.
2019	DOMINGOS SAVIO COGO	O LUGAR DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO Objetivo: um estudo sobre as formas como a biblioteca escolar está sendo incorporada no processo ensino-aprendizagem, tendo como objeto de estudo a Biblioteca Major Bley, do Ifes <i>Campus</i> Santa Teresa.
2019	FERNANDA DE OLIVEIRA FREITAS CAVALCANTE	AÇÕES EDUCATIVAS NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA — CACOAL: reflexões e perspectivas. Objetivo: esta pesquisa apresenta contribuições da Biblioteca escolar e a mediação de leitura aos estudantes, professores e comunidade em geral que por meio de ações educativas, proporciona o incentivo à leitura e afirma um desejo de uma humanidade melhor, em que pessoas têm oportunidades de conhecimento e cultura.
2020	KELLY RITA DE AZEVEDO	LETRAMENTO INFORMACIONAL EM BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: o trabalho do bibliotecário frente às demandas e necessidades informacionais dos estudantes Objetivo: identificar o papel da biblioteca e do bibliotecário no desenvolvimento do letramento informacional dos estudantes dos Ifes, frente às demandas e necessidades de informação presentes em seu cotidiano.
2020	MICHELLE SOUZA DO CARMO	MEDIAÇÕES DA BIBLIOTECA PARA ENFRENTAR FAKE NEWS: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPOS BELOS (GO) Objetivo: investigar de que maneiras as mediações realizadas pela biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano — <i>campus</i> Campos Belos (GO) junto aos alunos desse Instituto podem contribuir para a construção de uma atitude crítica frente às notícias que circulam, especificamente em relação à identificação e à recepção de <i>fake news</i> .

2021	VERÔNICA APARECIDA DOS SANTOS	<p>SABERES INFORMACIONAIS NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NA REDE DE BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ SOB O PRISMA DA INFOEDUCAÇÃO</p> <p>Objetivo: investigar a formação em saberes informacionais ofertada pelas bibliotecas do Instituto Federal do Paraná sob o prisma da infoeducação.</p>
------	-------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Quadro 1, percebemos que os bibliotecários estão cada vez mais dispostos a estudar e analisar as bibliotecas multiníveis como espaços pedagógicos e educativos, pois sabemos que existem muitas dúvidas e dificuldades sobre essas bibliotecas, que surgiram de um contexto social, o qual foi a expansão do Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil, que se realizou a partir do segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e não ocorreu de forma dialógica na sua fase de implantação: “Vale lembrar que a Lei que criou os Institutos descreve diretrizes, mas não descreve processo, e muito menos processos de ordem administrativa” (Bueno, 2015, p. 141).

Dessa forma, compreendemos que, nas bibliotecas multiníveis dos IFs, os bibliotecários e os gestores enfrentam problemas que devem ser considerados e são um vasto campo para reflexões científicas e práticas. Dado o tema desta tese, percebemos que ela vem preencher uma lacuna nos estudos exploratórios que tratam e analisam as práticas pedagógicas que visam à educação integral, com a contribuição da infoeducação para a Educação Profissional.

Organizamos este trabalho em 10 seções: na primeira, é apresentada a estruturação da pesquisa; na segunda, discutimos a função educativa do bibliotecário no Brasil, destacando o surgimento do trabalho educativo do bibliotecário e a estruturação das bibliotecas escolares. Nas subseções, discorremos sobre os principais movimentos que pensam na educação para a informação, como o *Information Literacy* e a infoeducação, este último um dos campos teóricos usados para analisar os dados da pesquisa.

Na terceira seção, destacamos as concepções da Educação Profissional, o surgimento da Educação Profissional no Brasil e a formação dos IFs, que, em mais de 120 anos de existência, deixaram de oferecer uma educação técnica assistencialista para oferecer uma formação técnica e tecnológica para o mundo do trabalho. A seguir, na quarta seção, expomos as escolhas metodológicas e o desenho de realização das pesquisas bibliográfica, documental e aplicada – esta última foi realizada com sete bibliotecários selecionados nos 71 relatos de

experiências. Na quinta seção, apresentamos os resultados e as discussões. Já na sexta seção, enfatizamos os desafios enfrentados pelas bibliotecas multiníveis. Essas dificuldades estão relacionadas à questão da tipologia e nomenclatura da biblioteca, à estruturação administrativa e financeira e, enfim, à estruturação educativa das bibliotecas e dos bibliotecários nos Institutos.

Logo, na sétima seção, salientamos as contribuições educativas para a formação de saberes informacionais ofertadas na biblioteca multinível dos IFs no período de 2008 e 2021. Expomos 63 trabalhos encontrados, com os quais formamos 10 categorias, sendo estas: o bibliotecário e as atividades educativas nos IFs; práticas educativas de incentivo à leitura; práticas educativas para a competência em informação; práticas educativas para a valorização da cultura negra; práticas educativas para a valorização dos povos indígenas; práticas educativas para a inclusão social; práticas educativas culturais e de educação patrimonial; práticas educativas para a educação emocional; práticas educativas de Educação Ambiental; e práticas educativas para a competência em pesquisa científica.

Na oitava seção, apresentamos a relevância e o sentido das práticas educativas realizadas na biblioteca dos IFs e a sua contribuição para o fortalecimento da educação profissional, em que percebemos a função educativa da biblioteca multinível sob o olhar dos bibliotecários, os quais destacam que existe a função educativa da biblioteca e a do bibliotecário. Na nona seção, por seu turno, expomos o papel educativo dos bibliotecários que atuam nas bibliotecas dos IFs, uma vez que verificamos o perfil dos bibliotecários infoeducadores e o “rebuliço” da sua ação educativa.

Na décima seção, por fim, apresentamos a construção dos dois produtos educativos criados, que foi o “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais” e o caderno digital “Biblio.Multinível”. Evidenciamos as nossas considerações finais na seção 11. Nos Apêndices 1 e 2, expusemos sucessivamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário que foi enviado para os bibliotecários educadores dos IFs. No Anexo 1, trazemos o parecer de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNIR.

2 A FUNÇÃO EDUCATIVA DO BIBLIOTECÁRIO

Quando nos propusemos a realizar este estudo, sabíamos que nosso tema de pesquisa teria como foco a tríade Educação Profissional, Informação e Bibliotecas, por serem campos teóricos essenciais para compreender o desafio da função educativa e a contribuição das bibliotecas e dos bibliotecários para a Educação profissional e Tecnológica (EPT). De acordo com Marques (2000), o termo “Educação” designa o processo de desenvolvimento e realização do potencial intelectual, físico, espiritual, estético e afetivo existente em cada criança. Por fim, a educação pode ser concebida como o processo de transmissão da cultura/conhecimento para as gerações mais novas. Libâneo (2013) salienta que a Pedagogia é a ciência que estuda a teoria e a prática da educação observando as suas relações com a sociedade. A Pedagogia é composta por quatro áreas de estudo: a Teoria da Educação, a Didática, a Organização Escolar e a História da Educação e da Pedagogia. Para esclarecer o seu objeto, sendo os fenômenos educacionais, a Pedagogia busca, em outras ciências, conhecimentos práticos e teóricos, como a Psicologia da Educação, Biologia da Educação e outros. Entendemos que, para elaborar projetos pedagógicos nas bibliotecas, o bibliotecário deve voltar o seu olhar para a contribuição da Didática, pois ela capacita o educador para a sua função educativa, ao permitir o exercício da docência, ao mesmo tempo em que permite pensar sobre a docência.

A didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. A Didática está intimamente ligada a teoria da Educação e a Teoria da Organização Escolar e, de modo muito especial, vincula-se a Teoria do Conhecimento e à Psicologia da Educação (Libâneo, 2013, p. 25).

A Didática é essencial para a função educativa do bibliotecário, pois o seu foco principal é o processo de ensino-aprendizagem que está presente de forma direta ou indireta nos relacionamentos humanos. “Toda proposta didática está enraizada numa concepção do processo de ensino-aprendizagem” (Candau, 2012, p. 14). Assim, a função educacional do bibliotecário e da biblioteca é realizada mediante práticas educativas para a formação de saberes informacionais (Perrotti; Pieruccini, 2013) e surgiu a partir da Modernidade com a mudança de perspectiva dos bibliotecários que, antes, viam a biblioteca como um local de organização e guarda da coleção. Ao longo do tempo, os bibliotecários notaram a finalidade pedagógica da biblioteca, pois não bastava somente disponibilizar os conteúdos e permitir o

seu uso; os usuários precisavam aprender como acessar e usar com criticidade as informações nos seus mais diversos suportes informacionais (Santos, 2021). Perrotti e Pieruccini (2007, p. 5) problematizam afirmando que:

Os campos da Informação e da Educação constituíram-se buscando eficácia nos mecanismos de transmissão do saber. Em função disso, relegaram os mecanismos de recepção a posições secundárias nos processos de significação, definindo-os quase sempre como simples desdobramento mecânico e reflexo da transmissão. Na segunda parte do século passado, em função dos quadros histórico-culturais que emergiram pós-Segunda Guerra Mundial, tal direção começou, contudo, a ser questionada não só teoricamente, mas também, na prática. Nesse sentido, tanto uma área quanto a outra deslocaram o olhar para além dos horizontes da transmissão de informações, condição que lhes permitiu descobrir os usuários e os aprendizes como sujeitos dos processos simbólicos de que participam, tratando-os não mais como mera projeção dos desígnios da emissão.

As bibliotecas, especialmente as escolares, públicas e universitárias, são lugares privilegiados para o acesso à informação, para capacitar as pessoas a usarem a informação de forma crítica, proporcionar condições que permitam a reflexão, a crítica e a criação de ideias por intermédio da leitura, propiciando, assim, um protagonismo cultural (Campello, 2009).

A ação educativa dos bibliotecários, no Brasil, está presente nos discursos educacionais e biblioteconômicos desde 1960, mas essa função nunca foi oficializada e cumprida. Em geral, parte dos bibliotecários não percebe a função pedagógica da biblioteca. Essa responsabilidade existe, ou melhor, poderia ser exercida em diferentes tipos de bibliotecas (Campello, 2009). Em suma, é lamentável que o bibliotecário brasileiro seja passivo em relação à função pedagógica da biblioteca. No discurso, o bibliotecário reconhece e apresenta fundamentos para o exercício de seu papel pedagógico, voltado, principalmente, para a democratização da informação para a efetivação da cidadania.

Este é visualizado por alguns praticantes no contexto do papel social mais amplo, com foco na responsabilidade da biblioteca como formadora de cidadãos. Analisando a prática bibliotecária e propondo para o profissional de biblioteconomia uma ação transformadora, um compromisso social que se efetive na prática e não apenas no discurso. [...] Democratizar o acesso à informação, capacitar as pessoas para o uso crítico da informação, proporcionar condições que permitam a reflexão, a crítica e a construção de ideias por meio da leitura são ações constantemente recomendadas para o bibliotecário e, no bojo dessas ações, a biblioteca escolar é vista como espaço privilegiado para seu desenvolvimento (Campello, 2009, p. 18-19).

O bibliotecário e a biblioteca multinível são fundamentais para a formação dos alunos e, nos IFs, são necessários para a concretização da missão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ao se destinarem a atender plenamente às necessidades informacionais de seus diferentes tipos de educandos, reforçando a relevância de um ensino profissional e

tecnológico público e de qualidade. Nas diretrizes pedagógicas dos IFs, a biblioteca se destaca como espaço físico basilar cujo objetivo é auxiliar nos processos de ensino (Brasil, 2010), questão que também é analisada por Frigotto (2018); Moura (2007) e Ramos (2014). Santos (2021) afirma que a biblioteca, como um sistema informacional que faz a mediação entre signos e sujeitos, é composta por processos simbólicos que vão além de suas funcionalidades e serviços. Ela está envolta em conceitos e significados.

[...] a compreensão do dispositivo informacional como recurso de ensino e aprendizado, lazer, refúgio, local de pertencimento, precede a apropriação cultural. Tampouco, a apropriação cultural se encerra nos limites da biblioteca escolar ou universitária, pois essa, como organização aprendente, é um dispositivo mediador entre o universo informacional e os leitores. Isto é, a biblioteca de uma instituição de ensino com a escola, seja qualquer o grau de ensino que atende, tem a missão de formar pessoas com desenvoltura para transitar nas infovias. Ademais, na sociedade da informação e do conhecimento, quando não por escolha pessoal, em muitas situações os sujeitos são chamados a exercer o papel de produtor de informação no mundo do trabalho, na vida acadêmica, no meio familiar (Santos, 2021, p. 13).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como princípio central a formação humana integral, que considera que a educação geral se torne uma parte indispensável da Educação Profissional em todos os campos de atuação que atendam à preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, seja no ensino técnico, tecnológico ou superior (Brasil, 2007).

A partir dos pressupostos citados anteriormente, voltamos os nossos estudos para compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa – e como isso ocorreu mediante o mapeamento das práticas educativas realizadas pelos profissionais e ofertadas nas bibliotecas.

De acordo com Perrotti e Pieruccini (2012, p. 19), os saberes informacionais “[...] são, ao mesmo tempo, instrumentais e essenciais, transversais e específicos, procedimentais e conceituais, servindo como instrumento para atuação nos mais diferentes campos do conhecimento e da ação”; são, portanto, saberes imprescindíveis à apropriação cultural para os educandos terem acesso e participação na memória e cultura da sociedade.

Para ter acesso aos saberes informacionais, o educando deve caminhar em direção ao conhecimento, o que se relaciona com os mais variados tipos de campos disciplinares, abrangendo saberes plurais, de diferentes ordens e origens (Perrotti; Pieruccini, 2013). Os saberes informacionais devem ser ensinados aos indivíduos desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. No Quadro 2, apresentamos os conhecimentos informacionais elencados por

Perrotti e Pieruccini (2013), que podem ser desenvolvidos com os estudantes do Ensino Profissional em todos os níveis de formação.

Quadro 2 – Saberes informacionais para serem desenvolvidos nos cursos ofertados nos Institutos Federais

Referências de saberes informacionais	Saberes informacionais
A) Os dispositivos e os circuitos de informação e cultura	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de bibliotecas escolares; bibliotecas públicas; bibliotecas pessoais; centros de cultura, de memória, de documentação e de informação especializados; gráficas e editoras, livrarias, sebos, feiras de livros, quiosques, bancas de jornal, museus de arte, de ciência, de tecnologia, cinematecas, discotecas, meios de comunicação e massa, <i>Web</i> , dentre outros.
B) A tipologia documentária	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de obras de referência: dicionários, enciclopédias, guias, índices, atlas, almanaques, bibliografias, catálogos; obras literárias: poesia, prosa, teatro; obras não literárias: didáticas, paradidáticas, informativas; periódicos: gerais e especializados; documentos eletrônicos; objetos tridimensionais: globo, jogos, dentre outros.
C) Linguagens e produtos documentários de recuperação de informação	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de elementos/terminologia de busca e recuperação da informação (sinônimos, palavras-chave, termos gerais e específicos); elementos de identificação e localização de documentos e informações (número de chamada, título, subtítulo, autor, ilustrador, organizador, tradutor, apresentador, editor, local de publicação, casa publicadora, data de publicação e de <i>copyright</i> , coleção/série, índices e sumário; catálogos em geral: impresso e informatizado; linguagens documentárias: sistemas de classificação, Dewey e outros, classes e subclasses de assuntos, código de classificação, ordenação; sistemas de classificação diferenciados (por cores e símbolos), utilizados na escola, fora da escola e em ambientes virtuais.
D) Informação oral	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de informação oral informativa, expositiva, narrativa, formal, coloquial; direta e indireta; midiaticizada.
E) Informação escrita (impressa)	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de elementos de composição do livro e de outras publicações impressas (capa, contracapa, quarta-capa, orelha, página de rosto, miolo, capítulos, partes, volumes, tomos, suplementos, apêndices, anexos, textos e paratextos, prefácio/introdução/apresentação/posfácio, sumário, tabela de conteúdos e índices, glossário, referências bibliográficas, bibliografia, abreviações, palavras-guias); relações texto-imagem: características, funções, usos; textos

	literários; textos informativos; textos metainformativos (verbetes de dicionários, de enciclopédias, notas, referências diversas).
F) Informação visual, sonora, audiovisual	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de desenhos, fotos, gráficos, tabelas, diagramas, CDs, DVDs, vídeos, filmes, programação de rádio e TV.
G) Informação digital/eletrônica	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de <i>sites</i> ; buscadores, diretórios, portais, bibliotecas virtuais, bases de dados virtuais, <i>chats</i> , <i>blogs</i> , redes sociais, <i>e-books</i> , textos eletrônicos, hipertextos.
H) Práticas educativas e culturais	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de oralidade (hora do conto, roda de histórias, de leitura, relatos orais diversos, debates, palestras, entrevistas na biblioteca escolar com escritores, membros da comunidade, artistas locais, entre outras categorias); leitura-escrita: individual, em grupo; literária, não literária; texto impresso, 19 texto com imagens, texto eletrônico e outros; fontes de informação audiovisuais: TV, música, cinema e outras; comunicação eletrônica via <i>Web</i> .
I) Práticas de pesquisa (escolar e não escolar)	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de processos de identificação e enunciação de necessidades de informação: formulação de questões, de hipóteses; palavras-chave; estratégias de busca de informação em meios impressos e eletrônicos; de registro de informações, de notas e de citações; normas de citação de fontes bibliográficas (nomeação, utilização e elaboração); elaboração de resumos; organização de informações registradas em categorias ou capítulos; processamento de informações: seleção, análise, interpretação e síntese; ideias principais e secundárias; informações factuais e opinativas: identificação; pertinência e fidedignidade das informações: critérios de validação; elaboração de plano para trabalho de pesquisa; comunicação de resultados: elaboração de documento de apresentação de trabalhos: escritos – capa, página de rosto; título e subtítulos; sumário; bibliografia, partes, recursos visuais; comunicação de resultados: relatos orais; visuais ou audiovisuais – cartaz, transparência, gráficos, diagramas, exposições; dramatizações; apresentações digitais, dentre outros aspectos.
J) Organização e gestão de documentação pessoal (física e digital)	São saberes informacionais relacionados aos conceitos de agenda escolar e não escolar; processos de registro e organização de informações; construção de arquivos e fichários; organização de documentação e acervos de estudo – livros, periódicos e outros; organização de arquivos e de bibliotecas digitais pessoais.

Fonte: Perrotti e Pieruccini (2013, p. 17-19).

Devemos considerar que o bibliotecário que realiza atividades pedagógicas, visando a formar saberes informacionais, deve ter responsabilidade com o processo educacional. Freire (2013) sustenta que é preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, para que,

em um determinado momento, a nossa fala seja a nossa prática. Assim, os bibliotecários devem deixar o discurso sobre a importância pedagógica das bibliotecas e partir para a ação educativa, observando didaticamente a sua ação. Por sua vez, Luckesi (2011, p. 26) afirma que o “[...] educador é todo ser humano envolvido em sua prática histórica transformadora”. Destarte, os bibliotecários, como agentes educadores, não devem abandonar a função social de educar para a informação, pois as bibliotecas fazem parte da história do homem, como instituições milenares, guardiãs dos saberes e da cultura dos povos. Como estrutura de poder, as bibliotecas foram espaço de acesso somente às classes dominantes e foram alvo comum de destruição nas grandes guerras e nos regimes ditatoriais, dado o seu poder de guarda e propagação da memória social e cultural.

Após a Revolução Industrial, diante da necessidade de fornecer informações aos operários e capacitá-los para o trabalho nas indústrias, a biblioteca passou a ser vista como uma ferramenta no processo de ensino e se tornou acessível a diferentes classes sociais, configurando-se como uma organização indispensável ao desenvolvimento social e cultural de uma sociedade. Com o passar dos anos e os avanços tecnológicos, a biblioteca deixou de ser apenas uma guardiã e passou a ser uma disseminadora da informação. A popularização da internet, o suporte digital e em rede, os *softwares* de informatização de acervos e serviços, os dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*, tiveram um impacto direto nas bibliotecas (Santos, 2017).

De acordo com Côrte e Bandeira (2011), o bibliotecário educador é o professor que ensina a aprender; sua disciplina é ensinar o educando a aprender. Esse profissional deverá ter as qualidades e as habilidades necessárias para dinamizar o processo educacional. Portanto, o bibliotecário educador deve ser um pesquisador permanente, ter atitudes de gestão proativas, ter senso crítico e bom senso, ser flexível, flexível e criativo, facilitar a interação entre os membros da comunidade escolar, ter capacidade de gestão e administração, ter capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal, ter consciência de que a informação é indispensável para a formação do aluno, dominar as modernas tecnologias da informação, estar em constante questionamento, estar atualizado na sua área de atuação, ter consciência de que o usuário é o objetivo final e o bibliotecário educador deve ter consciência de que a informação é um instrumento indispensável para o educando.

Porém, entendemos que, além dessas qualidades ressaltadas por Côrte e Bandeira (2011), é preciso que o bibliotecário, que vivencia o ensinar a aprender nas suas bibliotecas, compreenda o seu fazer educacional. Para tanto, nosso olhar se volta, mais uma vez, para

Paulo Freire, que destaca, em sua *Pedagogia da Autonomia* (1996), que o educador deve compreender, primeiramente, que não há docência sem discência; o bibliotecário precisa perceber que o processo educativo é um processo de aprendizado para o educador e o aluno:

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto direto (Freire, 1996, p. 13).

O profissional bibliotecário educador deve ter consciência que ensinar exige rigorosidade metódica e, como educador democrático, “[...] não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão [...] esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário”⁶ (Freire, 1996, p. 15). Uma educação não bancária visa a incentivar o aluno a aprender a conhecer e, nesse caso, as bibliotecas escolares podem ser espaços fundamentais e democráticos de acesso à informação.

Para educar, o bibliotecário deve ter a percepção que essa função exige pesquisa: “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1996, p. 16). Acreditamos que os bibliotecários educadores devem sempre respeitar os saberes dos educandos, ainda mais os bibliotecários dos Institutos Federais, que lidam com um grupo de educandos de formação multinível: “Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária” (Freire, 1996, p. 17).

É importante que os bibliotecários educadores tenham consciência de que o ensino requer criticidade, estética e ética, além de uma corporificação das palavras por meio do exemplo. A educação requer o risco, a aceitação do novo e a rejeição a qualquer tipo de discriminação. Educar, conseqüentemente, requer uma reflexão crítica sobre a prática docente crítica, que implica no pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e

⁶ O termo “educação bancária” foi criado por Paulo Freire, uma pedagogia na qual o professor vê o aluno como um banco onde deposita o conhecimento.

o pensar sobre o fazer. É perceptível que a prática docente é, em geral, espontânea ou quase desarmada (Freire, 1996).

Entendemos que ensinar não é transferir conhecimento, pelo contrário, é “criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25), e essa é a real atuação do bibliotecário, pois somos mediadores culturais, realizamos a organização, disponibilização e disseminação de informações. Porém, para isso, faz-se necessário ter disponibilidade para o diálogo com os educandos, com os professores, os gestores e a comunidade na qual a instituição está inserida.

No Brasil, diferentes estudiosos defendem a função educacional e pedagógica do bibliotecário e da biblioteca, sobretudo em relação ao *Information Literacy*/Letramento Informacional, por exemplo: Dudziaki (2001; 2003), Campello (2003; 2009; 2015), Almeida (2018) e Belluzzo (2018); a Competência Crítica em Informação, por Bezerra (2019); e a infoeducação, termo criado e desenvolvido, no Brasil, por Perrotti e Pieruccini (2001; 2007; 2016). Reconhecemos que todos esses movimentos teóricos e práticos, que pensam na ação educativa e pedagógica das bibliotecas, são fundamentais para o fortalecimento da educação, sobretudo a Educação Profissional Tecnológica, que, como aponta Manacorda (1991), é um processo de subversão e de luta dos trabalhadores pelos seus direitos na sociedade capitalista.

Franco (2016) salienta que as práticas pedagógicas são elaboradas intencionalmente para atender às expectativas educacionais solicitadas por uma determinada comunidade social. Dessa forma, elas enfrentam um desafio durante a sua construção: a obtenção da sua legitimidade e do valor se realiza por meio de acordos sociais, negociações e decisões em conjunto. Em outras palavras, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, negociação ou imposição. No entanto, quando se refere às práticas educativas, é necessário considerar aquelas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, ao passo que as práticas pedagógicas são aquelas que ocorrem socialmente visando a concretizar processos pedagógicos.

Para esta tese, utilizamos o termo “Atividades Educativas”, haja vista que muitas atividades praticadas pelas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais não são realizadas por meio de negociações e decisões em conjunto com a comunidade estudantil, e a gestão escolar por elas é proposta pelos servidores das bibliotecas.

Nas subseções seguintes, apresentaremos conceitos teóricos sobre Educação Profissional Tecnológica, educação omnilateral, politecnia, legislação educacional profissional e o desenvolvimento dos movimentos que estudam e direcionam a função

pedagógica do bibliotecário, sendo o *Information Literacy* e a infoeducação. Entendemos que todas essas concepções são relevantes para os bibliotecários que desejam compreender os desafios de educar nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais. Em último lugar, é importante salientar que, na pós-graduação brasileira, os primeiros estudos que abordaram a temática biblioteca escolar, biblioteca e educação ocorreram na área da Educação, a partir da década de 1970 (Paiva, 2018). Esta tese está inserida na área de pesquisa educacional, tendo como foco as práticas pedagógicas e educativas realizadas em bibliotecas, particularmente nas bibliotecas multiníveis dos IFs.

2.1 Informação e bibliotecas escolares no Brasil

A disponibilização abundante de signos que caracteriza a atual Sociedade da Informação se desencadeou após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Nesse período, despontou a Ciência da Informação (CI), que surgiu da Biblioteconomia e tem como foco as informações fornecidas pelas bibliotecas, centros de documentação, leitura e história do livro (Le Coadic, 1996). A Informação com a Ciência da Informação alcançou posição e reconhecimento epistemológico diferenciados, tornando-se um campo científico autônomo e especial, ou seja, um objeto com uma identidade própria que deve ser compreendido em sua particularidade (Perrotti, 2017). No decorrer dos anos, os pesquisadores da CI voltaram seus estudos para as técnicas da informação, as indústrias e o governo, dinamizadas pelo advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

As bibliotecas, então, surgiram para organizar a informação adquirida pelas sociedades, ao gerar distintos tipos de conhecimentos que foram se especializando com o passar do tempo. No Brasil, a criação das bibliotecas tem início com a formação das bibliotecas escolares. Nos primeiros tempos da Colônia, a formação intelectual estava nas mãos da Igreja, sendo que os primeiros colégios do Brasil foram fundados pelos padres jesuítas de São Vicente e Salvador, e as primeiras bibliotecas escolares eram justamente desses colégios e “[...] nos conventos dos padres jesuítas que chegaram ao país com a pretensão de catequizar os indígenas e instruir os primeiros colonos portugueses” (Campello, 2015, p. 2). O acervo das bibliotecas era dirigido à catequese dos indígenas, eram obras de cunho litúrgico e o acesso era dificultado aos não religiosos. A partir do Século XVII, outras ordens religiosas adentraram na então colônia portuguesa, onde instalaram bibliotecas que serviam de apoio ao trabalho educativo das ordens religiosas. Campello (2015, p. 2) destaca que:

Embora os conventos tenham sofrido um período de decadência no século XVIII, as ordens religiosas continuaram a manter colégios, que passaram a atender a elite da sociedade da época: filhos de empresários, intelectuais, funcionários do governo, o que ocorre até hoje. Atualmente, no âmbito do ensino privado, além das escolas religiosas, há uma gama de instituições escolares leigas, com diferentes orientações pedagógicas.

As escolas públicas brasileiras só vieram ter bibliotecas, a partir de 1932, quando Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo publicam o “Manifesto Nova Escola”, que defendia uma educação gratuita e de qualidade para todos. Exigiam uma educação que fosse de forma pública, gratuita, laica e obrigatória, além de evidenciar as bibliotecas escolares como parte integrante do sistema de ensino-aprendizagem (Siqueira *et al.*, 2021). Segundo Pimenta (2011), a administração de Anísio Teixeira, que substituiu o trabalho revolucionário de Fernando de Azevedo à frente da Diretoria de Instrução no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal (DF), foi marcada por uma preocupação incessante pela valorização da escola, dos livros e das bibliotecas.

Assim que assumiu a Diretoria de Instrução, criou, por meio do Artigo 7º do Decreto de 28 de janeiro de 1932, a Biblioteca Central de Educação (BCE), normatizada pelo Decreto n. 3.763 de 1º de fevereiro de 1932, diretamente subordinada ao Diretor Geral do Departamento de Educação. A biblioteca dispunha de uma seção de Filmoteca e de um Museu Central de Educação, para incentivar o intercâmbio bibliográfico ou quaisquer outros que a estes se relacionassem e coordenar as atividades referentes às bibliotecas escolares e ao cinema e museu escolares, bem como as bibliotecas que se fundassem nos Centros de Professores instituídos por esse decreto. O Decreto no 4.387, de 8 de dezembro de 1933, instituiu a Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo, incluindo-a juntamente com a Seção de Museus e Radiodifusão no Instituto de Pesquisas Educacionais. Essa divisão passou a constituir, pelo Decreto no 4.638, em 17 de janeiro de 1934, uma divisão autônoma, imediatamente subordinada ao Diretor Geral do Departamento, para melhor articular-se com o sistema. A Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo (DBCE) compreendia as seguintes instituições: a Biblioteca Central de Educação (BCE); a Filmoteca Central, seção da Biblioteca; as Bibliotecas Escolares, para professores e alunos; seções bibliotecárias especializadas junto às principais dependências técnicas da administração do Departamento; bibliotecas de continuação das escolares; e as bibliotecas populares de bairros. A Filmoteca Central tinha como objetivo selecionar e adquirir filmes e material de projeção em geral, para serem distribuídos por toda a rede escolar municipal e manter o cinema escolar (Pimenta, 2011, p. 86-87).

Para Anísio Teixeira, a formação dos professores e dos alunos estava intrínseca à informação, às bibliotecas escolares, aos museus e, principalmente, aos ambientes de ensino salutar e aconchegantes. De acordo com Anísio, o docente deveria estar em:

[...] constante e contínuo aperfeiçoamento profissional, de cunho cultural cada vez mais largo, embora especializado (especialização de ponto de vista e não quantitativa) que não pode correr por conta de recursos individuais, nem pode pesar sobre estes. É a própria direção da educação pública que tem de oferecer ao seu magistério, de todos os graus e especialidades, e aos seus técnicos, pesquisadores e planejadores, os elementos de estudo e de informações abundantes, complexos,

difíceis de reunir, inacessíveis aos esforços isolados, cuja necessidade só aquela espécie de ignorância que não permite sequer saber que ignora poderá deixar de sentir. A “fonte limpa” de todos os que procuram saber será essa BCE, coroamento de todo um sistema de bibliotecas de trabalho, a partir das bibliotecas de classe e das bibliotecas escolares, as pequeninas “centrais” de cada escola, coordenadas e orientadas por um centro técnico a que se liga diretamente a BCE – a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Educação (Pimenta, 2011 *apud* Teixeira, 2011, p. 87).

Na gestão de Anísio Teixeira, foram publicados os primeiros decretos que prescreviam que as bibliotecas deveriam fazer parte das escolas e do ensino: o Decreto n. 3.763, de 1º de fevereiro de 1932, normatizou a Biblioteca Central de Educação (BCE), que era diretamente subordinada ao Diretor Geral do Departamento de Educação; o Decreto n. 4.387, de 8 de dezembro de 1933, que instituiu a Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo, incluindo-a com a Seção de Museus e Radiodifusão no Instituto de Pesquisas Educacionais.

Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo receberam a influência dos novos métodos educativos do movimento da chamada Escola Nova, cujo grande filósofo foi o pedagogo John Dewey (1859-1952). Entendiam a educação como uma necessidade social, em que os educandos deveriam ser aperfeiçoados para prosseguirem na sociedade democrática com suas ideias e conhecimentos.

Para John Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. Segundo o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei (Hamze, 2023, p. 1).

Porém, na educação brasileira, a problemática da educação e informação se resumiu no início à figura do professor como única fonte de informação, logo em seguida aos livros didáticos, sem ofertar aos educandos a possibilidade de pensar nos diferentes saberes no processo de criação da cultura (Perrotti, 2021). Concebemos que, desde os primórdios da educação brasileira, não houve a valorização das bibliotecas escolares e dos bibliotecários em nível nacional. O destaque maior foi dado na gestão de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal (DF). Porém, com a ditadura do Governo Vargas, chamado de Estado Novo (1937-1945), todo o trabalho realizado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e os chamados “escolanovistas” foi desmantelado.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/1996), tem como base a Constituição Federal do Brasil (1988), que, no Artigo 206,

menciona como um dos princípios e fins da educação nacional a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (Brasil, 1988, p. 72). Assim, podemos denotar um tímido movimento da legislação educacional visando a contemplar a biblioteca escolar (Siqueira *et al.*, 2021).

Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, as bibliotecas escolares se destacam como atividades de incentivo à leitura, pesquisa e difusão cultural, ao reconhecer a relevância das fontes de documentação, bem como a relevância do acesso e da manutenção de museus, galerias, oficinas de produtores de arte, bibliotecas e miatecas. A partir de 1997, com a criação do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), os acervos das bibliotecas escolares começam a ser pensados e valorizados. No Quadro 3, enfatizamos os principais programas, leis e projetos pensados e criados para as bibliotecas escolares no Brasil, no período de 1879 e 2020. Podemos constatar que a maioria das legislações, propostas, apresenta certo grau de desconhecimento e menosprezo por parte dos políticos, quanto à importância e ao papel das bibliotecas escolares e dos bibliotecários para a educação brasileira.

Quadro 3 – Programas e projetos de lei voltados para as bibliotecas escolares no Brasil (1879-2020)

Ano	Programas e projeto de lei para as bibliotecas escolares
1879	Decreto n. 7.247/1879, primeira menção a criação de bibliotecas nas escolas.
1928	Decreto n. 2.940, de 22 de novembro de 1928, o Regulamento do Ensino, que deu origem aos instrumentos auxiliares de ensino: o Boletim de Educação Pública, a literatura pedagógica, bibliotecas e museus escolares, cinema escolar e rádio, escotismo e intercâmbio interestadual e internacional escolar no Distrito Federal (Rio de Janeiro).
1928	Decreto n. 3.281, de 23 de janeiro de 1928, criação de bibliotecas e museus escolares no Distrito Federal (Rio de Janeiro).
1932	Decreto n. 3.763, de 1º de fevereiro de 1932, normatizou a Biblioteca Central de Educação (BCE), que era diretamente subordinada ao Diretor Geral do Departamento de Educação do Rio de Janeiro (Distrito Federal).
1933	Decreto N. 4.387, de 8 de dezembro de 1933, que instituiu a Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo, incluindo-a juntamente com a Seção de Museus e Radiodifusão no Instituto de Pesquisas Educacionais criado na reforma educacional do Rio de Janeiro (Distrito Federal), sob chefia de Anísio Teixeira.
1934	Decreto n. 4.387, de 8 de dezembro de 1933, instituiu a Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo, incluindo-a juntamente com a Seção de Museus e Radiodifusão no

	Instituto de Pesquisas Educacionais. Essa divisão passou a constituir, pelo Decreto n. 4.638, em 17 de janeiro de 1934, uma divisão autônoma, imediatamente subordinada ao Diretor Geral do Departamento, para melhor articular-se com o sistema.
1980	Reforma Benjamin Constant faz menção à necessidade de bibliotecas nas escolas.
1996	Lei n. 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – apresentou medidas que melhoraram o financiamento do ensino no país, além de novos critérios de avaliação do sistema educacional, abriu precedentes para ações em prol das bibliotecas escolares.
1997	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), destaca a importância da biblioteca escolar e das atividades de incentivo à leitura, pesquisa e difusão cultural.
1997	Governo Federal cria o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), para promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nas escolas públicas de todo o país, o programa dirigido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), baseia-se na distribuição gratuita de obras para o desenvolvimento de acervos em escolas públicas, atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
2003	Instituída a Lei n. 10.753, que cria e dá as diretrizes a Política Nacional do Livro (PNL), assegurando ao cidadão o uso e acesso aos livros, reconhecendo sua importância na formação científica e cultural dos cidadãos, além de tratar da produção intelectual nacional e da difusão dos livros e seus suportes em meio digital impresso e até em braile.
2006	O Ministério da Cultura (MINC) publica o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), no qual regulamenta políticas públicas voltadas ao livro e à leitura no Brasil, com foco nas bibliotecas e na formação de mediadores de leitura.
2008	O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) lançou o “Programa mobilizador – Biblioteca Escolar: Construção de uma Rede de Informação para o Ensino Público”, que tinha como proposta a criação de um sistema integrado, formado por bibliotecas escolares nas redes de educação municipais, estaduais e federais. O programa buscava conscientizar e mobilizar a sociedade e o poder público para a criação de manutenção de bibliotecas escolares adequadas às necessidades do sistema educacional do país.
2010	Lei n. 12.244/2010, aprovada em 24 de maio de 2010, que tratava da universalização das bibliotecas escolares no país. De autoria do Deputado Federal Lobbe Neto (PSDB-SP), esta Lei foi desenvolvida com base no Projeto de Lei n. 324/2009, apresentou o objetivo de estabelecer o prazo de dez anos para que as todas as instituições de ensino do país passassem a apresentar tais espaços informacionais.
2010	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG) lançou o documento “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”, com vista ao estabelecimento de referências, quanto à qualidade das bibliotecas escolares no Brasil, dividindo-se em duas seções, a primeira tratando do planejamento de espaço físico: acessibilidade, acesso à <i>Internet</i> , organização do acervo, serviços e atividades, recursos humanos, enquanto a segunda apresentava-se como um instrumento de avaliação e planejamento dos indicadores da seção anterior. Este documento, posteriormente, foi reconhecido como recomendação oficial do CFB, por meio da Resolução CFB n. 119/ 2011.

2012	O Instituto Ecofuturo lança a campanha “Eu quero minha biblioteca”, a qual buscou o compartilhamento de informações com os governos e a sociedade civil, a partir do oferecimento de materiais de orientação quanto à universalização das bibliotecas escolares, além de oferecer uma rede de cadastro de cidadãos e organizações interessados em receber notícias e participar de ações voltadas ao tema.
2016	O CFB divulgou um novo estudo do GEBE, uma cartilha complementar para atender às questões voltadas à distribuição do acervo e equipamentos nas bibliotecas escolares, buscando atender ao nível básico dos parâmetros estabelecidos no documento anterior. Intitulado “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares – Documento complementar 1: espaço físico”, a cartilha ofereceu modelos básicos de layouts para aplicação nos espaços de bibliotecas escolares, além de recomendações, quanto à organização, armazenamento e decoração desses espaços.
2018	Resolução CFB n. 199/2018, que dispõe dos parâmetros para estruturação e funcionamento das bibliotecas escolares no país, reforçando o cumprimento da referida Lei n. 12.224/2010.
2018	Projeto de Lei n. 9.484/2018 amplia o conceito de Biblioteca Escolar e propõe a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, SNBE, prorroga para 2024 o prazo de adequação para todas as bibliotecas escolares do país.
2019	Projeto de Lei n. 5.656/2019, originalmente o projeto de Lei n. 9.484/2018, chega ao Senado Federal (em tramitação).
2020	Projeto de Lei n. 4.003/2020 propõe prorrogação do prazo para universalização das bibliotecas escolares, bem como a criação de acervos virtuais (em tramitação na Câmara dos Deputados).
2020	Projeto de Lei n. 4.410/2020 propõe a prorrogação do prazo para a universalização das bibliotecas escolares para o ano de 2022, tendo como justificativa o cenário da pandemia do Novo Corona vírus (em tramitação na Câmara dos Deputados).
2020	Campanha Procura-se Fiscal de Biblioteca Escolar (CRB 3) convoca a população dos Estados do Ceará e do Piauí a denunciarem ao Ministério Público Estadual e aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação as escolas que não possuem bibliotecas.
2020	Campanha #somostodosbibliotecaescolar (CRB 7), divulgação de vídeos acerca da importância das bibliotecas escolares e do cumprimento da Lei n. 12.244/2010.
2020	Resolução MEC n. 12/2020 dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), efetua considerações acerca da obrigatoriedade da implantação da Lei n. 12.244/2010.

Fonte: Siqueira *et al.* (2021) e Pimenta (2011).

Na leitura dos projetos de lei, observamos que certas definições e conceitos inadequados são apresentados nos textos e isso acaba gerando dúvidas quanto à participação de órgãos competentes ou profissionais da área na construção das propostas legislativas. Como exemplo, cito o projeto de Lei n. 4.003/2020, que propõe a prorrogação do prazo para a

universalização das bibliotecas escolares, com definição pela Lei n. 12.244/2010, e propõe a criação de acervos virtuais. Isso é um problema, pois não se atenta para a real situação das bibliotecas escolares no Brasil, haja vista que a maioria das escolas não comporta bibliotecas escolares ou são confundidas com salas de leitura. Também não se atenta para a situação econômica das famílias dos trabalhadores brasileiros, em que muitas não têm tecnologia adequada aos estudos em ambientes virtuais. Côrte e Bandeira (2011) afirmam que a biblioteca escolar deve ser um espaço de estudo e de construção do conhecimento, deve colaborar com as atividades da escola e favorecer o enriquecimento cultural dos educandos. Isso ocorre por meio da leitura e do incentivo à aprendizagem. Portanto, só a oferta de ambientes *on-line* não auxilia os alunos na sua formação. Entendemos que essa discussão precisa ser realizada com seriedade, o que exige tempo e compromisso por parte dos educadores, pesquisadores, bibliotecários e legisladores.

Ao observar a palavra biblioteca, esta deriva do grego *Bibliothēke*, sendo composta por duas outras palavras: *Biblion*, que significa “Papel ou rolo com escrita”, e *Theca*, que tem o significado de “depósito ou caixa”. A definição do termo seria: armário, caixa ou depósito de papéis/livros. Atualmente, a etimologia da palavra biblioteca define bem as bibliotecas escolares de grande parte das escolas públicas, as quais são espaços de armazenamento de livros, que, muitas vezes, o espaço é utilizado para que o professor readaptado da escola possa exercer suas funções, como a entrega de livros didáticos e a organização de acervo (Rodrigues; Santos, 2017).

Quando o assunto é biblioteca escolar, é notório o não entendimento do seu valor e, sobretudo, da sua importância para o sistema educacional, em se tratando da comunidade interna e externa das escolas. Em sua maioria, na visão dos gestores, este espaço informacional não é valorizado, seja em termos de localização, ou em termos de investimento material e de recursos humanos. A prova disso, observa-se o grande quantitativo bibliotecas escolares sem bibliotecários ou sendo administrados por professores readaptados, ou qualquer outro colaborador da escola, além das inúmeras salas de leitura rotuladas como biblioteca escolar (Siqueira *et al.*, 2021, p. 15).

Para Campello (2015), a estruturação das bibliotecas escolares é uma calamidade, uma questão ainda não resolvida. A autora ressalta que a presença de boas bibliotecas é limitada a poucas escolas e elas são geralmente localizadas nas redes privadas de ensino e em cidades de maior porte, especialmente nas capitais de estados das regiões Sudeste e Sul; enfim, escolas com excelentes sistemas de bibliotecas escolares estão localizadas nas regiões mais ricas, desenvolvidas e industrializadas do país, voltadas, em sua maioria, às classes mais ricas.

Porém, quando analisamos a história da formação das bibliotecas universitárias, verificamos que estas seguiram um caminho diferente das bibliotecas escolares e públicas no Brasil. Com a criação dos primeiros cursos universitários, as bibliotecas universitárias se expandiram e, hodiernamente, são referência em disseminação de dados e auxílio à pesquisa científica, sobretudo as bibliotecas centrais das universidades públicas federais do Sudeste e do Sul do país, por exemplo, a rede de bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP). Isso nos leva a pensar: o que aconteceu com as bibliotecas escolares no sistema de ensino brasileiro? Foram desvalorizadas?

[...] no final do século XX, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, ocorreu o encorajamento do trabalho de pesquisa e investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, além da difusão da cultura. Destarte, para que isso se tornasse possível, os estabelecimentos de ensino superior — tanto público quanto privado — deveriam organizar suas bibliotecas, propiciando material e acesso à comunidade acadêmica e contribuindo diretamente para a missão das universidades. Dessa forma, é possível verificar que as bibliotecas assumem um importante papel na disponibilização e difusão do conhecimento, além de corroborar para a ampliação do acesso à informação e no apoio ao ensino e pesquisa (Barros, 2018, p. 82).

As bibliotecas universitárias sempre foram prestigiadas pelo poder público, enquanto as bibliotecas escolares não receberam a mesma atenção. A legislação mais notória sobre as bibliotecas escolares e sua inserção em instituições educacionais no Brasil é a Lei n. 12.244. Essa Lei dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. A legislação postula que todas as instituições de ensino públicas e privadas deverão ter bibliotecas e, no Artigo 2º, define a biblioteca escolar como “[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Brasil, 2010, p. 1).

Além disso, a Lei determina que as instituições educacionais devam incluir um título de livro para cada aluno matriculado na escola. Cabe ao “sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme a sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares” (Brasil, 2010, p. 1). Outrossim, salienta que os sistemas de ensino devem se esforçar para as bibliotecas escolares serem universalizadas e teriam o prazo de 10 anos para cumprir essa Lei, a partir da data de publicação (2010). Porém, isso não ocorreu, pois a Lei n. 12.244 não estabeleceu a responsabilidade, os investimentos e os aspectos punitivos ao descumprimento dela (Souza, 2018). A Lei n. 12.244 destaca um ponto relevante: que fosse respeitada a profissão do profissional bibliotecário. Em um país onde sempre houve a desvalorização das bibliotecas e

do bibliotecário, a Lei foi recebida como um avanço pela classe bibliotecária. Mas ela não fornece nenhuma informação sobre a função educativa da biblioteca e a sua ligação com políticas públicas de educação para a informação, apesar de existirem movimentos no Brasil e no mundo que já pensam e estudam essa questão.

É indubitável que não houve políticas públicas eficazes que se concentrassem na estruturação e valorização das bibliotecas escolares, ao contrário do que ocorreu com as bibliotecas universitárias no Brasil. No entanto, as bibliotecas dos IFs têm características que as tornam uma biblioteca escolar e universitária. Ao compreender a formação desses dois tipos de unidades de informação, é possível pensar em formas de organizar e transformar as bibliotecas multiníveis em espaços educacionais. Nas seções seguintes, abordaremos o *Information Literacy* e a infoeducação, movimentos teóricos e práticos que consideram a interdisciplinaridade entre educação, informação e o papel social das bibliotecas.

2.2 *Information Literacy*: educação para o uso da informação

A trajetória da atuação educacional do bibliotecário tem início com atividades de instrução bibliográfica (*Library Instruction*) que foram implementadas em universidades dos EUA, a partir dos anos de 1880. Os programas começaram tendo em vista que disponibilizar somente informações não ajudaria os usuários em seus estudos; era preciso que eles tivessem autonomia para o acesso às informações. Os programas de instrução bibliográfica foram realizados até a década de 1940, depois entraram em declínio, mas retornaram após a Segunda Guerra Mundial, direcionados, principalmente, para pesquisas técnicas e científicas (Santos, 2021).

No Brasil, os primeiros cursos de capacitação de bibliotecários para a instrução bibliográfica foram desenvolvidos e intitulados “Orientação Bibliográfica”. É nesse período que se insere o termo “Educação de Usuários”. A educação de usuários é considerada um grupo de atividades educativas voltadas para o uso da informação, que, ao contrário dos serviços de referência, buscavam tornar os educandos/usuários proativos na busca da informação nos serviços informacionais oferecidos pela biblioteca (Campello, 2003).

A partir dos anos 1970, múltiplas iniciativas e movimentos que se relacionavam ao processo de apropriação de saberes informacionais foram criados, com destaque para os programas de *Information Literacy*, que têm sido disseminados pela *American Library Association* (ALA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO). O termo *Information Literacy* surgiu em 1974 no relatório *Information services environment relationships and priorities. Washington D.C.: National Commission on Libraries*⁷ (Zurkowski, 1974). O relatório foi elaborado pelo bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski, que era presidente da *Information Industry Association*. No seu trabalho, o autor apresentou uma série de serviços e produtos que deveriam ser oferecidos por empresas públicas e privadas em relação às suas bibliotecas para ensinar os trabalhadores a utilizarem a informação. Zurkowski “antevia [...] mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à *information literacy*. Sugeria que os recursos informacionais deveriam ser aplicados [...] no trabalho, na resolução de problemas” (Dudziak, 2003, p. 24). Para o autor, o aprendizado deveria ocorrer por meio de técnicas e habilidades no uso de ferramentas para o acesso à informação. Com o passar do tempo, o termo *Information Literacy* (IL) passou a ser trabalhado por bibliotecários de todo o mundo e repensado por diferentes profissionais das áreas da Informação e da Educação.

Em 1976, um novo significado para a *information literacy* surgiu, criado pelos autores Hamelink e Owen, que inseriram a noção dos valores ligados à cidadania, e não apenas na aquisição de habilidades para uso da informação (Dudziak, 2003). No decorrer dos anos, o *information literacy* e a sua concepção de formação para o uso competente da informação têm crescido, sendo criados distintos programas, teses, dissertações, dentre outras iniciativas. Os programas criados foram, sobretudo, direcionados para bibliotecas escolares de Ensino Médio e bibliotecas universitárias (Doyle, 1994; Kuhlthau, 1994). Com a aplicação de programas educativos voltados para o *information literacy*, o bibliotecário passou a ser visto nos países como educador, e seu trabalho cooperativo com professores e gestores educacionais passou a ser integrado às atividades da biblioteca escolar e universitária (Dudziak, 2003). A definição de *information literacy* mais utilizada e disseminada é a do documento *Presential Committee on information literacy: Final Report* (1989), que foi preparado por um grupo de bibliotecários e educadores da *American Library Association* (ALA). O documento destaca que:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação, é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...]. Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela (American Library Association, 1989, p. 1).

⁷ “Relações e prioridades do ambiente de serviços de informação. Washington, DC: Comissão Nacional de Bibliotecas” (tradução nossa).

O documento da ALA afirma que existe uma lacuna entre a sala de aula e a biblioteca, e as recomendações se concentram, principalmente, na implantação de um novo modelo de educação para a formação de aprendizagens informacionais, que só correria a partir de uma reestruturação curricular na qual seja privilegiado o uso dos recursos informacionais, a fim de proporcionar aos aprendizes o hábito de buscar e utilizar criticamente a informação e a biblioteca (Dudziak, 2003).

Em distintos países, o termo *information literacy* recebeu diferentes traduções, por exemplo, em espanhol, encontra-se designado como “[...] *alfabetización informacional*, [...] em francês, *éducation à l’information* (educação para a informação), bem como *culture de l’information* (cultura da informação)” (Perrotti; Pieruccini, 2013). A ênfase na busca e uso da informação para resolver problemas, direcionando o aprendiz ao pensamento crítico e criativo, está sendo explorada por educadores ao redor do mundo e representa o desenvolvimento do pensamento crítico no *information literacy*. No Brasil, a tradução de *information literacy* foi realizada de formas também distintas, por exemplo, alfabetização informacional, letramento informacional, Competência em Informação (CoInfo) e outras. Os primeiros estudos sobre o *information literacy*, no país, desenvolveram-se relacionados à educação de usuários. De acordo com Dudziaki (2003, p. 28), “[...] apesar de todas as iniciativas, constata-se a falta de uma política integradora junto à comunidade acadêmica, com relação aos processos de ensino-aprendizagem” voltados ao *Information Literacy* no país. Corroborar-se com a autora, uma vez que, passados 20 anos da sua afirmação, o movimento do letramento informacional/competência da informação/*Information Literacy*, no Brasil, não teve avanços significativos no sentido de se tornar uma política pública educacional.

Dudziaki (2003, p. 28) define o *information literacy* como o “processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”. O objetivo do *information literacy* é formar indivíduos que, sabendo determinar a natureza e a extensão de sua necessidade informacional, possam tomar decisões inteligentes. Os alunos buscam informação, dialogando com colegas, professores, educadores e bibliotecários, definem suas necessidades de informação e sabem identificar fontes de informação potencial, visando a tomar as melhores decisões fazendo o uso adequado da informação (Dudziaki, 2003).

As características do *information literacy* estão relacionadas ao aprendizado contínuo. Isso envolve informação, conhecimento e inteligência. É transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais. Os componentes que sustentam o conceito de *Information literacy* são: o processo investigativo, o aprendizado ativo, o aprendizado independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida (Dudziaki, 2003). No mundo, existem diferentes concepções para o *Information Literacy*, mas três se destacam: a primeira trata da concepção da informação, com ênfase na tecnologia da informação; a segunda concepção se relaciona com a cognição; e a terceira se relaciona com a inteligência com foco no aprendizado. Todas essas concepções determinam a complexidade do *Information Literacy*, porém somente a concepção de *information literacy* com foco no aprendizado percebe o bibliotecário como um agente educacional, como pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 – *Information literacy* e suas áreas de atuação

<p><i>Information literacy</i> – Ênfase na tecnologia da Informação</p>	<p>Prioriza a abordagem do ponto de vista dos sistemas, com o aprendizado de mecanismos de busca e uso de informações em ambientes eletrônicos. Limitado ao simples aprendizado de habilidades e conhecimentos instrumentais, praticamente mecânicos, tem como foco o acesso à informação.</p>
<p><i>Information literacy</i> – Ênfase nos processos cognitivos</p>	<p>Os sistemas de informação são examinados à maneira como são percebidos pelo indivíduo. Os pesquisadores que se dedicam a essa concepção de <i>information literacy</i> procuram entender como as pessoas buscam sentido para seus questionamentos e pesquisas, a partir de suas habilidades e conhecimentos. A biblioteca é concebida como espaço de aprendizado, e o profissional da informação aparece ora como gestor do conhecimento, ora como mediador nos processos de busca da informação. O paradigma educacional que dá suporte a esse modelo de <i>information literacy</i> é o alternativo, que privilegia o processo de ensino/aprendizado, tendo o foco no indivíduo/aprendiz.</p>
<p><i>Information literacy</i> – Ênfase no aprendizado ao longo da vida</p>	<p>Pressupõe mais que a apropriação tecnológica ou a mudança nos processos cognitivos. Presume a incorporação de um estado permanente de mudança, a própria essência do aprendizado como fenômeno social. Neste cenário, a biblioteca aparece como espaço de expressão do sujeito, e o profissional da informação transforma-se em agente educacional, ativamente envolvido com a comunidade mais que mediador, o trabalho do bibliotecário como agente educacional está direcionado a mediação do aprendizado.</p>

Fonte: Dudziaki (2003, p. 30-31, grifos nossos).

O *Information literacy*, com foco no aprendizado ao longo da vida, enfatiza o bibliotecário como agente educacional, que se concentra em atividades de mediação do

aprendizado para o uso da informação. Contudo, ao analisar de forma crítica a questão da educação para o uso da informação no *Information Literacy*, essa função educativa remonta a períodos de mudanças históricas e sociais influenciadas, sobretudo, pelo progresso da sociedade capitalista após a Segunda Guerra e o avanço da Guerra Fria, cujos termos Competências e Habilidades eram destaques e sinônimos para o uso competente das novas tecnologias de comunicação e informação que estavam surgindo.

Apesar disso, acreditamos que a educação para a informação não se resume a um processo de transmitir conhecimento, habilidades, técnicas e competências para o uso da informação e suas tecnologias. Para nós, a educação para a informação vai além, pois a informação não é um meio ou um fim; ela é um processo, uma “passagem” de criar oportunidades para a produção de conhecimentos, sejam estes emocionais, profissionais, culturais e outros. Já o bibliotecário, como educador, nunca deve pensar a biblioteca (escolar, pública, universitária, multinível e outras) como um espaço que perpetua as desigualdades que a sociedade capitalista propaga, como a culpa dos marginalizados, daqueles que não têm acesso à informação, aos conhecimentos e às riquezas produzidas pela humanidade. É preciso, sobretudo, que os bibliotecários percebam a biblioteca como um espaço dialógico.

A biblioteca, com sua ação educativa, equivale a espaços/meios/passagem/possibilidades de criar conhecimento e ajudar a formar cidadãos conscientes da pluralidade cultural humana e das problemáticas que a sociedade da informação apresenta. Porém, sabemos que, para oferecer uma boa educação para a informação no Brasil, faz-se necessário pensar as suas bibliotecas e a atuação educativa do bibliotecário. Enfim, corroborando com Perrotti e Pieruccini (2007; 2016), constatamos que existe um verdadeiro fosso histórico entre a Educação e a Informação no Brasil. Logo, é substancial pensar em uma “infoeducação”, isto é, uma educação para a informação que perceba os educandos como seres criativos e criadores de cultura, e não somente depósitos da “educação bancária”, conforme destaca Paulo Freire.

2.3 A infoeducação: caminhos para desenvolver saberes informacionais nas bibliotecas multiníveis

Na Ciência da Informação, a infoeducação é um campo teórico e metodológico que discute a interdisciplinaridade de dois campos fundamentais: a Informação e a Educação. Consideramos essa linha de pensamento teórico e prático essencial para pensar as bibliotecas multiníveis e a sua função educativa. Segundo Perrotti (2021), a Educação e a Informação se

desenvolveram separadamente na estrutura educacional brasileira. A questão da Educação e da Informação foi abordada, inicialmente, pela figura do professor como a única fonte de informações, seguida pelos livros didáticos, sem oferecer aos alunos a hipótese de refletir sobre os diversos saberes e os múltiplos processos de criação da cultura.

Historicamente, contudo, a informação tendeu a ser tratada como insumo, muitas vezes indispensável, mas considerado secundário nos processos educativos. Tal instrumentalização, que, entre outras coisas, reduz a informação simplesmente a seus aspectos de conteúdo, prevaleceu durante séculos e pode ser facilmente reconhecida ainda hoje pelo modo como os sistemas educacionais continuam, por exemplo, relegando a segundo plano, dispositivos informacionais como as bibliotecas, sejam as escolares ou outras, entendendo-as como mero recurso auxiliar, de complementação pedagógica. E isto quando não a julgam dispensáveis (Perrotti, 2016, p. 10).

O termo infoeducação foi criado para denominar o I Colóquio Brasil-França de Infoeducação. O evento foi realizado em São Paulo, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), em outubro de 2000. A infoeducação é definida como:

[...] como área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica e dispositivos culturais*, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de *protagonismo cultural*, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas *Sociedades do Conhecimento* (Perrotti; Pieruccini, 2007, p. 91, grifos dos autores).

Os pesquisadores responsáveis por desenvolver e coordenar essa linha de pesquisa, no Brasil, são os docentes Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini.

Se Freire, além da pedagogia da leitura, formulou uma epistemologia da escrita, a infoeducação, seguindo tais trilhas, aspira ser também, mais que uma pedagogia ou uma didática da informação. Ao articular informação e educação num mesmo termo, aponta para dimensões epistemológicas, para esforços de compreensão dos diferentes aspectos que constituem a dimensão formativa da informação (Perrotti, 2016, p. 17).

A formulação do conceito de infoeducação está fundamentada em estudos teórico-práticos que se preocupam com a dimensão formativa da informação, e isso vai ao encontro do objetivo central de estudo desta tese, pois o desenvolvimento da infoeducação se relaciona às pesquisas que utilizam “metodologias colaborativas”. Trata-se, portanto, de uma ruptura epistemológica e prática que, além de distinções teóricas e metodológicas, abre trilhas para a superação de abordagens restritas, que focam apenas em perspectivas procedimentais e

adaptativas, que, como ocorreu no passado, está subordinando o campo da Informação ao da Educação, uma atitude completamente desconectada da realidade cultural da sociedade contemporânea (Perrotti, 2016).

A problemática da infoeducação corresponde aos problemas educacionais e sociais relacionados à chamada “Era da Informação”. Essa época está sendo caracterizada tanto pela falta como por excesso de informações, em que se necessitam de ações educativas urgentes para encarar esses problemas. Perrotti nos alerta para a imprescindibilidade de revermos a origem de bibliotecas, museus, arquivos e nos questionarmos sobre seus fundamentos, objetivos: como organizá-los e desenvolvê-los na Era da Informação? O autor indaga: a informação e os seus processos, que eram “educativos” no passado, continuam se justificando, presentemente? Esses processos educativos devem ser reconsiderados?

Entendemos que sim e há muito tempo as bibliotecas e os bibliotecários vêm sendo questionados sobre a sua função educativa para o uso da informação. Mas como desenvolver a função educativa para a informação nas bibliotecas brasileiras em um país que convive com grandes problemas sociais, culturais e históricos? Onde um ensino básico de qualidade é oferecido apenas para a classe dominante, enquanto a classe pobre e trabalhadora recebe uma educação excludente e tecnicista, voltada para as competências necessárias ao mercado de trabalho?

A precariedade de acesso a diferentes tipos de informações relevantes está lado a lado com avalanches sígnicas, muitas vezes irrelevantes, apesar da grande quantidade, apresentando ambas as situações características problemáticas e problematizadoras que apontam tanto para exclusões, promovidas pela falta, como para estresses informacionais [...] resultantes dos bombardeios sígnicos. Como, por exemplo, localizar, selecionar, avaliar informações que nos chegam aos borbulhões, sob diferentes formas, sem que tenhamos tempo para identificar suas procedências, examiná-las, confrontá-las com outras, analisá-las, penetrar em suas sinuosidades e silêncios [...]. Como ler textos e sub-textos, estabelecer prioridades, distinções, valores, em agitados e moventes oceanos de sentidos de faltas de sentidos que disputam acirradamente nossa atenção? Como, enfim, selecionar, acessar, processar, ler a informação não somente em seus conteúdos, formas e formatos manifestos, mas também nos latentes, nos implícitos, isto é, ir além das evidências que elas encerram? (Perrotti, 2016, p. 7).

Ao ter em vista as problemáticas apresentadas, Perrotti (2016) entende que é preciso discutir **a dimensão formativa da informação**, ao estar em jogo e não apenas saber navegar nos turbilhões informacionais, mas compreender o sentido de tal navegação, “[...] condição fundamental para que navegantes da nova era possam escapar dos labirintos sígnicos que os ameaçam e podem aprisioná-los, ao invés de emancipar suas potencialidades criadoras e criativas” (Perrotti, 2016, p. 7-8). O autor alerta para o fato de que a informação é

sociocultural e não pode ser restrita aos limites físicos ou técnicos, uma vez que tem uma incontornável e distintiva dimensão simbólica, criada na cultura, por via de signos criados e compartilhados em relações históricas e sociais.

A informação não deve ser considerada apenas como algo ou insumo a ser consumido; ela implica, necessariamente, além de signos, sujeitos e significados em negociações permanentes, realizadas em contextos socioculturais definidos. Não é apenas uma coisa, mas um processo contínuo que envolve trocas e interlocuções dinâmicas que geram significados (Perrotti, 2016). A infoeducação entende que a informação é uma categoria indispensável, objeto autônomo e de experiência formativa, para os educandos, embora possa ser insumo, é instrumento para experiências de diferentes ordens sociais e culturais. Logo, a infoeducação não pretende que os educandos tenham somente o domínio de habilidades (*skills*) ou procedimentos (*competencies*) para o uso da informação. Ela entende que existem diferentes saberes informacionais, interroga-os, coloca-os em questão, articulando-os a quadros gerais de produção, mediação e apropriação de conhecimento e cultura, a processos reflexivos que colocam em risco as próprias concepções de informação e formação, bem como as relações estabelecidas entre elas (Perrotti, 2016).

A infoeducação visa a oferecer instrumentos cognitivos que permitam aos protagonistas culturais não somente aprender, mas também “[...] apropriar-se crítica e criativamente da cultura da informação, escolher caminhos e não apenas percorrer com eficácia tramas culturais cujos sentidos lhes escapam ou lhes são desconhecidos” (Perrotti, 2016, p. 11), pois, para a infoeducação:

[...] informar, informar-se é significar, é ato de significação, embora abordagens pautadas pelo cognitivismo informacional a que se refere Bruner e que está na base da maioria de trabalhos que dão sustentação à *information literacy* no momento atual, desconsidere tal fato, reduzindo a informação, portanto, a jogo simples de sinais, de dados e não de signos que se fazem e refazem permanentemente em quadros socioculturais concretos (Perrotti, 2016, p. 1).

A informação como um objeto complexo, na infoeducação, comporta dimensões operacionais, mecânicas, por exemplo, ligar TV, utilizar celulares, *tablets*, acessar bases de dados etc. Porém, além dessas características, a informação tem dimensões políticas, culturais, afetivas, éticas etc. Toda essa diversidade remete a saberes e fazeres “[...] a saberes culturais indispensáveis a intervenções afirmativas na cultura de nossa época. A infoeducação entende que os domínios operacionais, metodológico e epistemológico da informação não se separam” (Perrotti, 2016, p. 11-12). Dessa forma, aprender na infoeducação é uma atividade que afirma os sujeitos em relação ao conhecimento, aos saberes, aos signos e às significações;

é uma atividade de produção de conhecimento em interlocuções vivas e dinâmicas com a cultura, o mundo, o outro e consigo mesmo. A formação na infoeducação não se limita a aprender a usar a informação. É relevante, também, compreender a informação como um fenômeno histórico, social, epistêmico e uma “arte liberal”. Para Perrotti (2016, p. 17, grifos nossos):

Sob tais termos, compartilha preocupações, mas ultrapassa as “liberal arts”, a que se referem Shapiro e Hughes, da mesma forma que distingue-se das “artes mecânicas”. Ocorre que, mais que se ocupar de um “fazer”, ela se ocupa de um “agir”, de um “ato de significação”, para empregarmos a terminologia de Bruner (1997). Por isso, não há como deixar de considerar os metassaberes informacionais específicos, não há como relegar a segundo plano perguntas do tipo: **O que é informação? Como ela é produzida, mediada, apropriada? Quais seus instrumentos, seus sentidos e significados em diferentes contextos e grupos sociais? Quais suas instituições e o sentido histórico e cultural de cada uma delas, de seus dispositivos, suas práticas?**

Percebemos que as concepções educacionais da infoeducação não se situam em princípios instrumentais, em manuais ou guias, pois os sujeitos, ao utilizarem a informação, encontram-se em diferentes contextos sociais e situações. Sabemos que os processos cognitivos não cabem em manuais de instrução, pois “[...] o mundo simbólico resiste e escapa a formulações fechadas que, mais que promover sujeitos, tentam adaptá-los a padrões [...] a infoeducação cogita ser reflexiva e compromissada com a formação de seres autônomos, críticos e criativos” (Perrotti, 2017, p. 13). A pretensão da infoeducação é a formação de indivíduos que possam escolher, avaliar e articular os seus saberes e fazeres informacionais com as demandas históricas gerais de seus e de outros tempos e espaços, a formação de indivíduos que possam atuar consistentemente nos rumos de seu tempo e espaço, de cidadãos capazes de decidir os seus e os destinos da cultura da informação. Por conseguinte, não se trata apenas de formar usuários de informação, mas de protagonistas, sujeitos produtores de informação, conhecimento e cultura, já que a perspectiva da infoeducação não se limita ao consumo, como também à apropriação e à criação cultural.

Um exemplo talvez ajude a compreender a questão. Embora possamos reconhecer sinais que constituem um texto, tal reconhecimento não garante que consigamos lê-lo, no sentido de relacioná-lo a contextos e situações variadas de significação. Aliás, foi isso que a pedagogia freiriana trouxe de importante para o país. Deixou claro que ter domínio técnico dos sinais e dos códigos não significa necessária e automaticamente capacidade de leitura. Na perspectiva de Freire (1989), ler é atividade criativa e crítica de relação entre sujeitos e signos, situados no mundo (Perrotti, 2016, p. 9).

Portanto, os programas do passado e do presente, como, por exemplo, o *bibliographic Instruction* e o *information literacy*, que focam em uma educação instrumental da informação,

não conseguem atender a real demanda dos educandos para a produção dos seus saberes informacionais.

2.3.1 Saberes informacionais na infoeducação

Como já explicitado, existem, no mundo, movimentos que visam à formação da aprendizagem informacional, por exemplo, o *Information Literacy*. Esses movimentos focam na **competência para o uso da informação** e não percebem que o uso excessivo do termo “competência” reduz as possibilidades da ação formativa da informação nos dispositivos culturais. Apresentando essa problemática, Perrotti (2016, p. 16) questiona:

Em que termos devemos tomar, portanto, a informação, quando nos ocupamos de sua perspectiva formativa? Eis aí questão essencial e que não é só epistemológica, mas essencialmente política. Afinal, onde inscrevemos as aprendizagens informacionais? No campo das artes liberais, como fazem Shappiro e Hughes (1996)? No das *artis mechanicae*, como fez Zurkowski (1974)? Em nenhum deles, mas em um terceiro caminho teórico-prático, como pretende a infoeducação?

A infoeducação tem como objetivo a formação de saberes informacionais, implicando a formação de três tipos de saberes: os saberes factuais, os conceituais e os procedimentais ou atitudinais. No Quadro 5, apresentamos a descrição de cada um desses saberes.

Quadro 5 – Tipos de saberes a serem desenvolvidos pela infoeducação

Saberes factuais	Referem-se a fatos e, do ponto de vista pedagógico, podem ser incorporados pelos sujeitos mediante atividades de memorização, envolvendo repetições verbais.
Saberes conceituais	Implicam atividades de estabelecimento de relações significativas entre os fatos e os sujeitos e suas condições de aprendizagem. São apropriados por experiências de diferentes naturezas.
Saberes procedimentais ou atitudinais	São caracterizados como saber-fazer, isto é, como a capacidade de realização de ações tendo em vista um objetivo, dizem respeito, portanto, aos procedimentos, às estratégias lógico metodológicas. Por fim, os atitudinais que dizem respeito a valores, normas, atitudes e demandam experiências envolvendo tanto aspectos cognitivos e afetivos, como comportamentais.

Fonte: Elaborado pela autora, tendo como referência Perrotti (2016).

Os dispositivos culturais (bibliotecas, arquivos, museus e outros) na infoeducação são vistos como espaços vivos, essenciais às dinâmicas informacionais, e não apenas acessórios: são considerados espaços de significação, de diálogo. Perrotti (2016) entende que as bibliotecas, como dispositivos culturais, têm três paradigmas históricos. Esses paradigmas são os da conservação cultural, da difusão cultural e o da apropriação cultural e afirmam que

muitas dessas características se misturaram nas bibliotecas no decorrer do seu desenvolvimento. Para Perrotti (2016), existem três modelos epistemológicos de bibliotecas, que seriam a Biblioteca *Templum*, a Biblioteca *Emporium* e a Biblioteca *Forum*: “Compreender cada uma delas ajuda-nos a entender os dispositivos de informação e cultura, bem como refletir sobre as dimensões formativas correspondentes a cada um e aos paradigmas históricos que os constituem” (Perrotti, 2016, p. 18). No Quadro 6, apresentamos a definição de cada modelo de biblioteca, proposto pelo autor.

Quadro 6 – Modelos epistemológicos de bibliotecas na infoeducação

Biblioteca <i>Templum</i>	A primeira modalidade de biblioteca e a mais antiga é a que denominamos Biblioteca <i>Templum</i> . Tal designação remete a instituições criadas com finalidades de guarda e preservação da chamada memória social . Originárias da Antiguidade e cujo exemplo mais conhecido talvez seja da Biblioteca de Alexandria, do século III a.C., a preocupação com a conservação cultural acabou as transformando em locais quase sagrados, com rituais a que somente poucos iniciados tinham e continuam tendo direito de acesso.
Biblioteca <i>Emporium</i>	A Biblioteca <i>Emporium</i> resultou da necessidade de difusão cultural e não simplesmente de conservação, constituindo-se como uma realidade histórica com os chamados Tempos Modernos que advêm com o Renascimento europeu. Suas bases filosóficas encontram eco em formulações iluministas e educação e cultura para todos. Desse modo, à nova categoria social, triunfante com a derrocada do Feudalismo, já não bastava, como nos tempos aristocráticos, simplesmente conservar e cultivar a memória social; era preciso difundi-la, a fim de permitir a membros de novos segmentos que iam ganhando a cena histórica a apropriação de saberes até então acessíveis apenas por clérigos e aristocratas. A Biblioteca <i>Emporium</i> é um dispositivo informacional concebido como instância de oferta, de distribuição, e não apenas de conservação cultural.
Biblioteca <i>Forum</i>	Esta se caracteriza como um dispositivo de mediação cultural que reconhece e coloca sujeitos e repertórios culturais diversificados, sem relações de negociação simbólica, em processos dinâmicos e afirmativos de apropriação e protagonismo cultural, tendo em vista a produção de sentidos. A Biblioteca <i>Forum</i> implica não somente a oferta cultural, própria dos modelos difusionistas; integra também, e especialmente, a demanda a suas configurações e dinâmicas, estabelecendo vínculos e pontes , a partir da diversidade que a caracteriza, ou seja, reconhecendo e articulando diferenças em diálogos nem sempre fáceis ou passíveis de concordância final, mas sempre geradores, estimulantes e culturalmente vivos e ricos.

Fonte: Adaptado de Perrotti (2016, grifos nossos).

O modelo de biblioteca *Emporium* foi o modelo mais difundido em todos os países e, nessas bibliotecas, a difusão cultural é o centro dos serviços ofertados. Presentemente, o discurso difusionista vem orientando a criação dos dispositivos culturais, por exemplo, bibliotecas, arquivos e museus. Esses dispositivos culturais entendem que somente a disponibilização de informação e bens culturais gera, automaticamente, a apropriação cultural.

[...] tal discurso reduz a problemática da apropriação cultural a simples questão de acesso, deixando de considerar as dimensões histórico-culturais que aí intervêm e suas consequências. Desaparecem, em decorrência, as fraturas culturais que marcam a vida social, em especial em sociedades profundamente desiguais como a brasileira e as dificuldades de toda espécie geradas por tal fato. Caso queiramos superar fraturas culturais históricas, teremos que colocar em cena novas concepções, práticas, novos dispositivos de educação e cultura, fundamentados no diálogo e atentos não só à produção, disponibilização e acesso às informações, mas à sua apropriação, à sua criação e recriação (Perrotti, 2016, p. 20).

Os modelos de biblioteca *Emporium* também contribuem para a homogeneização cultural, como um modelo central, único de cultura, que não representa a sociedade em que se insere. Perrotti (2016, p. 21) entende que, para a sociedade atual, o melhor modelo de dispositivo cultural seria o fórum cultural, pois se apresenta como “[...] local de aprendizagens e de negociação de sentidos, de ação afirmativa dos sujeitos com e sobre os signos, ao mesmo tempo que de apropriação de saberes indispensáveis às negociações dos saberes informacionais”. Assim, a Biblioteca *Forum* realiza ações de informação e educação explícitas, apresentando-se não somente como espaço de apropriação de conhecimentos culturais gerais, mas também de saberes específicos: os metas-saberes informacionais.

Na Biblioteca *Forum*, a função educativa é contínua e ocorre ouvindo as vozes que necessitam de diferentes saberes informacionais “[...] por suas configurações e processos - e não somente pelos conteúdos que disponibilizam - eles formam, apontando em direção à cidadania cultural, à participação em processos de criação e não de mera assimilação ou consumo irrefletido de signos” (Perrotti, 2016, p. 21-22). Para desenvolver ações educativas nas bibliotecas *forum*, é necessário criar ações pedagógicas que devem ser negociadas com a comunidade, de modo que as atividades não se transformem em ritos de aculturação e de sobreposição cultural. As ações pedagógicas devem ser baseadas em diálogos promissores, apesar de, às vezes, serem difíceis e, em alguns casos, não haja a possibilidade de conciliação entre as partes envolvidas na negociação (Perrotti, 2016). Sobre os programas de infoeducação realizados nas bibliotecas *forum*, estes devem ser voltados para *ensinar a informação* e isso pode ocorrer de diferentes formas e com variadas experiências.

Variar mais ou repetir as práticas oferecidas, em função da especificidade dos públicos e dos processos a serem desenvolvidos, especializar esta ou aquela função, em consonância com os contextos, valorizar esta ou aquela linguagem, este ou aquele recurso, são processos educativos e formativos, da mesma forma que realizar uma oficina de pesquisa escolar. Ter rodas de histórias sistematicamente pode ser, por exemplo, uma excelente forma de apropriação dos saberes próprios da oralidade, assim como oficinas de informática, dos saberes digitais (Perrotti, 2016, p. 22-23).

As práticas educativas para a aprendizagem na Biblioteca *Forum* requerem o desenvolvimento de programas e projetos de infoeducação sistemáticos, mas estes não devem ser apresentados no mesmo nível formal e fechado dos programas escolares, pois a aprendizagem da informação é mais baseada em experiências informacionais relevantes do que em textos rígidos, fechados e estruturados.

Não se trata de transformar simplesmente a informação em objeto de ensino, mas de tomá-la como objeto e aprendizagem, lembrando que, dificilmente, os formatos escolarizantes conseguem ir nessa direção. [...]. Aprender por experiências, em situações significativas, não quer dizer, todavia, ausência de objetivos, de percursos, de conteúdos claramente definidos, de acompanhamento reavaliação dos resultados obtidos. Significa, ao contrário, a formulação de projetos, de programas de infoeducação, constituídos em função dos públicos a serem atendidos e de modo dialógico, colaborativo, com participação de diferentes instâncias a eles relacionadas. **A apropriação dos saberes informacionais demanda ações programáticas que podem iniciar-se e ajustar-se a condições de crianças bem pequenas, como de adultos e idosos.** Se as rodas de histórias, mencionadas anteriormente, podem ser oportunidade para o desenvolvimento de saberes ligados à oralidade, oficinas intergeracionais de memória também podem oferecer as mesmas aprendizagens, além de permitirem o reconhecimento da importância da informação oral como veículo de experiências fundantes, mas não midiáticas (Perrotti, 2016, p. 23, grifos nossos).

A biblioteca *forum*, portanto, tem um papel fundamental na educação, ao perceber os cidadãos não como usuários da informação, mas como protagonistas culturais. Isso se dá porque, na Era da Informação, com seus conflitos sócio-culturais, os protagonistas devem se apropriar dos bens culturais e não se tornar apenas consumidores alienados de informação e cultura de massa.

2.3.2 Os protagonistas culturais

Na subseção anterior, compreendemos que existem três modelos epistêmicos de bibliotecas, sendo a Biblioteca *Templum*, a Biblioteca *Emporium* e a Biblioteca *Forum*. Sobre a questão formativa para o uso da informação na biblioteca *Templum*, podemos perceber que esta não existe, haja vista que seus acervos são fechados ou voltados para públicos específicos e, se houver atividade educativa, será voltada para usuários específicos. Nas Bibliotecas *Emporium*, a dimensão formativa se relaciona à difusão cultural, ao acreditarem que, quando se possibilita acesso aberto aos bens culturais, estão favorecendo a educação dos seus usuários, como são “[...] unidirecionais [...] partem da hipótese da suposta superioridade dos repertórios culturais disponibilizados, quando comparados aos dos sujeitos que com eles se relacionam. Desse modo, a cultura dos diferentes públicos não é reconhecida como tal pelos modelos difusionistas” (Perrotti, 2016, p. 24). Assim, para os modelos de Biblioteca *Templum*

e Biblioteca *Emporium*, a apropriação cultural não é um objetivo específico, muito menos a criação de condições que permitam ocorrer.

Esses modelos de bibliotecas impõem valores culturais aos seus usuários e se utilizam de pressuposições sobre o que poderia ser de interesse dos usuários na realização de suas atividades, sem considerar as heterogeneidades de suas necessidades informacionais. Mas a biblioteca *Forum* busca um caminho diferente, ao visar a olhar seus participantes não como usuários, mas como protagonistas culturais. Ao serem considerados protagonistas culturais, os participantes dos processos informacionais da biblioteca *forum* são acolhidos e preparados para desempenharem um papel central nas dinâmicas da informação, do conhecimento e da cultura. Na biblioteca *fórum*, mais do que “usuários”, há cidadãos que protagonizam processos socioculturais, muitas vezes difíceis de produzir significados (Perrotti, 2016). Esse modelo de biblioteca, conseqüentemente, pretende a formação de identidades cidadãs que estejam, segundo os processos de participação afirmativa, nas dinâmicas culturais. Em conclusão, se ela visa a formar o protagonista cultural, carece da figura do profissional bibliotecário mediador cultural, isto é, do educador cultural.

2.3.3 O bibliotecário como mediador cultural e educador

Observamos que a infoeducação oferece uma nova alternativa aos bibliotecários, pois eles são percebidos como mediadores culturais, e não somente profissionais técnicos:

Na perspectiva da infoeducação, como os demais participantes das tramas e circuitos informacionais, os profissionais da informação ocupam posição central nas dinâmicas culturais de que participam. Se eles foram historicamente reduzidos ou equivocadamente compreendidos apenas como técnicos especializados, profissionais de “apoio”, vale dizer, secundários em relação a outros, reaparecem agora redefinidos como mediadores culturais, sujeitos criativos e criadores, destinados a ocupar papel central nas dinâmicas culturais (Perrotti, 2016, p. 27).

Porém, faz-se necessário que o mediador cultural/educador cultural busque uma formação que atenda a esse perfil de mediação, pois a mediação cultural e educacional demanda dos profissionais bibliotecários saberes e fazeres de ordem não apenas operacional, técnica ou metodológica, mas também saberes teórico-epistemológicos.

[...] embora estes se apresentem como sujeitos munidos de habilidades e competências especiais referentes a seus fazeres, eles são muito mais que técnicos especializados de apoio a diferentes processos informacionais. São mediadores culturais que, ao atuarem em instâncias de mediação e lhes são próprias, protagonizam processos de apropriação cultural, criam condições para que processos de negociação simbólica se efetivem e ganhem corpo, para que diálogos culturais se instituem e constituam a cultura (Perrotti, 2016, p. 26).

Portanto, o bibliotecário educador necessita de um domínio tanto de conhecimentos gerais quanto específicos, que dizem respeito ao seu objeto e objetivo, sendo a Informação e a Educação, uma vez que estas têm seus diversos aspectos operacionais, procedimentais e conceituais, pois vivemos em um mundo com graves deficiências informacionais, mas que convive com avalanches de significados que desafiam a nossa capacidade de produzir significados imprescindíveis para o convívio social. Cabe aos mediadores culturais o papel relevante e central de articuladores de redes de sentidos, que, para se formarem, requerem conhecimentos específicos e dispositivos de mediação adequados para esse papel.

Compreendemos a infoeducação como um campo teórico e metodológico que se destaca por seu olhar questionador da Educação para a Informação, que discorda de uma educação para a informação, com foco apenas na formação de competências e habilidades para o seu uso. A infoeducação visa a olhar para a dimensão formativa da informação nos seus aspectos teóricos e práticos; por isso, a infoeducação é um passo além científico-profissional. É uma abordagem transdisciplinar e sociocultural que se ocupa das dimensões epistêmicas fundamentais, que estão envolvidas nas relações entre Informação e Educação. Entendemos que a infoeducação fornece as bases para que bibliotecários, museólogos, arquivistas e os dispositivos em que atuam sejam fundamentais e essenciais às dinâmicas de apropriação de informação, conhecimento e cultura no nosso tempo (Perrotti, 2016).

Santos (2021), em pesquisa de mestrado sobre os saberes informacionais na formação integral, na rede de bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), salienta que as bibliotecas do Instituto têm características de serem dispositivos dialógicos, porém necessitam de mais investimentos em ambiência e práticas pedagógicas e culturais. Temos a mesma opinião de Santos (2021), pois não é possível retroceder na ideia de investir nas bibliotecas dos Institutos Federais. É preciso elaborar um plano de educação para a formação de saberes informacionais de forma sistemática, pois as bibliotecas dos Institutos têm um papel social relevante na comunidade estudantil.

Dado que as diretrizes dos IFs incluem políticas de incentivo à permanência estudantil, auxílio financeiro para estudantes de baixa renda e outras ações, faz-se substancial compreender que a biblioteca pode desempenhar um papel muito maior que o de fornecer acesso à informação. As unidades de informações dos IFs são espaços de descanso em meio às aulas regulares, aulas de reforço, iniciação científica, atividades de extensão, bem como proporcionam saúde mental. É primordial haver uma cooperação mútua entre a biblioteca e a escola, com a primeira atuando conforme a missão e os valores institucionais, enquanto a

segunda proporciona condições para a biblioteca poder desempenhar suas funções como recurso na educação formal, não formal e informal, na perspectiva da formação humana integral (Santos, 2021).

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (Brasil, 2007, p. 47).

Em suma, é perceptível que a infoeducação se constitui como indispensável aos bibliotecários que desejam exercer a função educativa nas instituições de ensino e cultura. É preciso que esses profissionais estejam familiarizados com as concepções e os princípios da Educação, da Didática, da formação das bibliotecas escolares e universitárias no Brasil. No caso específico da Educação Profissional e dos Institutos Federais, os bibliotecários carecem de ter o chamamento crítico à oferta de um ensino profissional fundamentado em uma educação omnilateral, emancipadora e politécnica.

3 AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL

Desde os primórdios, o trabalho e a educação estão ligados como atividades específicas dos seres humanos, em que o homem se diferenciou dos animais a partir do momento em que começou a produzir seus meios de sobrevivência, produzindo, indiretamente, sua própria vida material (Marx; Engels, 1974). De acordo com Saviani (2007), a essência do homem é o trabalho, pois o ato de agir sobre a natureza, modificando-a, segundo as suas necessidades, é o que conhecemos como trabalho. Sobre essa asserção, o autor problematiza afirmando que a essência humana não é dada ao homem; não é um presente divino ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é criada pelos homens. O homem é o que ele é pelo seu trabalho. A essência humana é uma criação humana. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se torna mais complexo ao longo do tempo: é um processo histórico. A partir dos estudos de Marx e Engels (1974), Manacorda (1991) e Saviani (2007), compreendemos que o trabalho e a educação são essenciais para a sobrevivência da espécie humana, sobrevivência que não é garantida pela natureza. Isso significa que o homem necessita formar-se homem, deve aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo.

A origem da educação coincide, então, com a origem do homem; diríamos, pois, que, no ponto de partida, a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, configurando um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007).

Com o decorrer do desenvolvimento da sociedade humana e o advento do acúmulo de riquezas e poder, houve a divisão da relação intrínseca entre educação e trabalho, o que foi ocasionado pela divisão da sociedade em classes sociais. A partir do escravismo, temos duas modalidades de educação: uma para a classe proprietária, a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, voltada à educação dos escravos e serviçais. A primeira modalidade de educação deu origem à escola; a palavra escola é derivada do grego *skholé* e significa o lugar do ócio, tempo livre e era, o local para onde iam os que dispunham de tempo

livre, ou seja, os não escravos. Desenvolveu-se, assim, uma forma específica de educação em oposição àquela que é inerente ao processo produtivo. Essa nova forma de educação se identifica com a educação propriamente dita, separando-a do mundo do trabalho (Saviani, 2007).

Essa divisão da educação foi reorganizada na sociedade capitalista em que houve a divisão da sociedade entre os que recebiam uma educação propedêutica, que visava aos cursos superiores, em sua maioria uma educação voltada às classes ricas e detentoras dos meios de produção, e aqueles que receberiam somente a formação técnica. O modelo de educação era voltado para os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho.

De acordo com Gianelli (2022), os três pilares fundamentais da Educação Profissional tecnológica são: a Educação Omnilateral, a Educação Tecnológica e a Politécnica. Percebemos que esses pilares foram construídos como um movimento de crítica, subversão e sobrevivência da classe trabalhadora contra a exploração do capitalismo:

Um elemento de processo de subversão, desenvolvido espontaneamente sobre a base da grande indústria, são as escolas politécnicas e de agronomia, outro elemento são as *'écoles d'enseignement professionnel'*, nas quais os filhos dos operários recebem algum ensino de tecnologia e do manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. Se a legislação sobre as fábricas, sendo a primeira concessão arrancada, com muito esforço, do capital, combina com o trabalho de fábrica apenas o ensino elementar, não há dúvida de que a inevitável conquista do poder político por parte da classe operária conquistará também lugar nas escolas dos operários para o ensino tecnológico teórico e prático (Manacorda, 1991, p. 30).

Os conceitos de Educação Omnilateral, Educação Tecnológica e a Politecnicidade são ideias elaboradas a partir da visão da sociedade capitalista, dos filósofos, sociólogos e escritores Karl Marx (1818-1883), Lênin (1870-1924) e Antonio Gramsci (1891-1937). O termo omnilateral surge a partir de Marx, em que este se refere ao homem omnilateral abstratamente, destacando que o desenvolvimento de todos os sentidos do homem, os quais são apropriados e expropriados objetivamente pelo trabalho, torna o homem omnilateral. Mas, para Marx, somente a profissionalização dos trabalhadores não permite ao homem ser omnilateral, pois “A profissionalização, ao contrário, é inerentemente uma forma unilateral, não permite a omnilateralidade e, sob o jugo do capital, com a formação de sujeitos individuais, de uma mentalidade individualista, atende apenas a interesses imediatos, mesquinhos e materiais” (Dias, 2015, p. 17):

Posto que também sou cientificamente ativo, etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo socialmente porque [o sou] enquanto homem. Não apenas o material da minha atividade - como a própria língua na qual o pensador é ativo - me é dado como produto social, a minha

própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social. [...] a suprassunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação sensível da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da obra humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da fruição imediata, unilateral, não somente no sentido da posse, no sentido do ter. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma de suas relações humanas como o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana (Marx, 2010, p. 108).

Portanto, a educação omnilateral compreende a junção da educação intelectual, a educação corporal e a educação tecnológica. Tem por objetivo formar o homem completo para o trabalho produtivo e para a vida em sociedade. Sobre a educação tecnológica, Marx a compreendia em três eixos:

Primeira: ensino intelectual;

Segunda: educação física, dada nas escolas e através de exercícios militares;

Terceira: adestramento tecnológico, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios. Com a divisão das crianças e dos adolescentes dos 9 aos 17 anos em três classes deveria estar vinculado um programa gradual e progressivo de ensino intelectual, físico e tecnológico...A união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevará a classe operária acima das classes superiores e médias (Manacorda, 1991, p. 26-27).

No entanto, as atividades formativas da sociedade capitalista se limitam à preparação do homem para o mercado de trabalho, por meio do domínio de uma técnica e de conhecimentos que não estão ligados à sua vida, sendo, portanto, apolíticos e alienantes (Santos, 2012). O termo Politecnia foi pensado por Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin) (1870-1924), no final do século XIX, e ganhou destaque no pensamento da educação profissional comunista. Lênin entendia que, ao trabalhador comunista, era necessária uma formação geral e ampla, relacionada diretamente às necessidades sociais, políticas e à realidade da vida produtiva da sociedade. Para Lenin, uma das maiores hipocrisias burguesas é a convicção de que a escola deve ficar à margem da política.

Vós sabeis magnificamente até que ponto é falaz esta convicção. E a burguesia, que proclama esse postulado, colocou sua política burguesa como pedra angular do ensino escolar e se esforçou por limitar esta a adestrar servidores dóceis e diligentes para a burguesia; esforçou-se por reduzir até a instrução geral, de cima a baixo, a fim de domesticar para a burguesia lacaios submissos e diligentes, executores da vontade do capital e seus escravos, sem nunca se preocupar em converter a escola num instrumento de educação da personalidade humana. E agora se torna claro para todos

que isto só pode ser feito pela escola socialista, unida por vínculos indissolúveis a todos os trabalhadores e explorados, que sustenta em corpo e alma a plataforma soviética. Torna-se claro que a reorganização da escola é tarefa difícil. Torna-se claro também que neste campo se observaram e observam ainda erros e tentativas de interpretar de maneira errônea o princípio do vínculo da escola com a política e de adulterá-lo num sentido grosseiro e monstruoso, tentando torpemente inculcar esta política na consciência da nova geração, ainda muito jovem, que deve ser preparada para isso (Lénine, 1981, p. 63).

Dias (2015) afirma que, por ser um termo polissêmico, a politecnia causa certa confusão, ao dar margem a interpretações errôneas e de difícil compreensão teórica da prática educativa. Também é um termo que permite engendrar um discurso técnico e uma prática tecnocrática em educação, mesmo que o humanismo moderno marxista seja o fundamento teórico-metodológico. De acordo com Saviani (2007, p. 161), Politecnia significa:

[...] a especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo.

No Brasil, o termo está muitas vezes atrelado à compreensão da politecnia somente como profissionalização, mas a ideia de politecnia vai além; ela está relacionada à formação dos educandos com múltiplos saberes para a formação de sua personalidade intelectual e a sua relação com o mundo do trabalho. A politecnia foi exposta na educação brasileira no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1988, projeto de autoria do deputado Octávio Elísio do PSDB/MG:

Nesse projeto de LDB, encontram-se nitidamente frases e conceitos influenciados pelo ideário do marxismo: “formação de seres humanos plenamente desenvolvidos”, “condição de ser governante e de controlar quem governa”, “preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural da humanidade”, “preparo dos indivíduos para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos” (art.1º a, b, c, d), “a educação escolar de 2º grau [...] tem por objetivo geral propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo”(art. 35), “o estudo teórico-prático das ciências e da matemática, em íntima vinculação com o trabalho produtivo” (Art.37), etc. (Dias, 2015, p. 39).

Sobre a politecnia como modalidade de ensino, Dias (2015) destaca que ela não é uma modalidade tal como o Ensino Profissional, ao contrário, é uma visão ampla sobre a realidade e as relações sociais, especialmente, da produção moderna, inserida a relação entre Economia e Política. No final, o objetivo da politecnia “[...] não é a profissionalização do ensino geral e

muito menos a fusão do ensino geral com o profissional. Politecnizar significa transformar o ensino profissional em ensino politécnico” (Dias, 2015, p. 62).

A formação humana integral é um dos princípios fundamentais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado e abrange tanto a educação geral quanto a tecnológica e a ginástica. Assim, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao Ensino Médio está fundamentada nos princípios da educação omnilateral marxista (Brasil, 2007). É importante salientar que o primeiro sentido filosófico da Educação Profissional integrada é a concepção de formação humana, que se fundamenta na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando a formar os sujeitos de forma omnilateral. As dimensões da vida compreendidas na educação integral são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho é visto como uma atividade humana que está relacionada ao ser humano e como uma atividade econômica (com um aspecto histórico associado ao modo de produção). A ciência é vista como os conhecimentos gerados pela humanidade que permitem o contraditório avanço das forças produtivas, enquanto a cultura é um conjunto de valores éticos e estéticos que orientam as normas de comportamento de uma sociedade (Brasil, 2007).

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que enfocaremos o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Brasil, 2007, p. 41).

A formação integral que se oferece na EPT cogita superar a separação social do trabalho, que se divide entre os que executam e os que pensam como executar “[...] a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores éticos-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana” (Brasil, 2007, p. 45). Trata-se, portanto, de superar a redução da preparação para o trabalho no seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Brasil, 2007).

Ramos (2005) apresenta pressupostos para compreender a relevância da educação profissional integrada ao trabalho. O primeiro deles é que homens e mulheres são seres

histórico-sociais que atuam no mundo real para satisfazer a suas necessidades subjetivas e sociais – e, nessa ação, produzem conhecimentos. Assim, a história dos seres humanos é a história da criação da existência humana. A história do conhecimento é a apropriação social dos potenciais da natureza para o homem, por meio do trabalho. Logo, o trabalho é uma ferramenta ontológica e histórica para a produção de conhecimento.

Outra concepção da Educação Profissional Técnica integrada é a de que o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são categorias indissociáveis da formação humana, em que o trabalho é percebido como uma das principais fontes de produção da existência humana. A ciência é entendida como um conhecimento sistemático e intencionalmente expresso mediante conceitos que representam as relações estabelecidas e compreendidas da realidade considerada.

A revolução industrial, seguida do taylorismo, do fordismo, e da automação, expressam a história da tecnologia nos marcos da transformação da ciência em força produtiva. Definem, assim, duas características da relação entre ciência e tecnologia. A primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial. A segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. Podemos definir a tecnologia, então, como mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (Brasil, 2007, p. 44).

A cultura, na Educação Profissional tecnológica integrada, é compreendida “[...] como norma de comportamento dos indivíduos numa sociedade e como expressão da organização político-econômica dessa sociedade, no que se refere às ideologias que cimentam o bloco social” (Brasil, 2007, p. 44). Com essa perspectiva, a cultura é compreendida na sua amplitude, pois:

[...] cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social. Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (Brasil, 2007, p. 45).

A compreensão da ligação indissociável entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura enseja visualizá-los como um princípio educativo. Entretanto, o trabalho como princípio educativo não é sinônimo de capacitação para o exercício de uma função, uma vez que o conceito dele como princípio educativo implica que o ser humano é o criador de sua realidade e, por isso, pode se apropriar dela e transformá-la, pois somos sujeitos de nossa

história e realidade. Em suma, o trabalho é a primeira ligação entre o homem e a realidade material e social (Brasil, 2007).

A elaboração do projeto de Educação Profissional Tecnológica (EPT) que integra o Ensino Médio tem como base a compreensão do trabalho em seu duplo sentido:

- **ontológico**, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;

- **histórico**, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (Brasil, 2007, p. 46, grifos do documento).

O plano de Educação Profissional aspira criar um programa de formação que encoraje a criação de capacidades intelectuais elevadas, a aquisição de conceitos essenciais para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do saber.

[...] queremos erigir a escola ativa e criadora organicamente identificada com o dinamismo social da classe trabalhadora. Como nos diz Gramsci, essa identidade orgânica é construída a partir de um princípio educativo que unifique, na pedagogia, *éthos*, *logos* e *técno*s, tanto no plano metodológico quanto no epistemológico. Isso porque esse projeto materializa, no processo de formação humana, o entrelaçamento entre trabalho, ciência e cultura, revelando um movimento permanente de inovação do mundo material e social (Brasil, 2007, p. 48, grifos do documento).

Como princípio da Educação Profissional, a pesquisa pretende a criação de conhecimento e a formação de indivíduos que compreendam o mundo e, assim, possam atuar nele, por intermédio do trabalho, modificando a natureza conforme as necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, mantendo a preservação em relação às necessidades dos outros seres humanos e das gerações futuras.

[...] é necessário que a pesquisa como princípio educativo esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem e viverão do próprio trabalho. Ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para não serem incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. Essa atitude de inquietação diante da realidade potencializada pela pesquisa, quando despertada nas primeiras fases escolares, contribui para que, nas faixas etárias e níveis educacionais mais avançados, o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, no âmbito acadêmico, seja na forma aplicada ou na denominada pesquisa de base/acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos (Brasil, 2007, p. 49).

Finalmente, percebemos que as ideias e os princípios da Educação Profissional e Tecnológica incluem o trabalho, a pesquisa e a cultura como elementos indispensáveis para a preparação profissional. Isso requer ética e, sobretudo, a formação de conhecimentos informacionais, contribuições que as bibliotecas podem oferecer aos educandos nos Institutos Federais. Diante disso, questionamos: a Educação Integral Profissional e Tecnológica será estabelecida na divisão entre Informação e Educação Profissional? Quais são os objetivos das bibliotecas multiníveis na formação integral dos Institutos Federais? Essas questões são fundamentais para podermos pensar nas bibliotecas multiníveis como espaços dialógicos de cultura e educação.

3.1 A formação da Educação Profissional no Brasil

Sabemos que a escola como instituição social foi concebida pela e para a sociedade como instrumento que visa a transmitir a cultura humana para as novas gerações. Presentemente, a escola é um dos meios que possibilita o ser humano a ter acesso ao conhecimento sistematizado e organizado. Esses conhecimentos foram sendo produzidos pelos seus antepassados, e cada geração recebe a herança cultural dos ascendentes e sempre realiza mudanças, pois estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. O passado não está morto, pois nele se fundamentam as raízes do presente (Aranha, 2006).

Nos estudos realizados sobre História da Educação Profissional Tecnológica no Brasil, percebemos que sua gênese está diretamente ligada ao sistema econômico capitalista. Isso influenciou diretamente o processo de organização do sistema educacional profissionalizante no país. Sobre a sociedade brasileira, Ribeiro (2011, p. 4) destaca que:

[...] constituída à base de uma contradição interna de classe, apresenta-se como uma sociedade periférica (dependente) e não central (hegemônica), não tendo, até os dias atuais, superado a dominação externa, isto é, a submissão dos interesses da população brasileira (internos) em favor da população de determinados outros países (externos).

Assim, a formação da organização do sistema escolar brasileiro passou pelos períodos de submissão da colonização portuguesa até a submissão ao capital estrangeiro. Primeiramente, houve a colonização pela coroa portuguesa que visava a se expandir comercialmente, no período histórico denominado de grande revolução comercial e marítima, que ocorreu entre os séculos XV a XVII. Para a coroa portuguesa, a colônia valia apenas para ampliar o comércio, para fornecer metais preciosos e produtos tropicais. Aranha (2006) divide

a formação do sistema educacional do período colonial em 4 (quatro) fases: ela denominou a primeira de “*Fase heroica*” e vai dos anos de 1549 a 1570. Nesse período, a educação ficou nas mãos dos primeiros padres, que vieram catequizar os indígenas e os filhos dos primeiros colonos. As primeiras “escolas” criadas no Brasil tinham por objetivo o “amansamento” e a “domesticação” dos povos indígenas que habitavam a terra.

A educação não era objetivo prioritário da coroa portuguesa, pois a meta era aproveitar as terras por meio da agricultura e da exploração primeiramente do pau-brasil, seguido, mais tarde, pela monocultura da cana-de-açúcar. Aranha (2006) ainda destaca que o trabalho na agricultura não exigia formação, porém a coroa portuguesa enviou religiosos para realizar o serviço missionário e educacional, cujo objetivo era que os povos indígenas fossem catequizados e os colonos não abandonassem a fé católica.

Nesse período, a educação tinha por objetivo ser um agente colonizador e, nos primeiros anos, o papel dos padres missionários facilitou a dominação metropolitana. Em “[...] 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos indígenas, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra” (Aranha, 2006, p. 227). Os indígenas que habitavam a colônia deviam servir aos interesses da metrópole que visava a colonizá-los, o interesse dos jesuítas que buscavam convertê-los ao cristianismo e o interesse dos colonos que queriam escravizá-los.

A segunda fase, a “*Fase de Consolidação*”, que vai dos anos de 1570 a 1759, ocorreu com a expansão do ensino secundário nos colégios. Em 1549, chegou ao Brasil Tomé de Sousa, sendo o primeiro governador-geral, acompanhado pelo Padre Manuel da Nóbrega, que criou na cidade de Salvador uma escola para ler e escrever. Era o início do processo de criação das escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil, que durou até o ano de 1759, ano em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal.

Na colônia, os filhos da classe rica saíam rumo à Europa para seguir as chamadas carreiras profanas, isto é, as profissões liberais. Esses alunos ingressavam na Universidade de Coimbra para estudar Direito ou escolhiam a Universidade de Montpellier, na França, para estudar Medicina. As classes subalternas se educavam informalmente visando a ter um ofício, educação ofertada aos escravos e aos homens livres. A criança aprendia no ambiente de trabalho como ser um ajudante. Os jesuítas também criaram “escolas-oficinas” visando a formar seus próprios artesãos, e estes eram constituídos pelos padres que tinham ofício especializado. Mas, “Apesar desse empenho, continuou no Brasil um certo desprezo pelo

trabalho manual, que, por ser ofício de escravos, indígenas e pobres, sempre foi visto como “trabalho desqualificado” (Aranha, 2006, p. 273). A terceira fase trata a respeito das “Reformas pombalinas” que vão dos anos de 1749 a 1808 e marcam o início da Instrução Pública. No ano de 1759, houve a expulsão dos jesuítas de Portugal e Brasil, pelo Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo), diplomata e estadista português.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela Revolução Industrial e o fortalecimento da burguesia, o que alterou as relações do mundo do trabalho e modificou completamente o século XIX, com o surgimento da produção em massa e o uso de máquinas. O início do século XIX, no Brasil, marca o período tratado como “*Período Joanino*”, que vai do ano de 1808 a 1822 (Aranha, 2006). Com a chegada da corte e da família real portuguesa, houve uma verdadeira revolução cultural e tecnológica na colônia, por exemplo, a criação da Imprensa Régia no ano de 1808. Destacamos que, até o período joanino, as publicações eram proibidas na colônia. Porém, sob a proteção oficial do império, foi criada a *Gazeta*, do Rio de Janeiro (1808), e, na Bahia, foi elaborado o jornal *A Idade de Ouro no Brasil* (1811). O *Correio Braziliense* era impresso em Londres e, por isso, foi o único jornal de oposição à política de D. João VI. D. João VI também criou, em 1810, a biblioteca oficial da coroa, que, anos mais tarde, seria transformada na Biblioteca Nacional do Brasil. A biblioteca foi inicialmente composta por 60 mil volumes trazidos por D. João VI e, a partir de 1814, foi aberta ao público.

Na educação da colônia, as primeiras ações de D. João VI consistiram na criação de escolas de nível superior para formar oficiais do Exército e da Marinha que visavam à defesa da colônia e para atender aos filhos dos nobres que vieram com a corte portuguesa. Foram criados cursos para a formação de engenheiros militares, médicos e a abertura de cursos especiais de caráter pragmático. Foi formada a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), “[...] com sucessivas junções e desmembramentos, a Escola Militar organizou-se em 1858 e a Escola Politécnica em 1874, como instituições que preparavam para a carreira militar e formavam engenheiros civis” (Aranha, 2006, p. 377). Foram criados também, na Bahia e no Rio, em 1808, cursos de formação de médicos-cirúrgicos, que eram formados e destinados para a Marinha e o Exército.

3.2 A Educação Profissional no século XX e início do século XXI: do assistencialismo à formação tecnológica para o mundo do trabalho

No Brasil, desde o início da colonização até o século XIX, não houve planos e iniciativas regulares para a organização do sistema educacional profissional. A ênfase era dada à educação propedêutica direcionada às elites, que enviavam os seus filhos para estudar fora do país. No início do século XIX, D. João VI instituiu o colégio das fábricas, sendo considerado o marco inicial da Educação Profissional no Brasil. Foi o primeiro estabelecimento que o governo instalou no Brasil, e seu objetivo era o de atender à formação de artífices e aprendizes (Fonseca, 1961).

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender as crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios, como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a **Educação Profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista visando amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias** (Escott; Moraes, 2012, p. 1494, grifos nossos).

A origem do Ensino Profissional no Brasil teve um caráter assistencialista, ou seja, retirou das ruas os órfãos e os pobres desvalidos, visando a contribuir para a diminuição da marginalidade. No início do século XX, a preocupação dos governantes era a preparação de operários para o ofício profissional. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha, então presidente da república, publicou o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que ordenava a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices para o Ensino Profissional (Fonseca, 1961).

A partir do ano de 1909, o Estado brasileiro assume a Educação Profissional, e essas primeiras escolas foram as precursoras das escolas técnicas, tanto estaduais quanto federais. Porém, não existia, naquele período, um desenvolvimento industrial que absorvesse a mão de obra formada, e a real finalidade dessas escolas foi de repressão, pois elas buscavam educar pelo trabalho os órfãos, os pobres e os marginalizados, funcionando, inicialmente, como de fundo moralizador para formar o caráter dos aprendizes por intermédio do trabalho (Escott; Moraes, 2012).

Durante as décadas de 1930 e 1940, a Educação Profissional se desenvolveu ligada ao Ensino Ginásial com alternativas de formação para cursos rurais ou curso profissional, com duração de quatro anos, e não dava acesso ao Ensino Superior para as classes pobres. As classes ricas tinham a possibilidade, após o Ensino Primário e Secundário propedêutico, de seguir os estudos no ensino superior (Escott; Moraes, 2012).

[...] a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constitui-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução de outro (Kuenzer, 2007, p. 27).

Na década de 1940, houve a criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946), sistemas privados de Educação Profissional. Essas instituições “visavam atender as demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho organizado sob a égide do paradigma taylorista – fordista” (Escott; Moraes, 2012, p. 1495). Ao longo dos anos seguintes, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), o Serviço Social do Transporte (SEST), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que fazem parte do chamado sistema “S”, que dominou a Educação Profissional no Brasil, até a criação da Rede Federal de Educação Profissional. Santos (2017, p. 26) afirma que:

É importante destacar que em toda a historicidade da educação técnica e profissional, o Estado, em função do crescimento econômico, subordinou a educação ao mercado e transferiu aos educandos a responsabilidade em adquirir competências para a sua empregabilidade. O próprio professor reforça esse estado de subordinação, já que muitos são recrutados do mercado de trabalho e não possibilitam uma aprendizagem baseada na perspectiva crítico reflexiva.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961 (Lei n. 4.024/1961), apresenta mudanças importantes para o Ensino Profissional, porém não superou a dualidade entre uma educação para ricos e para pobres. Em 1971, o governo militar realizou uma profunda mudança na educação pública brasileira e colocou o Ensino Médio público brasileiro como profissionalizante para todos, sancionado pela Lei n.º. 5.692/1971 – Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Escott; Moraes, 2012). As escolas particulares que atendiam às classes ricas não aderiram a tal imposição do governo militar e continuaram oferecendo a educação propedêutica, “uma educação iniciadora para uma especialização posterior [...] uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo” (Menezes, 2001, p. 1).

Por meio da Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Na década de 1980, o Ensino Tecnológico foi afetado pela globalização, pois o mundo entrou em uma nova configuração econômica com o

fim da União Soviética. Esses fenômenos históricos e econômicos atingiram o Brasil, principalmente com o avanço das tecnologias de informação. Os países do primeiro mundo passaram, cada vez mais, a usar a técnica e a tecnologia como instrumento de dominação dos países do Terceiro Mundo e a exploração da natureza. Sobre técnica e tecnologia, Quartiero, Lunardi e Bianchetti (2010, p. 285) afirmam que:

Dispor-se a falar da técnica e da tecnologia em perspectivas históricas e conceitual implica em assumir um posicionamento que dê relevo à produção da existência de homens e mulheres através da história. A construção de artefatos, desde os mais primitivos e rudimentares aos mais atuais e sofisticados, foi e continua sendo mediações decisivas nas relações dos homens e mulheres entre si e destes com a natureza, mediações estas eivadas de interesses que – falando de uma perspectiva polarizada – ora contribuem para a melhoria das condições de vida de todos, ora colocam essas vidas em risco. Nessa perspectiva, saber e poder estão profundamente imbricados na criação de tecnologias e técnicas e nos benefícios e riscos que representam a sua apropriação e utilização.

De acordo com Menezes (2001, p. 1), a Educação Profissional é considerada:

Modalidade de ensino oferecida ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto [...] o ensino profissional é o processo educativo que implica, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição de conhecimento e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Como consequência de seus objetivos, o ensino técnico e profissional distingue-se da formação profissional que visa essencialmente a aquisição de qualificações práticas e de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados.

A Educação Profissional faz parte do desenvolvimento econômico e cultural da sociedade e, sendo assim, a partir da década de 1990, passou a receber maiores atenções do Estado. No ano de 1994, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformou as Escolas Técnicas Federais (ETF) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) em CEFET (Brasil, 2009). Em 1997, o Decreto n. 2.208 regulamenta a Educação Profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Em 1999, retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

No ano de 1996, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o sistema educacional brasileiro ficou dividido em 4 níveis e modalidades de ensino, as quais são: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Superior. A Educação Básica no Brasil se tornou obrigatória, e a Educação Profissional ganhou um capítulo específico, conforme a LDB:

[...] Educação Profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia; [...] os cursos de Educação Profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. [...] A Educação Profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; cursos de Educação Profissional técnica de nível médio e cursos de Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996, p. 18).

A Educação Tecnológica faz parte da Educação Básica e Superior no Brasil. A partir da Lei n. 11.741/2008, ficou definida, na LDB, a Educação Profissional como Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi publicado o Decreto n. 5.154/2004, que ofertou a permissão de integração do Ensino Técnico de nível médio ao Ensino Médio e começou a expansão da oferta do Ensino Profissional, que, de acordo com a Lei n. 11.195/ 2005, deveria ocorrer em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais (Brasil, 2004). No Quadro 7, observam-se a estruturação e os principais marcos de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Quadro 7 – Histórico da Estruturação da Educação Profissional no Brasil

1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
1927	O Decreto n. 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.
1930	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, pela Inspeção do Ensino Profissional Técnico.
1937	A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37).
1941	Vigora uma série de Leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis; curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto-Lei n. 4.127/42, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial.

1942	Foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942.
1944	A participação da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil, no Governo Getúlio Vargas, impulsionam a industrialização brasileira.
1946	A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”.
1956-1961	O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1961	Em 20 de dezembro, foi promulgada a Lei n. 4.024/1961. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.
1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.
1968	A Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, permite oferta de cursos superiores destinados à formação de tecnólogos.
1971	A Lei n. 5.692/1971 definiu que todo o ensino de Segundo Grau, hoje denominado Ensino Médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial).
1975	A Lei Federal n. 6.297, de 11 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas.
1978	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), pela Lei n. 6.545, de 30 de junho.
1982	A Lei n. 7.044/1982 reformulou a Lei n. 5.692/1971 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.
1980-1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1991	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do Art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do SENAI e do SENAC.
1994	Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal, houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em CEFET.
1996	Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à Educação Profissional. Posteriormente, esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei n. 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
1997	O Decreto n. 2.208 regulamenta a Educação Profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).
1998-2002	Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB n. 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP n. 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP n. 29/2002.

1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).
2004-2008	<p>A Resolução CNE/CEB n. 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de Educação Profissional e de Ensino Médio. A Resolução CNE/CEB n. 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio.</p> <p>A Resolução CNE/CEB n. 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT – nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.</p>
2005	<p>Institui-se, pela Lei n. 11.195, que a expansão da oferta da Educação Profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais.</p> <p>Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal, O CEFET Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.</p>
2006	<p>O Decreto n. 5.773 trata do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p>
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Estimativa para 2010 a existência de 354 unidades. O Decreto n. 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos cursos técnicos.
2008	A Resolução CNE/CEB n. 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT – nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.
2008	Articulação para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei n. 11.892/2008.
2009	Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
2012	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB n. 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2012.
2014	Em 25 de junho de 2014, foi sancionada a Lei n. 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação, em que prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.
2017	Lei n. 13.415/2017, que introduziu alterações na LDB (Lei n. 9.394/1996), incluindo o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no Ensino Médio. A nova redação da LDB se refere aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação foi estruturada e organizada em etapas com terminalidade”.

2017	Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
2020	Resolução n. 2, de 15 de dezembro de 2020, aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
2021	Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
2022	Resolução CNE/CP n. 1, de 6 de maio de 2022, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).
2022	Portaria n. 314, de 2 de maio de 2022, dispõe sobre habilitação e autorização para a oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior – IPES.

Fonte: MEC – Ministério da Educação (c2023) e Observatório da Educação Profissional e Tecnológica (c2023).

No ano de 2008, no segundo governo do Presidente Lula (2007-2010), é criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Na acepção da lei, trata-se de uma rede, ao congregar um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir colaborativamente, construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. Federal por estar presente em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal. De educação por sua centralidade nos processos formativos. A palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica pela assunção de seu foco em uma profissionalização que se dá ao mesmo tempo, pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria. O conjunto de finalidades e características que a lei atribui aos Institutos orienta a interatividade e o relacionamento intra e extra-rede (Silva, 2009, p. 16).

A Rede Federal foi criada pela Lei n. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, formada, inicialmente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2008). No ano de 2012, passou a fazer parte da rede o Colégio Pedro II. Sobre a política de criação dos IFs, Bueno (2015, p. 63) destaca que:

[...] faz parte do programa de expansão da Rede Federal e destacou-se como um importante projeto do governo federal. Era preciso que a educação não buscase apenas a inclusão de pessoas nessa sociedade desigual, mas também, mediante um projeto grandioso, criasse a oportunidade de construção de uma nova sociedade balizada na igualdade política, econômica e social. “Para tanto era preciso uma escola ligada ao mundo do trabalho e que fosse radicalmente democrática e socialmente justa”. O objetivo maior estava além de formar um profissional apenas para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. Para formuladores

dessa política, o surgimento dos Institutos Federais vincula-se à valorização da educação e das instituições públicas para a construção de uma nação soberana e democrática.

Foram criados 38 IFs de Educação Profissional, com diferentes unidades, em todos os estados do país. No Quadro 8, apresentamos os estados e as cidades com suas respectivas Reitorias.

Quadro 8 – Estados com seus Institutos Federais e suas respectivas Reitorias

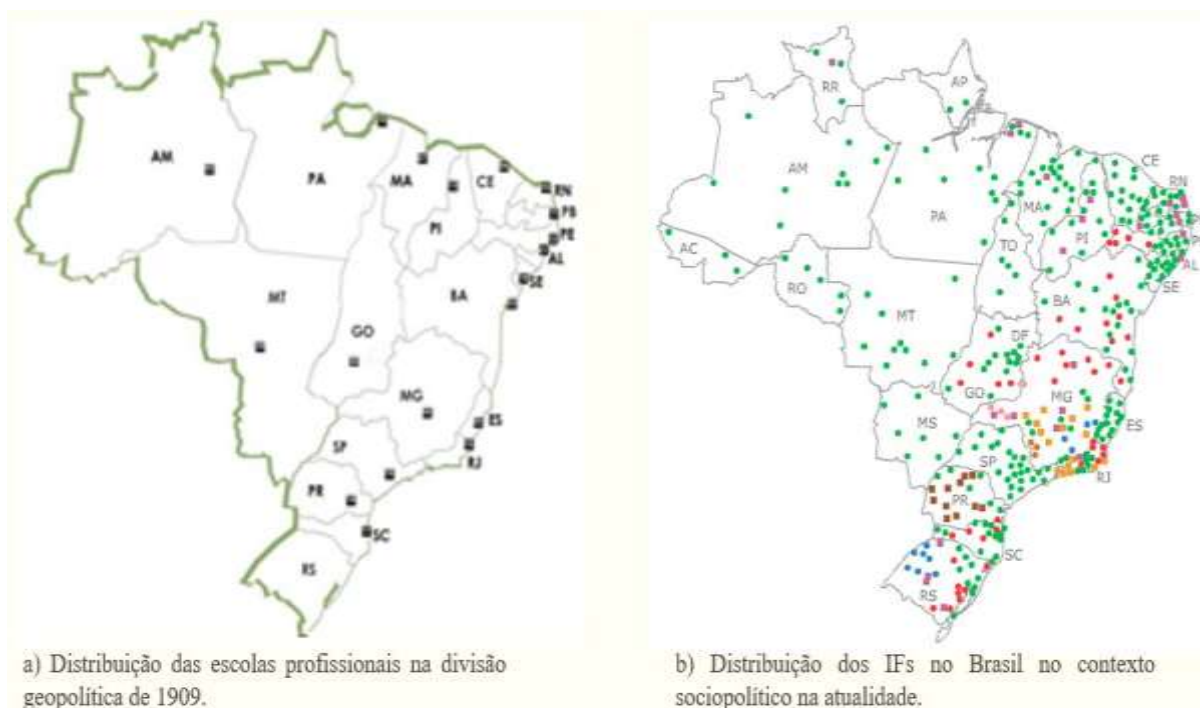
Nº	Instituição	Sede da Reitoria
1	Instituto Federal do Acre	Rio Branco
2	Instituto Federal de Alagoas	Maceió
3	Instituto Federal do Amapá	Macapá
4	Instituto Federal do Amazonas	Manaus
5	Instituto Federal da Bahia	Salvador
6	Instituto Federal Baiano	Salvador
7	Instituto Federal de Brasília	Brasília
8	Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
9	Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória
10	Instituto Federal de Goiás	Goiânia
11	Instituto Federal Goiano	Goiânia
12	Instituto Federal do Maranhão	São Luís
13	Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
14	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
15	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
16	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
17	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba
18	Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
19	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande

20	Instituto Federal do Pará	Belém
21	Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
22	Instituto Federal de Pernambuco	Recife
23	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina
24	Instituto Federal do Piauí	Teresina
25	Instituto Federal do Paraná	Curitiba
26	Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
27	Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes
28	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
29	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
30	Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria
31	Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas
32	Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
33	Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
34	Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
35	Instituto Federal Catarinense	Blumenau
36	Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
37	Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
38	Instituto Federal do Tocantins	Palmas

Fonte: Adaptado de Brasil (2008).

Atualmente, a Rede Federal é constituída por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. No total, são 661 unidades distribuídas pelo Brasil, que fazem parte da Rede Federal. Vejamos a Ilustração 1.

Ilustração 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Moreira (2018, p. 16).

Os IFs são administrados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), sendo a responsável pelo planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal, e isso inclui a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira, no âmbito do Ministério da Educação (MEC). A função da SETEC é:

[...] formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Entre as suas atribuições, deve promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o Ensino Médio, à oferta em tempo integral e na modalidade a distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais. Também deve estimular pesquisas e estudos voltados ao desenvolvimento da Educação Profissional e tecnológica, bem como ampliar a sua atratividade e o seu reconhecimento social junto aos jovens, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Nesse sentido, ações de internacionalização devem ser implementadas na rede federal para estimular parcerias com instituições científicas e educacionais. Além de coordenar nacionalmente a política de EPT, a Setec responde pela manutenção, supervisão e fortalecimento das instituições que compõem a Rede Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2019, p. 1).

Os IFs são caracterizados como instituições pluricurriculares e multicampi, têm reitoria, *campus*, *campus* avançado, polos de inovação e polos de educação a distância. São instituições com natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa,

patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008). São equiparados às universidades federais quanto às leis e dispositivos legais que efetuem a regulamentação, avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de Educação Superior. Os IFs são especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica e devem oferecer cursos profissionais de Ensino Médio, Técnico e Subsequente em todos os seus níveis e modalidades, além de ofertar cursos tecnológicos de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*. São obrigados, por lei, a garantir que, no mínimo, 50% de suas vagas sejam destinadas ao Ensino Técnico de Nível Médio e, prioritariamente, na modalidade integrado. 20% de suas vagas devem ser destinadas aos cursos de licenciatura. Porém, nas regiões onde houve necessidade por formação no Ensino Superior, os IFs podem “com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino” (Brasil, 2008, p. 5).

As instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação (EPCT) oferecem ao educando a oportunidade de ingressar em uma educação verticalizada. Isso quer dizer que o estudante pode cursar todas as etapas da educação profissional e tecnológica em uma única instituição, desde o Ensino Médio até a pós-graduação, como pode ser observado na Ilustração 2.

Ilustração 2 – Educação profissional e tecnológica ao longo da vida



Fonte: MEC – Ministério da Educação (c2023, *on-line*).

Os IFs também precisam auxiliar na formação pedagógica dos professores da Educação Básica, com foco nas áreas de Ciências e Matemática, e necessitam desenvolver

soluções tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional (Brasil, 2008). São finalidades dos Institutos Federais:

I - ofertar Educação Profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a Educação Profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à Educação Profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008, p. 4).

Ao observar as finalidades dos IFs, percebemos que essas instituições visam a integrar ações nas áreas das Ciências, da Tecnologia e da Cultura, objetivando o desenvolvimento das regiões em que se inserem. Quando analisamos os propósitos dos Institutos Federais, a Educação Profissional e Tecnológica se amplia na oferta de diversas modalidades de cursos:

I - ministrar Educação Profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão conforme os princípios e finalidades da Educação Profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os

segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar ao nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a Educação Profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Brasil, 2008, p. 4).

Portanto, os IFs são espaços de formação educacional que representam “[...] a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de Educação Profissional e tecnológica do governo federal”, sendo caracterizados pela inovação e ousadia na sua proposta educacional, “[...] necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa” (Pacheco, 2010, p. 11). As finalidades e os objetivos dos IFs estão diretamente ligados à Constituição da República, que declara, no Artigo 227:

[...]. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p. 125).

Percebemos que, no início do século XX, a ideia de Educação Profissional no Brasil era uma educação assistencialista, voltada para combater a marginalização e cuidar dos órfãos e desamparados da sociedade. No século XX, a EPT passou por diversas etapas, sendo influenciada pelos acontecimentos históricos e, sobretudo, pela ideologia dos governos que estavam no poder. No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, tornou-se uma política de Estado, que se comprometeu com o progresso e a valorização da formação para o mundo do trabalho, oferecendo ao aluno suporte e oportunidade para que ele continuasse os estudos.

De maneira sucinta, apresentamos a estruturação da Educação Profissional no Brasil, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os Institutos Federais. Todavia, o nosso foco é dirigido às bibliotecas multiníveis dos Institutos que surgiram a partir de 2008. A seguir, analisaremos a formação e os desafios das bibliotecas multiníveis, sendo que um dos principais é a falta de investimentos, bem como a tipologia dessas unidades de informação. Esses desafios afetam as bibliotecas multiníveis e, principalmente, a realização de atividades educativas voltadas para a informação e a cultura. Entendemos que as bibliotecas multiníveis devem ser valorizadas, uma vez que são uma parte relevante da estrutura dos IFs e um aparato pedagógico pertinente à formação de saberes informacionais.

3.3 A formação das bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A formação das bibliotecas multiníveis dos IFs está relacionada à criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei n. 11.892/2008. Antes da criação dos Institutos, as Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais ofereciam cursos de nível médio e técnico e tinham bibliotecas simples e modestas, que eram conhecidas como bibliotecas escolares. No entanto, diferiam-se das bibliotecas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que, na verdade, eram bibliotecas universitárias, pois atendiam a cursos de nível técnico e superior (Santos, 2017). Sobre a criação da Rede Federal de Educação, Becker e Faqueti (2015, p. 15) aventam que a

[...] reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional exigiu mudanças radicais em todo o ambiente organizacional das antigas Escolas Técnicas, Agrotécnicas, UNED e CEFET, que possuíam suas particularidades no oferecimento de determinados cursos (a maioria voltada para o Ensino Médio técnico), e passaram a integrar uma nova concepção na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Concernente aos trabalhos dos bibliotecários na Rede Federal, Becker e Faqueti (2015, p. 15) destacam:

[...] a maioria dos bibliotecários existentes atuava em bibliotecas cujo público-alvo era composto, na maioria, por alunos de cursos técnicos de nível médio, ou seja, tratava-se de bibliotecas caracterizadas como escolares. Com a reestruturação da Rede e a implantação dos IFs, esses bibliotecários que atuavam isoladamente passaram a compor uma nova estrutura, agora multicampi, o que exigiu mudanças radicais na postura desse profissional, que agora não trabalhava mais sozinho, mas teria parceiros e deveria organizar-se para tal.

É perceptível que o profissional bibliotecário dos IFs deve assumir a responsabilidade de administrar os aspectos de quatro tipos de bibliotecas, que estão localizadas em uma única unidade de informação: a biblioteca escolar, a biblioteca pública, a biblioteca universitária e a biblioteca especializada. Faz-se válido consultar o Quadro 9 para observar as características dessas bibliotecas.

Quadro 9 – Tipos de bibliotecas encontrados nas bibliotecas dos Institutos Federais

<p>A biblioteca pública</p>	<p>Tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, gratuitamente. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência e segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas. É considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). É criada e mantida pelo Estado (vínculo municipal, estadual ou federal).</p>
<p>A biblioteca escolar</p>	<p>Tem por objetivo atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, alunos, professores e funcionários da unidade de ensino, podendo, também, ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada em uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. Segue os preceitos do Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar e no Brasil a Lei n. 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país.</p>
<p>A biblioteca universitária</p>	<p>Tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. a biblioteca universitária dá continuidade ao trabalho iniciado pela biblioteca escolar.</p>
<p>A biblioteca especializada</p>	<p>A biblioteca especializada voltada a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública, ou privada, podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior.</p>

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP. Disponível em:
<http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>.

A Lei n. 11.892/2008 estabelece que os IFs necessitam oferecer cursos de Formação Profissional e Tecnológica para os estudantes do Ensino Médio e para os estudantes da

Educação de Jovens e Adultos (EJA), e devem garantir um mínimo de 50% de vagas para essas duas modalidades de ensino.

Essas exigências já caracterizam que as bibliotecas dos IFs são bibliotecas escolares. Pela Lei, os IFs devem formar trabalhadores, caracterizando suas bibliotecas como bibliotecas especializadas, pois os cursos não são escolares, nem de Ensino Superior, mas, sim, de capacitação técnica.

A Lei n. 11.892/2008 salienta que os IFs devem oferecer cursos de Educação Superior, como cursos tecnológicos, cursos de licenciatura e cursos de bacharelado. Além disso, devem oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e, finalmente, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), caracterizando as bibliotecas do IFs como bibliotecas universitárias.

Contudo, a evidência mais relevante de que as bibliotecas dos IFs também são bibliotecas universitárias está na Lei n. 11.892, que dispõe: “Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de Educação Superior, os IFs são equiparados às universidades federais” (Brasil, 2008, p. 4).

A biblioteca universitária tem por objetivo ser o suporte das atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Também é responsável pela definição de políticas de desenvolvimento de acervos, controle, disseminação e acesso à informação e à produção técnico-científica, utilizadas pelos alunos dos cursos ofertados.

Deve-se realizar a promoção do intercâmbio de experiências e acervos. Tudo isso visando a atender “[...] às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários ao nível superior de graduação e pós-graduação. Segundo a organização das coleções, podem ser centralizadas ou descentralizadas” (Almeida, 2015, p. 44).

Ao considerar a necessidade de bibliotecas públicas em todo o país, as bibliotecas dos IFs também são utilizadas pelas comunidades onde estão inseridas, o que as caracterizam como bibliotecas públicas. Santos (2017, p. 59), sobre as bibliotecas dos Institutos, enfatiza o seguinte:

Subentende-se que, quando as bibliotecas dos Institutos Federais atendem à comunidade geral, desenvolve projetos de viés litero-cultural e, assim, a biblioteca atua em consonância com o compromisso dos Institutos Federais, no que tange à colaboração para o desenvolvimento regional e formação do cidadão. Configura-se às bibliotecas dos Institutos Federais características de bibliotecas públicas.

As bibliotecas públicas pretendem atender às necessidades informacionais das comunidades em que estão inseridas, que podem ser de estudo, consulta e recreação, e devem

ser mantidas pelas esferas federais, estaduais ou municipais. São espaços de informação e disponibilizam a vários usuários todo tipo de conhecimento: “Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (IFLA, 1994, p. 1).

É relevante descrever os modelos de bibliotecas encontrados nos IFs para compreender como o bibliotecário deve gerenciar essas unidades de informações e, sobretudo, como fazer atividades infoeducativas para atender às necessidades informacionais dos diversos grupos de multiusuários dos IFs. Ficou inteligível que, devido à grande variedade de cursos e modalidades, os IFs surgiram como uma única instituição em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, tornando necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição comporta.

4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa está diretamente ligada à vida profissional da pesquisadora, a qual é bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e desenvolveu, durante nove anos, diferentes projetos⁸ culturais e educacionais voltados para o uso da informação na biblioteca multinível do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, que se localiza em Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

Em nossa jornada, as maiores dúvidas foram: como a biblioteca do *campus* poderia incentivar os estudantes a aprenderem de forma eficiente e organizada? E quais seriam as contribuições educacionais que o bibliotecário poderia oferecer aos alunos, professores e à comunidade na qual o IFRO está inserido? Essas inquietações nos motivaram a buscar compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos.

Questionamos: quais são as contribuições educativas voltadas para o fortalecimento dos saberes informacionais, planejadas por bibliotecários e ofertadas pelas bibliotecas dos institutos? Quais são os desafios enfrentados pelos profissionais?

Enfim, visamos a entender os desafios, a relevância e o significado das práticas educativas das bibliotecas dos IFs e a sua real contribuição para o fortalecimento da Educação Profissional, pelo olhar dos bibliotecários que se dedicam à educação e à informação. Porém, revelou-se, durante a pesquisa, uma série de fatores que interferiram no processo. O primeiro e mais importante concerne à falta de acesso físico para observarmos *in loco* as atividades educativas, realizadas pelos bibliotecários, pois os IFs estão distribuídos por todas as regiões do Brasil.

⁸ SOUSA, Evandro Silva de; VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Práticas educativas e mediação bibliotecária na promoção da saúde mental no Instituto Federal de Educação de Rondônia: um relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, n. 1, v. 26, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161966>. Acesso em: 17 jun. 2022.; VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos; BEZERRA, Ezenice Costa de Freitas. Biblioteca, currículo e música na escola: um relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, n. 2, v. 14, p. 52-58, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100144>. Acesso em: 17 jun. 2022.; VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos; SILVA, Luciana Semeão da. O desafio educacional dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, n. 4, v. 14, p. 49-64, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109095>. Acesso em: 17 jun. 2022.; VEIGA, Miriã Santana. **Práticas de letramento informacional**: o uso da informação como caminho da aprendizagem nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

Outro fator seria o contato que teríamos com os bibliotecários participantes da pesquisa, haja vista que não são todos os bibliotecários dos IFs que realizam atividades educativas voltadas para a informação. Tendo essas questões, visamos a encontrar, primeiramente, informações que pudessem nos ajudar a entender essas atividades e a localizar os bibliotecários infoeducadores dos IFs, por isso realizamos, em um primeiro momento, as pesquisas bibliográfica e documental. Percebendo a complexidade do tema e da análise dos dados, preocupamo-nos com as escolhas metodológicas. Gil (2021, p. 17) destaca que, ao realizarmos uma pesquisa científica, esta é “[...] desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica”. Portanto, a pesquisa se desenvolve ao longo de um processo de inúmeras fases “[...] desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (Gil, 2021, p. 17).

Compreendemos que não queríamos apenas construir e analisar dados estatísticos, haja vista que buscamos um novo olhar sobre uma problemática associada aos processos educativos com foco na educação para a informação nas bibliotecas dos IFs, por isso a abordagem dos nossos estudos é voltada para a pesquisa qualitativa. A propósito, a pesquisa qualitativa se refere a todo tipo de pesquisa que tenha os resultados que não foram alcançados por meio de dados estatísticos ou de outros meios de quantificação de informações. Sobre a pesquisa qualitativa, Gil (2021, p. 15) afirma que “Sua utilização não se deve a uma opção preferencial pelos procedimentos qualitativos, mas à dificuldade para obtenção de resultados quantitativos em determinados campos”.

Visamos a conhecer a essência dos fenômenos educacionais que ocorrem nas bibliotecas multiníveis e entender as experiências vividas e relatadas pelos bibliotecários infoeducadores: “O que se busca com a pesquisa qualitativa é, mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo. Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa de caráter essencialmente interpretativo” (Gil, 2021, p. 15). Portanto, a pesquisa qualitativa:

[...] enfatiza as qualidades de entidades e de processos que não são apresentados em termos de quantidade, intensidade ou frequência. Ela enfatiza a natureza socialmente construída da realidade, o relacionamento íntimo entre o pesquisador e o que é estudado, além das restrições situacionais que moldam a investigação. Os pesquisadores qualitativos reconhecem que a investigação é permeada por valores e buscam respostas para perguntas que enfatizam como a experiência social é criada e ganha significado (Gil, 2021, p. 15).

Para Creswell (2014), a pesquisa qualitativa vai além da pesquisa quantitativa, pois visa a ouvir e chamar os indivíduos para a mudança de uma dada realidade.

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança (Creswell, 2014, p. 50).

Enfim, a pesquisa qualitativa estuda o ambiente onde a realidade da vida ocorre. Ela nos ajuda a entender as distintas nuances: a riqueza da vida das pessoas e como enfrentam essa realidade. Tal modalidade de pesquisa é adequada para estudar algo que ainda não está bem definido (Gil, 2021). Tendo em vista as características deste estudo e a análise que realizamos dos dados, ele também pode ser classificado como um estudo exploratório, pois temos o propósito de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2021, p. 41). Neste estudo, também, surgiram novos questionamentos que poderão ser respondidos com novas pesquisas.

4.1 Quanto aos procedimentos de delineamento do estudo

Dividimos este estudo em quatro etapas. A primeira foi a coleta de dados, realizada mediante relatos de experiências, livros, artigos, dissertações e resumos publicados em Anais de eventos da área da Educação, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia e bases de dados, indicadas no Quadro 13. Assim, traçamos um panorama de 71 atividades educativas ofertadas nas bibliotecas dos IFs, entre os anos de 2008 e 2021. Essas atividades nos ajudaram a construir categorias sobre práticas educativas que podem ser aplicadas nos projetos e atividades educativas, para formar saberes informacionais nas bibliotecas dos IFs. A segunda parte do estudo se deu com a análise documental, em que visamos a conhecer as leis que regulam a Educação Profissional no Brasil e a sua história.

A terceira etapa resultou na criação do primeiro produto educacional, denominado: “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais”. Terminamos a quarta etapa, a qual foi a pesquisa aplicada, realizada com sete bibliotecários infoeducadores; a eles, enviamos o questionário intitulado “Perfil dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”

(Ver Apêndice 2). Nosso objetivo era conhecer esses profissionais e suas ideias para a ação pedagógica dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis. Em seguida, realizamos entrevistas, cujo objetivo foi discutir com os profissionais a elaboração de um produto educacional, que visa a orientar as atividades educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais, como pode se observar no Quadro 10.

Quadro 10 – Delimitação da realização da pesquisa

Título: EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil		
A) Revisão de literatura	Coleta de dados	Pesquisa Bibliográfica: 1) Repositório FEBAB; 2) Portal da (CBB); 3) Portal do <i>Google</i> Acadêmico; 4) Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e 5) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).
		Pesquisa Documental: <i>sites</i> oficiais das bibliotecas dos Institutos Federais, Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).
B) Construção do produto educativo	Categorização	Identificação das categorias nos relatos e artigos de experiências.
		Interpretação das informações
		Apresentação dos resultados
		Conclusões
	Pesquisa Aplicada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do Primeiro Produto Educacional. 2. Envio de questionário visando conhecer o perfil dos bibliotecários infoeducadores dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia e a importância de sua ação educativa. 3. Realização de entrevistas.
	Produto Educacional	Elaboração do produto final, com informações e com as observações dos bibliotecários educadores dos IFs, ambas coletadas nas pesquisas bibliográficas, documental e aplicada.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.2 A pesquisa bibliográfica

Todo estudo científico parte de uma pesquisa bibliográfica, e a maioria dos trabalhos acadêmicos sempre faz uma revisão bibliográfica, visando a construir a fundamentação teórica das suas pesquisas. Essa modalidade de pesquisa inclui “[...] livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, [...] discos, fitas magnéticas, microfilmes, CDs, bem como o material disponibilizado pela *Internet*” (Gil, 2021, p. 44).

Neste trabalho, utilizamos como fontes primárias da pesquisa bibliográfica as bases listadas a seguir: o repositório da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), que realiza o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB); o Portal da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI); o *Google Acadêmico*; a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); e os Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Nosso objetivo foi realizar o mapeamento de relatos de experiências, dissertações, teses, artigos e resumos publicados por profissionais bibliotecários que desenvolvem atividades educativas. As palavras-chave utilizadas para a realização do estudo nas bases de dados foram: práticas educativas, educação, infoeducação, bibliotecas, relatos de experiência, Institutos Federais, Bibliotecas Multiníveis, Bibliotecas dos Institutos Federais, Competência em Informação, Biblioterapia, leitura, cultura e biblioteca universitária. Conseguimos localizar 64 relatos e artigos de experiência.

a) Repositório da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB): A FEBAB⁹ é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de São Paulo (SP) e foi criada em 26 de julho de 1959. A entidade é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CBBB). Faz parte da federação “associações e sindicatos de bibliotecários e cientistas da informação, instituições filiadas e pelos órgãos deliberativos, Assembleia Geral e Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Assessoria — Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais” (FEBAB, 2022, p. 1).

⁹ Disponível em: <https://febab.org/>.

b) Portal da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI): a CBBI¹⁰ foi criada no dia 6 de outubro de 2011, por bibliotecários dos IFs de diversas regiões do Brasil, em “assembleia Plenária do VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ocorrido em Petrolina - PE, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano” (CBBI, 2018, p. 1). A CBBI também comporta um repositório com trabalhos, por exemplo, teses, dissertações, livros e artigos sobre as bibliotecas dos IFs.

c) *Google Acadêmico*: O *Google Scholar* ou *Google Acadêmico*¹¹ é uma plataforma de pesquisa lançada no ano de 2004 e, nela, estão indexadas publicações de cunho científico, como monografias, teses, citações, artigos, livros e uma infinidade de fontes para referências e leituras acadêmicas. Utilizamos essa base como um guia para encontrar os artigos que relatam experiências educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais.

d) Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹² faz a disseminação e a integração em um *site* de busca, teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos aos pesquisadores (BDTD, 2021).

e) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)¹³: essa base faz parte do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação. “Estão indexados na Brapci artigos publicados nas revistas científicas e profissionais das áreas desde 1972 até o momento atual” (Brapci, 2019, p. 1).

¹⁰ Disponível em: <https://cbbionline.org/>.

¹¹ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>.

¹² Disponível no site: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>.

¹³ Disponível no site: <https://brapci.inf.br/>.

f) Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU): o evento ocorre desde 1978 e tem por objetivo promover o debate, a reflexão e o intercâmbio de informações entre os profissionais da área de informação¹⁴ com foco nas bibliotecas universitárias do Brasil.

4.3 A pesquisa documental

A pesquisa documental tem seu delineamento parecido com a pesquisa bibliográfica, pois ambas utilizam dados já existentes, porém a pesquisa documental usa todos os tipos de documentos com “[...] finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais” (Gil, 2021, p. 44). Isso ocorre quando o pesquisador utiliza relatos de pesquisas, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. Gil (2021, p. 44) recomenda que a fonte seja considerada documental quando for consultado “[...] interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados”.

A maioria dos documentos usados nesta pesquisa foi de fontes bibliográficas. Para a realização da pesquisa documental, utilizamos o Observatório da Educação Profissional e Tecnológica¹⁵, o *site* da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC)¹⁶ e o *site* da CBBI¹⁷. Nosso objetivo foi localizar decretos, leis, relatórios das bibliotecas, regimentos e outros documentos sobre as políticas institucionais e governamentais para as bibliotecas tecnológicas multiníveis. As leis que nortearam nossa pesquisa foram: a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2007), a Lei n. 11.892 (2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, a Resolução do CNE/CP n. 1/ 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Sobre as bibliotecas escolares, utilizamos a Lei n. 12.244 (2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

4.4 A pesquisa aplicada

Os programas de Mestrado Profissional em Educação visam a realizar pesquisas que tendem à intervenção, à prática e à aplicação, pois realizam uma pesquisa viva, que se faz ao

¹⁴ Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbu/snbu-2/>.

¹⁵ Disponível em: <https://observatorioept.org.br/sobre-ept>.

¹⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>.

¹⁷ Disponível em: <https://cbbionline.org/>.

fazer uma pesquisa, que usa o método como base, como a bússola norteadora. Assim, os mestrados e doutorados profissionais são verdadeiras “escolas de pós-graduação *stricto sensu*”, já que são responsáveis por ajudar a aprimorar as práticas dos agentes, educadores e profissionais, e são, portanto, escolas de intervenção, isto é, são escolas de pesquisas aplicadas (Ferreira *et al.*, 2014). As observações de Ferreira *et al.* (2014) se ampliam para o Doutorado Profissional, em que as pesquisas realizadas também buscam:

[...] a compreensão do contexto específico, suas problemáticas, a dinâmica do sistema e dos participantes individualmente, as relações internas e externas existentes nesta problemática. Nesta perspectiva, os conhecimentos são ampliados, ressignificados, ressaltando que a pesquisa aplicada está diretamente relacionada a capacidade de adequação dos estudos ao contexto pesquisado e ao pesquisador (Ferreira *et al.*, 2014, p. 3).

Para a pesquisa ser aplicada no Doutorado Profissional, o pesquisador precisa ter experiência no contexto a ser estudado, como no caso desta pesquisa, que foi realizada por uma bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia, com Bibliotecários dos IFs que realizam atividades educativas. Com base nos nossos princípios teóricos e na classificação das atividades educativas realizadas, convidamos 15 bibliotecários para participar da pesquisa. Entendemos que os pesquisadores, em sintonia com os sujeitos do estudo, que comportam saberes e anseios, desenvolvem, ao longo da trajetória da pesquisa, uma proposta de intervenção, de forma autêntica e específica, para uma realidade (Ferreira *et al.*, 2014).

A ideia inicial foi criar um produto educacional para auxiliar os bibliotecários na realização das suas atividades educacionais. O objetivo era envolver os bibliotecários em todos os estágios e nas ações necessárias para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a criação deveria ser realizada colaborativamente, mediante ações e dinâmicas desenvolvidas com os bibliotecários, por meio de um questionário e entrevistas, em que analisamos e exploramos o entendimento deles sobre as bibliotecas nas quais trabalham e como desempenham as suas atividades educativas. Em suma, acreditamos que o desenvolvimento de um produto educacional que sirva de guia para as práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas pelos bibliotecários pode contribuir para a abertura de caminhos e discussões, visando a responder às dúvidas relacionadas às atividades voltadas para a informação ofertadas nas bibliotecas dos IFs.

4.4.1 Delineamento da pesquisa aplicada

Para a organização da pesquisa aplicada, norteamos-nos pelo método pesquisa de opinião. Esse método atende à demanda do estudo, uma vez que “Estes podem ser exploratórios, quando se quer conhecer melhor o fenômeno e ganhar *insights* a respeito” (Fleury; Werlang, 2016, p. 2). Nossa amostra de estudo é composta por 15 bibliotecários que desenvolvem atividades educativas voltadas para a informação nas bibliotecas dos IFs e foram selecionados 71 relatos de experiência. Porém, para realizar a coleta de informações via questionário e grupo de discussão, enviamos o projeto de pesquisa para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para que fosse avaliado, uma vez que iríamos lidar com dados de seres humanos.

O projeto foi aprovado pelo parecer n. 5.782.451 (Ver Anexo 1) e, depois dessa aprovação, entramos em contato com os bibliotecários pelos *e-mails* encontrados nos relatos de experiências e os convidamos para participar do estudo. Apenas sete bibliotecários aceitaram o convite e, para eles, enviamos o questionário intitulado “Perfil dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (Ver Apêndice 2) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Ver Apêndice 1). Nosso objetivo com o questionário foi conhecer a formação dos profissionais e, principalmente, suas ideias e desafios sobre suas ações pedagógicas na educação profissional. Em seguida, realizamos as entrevistas, cujo objetivo foi discutir com os profissionais a elaboração de um produto educacional, que visa a orientar as atividades educativas e pedagógicas realizadas por eles nas bibliotecas dos Institutos Federais.

Na discussão dos resultados desta tese, os sujeitos que responderam ao questionário participaram das entrevistas e da elaboração do produto educacional. Eles foram identificados por Bibliotecário Educador (BE) e numerados de 1 até 7 (Ex.: BE1, BE2, BE3 [...]). Informamos que receberam a numeração de acordo com a ordem de resposta dos questionários, que ocorreu entre os meses de maio a junho de 2023. Esse procedimento foi tomado visando a manter o anonimato dos participantes, quando da apresentação de trechos das suas falas nos resultados e discussão do estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos, primeiramente, os resultados da pesquisa bibliográfica, em que encontramos os desafios enfrentados pelas bibliotecas dos IFs. Esses desafios estão relacionados à tipologia da biblioteca, à estruturação administrativa e financeira e à ação educativa desenvolvidas nas unidades de informação. Em seguida, apresentamos as práticas educativas que foram realizadas nas bibliotecas dos IFs e relatadas entre os anos de 2008 e 2021. Entendemos que os relatos de experiência apresentam as observações de profissionais que estiveram em determinado campo de atuação. No presente estudo, o campo de atuação das vivências são as bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil.

A maioria dos trabalhos analisados foi encontrada nos Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), sendo localizados 36 relatos de experiência. O CBBDD é realizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

Escolhemos, primeiramente, os Anais do CBBDD, porque o Congresso remonta ao ano de 1954, considerado um dos eventos mais importantes da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. “Nesses mais de 50 anos de trajetória tornou-se um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa” (FEBAB, 2019, p. 1). O evento recebe profissionais da informação do Brasil e do mundo e é essencial para a “[...] apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa” (FEBAB, 2019, p. 1). Faz parte da diretoria executiva da FEBAB a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI). Os Anais selecionados foram publicados entre 2009 e 2019, com trabalhos diferentes, entre artigos e resumos, que nos incentivaram a fazer esta pesquisa. No Quadro 11, apresentamos o número de trabalhos publicados por ano.

Quadro 11 – Trabalhos localizados no CBBB (2009-2019)

ANO	Nº DE TRABALHOS
2009	06
2013	03
2015	05
2017	12
2019	10
TOTAL	36

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na base de dados do Portal da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI), localizamos 10 (dez) trabalhos publicados nos Anais do Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SBBI), eventos realizados nos anos de 2014 e 2015. Porém, como a CBBI realizou parceria com a FEBAB e inseriu o SBBI dentro do CBBB, os trabalhos, a partir de 2017, foram publicados nos Anais do CBBB e se encontram disponíveis no repositório da FEBAB¹⁸.

No portal da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), encontramos apenas uma dissertação relacionada à nossa temática, sendo a dissertação de Almeida (2015), intitulada “A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimentismo de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”, trabalho de referência inicial para esta tese.

Na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), encontramos diversos artigos e relatos de experiências. A Brapci faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”. A base disponibiliza estudos da área de Ciência da Informação, publicados nas revistas científicas e profissionais desde 1972 até os dias atuais. Nessa base, localizamos 10 (dez) relatos.

Pesquisamos, também, os Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), em que conseguimos encontrar 10 (dez) relatos, publicados entre os anos de 2012 e 2018. No final da pesquisa, localizamos o livro “Práticas bibliotecárias na Rede Federal de

¹⁸ Disponível em: <https://febab.org/>.

Educação Profissional, Científica e Tecnológica” das bibliotecárias Rubim e Rodrigues (2021), de modo que identificamos mais 3 (três) relatos de experiência, totalizando, assim, 71 (setenta e um) relatos encontrados, dos quais analisamos 63 (sessenta e três) experiências, por ocorrer repetição de relatos em eventos diferentes.

Apresentamos, na seção 9, o resultado na pesquisa aplicada, que foi realizada com uma amostra composta por 15 (quinze) bibliotecários selecionados nos 71 (setenta e um) relatos de experiência. Eles foram escolhidos pelos diversos trabalhos publicados e pela região em que atuam. Porém, no estudo, apenas 7 (sete) bibliotecários responderam ao questionário e participaram da entrevista. Sobre a localização geográfica, informamos que 4 (quatro) bibliotecários são da região Norte do Brasil, 2 (dois) são da região Nordeste e 1 (um) profissional é da região Sudeste.

5. 1 Interpretação e apresentação dos dados da pesquisa

A análise dos dados foi realizada a partir do referencial teórico da tese. Sobre a prática pedagógica, utilizamos Freire (1996; 2015). A teoria da Infoeducação foi fundamentada em Perrotti (2016; 2021) e Perrotti e Pieruccini (2007; 2013). As bibliotecas multiníveis foram analisadas a partir de Almeida (2018; 2019; 2020). Quanto à educação profissional, trabalhamos a partir das observações de Pacheco (2015) e Frigotto (2001; 2012).

Destacamos, em primeiro lugar, os desafios enfrentados pelas bibliotecas multiníveis dos IFs; em seguida, apresentamos a classificação das atividades educativas encontradas, em que elaboramos 10 categorias. Esses dados nos dão um panorama dos desafios e da ação educativa e pedagógica dos bibliotecários nos Institutos Federais. O resultado está na Seção 6 e 7 desta tese. Após a análise das atividades e a partir das citações, verificamos os desafios, a relevância, o significado das práticas educativas e a sua contribuição para o fortalecimento da Educação Profissional. O resultado está na Seção 8.

Em seguida, na seção 9, apresentamos os dados coletados com os 7 participantes da pesquisa aplicada, quando estes discutem o seu papel educativo nas bibliotecas multiníveis. Na Seção 10, enfatizamos a criação dos dois produtos educacionais. O primeiro foi elaborado a partir dos conceitos da Infoeducação, Biblioteca Multinível e a apresentação das práticas pedagógicas bem-sucedidas desenvolvidas pelos bibliotecários dos Institutos entre 2008 e 2021. O segundo produto foi desenvolvido a partir das dúvidas, observações e sugestões dos profissionais bibliotecários, que culminou na criação de um livro digital, tendo como plataforma a rede social *Instagram*, intitulado @biblio.multinível.

6 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Na pesquisa bibliográfica e formação do nosso referencial teórico, encontramos dissertações e artigos que discutem os desafios das bibliotecas dos IFs no Brasil. O nosso tema de estudo era “Educação e bibliotecas multiníveis: o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil”, mas não imaginamos que encontraríamos tantas informações sobre os desafios enfrentados por esse modelo de biblioteca.

Moreira (2018) apresenta seis desafios relevantes para as bibliotecas dos Institutos Federais. O primeiro deles diz respeito à consolidação das bibliotecas como uma unidade sistêmica, que deve atuar em conjunto com os professores e se integrar ao ambiente escolar dos IFs. Assim, os bibliotecários devem ter compreensão do significado de um sistema. Um sistema de bibliotecas carece de atender à comunidade e à instituição, e não às concepções e interesses pessoais. Esse é o primeiro grande desafio que as bibliotecas precisam enfrentar.

O segundo desafio a ser encarado seria a adaptação às mudanças constantes, haja vista a verticalidade dos IFs, “espera-se que a biblioteca deva ser igualmente variável adaptando-se às inconstâncias ambientais” (Moreira, 2018, p. 41). O terceiro desafio está relacionado à questão da transdisciplinaridade na formação do acervo de suas bibliotecas, visando à superação da visão reducionista do conhecimento. Para o autor, o quarto desafio é voltado exclusivamente aos bibliotecários e ao tratamento do acervo, pois muitos profissionais focam seus trabalhos nas técnicas biblioteconômicas, em vez do acesso à informação. A respeito desse problema, o autor problematiza sobre a Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC):

Privilegiar aspectos técnicos dos sistemas/redes reduz o trabalho de intervenção para melhoria nos sistemas de tecnologia da comunicação e informação (TIC) para atendimento às necessidades sociais, organizacionais, humanas e informacionais dos sujeitos. Em face dos anseios informacionais no contexto escolar, a tecnologia deve ser uma aliada no acesso e compartilhamento da informação, não a finalidade do sistema (Moreira, 2018, p. 42).

A quinta dificuldade apresentada por Moreira (2018) diz respeito à infraestrutura das bibliotecas, uma vez que muitos IFs foram fundados com estruturas cedidas pelos governos locais e não têm infraestrutura adequada. São espaços provisórios. Dessa forma, em algumas instituições, não houve um planejamento adequado para a instalação das suas bibliotecas.

Enfim, o sexto desafio está relacionado aos profissionais que trabalham nas bibliotecas dos IFs, pois “[...] as políticas de recursos humanos dos governos são inadequadas por não permitirem flexibilizar a dimensão qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal para atendimento das demandas concretas das bibliotecas” (Moreira, 2018, p. 42). Acreditamos que todos os desafios apresentados por Moreira (2018) devem ser pensados e discutidos com a gestão e os profissionais de bibliotecas nos Institutos, alguns, inclusive, com urgência. É o caso das bibliotecas instaladas em espaços impróprios e com número reduzido de profissionais.

Mas, ao longo de nossos estudos bibliográficos, três desafios se tornaram o foco de nosso estudo. O primeiro trata da função educativa e social da biblioteca multinível. Um ponto apresentado pelos pesquisadores Moreira (2018) e Veiga e Pimenta (2018; 2019) é a ausência da biblioteca e, conseqüentemente, do bibliotecário nas discussões das diretrizes educacionais e pedagógicas dos institutos. Sobre essa problemática, Moreira (2018, p. 42-43) ressalta:

A prática educativa, seja no contexto escolar ou no meio acadêmico, não se encerra no simples incentivo à leitura ou ao treinamento para uso de fontes de informações. Nesse sentido, o bibliotecário precisa se inteirar das necessidades curriculares dos alunos e interagir com os professores, de maneira que conheça o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. A prática educativa no âmbito da biblioteca só será frutífera com a participação e apoio dos gestores escolares e, principalmente, dos professores, agentes ativos do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a função educacional nas bibliotecas dos IFs é um desafio que alguns bibliotecários não se atentam, uma vez que as bibliotecas e os profissionais enfrentam grandes problemas, desde a criação dos IFs. Outra dificuldade enfrentada pelos bibliotecários é a sua formação, que geralmente se concentrou na técnica biblioteconômica.

Durante nossa investigação, o segundo obstáculo encontrado está relacionado à nomenclatura e à tipologia das bibliotecas dos Institutos. Essa problemática, desde 2010, desperta o interesse dos pesquisadores, particularmente Almeida (2018; 2019; 2020). O terceiro desafio está relacionado às questões financeiras e administrativas. Notamos que as bibliotecas não são objetivadas nos principais documentos, que regulam a distribuição dos recursos dos Institutos Federais, como denota Santos (2017). A seguir, apresentamos os desafios.

6.1 O desafio da tipologia e a nomenclatura da biblioteca dos Institutos Federais

A primeira dificuldade enfrentada pela biblioteca dos IFs constitui esta indagação: qual é o tipo de biblioteca que existe nos Institutos Federais? Sobre o exposto, Santos, Gracioso e Amaral (2018) afirmam que as bibliotecas dos Institutos, por atenderem a um público diversificado em diferentes níveis de ensino, têm uma demanda por informações que, somada ao compromisso social da instituição, impede que elas se adéquam aos conceitos de tipologias de bibliotecas já conhecidos, como biblioteca escolar, universitária, especializada, pública e comunitária.

É evidente que a percepção da classificação de uma biblioteca se faz necessária, a fim de permitir que os usuários e a administração da instituição compreendam a finalidade e a função da unidade de informação. Nos Institutos Federais, a questão é um desafio, pois a maioria das bibliotecas é vista como bibliotecas escolares, enquanto outras são tratadas como bibliotecas universitárias, o que resulta em uma sobrecarga de trabalho para bibliotecários e auxiliares de biblioteca. Os livros didáticos são um exemplo disso, pois, além de carregar, organizar, distribuir e recolher esses materiais¹⁹, os bibliotecários têm a responsabilidade de gerir a oferta e a demanda destes. Essa função requer meses de trabalho na biblioteca, que atende também ao Ensino Superior, cursos subsequentes e à comunidade, e muitas instituições dispõem de poucos profissionais. Sobre essa questão, Sanchez (2014) aponta que os documentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados aos programas de incentivo à leitura apresentam uma clara diferenciação entre o acervo destinado às bibliotecas e aos materiais de apoio didático. Assim, os livros didáticos são instrumentos de apoio ao aluno e responsabilidade do setor pedagógico da escola.

Sobre a terminologia relacionada à biblioteca dos Institutos Federais, desde 2008, diferentes profissionais bibliotecários e pesquisadores têm discutido e apresentado conceitos e nomenclaturas. Santos (2017) realizou um primeiro levantamento, no qual avaliou 48 publicações científicas, que definiram a classificação das bibliotecas dos IFs, tais como biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca mista e outras. Mas, em nosso mapeamento, pesquisamos autores que pensaram na nomenclatura e inquiriram a respeito dela.

¹⁹ Sobre essa questão, Sanchez (2014, p. 5-6) afirma que: “A literatura, assim como os documentos do FNDE para os programas de fomento à leitura, faz clara distinção entre o acervo destinado às Bibliotecas e os materiais de apoio didático. Desta forma, considera-se que os livros didáticos se configuram como recursos de apoio ao discente, sendo assim de responsabilidade do setor pedagógico da escola”.

Localizamos 21 trabalhos, publicados entre os anos de 2011 e 2021, sendo que as tipologias sugeridas foram: biblioteca tecnológica, unidades de informação, Bibliotecas Multiníveis, Biblioteca Mista e Bibliotecas Técnico-Acadêmicas, como pode ser visto no Quadro 12.

Quadro 12 – Nomenclaturas criadas para as bibliotecas dos Institutos Federais

Nº	Conceito	Ano	Nomenclatura
1	“A fim de atingir os objetivos é necessário optar por um estudo de perfil de usuário da biblioteca multidisciplinar, na qual se encontra a biblioteca tecnológica dos Institutos Federais” (Moutinho; Lustosa, 2011, p. 7, grifos nossos).	2011	BIBLIOTECA TECNOLÓGICA
2	“Desta forma, as bibliotecas do Instituto têm uma característica singular, pois seguindo o mesmo conceito de escola única, as bibliotecas são únicas, desta forma os discentes do médio-técnico compartilham o espaço, acervo, produtos e serviços que os da graduação e/ou pós-graduação. Por ser um tipo de instituição ensino recente, e ainda em consolidação, a tipologia das bibliotecas ainda não está definida, alguns autores a definem, por exemplo, como unidades de informação [...]” (Teixeira, 2015, p. 72, grifos nossos).	2011	UNIDADES DE INFORMAÇÃO
3	“Após a criação da Lei 11.892/2008, essas bibliotecas se tornaram escolares universitárias e especializadas, ao passar a ter demandas dos níveis: Ensino Médio técnico, graduações e pós-graduações tecnológicas, programas como PIBIC, PARFOR, Mulheres Mil, Certific, entre outros. Com essa abundância de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a que classificaremos como bibliotecas multiníveis , ao atender a usuários de vários níveis de ensino” (Moutinho, 2014, p. 71, grifos nossos).	2014	BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS
4	“A Biblioteca atende um público diferenciado, visto que a instituição oferta cursos em diferentes modalidades e níveis de conhecimento, como cursos de Ensino Médio integrado ao técnico, cursos técnicos concomitantes, cursos de formação inicial e continuada e, por fim, cursos de ensino superior. Dessa maneira, a Biblioteca do IF'sC Araranguá pode ser considerada mista ” (Cavalcanti; Garcia, 2015, p. 1, grifos nossos).	2015	BIBLIOTECA MISTA

5	“Nesse trabalho, optou-se por chamá-las de “bibliotecas técnico-acadêmicas” por entender que se adequa melhor ao papel desempenhado por essa instituição, uma vez que oferecem cursos desde o Ensino Médio-técnico até a pós-graduação, atuando no suporte ao ensino técnico e superior, além da pesquisa e extensão” (Teixeira, 2015, p. 72, grifos nossos).	2015	BIBLIOTECAS TÉCNICO-ACADÊMICAS
6	“Considerando a necessidade de uma posição intermediária nesta discussão, optou-se, nesta obra, pela visão de que as bibliotecas dos IFs são mistas , ou seja, devem ser entendidas como bibliotecas escolar e universitária, pois suas maiores demandas centram-se no universo de usuários compostos por estudantes de nível médio e superior” (Becker; Faqueti, 2015, p. 43, grifos nossos).	2015	BIBLIOTECA MISTA
7	“[...] é percebida como uma organização que atende aos usuários de diversos níveis de ensino e modalidades educativas. Nesta perspectiva, temos o entendimento de que a biblioteca multinível atenderia, portanto, às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (profissionalizante, médio, técnico, superior e pós-graduação) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais” (Almeida, 2015, p. 43, grifos nossos).	2015	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
8	“Cabe esclarecer que a biblioteca referente ao estudo de caso é categorizada como uma biblioteca multinível , pois atende a alunos do Ensino Médio, do ensino técnico e do superior” (Santini, 2016, p. 1, grifos nossos).	2016	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
9	“[...] onde o trabalho passou a ser em uma biblioteca técnico-acadêmica (atende a diferentes segmentos educacionais, desde educação fundamental, passando por ensino técnico, até o ensino superior)” (Pereira, 2018, p. 12, grifos nossos).	2018	BIBLIOTECA TÉCNICO-ACADÊMICA
10	“[...] as Bibliotecas Multiníveis da Rede Federal (EPCT) não devem ser consideradas apenas bibliotecas escolares, haja vista, que além de atender os alunos do Ensino Médio integrado com idades que variam dos 14 aos 19 anos, estas também, atendem os alunos das graduações e de pós-graduações, tanto nas modalidades <i>latu sensu</i> e <i>strictu sensu</i> oferecidos pela rede. As bibliotecas multiníveis da Rede Federal (EPCT), também atendem os alunos dos cursos das modalidades subsequentes, que efetuam apenas os cursos técnicos. Os educandos dessas modalidades, em sua maioria são adultos, cuja idade varia dos 30 aos 75 anos, esses alunos já possuem o Ensino Médio e muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e procuram apenas se capacitar. Assim sendo, além de atender um universo distinto de modalidades de cursos e usuários, as bibliotecas multiníveis têm outra	2018	BIBLIOTECA MULTINÍVEL

	característica que as singularizam como uma nova tipologia de unidades de informação” (Veiga, 2018, p. 50, grifos nossos).		
11	“[...] esse tipo de biblioteca é percebido como uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (nível médio, técnico e superior) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais. No entanto, apesar da falta de consenso quanto à identidade dessas bibliotecas segundo funções e finalidade, não se pode negar que as bibliotecas de IFs atendem aos diversos grupos de usuários mencionados. Assim, em nosso entendimento e pela prática nesse tipo de biblioteca, a terminologia proposta apresenta-se como coerente, inovadora, abrangente e única alternativa até então proposta na literatura científica” (Almeida, 2018, p. 527).	2018	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
12	“[...] definiu-se que biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Considerando este conceito como mais completo e abrangente da complexidade que diferencia a biblioteca da Rede Federal EPCT das demais, adotou-se nesta pesquisa a terminologia biblioteca multinível. Defende-se, também, que essa terminologia deva ser reconhecida como um novo tipo de biblioteca pela classe profissional e pela comunidade científica brasileira” (Almeida, 2018, p. 3800, grifos nossos).	2018	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
13	“Almeida (2015, p. 43) afirma que a Biblioteca Multinível: [...] é percebida como uma organização que atende aos usuários de diversos níveis de ensino e modalidades educativas” [...]. “Atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de Professores, servidores técnico-administrativos e alunos em nível profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas. São, por exemplo, as bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil [...]” (Veiga; Pimenta; Silva, 2018, p. 51-52).	2018	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
14	“ A biblioteca multinível , conceito idealizado pioneiramente por Moutinho (2014) no campo da Educação e estudado com maior detalhamento e disseminado por Almeida (2015) e por Veiga, Pimenta e Silva (2018) no campo da Ciência da Informação, é compreendida como uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos, a saber: nível médio, técnico e superior. Conseqüentemente, supre e abrange diferentes níveis de necessidades e competências” (Almeida; Freire, 2022, p. 2019, grifos nossos).	2019	BIBLIOTECA MULTINÍVEL

15	<p>“Conceitualmente, biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que, quanto à finalidade, atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Tem por objetivo atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos em nível profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas, porém este arranjo ainda não é regra e nem padrão. Como principal exemplo de biblioteca multinível, temos as bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Portanto, é um novo tipo de biblioteca que já existe em expressivo número, já que, segundo o panorama de Becker e Faqueti (2015), temos pelo menos 317 bibliotecas no âmbito desta Rede Federal” (Almeida; Freire, 2022, p. 16, grifos nossos).</p>	2019	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
16	<p>“Diante da necessidade de se classificar as bibliotecas que atendem a diversos níveis de ensino para designar, especificamente, as bibliotecas do IFRS, adota-se, neste estudo, o termo multinível” (Paim, 2019, p. 75, grifo nosso).</p>	2019	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
17	<p>“De acordo com Almeida (2015) a Biblioteca Multinível: [...] é percebida como uma organização que atende aos usuários de diversos níveis de ensino e modalidades educativas. Nesta perspectiva, temos o entendimento de que a biblioteca multinível atenderia, portanto, às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (profissionalizante, médio, técnico, superior e pós-graduação) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais [...]” (Veiga; Pimenta, 2019, p. 79, grifos nossos).</p>	2019	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
18	<p>“A realidade informacional dos estudantes assistidos pela biblioteca integrante do Sistema de Bibliotecas da UEPB, em Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, é bastante singular. Trata-se de uma biblioteca multinível – aquela orientada por público de variados níveis de processos formativos (Ensino Médio, Técnico e Superior) (ALMEIDA; FREIRE, 2018) – localizada na zona interiorana o Estado da Paraíba, da cidade de Catolé do Rocha” (Bezerra; Serafim, 2019, p. 10, grifos nossos).</p>	2019	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
19	<p>“[...] uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (nível médio, técnico e superior) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais” (Almeida; Garcia; Freire, 2020, p. 162).</p>	2020	BIBLIOTECA MULTINÍVEL

20	<p>“Aqui, torna-se imprescindível destacar a pluralidade do ecossistema educacional do Senac no Paraná, em especial, da Faculdade Senac Maringá. Nosso público configura-se como extremamente heterogêneo, uma vez que são abarcados estudantes dos mais diversos níveis educacionais, a saber: Aprendizagem Profissional Comercial, cursos livres, cursos de aperfeiçoamento, cursos Técnicos e curso superior. Em algumas Unidades, é possível até encontrar estudantes do Ensino Médio integrado ao curso técnico, demonstrando que os ambientes pedagógicos permitem uma interação entre diferentes níveis de aprendizagem, com troca de informações, experiências e construção de novos conhecimentos entre os estudantes. Diante desse ecossistema infoeducacional plural, acredita-se que a biblioteca da Faculdade Senac Maringá possa ser caracterizada como uma biblioteca multinível, tipologia esta que ainda carece de mais estudos que a caracterizem adequadamente” (Brentan Junior, 2021a, p. 15, grifos nossos).</p>	2021	BIBLIOTECA MULTINÍVEL
21	<p>“Seguindo o exemplo do Sistema S, é possível observar que as Redes de Bibliotecas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por exemplo, recebem tanto estudantes de nível médio, passando por jovens adultos, até a população da terceira idade em cursos dos mais variados níveis, propostas e finalidades. Na literatura, é possível observar também o termo biblioteca mista (MATTOS, PINHEIRO, 2006; LANGEN, MUSSARELI, CARLOS, 2020), porém, para a ótica da presente pesquisa, acredita-se que o termo “biblioteca multinível” seja mais adequado. Aqui, as bibliotecas multiníveis são tidas como unidades de informação, cujas funções educacional, informacional e sociocultural abrangem dois ou mais segmentos populacionais. Na perspectiva deste trabalho, acredita-se que as bibliotecas multiníveis bem como qualquer outra tipologia de biblioteca – devam estar em consonância com os princípios e objetivos de sua comunidade usuária. Desta maneira, ressalta-se a importância de que a biblioteca multinível, em um ambiente educacional, deve pautar o desenvolvimento de atividades, com a finalidade de atingir os objetivos pedagógicos dos espaços em que se encontram inseridas” (Brentan Junior, 2021b, p. 15, grifos nossos).</p>	2021	BIBLIOTECA MISTA / BIBLIOTECA MULTINÍVEL

Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados da BRAPCI, BDTD, FEBAB, tendo como referência o mapeamento documental realizado por Blackman (2020)²⁰.

O primeiro trabalho localizado foi publicado no ano de 2011, e as autoras Moutinho e Lustosa (2011, p. 7) destacam que a “A fim de atingir os objetivos é necessário optar por um

²⁰ A ideia para a elaboração desse quadro foi retirada do exemplo de mapeamento documental e conceitual elaborado por: BLACKMAN, Cledenice. **A mulher afro-antilhana de Porto Velho e sua anterioridade na educação**. 2020. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202237>.

estudo de perfil de usuário da biblioteca multidisciplinar, na qual se encontra a biblioteca tecnológica dos Institutos Federais”. No mesmo ano, Santos, Boccato e Santos (2011) definiram como unidades de informação as bibliotecas dos IFs:

Desta forma, as bibliotecas do Instituto têm uma característica singular, pois seguindo o mesmo conceito de escola única, as bibliotecas são únicas, desta forma os discentes do médio-técnico compartilham o espaço, acervo, produtos e serviços que os da graduação e/ou pós-graduação. Por ser um tipo de instituição de ensino recente, e ainda em consolidação, a tipologia das bibliotecas ainda não está definida, alguns autores a definem, por exemplo, como **unidades de informação** (Santos; Boccato; Santos, 2011 *apud* Teixeira, 2015, p. 72, grifos nossos).

No ano de 2014, Moutinho (2014) apresenta o termo Biblioteca Multinível em sua dissertação. Encontramos que esse é o termo mais usado nas pesquisas nas áreas da Educação, Ciência da Informação e Biblioteconomia, quando se trata das bibliotecas dos Institutos Federais. Esse termo foi encontrado em 14 trabalhos, dentre relatos de experiência, artigos e dissertações, como pode ser visto no Quadro 8. De acordo com Moutinho (2014, p. 71, grifos nossos):

Após a criação da Lei 11.892/2008, essas bibliotecas se tornaram escolares universitárias e especializadas, pois passou a ter demandas dos níveis: Ensino Médio técnico, graduações e pós-graduações tecnológicas, programas como PIBIC, PARFOR, Mulheres Mil, Certific, entre outros. Com essa grande quantidade de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a que classificaremos como **bibliotecas multiníveis**, pois atende a usuários de vários níveis de ensino.

Em 2015, Cavalcanti e Garcia (2015) e Becker e Faqueti (2015) nomeiam as bibliotecas dos IFs como bibliotecas mistas:

A Biblioteca atende um público diferenciado, visto que a instituição oferta cursos em diferentes modalidades e níveis de conhecimento, como cursos de Ensino Médio integrado ao técnico, cursos técnicos concomitantes, cursos de formação inicial e continuada e, por fim, cursos de ensino superior. Dessa maneira, a **Biblioteca** do IF'sC Araranguá pode ser considerada **mista** (Cavalcanti; Garcia, 2015, p. 1, grifos nossos).

Considerando a necessidade de uma posição intermediária nesta discussão, opta-se, nesta obra, pela visão de que as **bibliotecas dos IFs são mistas**, ou seja, devem ser entendidas como bibliotecas escolar e universitária, pois suas maiores demandas centram-se no universo de usuários compostos por estudantes de nível médio e superior (Becker; Faqueti, 2015, p. 43, grifos nossos).

Teixeira (2015) e Pereira (2018) denominam as bibliotecas dos IFs de “bibliotecas técnico-acadêmicas”. Compreendemos o conceito desses autores, uma vez que a legislação dos IFs trata da Educação Técnica e Tecnológica e oferece tanto ensino técnico quanto acadêmico:

Nesse trabalho, optou-se por chamá-las de “**bibliotecas técnico-acadêmicas**” por entender que se adequa melhor ao papel desempenhado por essa instituição, uma vez que oferecem cursos desde o Ensino Médio-técnico até a pós-graduação, atuando no suporte ao ensino técnico e superior, além da pesquisa e extensão (Teixeira, 2015, p. 72, grifos nossos).

[...] onde o trabalho passou a ser em uma **biblioteca técnico-acadêmica** (atende a diferentes segmentos educacionais, desde educação fundamental, passando por ensino técnico, até o ensino superior) (Pereira, 2018, p. 12, grifos nossos).

A partir de 2015, o termo mais usado nos trabalhos sobre as bibliotecas dos IFs foi a biblioteca multinível. O autor que mais publicou e trabalha o conceito de biblioteca multinível é Almeida (2015; 2018; 2019; 2020). De acordo com Almeida (2015, p. 43), a biblioteca multinível é percebida como:

[...] uma organização que atende aos usuários de diversos níveis de ensino e modalidades educativas. Nesta perspectiva, temos o entendimento de que a biblioteca multinível atenderia, portanto, às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (profissionalizante, médio, técnico, superior e pós-graduação) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais.

Almeida (2018, p. 527) aprofunda o conceito de biblioteca multinível em suas pesquisas e publicações, destacando que a biblioteca multinível:

[...] é percebida como uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (nível médio, técnico e superior) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais. No entanto, apesar da falta de consenso quanto à identidade dessas bibliotecas segundo funções e finalidade, não se pode negar que as bibliotecas de IFs atendem aos diversos grupos de usuários mencionados. Assim, em nosso entendimento e pela prática nesse tipo de biblioteca, a terminologia proposta apresenta-se como coerente, inovadora, abrangente e única alternativa até então proposta na literatura científica.

Almeida (2018), Almeida, Garcia e Freire (2020) e Almeida e Freire (2019) vão além do conceito e defendem que as bibliotecas dos IFs devem ser reconhecidas como um novo tipo de biblioteca, a biblioteca multinível, e que a terminologia precisa ser reconhecida pela classe bibliotecária:

[...] definiu-se que biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Considerando este conceito como mais completo e abrangente da complexidade que diferencia a biblioteca da Rede Federal EPCT das demais, adotou-se nesta pesquisa a terminologia biblioteca multinível. Defende-se, também, que esta terminologia deva ser reconhecida como um novo tipo de biblioteca pela classe profissional e pela comunidade científica brasileira (Almeida, 2018, p. 3800).

[...] uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos (nível médio, técnico e superior) e, conseqüentemente, diferentes níveis de necessidades e competências informacionais (Almeida; Garcia; Freire, 2020, p. 162).

A biblioteca multinível, conceito idealizado pioneiramente por Moutinho (2014) no campo da Educação e estudado com maior detalhamento e disseminado por Almeida (2015) e por Veiga, Pimenta e Silva (2018) no campo da Ciência da Informação, é compreendida como uma organização que atende às necessidades de um público de diferentes níveis de processos formativos, a saber: nível médio, técnico e superior. Conseqüentemente, supre e abrange diferentes níveis de necessidades e competências (Almeida; Freire, 2019, p. 3).

Conceitualmente, biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que, quanto à finalidade, atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Tem por objetivo atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos em nível profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas, porém, este arranjo ainda não é regra e nem padrão. Como principal exemplo de biblioteca multinível, temos as bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Portanto, é um novo tipo de biblioteca que já existe em expressivo número, já que, segundo o panorama de Becker e Faqueti (2015), temos pelo menos 317 bibliotecas no âmbito desta Rede Federal (Almeida; Freire, 2019, p. 16).

O termo biblioteca multinível foi utilizado por outros autores, por exemplo, Santini (2016, p. 1, grifos nossos), que, em realização de um estudo de caso, categorizou as bibliotecas do IF como “[...] uma **biblioteca multinível**, ao atender a alunos do Ensino Médio, do ensino técnico e do superior”. Para Veiga, Pimenta e Silva (2018, p. 52, grifos nossos):

[...] as **Bibliotecas Multiníveis** da Rede Federal (EPCT) não devem ser consideradas apenas bibliotecas escolares, haja vista, que além de atender os alunos do Ensino Médio integrado com idades que variam dos 14 aos 19 anos, estas também, atendem os alunos das graduações e de pós-graduação, tanto nas modalidades lato sensu e stricto sensu oferecidos pela rede. **As bibliotecas multiníveis** da Rede Federal (EPCT), também atendem os alunos dos cursos das modalidades subsequentes, que realizam apenas os cursos técnicos. Os educandos dessas modalidades, em sua maioria são adultos, cuja idade varia dos 30 aos 75 anos, esses alunos já possuem o Ensino Médio e muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e procuram apenas se capacitar. Assim sendo, além de atender um universo distinto de modalidades de cursos e usuários, as bibliotecas multiníveis têm outra característica que as singularizam como uma nova tipologia de unidades de informação.

Paim (2019, p. 75) adota o termo biblioteca multinível para “classificar as bibliotecas que atendem a diversos níveis de ensino para designar, especificamente, as bibliotecas do IFRS”. Veiga e Pimenta (2019) utilizam Almeida (2015) como referência para o conceito de Biblioteca Multinível. Já Bezerra e Serafim (2019) seguem utilizando Almeida (2015) como referência sobre bibliotecas multiníveis, destacando que:

A realidade informacional dos estudantes assistidos pela biblioteca integrante do Sistema de Bibliotecas da UEPB, em Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, é bastante singular. Trata-se de uma biblioteca multinível – aquela orientada por público de variados níveis de processos formativos (Ensino Médio, técnico e superior)

(Almeida; Freire, 2018) – localizada na zona interiorana o Estado da Paraíba, da cidade de Catolé do Rocha (Bezerra; Serafim, 2019, p. 10).

O termo biblioteca multinível passou a ser adotado por outros pesquisadores que realizaram pesquisas sobre bibliotecas que têm diferentes tipos de usuários: “[...] estudantes dos mais diversos níveis educacionais, a saber: Aprendizagem Profissional Comercial, cursos livres, cursos de aperfeiçoamento, cursos Técnicos e curso superior” (Brentan Junior, 2021a, p. 15). É o caso de Brentan Júnior (2021a), que realizou pesquisas sobre a biblioteca da Faculdade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Maringá, no Paraná:

Aqui, torna-se imprescindível destacar a pluralidade do ecossistema educacional do Senac no Paraná, em especial, da Faculdade Senac Maringá. **Nosso público configura-se como extremamente heterogêneo, uma vez que são abarcados estudantes dos mais diversos níveis educacionais, a saber: aprendizagem Profissional Comercial, cursos livres, cursos de aperfeiçoamento, cursos Técnicos e curso superior.** Em algumas Unidades, é possível até encontrar estudantes do Ensino Médio integrado ao curso técnico, demonstrando que os ambientes pedagógicos permitem uma interação entre diferentes níveis de aprendizagem, com troca de informações, experiências e construção de novos conhecimentos entre os estudantes. Diante desse ecossistema **infoeducacional plural**, acredita-se que a biblioteca da Faculdade Senac Maringá possa ser caracterizada como uma **biblioteca multinível**, tipologia esta que ainda carece de mais estudos que a caracterizem adequadamente (Brentan Junior, 2021a, p. 15, grifos nossos).

Brentan Júnior (2021b), em um segundo trabalho intitulado “Educação em informação em bibliotecas multiníveis: oportunidades e desafios a partir da ótica da experimentação tecnológica”, apresenta e discute dois conceitos para a biblioteca da Faculdade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Maringá:

Seguindo o exemplo do Sistema S, é possível observar que as Redes de Bibliotecas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por exemplo, recebem tanto estudantes de nível médio, passando por jovens adultos, até a população da terceira idade em cursos dos mais variados níveis, propostas e finalidades. Na literatura, é possível observar também o termo **biblioteca mista** (MATTOS; PINHEIRO, 2006; LANGEN; MUSSARELLI; CARLOS, 2020), porém, para a ótica da presente pesquisa, acredita-se que o termo **“biblioteca multinível”** seja mais adequado. Aqui, as bibliotecas multiníveis são tidas como unidades de informação, cujas funções educacional, informacional e sociocultural abrangem dois ou mais segmentos populacionais. Na perspectiva deste trabalho, acredita-se que as bibliotecas multiníveis bem como qualquer outra tipologia de biblioteca – devam estar em consonância com os princípios e objetivos de sua comunidade usuária. Desta maneira, ressalta-se a importância de que a biblioteca multinível, em um ambiente educacional, deve pautar o desenvolvimento de atividades, com a finalidade de atingir os objetivos pedagógicos dos espaços em que se encontram inseridas (Brentan Junior, 2021b, p. 15, grifos nossos).

Após a análise da tipologia e da nomenclatura das bibliotecas dos Institutos Federais, é perceptível que o termo que se destacou foi “Biblioteca Multinível”. Mas, nos aprendizados anteriores, sobre os princípios e concepções da Educação Profissional e Tecnológica e sobre a legislação da Rede federal, percebemos que as bibliotecas dos IFs, além de multiníveis, são bibliotecas tecnológicas. No entanto, o termo Biblioteca Multinível já está inserido na pesquisa científica das áreas de Ciência da Informação e da Educação. Dessa forma, concordamos que esse termo deve ser discutido e oficializado para as bibliotecas dos Institutos Federais.

6.2 O desafio da estruturação administrativa e financeira da biblioteca multinível dos Institutos Federais

Além da tipologia e da nomenclatura, a biblioteca Multinível dos IFs apresenta um segundo desafio, sendo este a estruturação administrativa e financeira. Muitas unidades do Instituto não têm diretoria de bibliotecas, nem orçamento para elas, partindo do princípio de que os IFs são uma política pública educacional que oferece educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuar profissionalmente nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Também, que os IFs como política de educação são pautados pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no Artigo 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Diante do exposto, entendemos que se faz necessária uma rede informacional dialógica, que atenda à formação dos alunos e ao padrão de qualidade de ensino. Um dos espaços de informação e cultura concerne às bibliotecas com seus sistemas de gestão e disseminação de informações, porém, na maioria dos IFs, as unidades de informação não são integradas aos Projetos Políticos-Pedagógicos, tampouco mencionadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Lei n. 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), no Artigo 2º, destaca que os cursos superiores ofertados deverão ser avaliados igualmente às universidades federais: “Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de Educação Superior, os IFs são equiparados às universidades federais” (Brasil, 2009, p. 2). Os cursos dos IFs são avaliados como cursos superiores – portanto, eles deveriam manter o padrão de qualidade informacional em rede –, ofertados pelas bibliotecas das universidades.

Compreendemos que os IFs foram criados há 15 anos, mas os seus sistemas de bibliotecas ainda lutam por identidade e organização, como as unidades de informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), que não tem uma diretoria de bibliotecas, identidade de rede e não tem nenhum orçamento anual voltado para as ações, por exemplo, a compra de livros de literatura e livros para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Moreira (2018, p. 36), em sua pesquisa intitulada “Ação educativa dos bibliotecários: um repensar da sua práxis profissional nos institutos federais”, destaca que as motivações para a criação desses sistemas incluem as mesmas finalidades apresentadas no contexto universitário, visam aos mesmos objetivos quanto à gestão e utilização dos recursos materiais. Essa é uma observação importante, o que nos ajuda a pensar sobre o norteamento do planejamento das atividades voltadas aos saberes informacionais nas bibliotecas multiníveis, direcionadas ao Ensino Superior. Portanto, as unidades de informações dos Institutos Federais não devem ser tratadas como depósitos de livros, pois, pela lei e concepções da EPT, têm o desafio de ser um espaço educativo, mas, para se caracterizarem como tal espaço, precisam de investimento financeiro. As bibliotecas que atendem a múltiplos públicos (formação básica integrada ao Ensino Médio, Profissional e Superior) não devem se limitar a alimentar sistemas de informação, serviços técnicos e a inserir no acervo somente livros dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP).

As bibliotecas, que antes eram escolares, precisaram se transformar para atender ensino, pesquisa e extensão; conhecer seu novo público, incrementar os serviços, implementar novas condutas. O desafio é construir um sistema integrado de bibliotecas com base na nova identidade proporcionada pela criação dos IFs, uma biblioteca que não é exclusivamente escolar, (mas atende ao nível básico e médio), que não é unicamente especializada (embora contenha assuntos específicos), que não é somente superior ou universitária (mas compreende a pesquisa e extensão) e que não é pública (porém atende ao público) (Camurça; Araújo; Morais, 2013, p. 3).

Na pesquisa, notamos que as unidades de informação dos IFs enfrentam uma dificuldade adicional relacionada ao recebimento de apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Santos (2017) afirma haver uma ausência de políticas institucionais direcionadas ao aprimoramento contínuo das bibliotecas multiníveis, as quais são um equipamento pedagógico essencial para o ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais. Bandeira (2013) faz uma importante observação ao analisar a valorização das bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (IFCE), destacando que:

[...] as bibliotecas do IFCE ainda lutam para se consolidarem como setores essenciais na instituição, pela inserção de bibliotecários no planejamento estratégico, por investimentos na infraestrutura física e em recursos humanos. As melhorias observadas em algumas destas bibliotecas são fruto de iniciativas isoladas dos campi e não de uma política específica para as bibliotecas (Bandeira, 2013, p. 36).

As bibliotecas das instituições que formam a atual rede de Educação Profissional no Brasil foram adicionadas aos CEFET, pelo Decreto n. 5.773/2006, que autorizaram ofertar o Ensino Superior. A biblioteca é apresentada na legislação e nos documentos institucionais como um setor obrigatório, sem uma ligação clara com a sua função de apoio pedagógico, sendo estruturada a partir de instrumentos e políticas voltadas para o Ensino Superior. Sobre as bibliotecas da Rede Federal, Santos (2017) apresenta, em sua dissertação, o discurso do então Secretário da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Carlos Artur de Carvalho, que afirmou que as bibliotecas deveriam ser orientadas pela Lei n. 11.892/2008, pois oferecem autonomia administrativa, patrimonial e financeira dos IFs:

[...] os critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado, para as bibliotecas dos Institutos Federais e demais instituições que compõem a Rede Federal EPCT, devem ser contemplados pelo Regimento Interno de cada instituição, uma vez que a Lei n° 11.892/2008 garante autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar aos Institutos Federais. O Secretário salienta que os as instituições da Rede Federal EPCT devem se orientar pelo Decreto n° 520, de 13 de maio de 1992, o qual instituiu, no âmbito do Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e pela Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010, a qual determina a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (Santos, 2017, p. 61).

É possível notar, portanto, que o discurso da SETEC enfatiza a ideia de que as bibliotecas são responsabilidade das próprias instituições. Na sua pesquisa de mestrado, intitulada “Regulamentação e concepção das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: em busca de sua historicidade e identidade”, Santos (2017) analisou 38 Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e 37 Projetos Político-Pedagógicos Institucionais. O objetivo do estudo era identificar como as bibliotecas estavam contempladas e quais prerrogativas relativas a elas estavam nos documentos. Os PDI são os documentos que norteiam a missão, os valores e o funcionamento geral das Instituições de Ensino Superior (IES). Além disso, estabelecem ações estratégicas para atingir objetivos da instituição em termos de qualidade do ensino e gestão (Saraiva Educação, 2021).

Nos 38 PDI analisados, Santos (2017) argumenta que, institucionalmente, a biblioteca é considerada com base nas suas características, tais como projetos de extensão, horários de funcionamento, políticas de desenvolvimento de coleções consolidadas, além de verificar a

existência de sistemas integrados de bibliotecas, *softwares* de automação de bibliotecas utilizados e a organização do espaço físico delas.

Quanto aos Instrumentos norteadores, para estruturação e funcionamento da biblioteca nos Institutos Federais, registram-se: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, entretanto somente o Instituto Federal do Rio Grande do Sul define que o objetivo é alcançar, no mínimo, nota 4 neste sistema; Decreto-Lei nº 5.296/ 2004, Nota Técnica nº 106/ 2013/MEC/ SECADI/DPPE, de 19 de agosto 2013 – Orientação à Implementação da Política Institucional de Acessibilidade à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia; e a Portaria MEC nº 3.284/ 03. O Instituto Federal do Rio Grande, ainda, cita como instrumentos norteadores para as bibliotecas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Norma Brasileira (NBR 9050/ 2004 e as recomendações oriundas do Iº Encontro de Representantes de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ERBI), realizado em junho de 2012, em Brasília (Santos, 2017, p. 70).

No âmbito dos PDI, observou-se, também, que as bibliotecas são descritas como um sistema e um órgão de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFARROUPILHA) apresentam uma nomenclatura para as suas bibliotecas, destacando que elas podem ser tanto bibliotecas escolares quanto bibliotecas universitárias (Santos, 2017):

As bibliotecas do Instituto Federal de Farroupilha têm características de **Biblioteca Escolar e de Biblioteca Universitária**. Isso requer uma coleção com forte tendência ao crescimento, considerando a necessidade de atendimento a diferentes públicos que exigem uma variada gama de materiais informacionais (Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUPILHA – PDI, [s. d.], p. 112, grifos nossos).

Diretrizes para as bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFSC definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes a formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais exclusivamente a comunidade acadêmica (alunos e servidores do IFSC). Por estarem no status de biblioteca universitária, as bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos *campus* e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório, para o período 2015–2019, que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as referidas bibliografias (IFSC – PDI, [s. d.], p. 218).

Em termos de subordinação das bibliotecas dos Institutos Federais, Santos (2017) verificou que, dos 38 IFs brasileiros, somente 12 (doze) têm Sistemas Integrados de Bibliotecas (SIBI), sendo que 10 (dez) estão subordinados à Pró-Reitoria de Ensino, 1 (um) à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e 1 (um) está diretamente subordinado ao Reitor, como é possível visualizar no Quadro 13.

Quadro 13 – Sistemas integrados de bibliotecas e sua subordinação

EXISTÊNCIA DO SIBI	APROVAÇÃO EM:	SUBORDINADO
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2011	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal do Sergipe	2014	Reitor
Instituto Federal Catarinense	2014	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal do Pernambuco	2013	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal de Goiás	2013	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Instituto Federal Goiano	2014	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal de Brasília	2014	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal de Santa Catarina	2011	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2013	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal do Paraná	2015	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal da Bahia	Não informado	Pró-Reitoria de Ensino
Instituto Federal Farroupilha	2014	Pró-Reitoria de Ensino

Fonte: Santos (2017, p. 70).

Conforme os dados apresentados, é possível notar que a grande parte dos IFs não dispõe de redes ou sistemas de bibliotecas. Isso explicita a relevância de os bibliotecários e a administração discutirem e proporem políticas para a organização e integração das bibliotecas. Moreira (2018) argumenta que o trabalho isolado das bibliotecas, que atende a uma demanda interna e externa dos Institutos Federais, não contribui para o acesso à informação, sobretudo ao ter em vista a escassez e a dispersão de recursos no campo educacional em períodos de crise. O autor destaca, ainda, que:

A organização das bibliotecas dos IF em sistemas/redes mediante a adoção de estratégias de trabalho cooperativas comuns, a exemplo do estabelecimento de políticas de gestão, de desenvolvimento de acervo, de intercâmbio de serviços informacionais etc., possibilitará o fortalecimento da sua identidade e importância em meio ao contexto em que estão inseridas (Moreira, 2018, p. 76-77).

Os Sistemas de Bibliotecas apresentados nos PDI devem ser gerenciados por bibliotecários, objetivando estabelecer diretrizes e políticas comuns, a fim de permitir a implementação e a implantação de serviços e produtos nas bibliotecas pertencentes ao mesmo instituto, visando atender às necessidades informacionais de seus usuários (Santos, 2017). A pesquisa demonstra que os Institutos cumprem a Lei n. 12.244/2010, que, no Artigo 3º, determina que os sistemas de ensino do país precisam desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares seja atingida no prazo máximo de dez anos e respeitando a profissão de bibliotecário (Brasil, 2010).

Os Sistemas de Bibliotecas (SIBI) são relevantes para a integração das bibliotecas, pois os *campi* estão em diferentes lugares, mas fazem parte da mesma instituição. Na pesquisa de Santos (2017), observa-se que os serviços oferecidos pelas bibliotecas também foram encontrados nos PDI. A autora dividiu os serviços como administrativos e serviços de educação de usuários. Os serviços administrativos encontrados foram:

Disponibilização de computadores com acesso à *internet*, Comutação Bibliográfica, consulta local, consulta local para usuário externo, disseminação seletiva da informação, elaboração de fichas catalográficas, e empréstimo de tablets, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas dos mesmos institutos. Empréstimo entre bibliotecas de outras instituições, espaço para estudo em grupo, espaço para estudo individual, espaço para exposições e eventos culturais, levantamento bibliográfico, normalização de publicações oficiais do *Campus*, Renovação, Renovação on-line, Reserva e Reserva on-line (Santos, 2017, p. 72-73, grifos da autora).

Os serviços de educação de usuários encontrados foram:

Acesso à base de dados, acesso à ABNT Coleções, acesso ao Portal Capes, alerta a novas aquisições, auxílio à compreensão e utilização das normas ABNT — Informação e Documentação, acesso a catálogo on-line, orientação à pesquisa, orientação e treinamento de usuário para o uso da biblioteca, participação em programas e projetos inter e transdisciplinares do *campus*, planejamento e execução de eventos culturais e por fim, treinamento de usuário para o uso do Portal Capes (Santos, 2017, p. 72-73, grifo da autora).

Santos (2017) analisou 13 Projetos Político-Pedagógicos, em que identificou, primeiramente, que, em 3 (três) deles, as bibliotecas não apareciam; é o caso dos IFs do Pará, de São Paulo e o Instituto Federal do Sul Rio-Grandense. Nove institutos citam as bibliotecas com uma estrutura física indispensável em todos os *campi*. O Instituto Federal de Alagoas, por exemplo, apontou que a modernização de suas bibliotecas era uma das metas da instituição. O Instituto Federal da Bahia tinha como objetivo adequar e modernizar o ambiente e o acervo das bibliotecas, de modo a permitir a realização de atividades acadêmicas integradas em todos os níveis, visando a transformar as bibliotecas em centros de informação “*library-hubs*”. Em resumo, a pesquisadora concluiu que as bibliotecas dos Institutos estão em um cenário de fragilidade e incertezas e sugere que as informações das bibliotecas sejam padronizadas e sistematizadas individualmente, nos PDI e nos projetos político-pedagógicos dos IFs:

Por fim, salientamos que a ausência de regulamentação adequada, a qual norteie a estruturação e gestão das bibliotecas dos Institutos Federais, somada à ausência de políticas institucionais, colocam às bibliotecas dos Institutos Federais, em um cenário de fragilidade e incertezas, comprometendo o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à informação (Santos, 2017, p. 98).

Os bibliotecários da EPCT têm se esforçado para fortalecer e auxiliar na construção das bibliotecas das suas instituições em relação à estruturação e valorização delas. Entre 2005 e 2019, foram realizados dez encontros visando a atender a um padrão de qualidade que condiz com as necessidades das Instituições da Rede e capacitar os profissionais que trabalham nas bibliotecas dessas Instituições.

Os primeiros eventos foram realizados antes da criação da EPCT, quando ainda existiam CEFET. Após o ano de 2008, os encontros tiveram dois nomes: o primeiro foi intitulado “Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (FNBIF)” e, depois da criação da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI), em 2011, ficou denominado “Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (CBBI, 2018). Observemos o Quadro 14.

Quadro 14 – Eventos realizados pelos bibliotecários da Rede Federal e dos Institutos Federais (2005-2019)

ANO	LOCAL DO EVENTO
2005	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro; I Fórum Nacional de Bibliotecários dos Centros Federais de Educação Tecnológica.
2006	Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto; II Fórum Nacional de Bibliotecários dos Centros Federais de Educação Tecnológica.
2007	Centro Federal Educação Tecnológica de Goiás; III Fórum Nacional de Bibliotecários dos Centros Federais de Educação Tecnológica.
2008	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, Florianópolis, SC; IV Fórum Nacional de Bibliotecários dos Centros Federais de Educação Tecnológica. “As Bibliotecas dos CEFET e a acessibilidade” – 10 a 12 de setembro de 2008, Florianópolis, SC.
2010	Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN; V Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – FNBIFs. “A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Sistema de Bibliotecas: o repensar de novos contextos” – 24 a 28 de novembro, Natal, RN.
2011	Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Petrolina, PE; VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – FNBIFs. “Administração de Bibliotecas: desafios após e expansão dos Institutos Federais” 03 a 06 de outubro, Petrolina, PE. Instituição da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI).
2012	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) em parceria com a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal (CBBI) realizou o I Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT.
2012	Instituto Federal Sul de Minas Gerais, VII SBBI – Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Pouso Alegre, MG – 12 a 14 de março.

2015	Instituto Federal do Amazonas – VIII Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Manaus, AM – 6 a 8 de maio.
2017	Evento paralelo ao XXVII CBBBD – IX Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fortaleza, CE – 19 de outubro.
2019	Evento paralelo ao XXVIII CBBBD – X Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Vitória, ES – 1º de outubro.

Fonte: Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CBBI. Disponível em: <https://cbbionline.org/institucional/apresentacao/>

A Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI) foi instituída em 6 de outubro 2011, em Assembleia realizada na Plenária do VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ocorreu em Petrolina, Pernambuco. O evento foi promovido pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Atualmente, a CBBI faz parte da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e sua finalidade é:

[...] atuar como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas ligadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil (CBBI, 2017, p. 1).

No ano de 2012, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em parceria com a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da EPCT (CBBI), realizou o I Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT. O objetivo do evento foi reunir os representantes das bibliotecas da EPCT para discutir e buscar soluções para as demandas das bibliotecas (CONIF, 2012).

Os temas discutidos foram: a estruturação organizacional das Bibliotecas da Rede sobre a informatização das bibliotecas, sobre a capacitação dos profissionais da Rede e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A respeito da organização das Bibliotecas da Rede Federal EPCT, incluindo as unidades de informação dos Institutos Federais, foi sugerido que cada instituição tivesse uma Diretoria Sistêmica, Executiva e Multicampi ligada diretamente à Reitoria, além de um Comitê Consultivo ligado à Diretoria Sistêmica. Além disso, recomendou-se que as bibliotecas dos *campi* sejam vinculadas a essa Diretoria Sistêmica, formando o Sistema de

Bibliotecas da Instituição. Enfim, alvitrou-se que a Diretoria Sistêmica e as Coordenações das Bibliotecas de *campus* sejam exercidas por bibliotecários de carreira (Santos, 2017).

No primeiro encontro, foi sugerido que a informatização das bibliotecas deveria ser feita com cada Instituto adotando um único programa (*software*) para administrar os seus acervos e serviços bibliotecários, com atuação integrada e multicampi. As bibliotecas deveriam seguir os requisitos fundamentais dos seus sistemas, por exemplo, o formato MARC. Protocolo Z 39.50, parametrização para os diferentes perfis de usuários e perfis de bibliotecas, segurança de dados, parametrização do registro de publicações periódicas ao nível de *kardex*, suporte *on-line*, sistema multiusuário, suporte para gerenciamento de conteúdos digitais, emissão de relatórios nos padrões do MEC e CNPQ, módulo de aquisição bibliográfica, módulo de ensino ou unidade organizacional (bibliografia básica e complementar). O programa deve fornecer suporte a periféricos, como o leitor biométrico, permitindo a integração facilitada com diversos sistemas acadêmicos e de segurança, plano de atualização periódica, plataforma *Web*, disseminação seletiva da informação, o banco de dados deve ser armazenado em servidor da Instituição, e a infraestrutura de comunicação, dados e internet devem estar disponíveis em padrões mínimos pela Instituição da Rede.

Em relação à capacitação dos membros da Rede Federal EPCT, as sugestões incluem a realização do Encontro de Representantes das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ERBI) bienal, que ocorrerá para debater e tomar decisões sobre assuntos, como estrutura organizacional, políticas, projetos, serviços e ações em conjunto. O apoio à realização do Seminário Brasileiro das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SBBI), que ocorre anualmente, com duração de três dias, constitui uma forma de capacitação e atualização dos profissionais das Bibliotecas dos Institutos Federais, bem como a continuidade do evento “Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (FNBIF)”, realizado até 2011. As Instituições da Rede devem fornecer subsídios e incentivos aos programas de mestrado e doutorado (MINTER, DINTER e outros) para atender às necessidades dos profissionais que atuam nas bibliotecas. As Instituições da Rede devem fornecer subsídios e incentivar eventos regionais e internos dos profissionais das bibliotecas (Santos, 2017).

O último tema debatido no I Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT (2012) foi o Portal de Periódicos da CAPES, pois este é um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, de modo a reunir e disponibilizar textos produzidos no

Brasil e em diversos países do mundo, sendo assinados com editoras internacionais para instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 39 mil periódicos com o texto completo e 396 bases de dados com conteúdos variados, como citações, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (Brasil, 2023).

As recomendações do I Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT foram que um dos administradores locais do Portal de Periódicos da CAPES, de cada Instituição da Rede, seja bibliotecário efetivo, e que a capacitação para acesso ao conteúdo do Portal seja oferecida pela CAPES/Coordenação do Portal de Periódicos. Além disso, as Instituições da Rede, por meio dos Departamentos de Tecnologia da Informação, disponibilizem a infraestrutura necessária para viabilizar a instalação, a operação e a manutenção do Portal da CAPES. Em suma, é substancial que as Instituições da Rede incluam, em seu planejamento e execução orçamentária, os recursos financeiros basilares para assegurar um programa de educação continuada, em relação ao uso e à disseminação do Portal junto à comunidade.

Logo, compreendemos que, há 15 anos, os bibliotecários dessa Rede debatem a modernização e a estruturação das bibliotecas da Rede Federal EPCT e, conseqüentemente, dos Institutos Federais. Corroboramos com todas as pautas discutidas no I Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT. As bibliotecas dos IFs necessitam de suporte, e é perceptível nas pesquisas que, mesmo após mais de 15 anos, muitas unidades de informação ainda enfrentam dificuldades para implementar estruturas mínimas, como a contratação de bibliotecários e técnicos em biblioteconomia e a criação da rede de bibliotecas.

Ao considerar os diversos desafios enfrentados pelas bibliotecas multiníveis, temos a impressão de que é um sonho distante realizar atividades educativas e pedagógicas nesses espaços. Mas, em nossa trajetória como bibliotecária do IFRO, percebemos que o diálogo educacional e cultural é o que transforma as bibliotecas em espaços vivos e solidários. Assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia não devem descuidar das bibliotecas como espaços de apoio à educação profissional voltada à cultura e à ciência.

Por último, é preciso que a biblioteca multinível dos Institutos seja estruturada financeira e administrativamente, uma vez que, em diversas regiões do Brasil, essas bibliotecas são o “coração” informacional e cultural das instituições. Por vezes, devido à falta de boas bibliotecas públicas e escolares, esse modelo de biblioteca pode ser considerado uma Biblioteca Comunitária, conceituada como espaços de leitura que surgiram por iniciativa das

comunidades e são gerenciados por elas – ou, ainda, aqueles espaços que, embora não tenham sido iniciativas das comunidades, voltam-se para atendê-las. As bibliotecas dos Institutos atendem à comunidade externa; portanto, a importância dessas instituições não se resume à educação profissional, mas também às comunidades em que os IFs estão inseridos.

6.3 O desafio da ação educativa das bibliotecas e dos bibliotecários nos Institutos Federais

Cerca de 500 profissionais bibliotecários trabalham nas 589²¹ bibliotecas multiníveis dos IFs, fornecendo referências e disponibilizando dados para a disseminação de conhecimento nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia. Almeida e Freire (2018) afirmam que as bibliotecas multiníveis podem fornecer vantagem competitiva para os institutos, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de competência em informação. No entanto, a partir dos princípios da infoeducação, compreendemos que o bibliotecário deve, além de auxiliar o estudante a se tornar competente, instruí-lo a utilizar com responsabilidade as informações.

Como já foi exposto, um dos maiores desafios enfrentados pelos bibliotecários dos institutos é lidar com as demandas informacionais e gerenciais de quatro tipos de bibliotecas, sendo elas: escolares, universitárias, especializadas e a biblioteca pública. Isso significa o desafio de criar e oferecer atividades educativas e pedagógicas para a informação. Almeida (2018) defende transformar as bibliotecas dos Institutos Federais em uma organização aprendente:

A biblioteca como organização aprendente exerce, principalmente, **o papel educacional de desenvolver competência em informação em seus usuários**, para que estes sejam dotados de conhecimentos, habilidades, atitudes e, portanto, autonomia para buscar, acessar e utilizar a informação nas mais diversas situações de aprendizagem. Isto consiste em um desafio nas bibliotecas pertencentes aos Institutos Federais de Educação, devido esta apresentar complexidade e finalidade notoriamente diferentes dos tipos de bibliotecas convencionais existentes, tais como a escolar e a universitária (Almeida; Freire, 2018, p. 3791, grifos nossos).

Enfim, no século XXI, na EPT, um dos maiores obstáculos das bibliotecas multiníveis é se tornarem espaços de aprendizagem que auxiliem seus educandos para o mundo do trabalho e para a informação. Silva e Nascimento (2015) salientam que o bibliotecário deve estabelecer e fortalecer a relação com os educandos/usuários da biblioteca, além de analisar a

²¹ Informação retirada de Souza (2022).

função dada a esse espaço, a missão a que se propõe e as ações que estão desenvolvendo com vistas a legitimar o papel das bibliotecas no contexto educacional profissional.

Os estudos mostram que, a partir de 2009, os bibliotecários iniciaram um movimento educacional nas bibliotecas dos institutos e começaram a expandir sua área de atuação, além das atividades de processamento técnico e circulação do acervo. Dessa forma, começaram a desenvolver projetos de incentivo à leitura, estímulo à criação de projetos que cuidam da preservação da memória local e, finalmente, atividades que envolvem a comunidade interna e externa do *campus*. No entanto, a eficiência das atividades educativas realizadas pelas bibliotecas dependerá da habilidade de empregar a informação e o saber dos seus colaboradores para atender e resolver as necessidades da comunidade. Faz-se evidente que a informação é um elemento essencial para a educação e é importante que os usuários da biblioteca aprendam e aprimorem a sua capacidade de uso e criticidade, a fim de alcançarem autonomia (Almeida; Freire, 2018).

A falta de uso adequado de informações afeta o progresso científico, a criação de novas tecnologias e, sobretudo, o pensamento crítico que se relaciona com a análise, organização e sistematização de informações. No Brasil, as políticas educacionais não se preocupam com a valorização do pensamento científico e a sua conexão com uma educação básica. A precariedade da Educação Básica é um projeto das classes dominantes, sobretudo das elites agrárias e industriais, que nunca investiram na educação crítica dos trabalhadores, mantendo uma educação dual, na qual sempre existiu uma educação voltada para os ricos e futuros líderes, enquanto outra para os trabalhadores e explorados.

Para uma educação deficiente, não é necessário ter bibliotecas, museus, arquivos, laboratórios de ciências, laboratórios de informática, brinquedotecas e outros. Para isso, basta contratar um professor mal pago, com condições de trabalho insalubres e que não tenha uma formação mínima. Uma educação para formar indigentes culturais e científicos, inferiorizada na sociedade brasileira, cuja educação básica de qualidade não seja uma prioridade social.

De acordo com Milanesi (1983), é difícil compreender o progresso econômico-social sem a utilização de instrumentos educacionais apurados. Não será uma nação com grande desenvolvimento que melhorará o seu sistema educacional, mas a prioridade dada ao ensino, à divulgação de informações e à pesquisa será o que permitirá alcançar novos estágios de desenvolvimento. Qualquer projeto nessa área só terá êxito se houver uma política de informação que permita o acesso sem restrições. São inúmeros exemplos de bibliotecas que cumprem com a sua função, mantendo os acervos atualizados e oferecendo serviços

eficientes. Entretanto, a disparidade financeira não só mostra a pobreza presente em casas, vestuários e corpos, como também demonstra a falta de cultura que vivemos hodiernamente.

Assim, os IFs, visando a valorizar a sua capacidade de ensino e pesquisa, devem ter bibliotecas adequadas a essa função. Sabemos que ainda existem muitos desafios e dificuldades, mas acreditamos que, com trabalho, diálogos democráticos e generosidade, o caminho será menos árduo.

7 AS CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE SABERES INFORMACIONAIS OFERTADAS NA BIBLIOTECA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os dados encontrados mostram que os bibliotecários dos IFs realizam um verdadeiro movimento educacional nas bibliotecas multiníveis, mas estes enfrentam desafios, por exemplo, a falta de estruturação e a inserção das bibliotecas multiníveis nos processos educativos da instituição. Entendemos que os bibliotecários e auxiliares de biblioteca são profissionais indispensáveis, são copartícipes da educação ofertada nas instituições de ensino e devem ser contemplados nas discussões de conteúdos, metodologias, avaliações e outras ações relacionadas, principalmente, à formação de saberes informacionais, isto é, a educação para a informação.

O bibliotecário, como educador na EPT, deve estar em constante exercício de pensar que a educação profissional é um processo em constante luta, que se divide entre a oferta de uma educação técnica e a oferta de uma educação profissional emancipadora que une os diversos saberes humanos com a aprendizagem profissional. Frigotto (2001, p. 82) afirma que a educação profissional emancipadora tem uma concepção:

[...] Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”. Afirmar a ideia de que essa educação por ser básica e de qualidade social, é a que engendra o sentido da emancipação humana e a melhor preparação técnica para o mundo da produção no atual patamar científico tecnológico.

Entendemos que os saberes informacionais são essenciais para os alunos poderem atuar e aprender nos mais diversos campos do conhecimento, e as bibliotecas devem contribuir para a formação participativa e integrada dos educandos. A biblioteca, como local privilegiado para a difusão do conhecimento, deve incentivar e estimular a ligação entre os saberes, além de atuar como um espaço de criação de ideias, e não somente um depósito de livros e equipamentos (Moreira, 2018). Na Ilustração 3, apresentamos imagens retiradas dos relatos de experiência que mostram a diversidade de atividades educativas criadas pelos bibliotecários dos IFs entre os anos de 2008 e 2021.

Ilustração 3 – Atividades educativas realizadas pelas bibliotecas dos Institutos Federais



Fonte: Silva e Nascimento (2014); Santos *et al.* (2019); Santos, Rocha e Costa (2019); Souza *et al.* (2019).

Com os 63 relatos de experiência analisados, conseguimos criar 10 (dez) categorias de práticas educativas. As categorias foram nomeadas, considerando os títulos, as palavras-chave e os objetivos dos projetos. Essas atividades mostram que as contribuições educativas dos bibliotecários vêm sendo realizadas desde 2008, ano de criação dos Institutos Federais, que podem ser observadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Práticas educativas realizadas nas bibliotecas dos IFs

Prática Educativa e mediação para a informação	Nº de trabalhos
1. O bibliotecário e as atividades educativas nos Institutos Federais	7
2. Práticas educativas de incentivo à leitura	27
3. Práticas educativas para a competência em informação	9
4. Práticas educativas para a valorização da cultura negra	1
5. Práticas educativas para a valorização dos povos indígenas	1
6. Práticas educativas para a inclusão social	2
7. Práticas educativas culturais e de educação patrimonial	9

8. Práticas educativas para a educação emocional	3
9. Práticas educativas de Educação Ambiental	1
10. Práticas educativas para a competência em pesquisa científica	3
Total	63

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A primeira categoria a ser formada foi intitulada “O bibliotecário e as atividades educativas nos Institutos Federais” e, para essa categoria, anexamos os artigos e relatos que compreendem as bibliotecas dos IFs como espaços educativos. Inserimos nela 7 (sete) trabalhos. Logo, os trabalhos utilizados para elaborar a categoria intitulada “O bibliotecário e as atividades educativas nos Institutos Federais” foram:

1. O desempenho dos bibliotecários nas práticas extensivas do Instituto Federal da Bahia, *Campus Simões Filho* (Souza; Cardoso, 2015).
2. A Biblioteca Multinível no IFPB *Campus Sousa*: conceito, descrição e finalidade (Almeida; Freire, 2018).
3. O desafio educacional dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Veiga; Pimenta; Silva, 2018).
4. A biblioteca como organização aprendente na perspectiva das competências em informação (Almeida; Freire, 2018).
5. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia (Veiga; Pimenta; Silva, 2019).
6. Instituto Federal de São Paulo: relato de experiência acerca da biblioteca do *campus Catanduva* (Almeida, 2012).
7. Mediação bibliotecária no contexto da educação profissional e tecnológica: um relato de experiência (Silva; Fernandes, 2021).

Porém, a categoria que mais se sobressai no estudo está relacionada às práticas educativas que incentivam a cultura da leitura e da escrita, e encontramos 27 relatos de experiência, como podemos observar no Quadro 15. Esses achados demonstram que os bibliotecários reconhecem a necessidade dos alunos para o hábito da leitura, sobretudo a

literatura como movimento criativo e recreativo, conforme destacam os bibliotecários dos IFs, Feijó e Silveira (2015, p. 1):

O papel da biblioteca no que diz respeito às atividades de incentivo e promoção da leitura transcende o domínio do ato de ler e o acesso às obras literárias disponíveis no acervo. É função social das bibliotecas, especialmente no meio acadêmico, além de disseminar o conhecimento técnico-científico, promover à comunidade projetos que visem ao incentivo e a disseminação da leitura.

Porém, em nosso percurso profissional, percebemos que determinadas bibliotecas dos IFs não são orientadas a adquirir livros de literatura para seus acervos²². Em discursos dos gestores, já ouvimos que os IFs oferecem cursos técnicos e não necessitam de literatura. Isso é preocupante para os Institutos, uma vez que a concepção pedagógica deles é uma formação integrada e tecnológica:

[...] uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e as licenciaturas (Pacheco, 2015, p. 14).

A questão da cultura do ler no Brasil é uma dificuldade quantificada. Basta analisarmos os dados sobre o hábito da leitura no país. Percebemos um grande abismo entre os países que investem em leitura e os que não se importam em formar cidadãos leitores. Os números do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), gerenciado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), demonstram que o Brasil está na 60^a colocação entre 70 países, ficando abaixo da média mundial em leitura, a qual é de 493, e o país está em 407 (Instituto Pró-Livro, 2019).

Os dados do projeto Retratos da Leitura em bibliotecas escolares no Brasil (2019) mostram que 61% das escolas públicas brasileiras não têm bibliotecas ou salas de leitura; destas, 84% são escolas rurais e 70% estão localizadas no Norte e Nordeste do Brasil (Instituto Pró-Livro, 2019).

²² VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos; BEZERRA, Ezenice Costa de Freitas. Biblioteca, currículo e música na escola: um relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, n. 2, v. 14, p. 52-58, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100144>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Esses desafios surgem para as bibliotecas dos IFs, pois os projetos de leitura foram os que mais despertaram o interesse dos bibliotecários. Percebemos que esses empreendimentos são executados porque há demanda dos estudantes e professores. Assim, a cultura da leitura deve ser analisada com cautela pelos gestores, bibliotecários e professores dos Institutos Federais. Acreditamos que a biblioteca multinível é o lugar ideal para incentivar a leitura nos Institutos. Cavalcante (2019), em pesquisa de Mestrado Profissional sobre leitura na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Cacoal*, destaca que:

Os resultados da pesquisa basearam-se nas respostas dos professores participantes que relataram individualmente que é possível conseguir as melhores experiências de aprendizagem para os alunos com a parceria do bibliotecário, enfim de toda a equipe da biblioteca. E também pela coleta de informações dos estudantes que relataram suas relações com a Biblioteca, dificuldade em organizar seu tempo para ler livros... (Cavalcante, 2019, p. 63).

Os trabalhos que formam a categoria “Práticas educativas de incentivo à leitura” são:

1. Promovendo a leitura literária na biblioteca do IFSP *Campus Araraquara* (Santos; Santos, 2013).
2. Projeto de incentivo à leitura em biblioteca: as rodas de leitura no IFRS *Campus Porto Alegre* (Feijó; Silveira, 2015).
3. Leitura no banheiro: por que não? (Cavalcanti; Garcia, 2015).
4. Gêneros textuais de leitura: Salão de Leitura da Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB (Lima, 2015).
5. Encontro com o autor: ação realizada pela Biblioteca do IFSC Araranguá (Cavalcanti; Garcia, 2015).
6. Projeto Brisa Literária: a experiência da Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa, IFRJ – *Campus Nilópolis* (Paiva; Santos; Pacheco, 2017).
7. Contar, Encantar e Educar: aprendizagem através da hora do conto – Relato de experiência da Biblioteca do IFFAR *Campus Santo Augusto* (D’Acampora, 2017).
8. Ambiente de integração da leitura ao lazer: o caso da biblioteca do IFSP – Presidente Epitácio (Arakaki *et al.*, 2017).
9. Biblioteca no pátio: ação cultural em Biblioteca Escolar (Cardoso *et al.*, 2017).
10. Ler para transformar o mundo: relato de experiência da I Semana do Livro e da Biblioteca do IFCE, *Campus Cedro* (Silva, 2017).

11. Atividades educativas e culturais: um olhar sobre as bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Veiga; Pimenta; Blackman, 2019).
12. SeNaLiBi: Semana Nacional do Livro e da Biblioteca 2018 no IFSC, *Campus Joinville* (Luz; Dums, 2019).
13. Relato de experiência do Projeto de Extensão Biblioteca itinerante: encorajando a leitura (Souza *et al.*, 2019).
14. A Semana do Livro e da Biblioteca do IF Goiano – *Campus Trindade*: ações e êxitos na atuação dinâmica da Biblioteca (Estrela; Diniz, 2019).
15. A biblioteca em suas mãos: O uso do QR Code – Projeto de extensão (Gonçalves; Cunha, 2014).
16. A biblioteca como espaço de formação leitora: algumas ações no IFRN nos anos de 2008 a 2013 (Silva; Nascimento, 2016).
17. Projeto leitura viajante: levando leitura à zona rural de Cacoal/RO (Antunes; Costa; Souza, 2015).
18. Práticas letradas no ambiente das bibliotecas: um estudo no IF Sertão Pernambucano (Alves, 2015).
19. Farol literário: contando histórias de Goiás a Paraty (Oliveira, 2015).
20. Projeto clube da leitura (Cardoso; Cassiano, 2015).
21. Biblioteca escolar e formação de leitor: estudo dos hábitos de leitura dos alunos do Curso de Agroecologia do IFRO/*Campus Cacoal* (Cardoso; Cassiano, 2015).
22. Projetos culturais em bibliotecas: um relato de experiência do Projeto Farol Cultural: contando histórias de Goiás a Paraty do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Goiano (Oliveira; Silva; Boianovsky, 2016).
23. Clube do livro: relato de experiência na biblioteca do Instituto Federal do Amazonas – *Campus Maués* (Cativo; Souza, 2018).
24. Maratona da leitura: um relato de experiência de um programa de extensão aplicado na biblioteca do Instituto Federal Catarinense, *Campus Avançado Sombrio* (Monsani; Pereira, 2018).
25. Aventuras na biblioteca Clarice Lispector: ação colaborativa no espaço do IFRO – *Campus Cacoal* (Pimenta; Cavalcante; Viana, 2019).

26. Entre músicas, filmes e leitura: a construção da biblioteca como espaço cultural e de incentivo à leitura (Sperandio, 2021).

27. Dicas de leitura categorizadas pelo perfil de licenciandos(as) em química: relato de pesquisa colaborativa (Souza; Castro; José, 2021).

Outras duas categorias que ganharam destaque foram as práticas educativas para a competência em informação²³ (*Information Literacy*) e as práticas educativas e culturais. Cada categoria teve 9 (nove) relatos de experiência localizados. As práticas educativas para a competência em informação demonstram a necessidade que os alunos e pesquisadores têm de possuir conhecimentos informacionais relacionados à competência e habilidades no uso de ferramentas da informação, por exemplo, acessar base de dados científicos, elaborar trabalhos acadêmicos, ler artigos científicos, dentre outros. Sobre os saberes informacionais para a competência em informação nas bibliotecas dos Institutos Federais, a bibliotecária Andreina Ozório (2012, p. 1505) afirma:

Neste contexto, a biblioteca é extremamente necessária para instigar as competências informacionais, assim como transformar estas competências em instrumentos e/ou ferramentas para mudar a realidade social, a qual a instituição de ensino está inserida. O incentivo à pesquisa, neste sentido, funciona como uma aprendizagem reconstrutiva, com gestão autônoma do sujeito, considerando este sujeito que reproduz o conhecimento no qual é referência central, sem que haja a necessidade de usar a metodologia de cópia, aquela na qual a tendência é reproduzir os termos dispostos no referencial bibliográfico, deixando de acrescentar o fruto de seu entendimento.

As bibliotecas multiníveis, dependendo da localização dos IFs, são, muitas vezes, os únicos lugares informacionais que a comunidade tem para buscar novos conhecimentos e habilidades para realizar, por exemplo, pesquisas científicas. Assim, a infoeducação voltada para o uso responsável e crítico da informação é indispensável dentro dos IFs, como apresenta Veiga (2017), com resultado de pesquisa realizada sobre uso da informação nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia:

Observamos que 75,3% dos alunos não receberam nenhum treinamento sobre pesquisa escolar e acadêmica antes do seu ingresso no IFRO-Calama. 23,4% informaram que receberam treinamento, enquanto 1,3% denotaram que sempre pesquisaram sem treinamento algum [...] Esta questão foi importantíssima, pois, nos auxiliou no norteamento da seleção das oficinas e cursos ofertados no Programa Educativo de Letramento Informacional, principalmente na formação da seção dos conteúdos de Letramento Informacional, que os alunos ingressantes do IFRO deverão aprender, para serem competentes no uso, produção e disseminação da informação (Veiga, 2017, p. 81).

²³ Competência em Informação é uma das traduções realizadas no Brasil, do termo *Information Literacy*.

Uma das principais finalidades dos IFs é “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica” (Brasil, 2008. p. 3). Para isso, é necessário ter saberes informacionais, voltados à competência e habilidades para o uso da informação. As práticas educativas para a competência em informação que localizamos foram:

1. Caracterização da pesquisa escolar na Biblioteca do IFAM – *Campus* Manaus Zona Leste (CMZL) na perspectiva do usuário-aluno (Sanchez, 2013).
2. Ações informacionais de mediação da Biblioteca do CEFET/RJ – *Campus* Valença: proposta de transferência de informação para produtores rurais na cidade de Valença/RJ (Freitas; Orrico, 2017).
3. Projeto educativo para competências em informação: bases teóricas para a pesquisa-ação em uma biblioteca multinível (Almeida; Freire, 2018).
4. Competências em informação em biblioteca multinível de região interiorana do Estado da Paraíba, PB, Brasil (Bezerra; Serafim, 2019).
5. Bibliocine: uma proposta de valorização do cinema nacional e incentivo à leitura no Instituto Federal de Sergipe (Santos *et al.*, 2019).
6. Contribuições reflexivo-propositivas do bibliotecário aos jovens e adultos no processo de retorno à escolarização (D’Acampora; Moraes, 2015).
7. Produção de conhecimento na biblioteca: Projeto Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí — *Campus* Floriano (Ozório, 2012).
8. A organização da biblioteca da associação dos remanescentes dos quilombolas Ilha de São Vicente/TO (Cassiano; Teixeira; Pereira, 2018).

As práticas culturais também foram destacadas no estudo, uma vez que elas envolvem a comunidade estudantil e atraem para a biblioteca os alunos, funcionários e a comunidade externa. Pacheco (2015) sustenta que os princípios e os valores dos IFs convergem para fazer valer uma concepção de educação que esteja conforme os valores universais do ser humano, daí a relevância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura. Entendemos que as práticas culturais unem a comunidade educativa com os servidores da biblioteca, transformando as unidades de informação em ambientes acolhedores e dialógicos, o que

demonstra que as bibliotecas multiníveis têm princípios de serem consideradas bibliotecas *forum*. Alguns dos trabalhos encontrados nesta categoria foram:

1. Arte e cultura na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus Lages: uma experiência* (Burin; Lima, 2013).
2. Preservação da memória: o acervo histórico Memórias de Paulistana em foco (Viana, 2017).
3. “Explorando Museus: Maceió”: uma aproximação entre discentes e patrimônio histórico-cultural (França, 2017).
4. Biblioteca como um espaço dinâmico e criativo (Alves; Castro; Rosa, 2019).
5. Eventos Culturais na Biblioteca Carolina Maria De Jesus/IFRJ – *Campus Duque de Caxias: um relato de experiência* (Santos; Rocha; Costa, 2019).
6. O bibliotecário e sua atuação no desenvolvimento de projetos culturais e científicos: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus Ibatiba* (Souza; Silva, 2014).
7. Política institucional de apoio à cultura, um projeto articulado entre biblioteca e assistência estudantil (Jarabiza; Pinheiro; Santos, 2016).
8. Ação cultural em bibliotecas de ensino superior: um enfoque nas exposições culturais (Giacomoni *et al.*, 2018).
9. Inovação no sertão: a mediação cultural na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus Paulistana* (Viana; Dias, 2018).

Na formação das categorias 4 e 5, percebemos que as demandas sociais interferem no trabalho do bibliotecário e no trabalho social das bibliotecas multiníveis: encontramos 1 (um) relato de experiência sobre práticas educativas para a valorização da cultura negra e 1 (um) relato de experiências sobre práticas educativas para a valorização dos povos indígenas. Esses relatos foram bastante relevantes, sobretudo mediante a questão do combate ao racismo e do empoderamento das minorias no Brasil. As bibliotecárias Silva e Maximiano (2017, p. 2) problematizam sobre a importância social das bibliotecas:

A relação biblioteca-comunidade garante a função social, de espaço cultural, que a aproxima da realidade dos usuários, [...] com as mudanças que vem acontecendo é imprescindível que o profissional seja mais presente com relação às questões sociais, aliar a técnica a criatividade, buscando respostas aos desafios apresentados no

cotidiano da função. A partir desse processo reflexivo nasceu a proposta da Exposição Negra! A cor do Brasil. Tendo como referência a questão de que presença negra no Amazonas, por vezes é negada.

Os trabalhos inseridos nestas categorias foram:

1. Negra! A cor do Brasil (Silva; Maximiano, 2017).
2. Bibliotecas como ambientes de luta pela redução das desigualdades e pelo empoderamento de minorias (Silva; Fernandes, 2019).

A criação da categoria de relatos sobre práticas educativas voltadas para a inclusão social e o respeito aos indivíduos em situação de rua têm um aspecto significativo que nos fez refletir sobre a importância do trabalho social das bibliotecas multiníveis no Brasil. Nessa categoria, foram incluídos dois relatos. Os autores Cassiano, Teixeira e Pereira (2018, p. 678) destacam que:

Proporcionar autonomia é promover a liberdade na relação estabelecida entre pessoas de comunidades diferentes ou da mesma comunidade. A ação que, pode parecer simples a uma/um bibliotecária/o e/ou educadora/r, na aplicação de uma técnica e um conhecimento não pode ser vista como uma simples transferência. Poderia ser, caso fosse realizada apenas por máquinas. Mas no caso deste projeto de extensão, há o envolvimento de pessoas, culturas e questões sociais.

Trabalhos incorporados nesta categoria foram:

1. Formação inicial e continuada em materiais informacionais no ensino de Libras (Souza, 2017).
2. Responsabilidade social em bibliotecas: o projeto biblioteca solidária do *campus* Rio de Janeiro do IFRJ (Silva *et al.*, 2018).

Apresentamos, na Ilustração 4, o logo de projeto solidário, desenvolvido pelos servidores do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *Campus* Rio de Janeiro.

Ilustração 4 – Logo de projeto de ação solidária desenvolvido em biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro



Fonte: Silva *et al.* (2018).

Outra categoria formada e que chamou nossa atenção foi a que discorre sobre práticas educativas para a educação emocional. Encontramos 3 (três) relatos de experiência, 2 (dois) deles voltados aos alunos e 1 (um) deles voltado para atividades de Biblioterapia em um Centro de Controle de Oncologia no estado do Amazonas. Sobre rodas de conversas realizadas com os discentes, Costa *et al.* (2017, p. 3) discorrem:

A atividade Rodas de conversa, realizada no IFFar *Campus* São Vicente do Sul, parte da escolha de um tema por semana e, no espaço da biblioteca, os participantes (alunos, servidores e comunidade externa), sentados em círculo, conversam de maneira informal sobre as questões que permeiam o tema central que, por sua vez é discutido pelo grupo com a colaboração de um mediador. O mediador tem a função de contribuir com o debate com conhecimentos teóricos ou práticos sobre os temas tratados. O objetivo do projeto é promover discussões acerca de temas relacionados à inclusão social e fomentar o hábito da leitura.

Os trabalhos adicionados nesta categoria foram:

1. Rodas de conversa na biblioteca: experiência do Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul-RS (Costa *et al.*, 2017).
2. Práticas educativas e mediação bibliotecária na promoção da saúde mental no Instituto Federal de Educação de Rondônia: um relato de experiência (Sousa; Veiga; Pimenta, 2021).

3. O projeto de Biblioterapia e humanização “Nem todo herói usa capa, alguns leem livros”: um relato de experiência na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCECON) (Fonseca; Silva Junior, 2021).

Localizamos 1 (um) relato sobre práticas educativas de Educação Ambiental, cujos bibliotecários se preocuparam, principalmente, com a importância da coleta seletiva:

1. Uso do lixo escolar em unidade de informação especializada para geração de renda e redução do impacto ambiental – o caso da Biblioteca de Gestão Ambiental do IFPE (Nascimento; Nascimento, 2017).

A última categoria, denominada “Práticas educativas para a competência em pesquisa científica”, apresenta 3 (três) relatos. Acreditamos que essa categoria deveria ser considerada uma das mais importantes pelas bibliotecas e bibliotecários dos Institutos Federais, uma vez que um dos principais propósitos desses institutos é a realização de pesquisas aplicadas, visando a fomentar e aprimorar soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade em que estão inseridos (Brasil, 2008).

Nascimento e Cavalcanti (2021, p. 35) afirmam que, observando as leis e os documentos-base da educação profissional no Brasil, estes destacam que, nos IFs, a pesquisa é um princípio educativo, em que o bibliotecário deve desenvolver “[...] uma prática pedagógica que favoreça os sujeitos da comunidade escolar um posicionamento crítico e reflexivo ao longo da vida”.

No que se refere a pesquisa, verificamos que o envolvimento do discente com as atividades de pesquisa pode contribuir de forma significativa com a sua formação cidadã e profissional, ao possibilitar desenvolver uma atitude crítica e reflexiva frente a realidade, levando-o à emancipação. Ademais, reforçamos que no âmbito dos Institutos Federais a pesquisa aplicada é parte essencial para o processo de desenvolvimento da comunidade no qual a instituição está inserida (Nascimento; Cavalcanti, 2021, p. 41).

Os trabalhos inseridos nesta categoria foram:

1. Iniciação científica e o material informacional em biblioteca (Souza; Medeiros, 2018).
2. Relato de experiência sobre a oferta de cursos de referências e citações no Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus Vila Velha* (Oliveira; Amaral, 2020).

Todas as categorias criadas a partir dos relatos de experiências dos bibliotecários apresentam um panorama das contribuições educativas e pedagógicas elaboradas e oferecidas nas bibliotecas multiníveis dos IFs no Brasil. Essas atividades estão relacionadas a um dos objetivos dos IFs, que é desenvolver atividades de extensão segundo os princípios e finalidades da Educação Profissional e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com foco na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (Brasil, 2008).

No que tange às finalidades dos Institutos, as atividades educativas de incentivo à leitura, de valorização da cultura negra e dos povos indígenas estão diretamente relacionadas ao parágrafo VIII da Lei n. 11.892/2008, que determina que os IFs devem “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (Brasil, 2008, p. 4). Isso está relacionado diretamente ao conceito de inclusão pensado para os Institutos Federais, ou seja, o:

[...] de abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos, independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou em relação à orientação sexual. Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história (Pacheco, 2015, p. 10).

As práticas educativas de Educação Ambiental se relacionam com a finalidade que os IFs têm de “[...] promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (Brasil, 2008, p. 4). As práticas educativas para a competência em pesquisa científica se relacionam à finalidade cinco, que destaca que os IFs deverão “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica” (Brasil, 2008, p. 4).

Enfim, é notório que o profissional bibliotecário e a biblioteca multinível dos Institutos estão em primeiro lugar, preocupados com a formação de saberes informacionais, com foco, principalmente, no incentivo à leitura. Em seguida, enfatizam-se a educação para a competência da informação, o incentivo de práticas culturais e a educação patrimonial. Na sequência, aparecem as atividades educativas voltadas para a competência em pesquisa científica. Um destaque é dado às atividades educativas voltadas para a educação emocional, por meio da biblioterapia e palestras com profissionais da saúde mental. Logo, ficam os

projetos voltados à inclusão social, a Educação Ambiental, a valorização da cultura negra e dos povos indígenas. Na Ilustração 5, apresentamos as categorias de atividades educativas encontradas na pesquisa.

Ilustração 5 – Atividades educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Porém, faz-se preciso que as atividades educativas sejam planejadas e pensadas com responsabilidade pelo bibliotecário, em parceria com a direção de ensino, os alunos e os docentes. Ao bibliotecário educador, cabe entender que:

É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnossológica. A competência técnico-científica e o rigor de que o (*Bibliotecário*) professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento onde o medo do (*Bibliotecário*) professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vão sendo desvelados. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças (Freire, 1996, p. 10, grifos e inserções nossas).

O bibliotecário educador nos IFs, na realização das atividades educativas, também deve se atentar, por exemplo, às concepções da Educação Profissional Integrada, em que o desenvolvimento de saberes informacionais, voltados à pesquisa científica, deva ter prioridade, uma vez que a pesquisa é, sobretudo, um princípio educativo da EPT, que visa a formar indivíduos autônomos, os quais compreendam o mundo e, dessa forma, possam atuar nele, transformando a natureza segundo as necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação em relação às necessidades dos outros seres humanos e das gerações futuras.

8 A RELEVÂNCIA E O SENTIDO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS NA BIBLIOTECA MULTINÍVEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção, apresentamos a relevância e o sentido das práticas educativas, realizadas na biblioteca multinível dos Institutos Federais, após analisar os 63 (sessenta e três) relatos de experiência, formulamos diferentes questionamentos, dos quais selecionamos 7 (sete) para a criação desta seção. Esses questionamentos foram: 1 – Como a função educativa da biblioteca é percebida/apresentada pelo bibliotecário? 2 – Qual é a percepção da função educativa do bibliotecário? 3 – Quais são os colaboradores dos projetos? 4 – Há conceitos sobre o tipo de biblioteca em questão? 5 – Como os bibliotecários percebem a pesquisa escolar e acadêmica? 6 – Os projetos são financiados pelos Institutos Federais? E qual é a contribuição/relevância dessas atividades para o fortalecimento da educação profissional?

Primeiramente, ficou perceptível nos relatos de experiência que existe a função educativa da biblioteca e a função educativa do bibliotecário. Dessa forma, levantamos duas inquiuições: como a função educativa, social e cultural da biblioteca é percebida/apresentada pelos bibliotecários? Como os bibliotecários percebem a sua função social, cultural e educativa? A subseção 8.1 apresenta as respostas à primeira pergunta e, na subseção 8.2, as respostas à segunda inquiuição.

8.1 A função educativa, social e cultural da biblioteca multinível dos Institutos Federais sob o olhar dos bibliotecários

Nesta subseção, apresentamos como os bibliotecários percebem a contribuição educativa da biblioteca dos IFs para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e professores. Dessa forma, é possível notar que os bibliotecários têm consciência de que a biblioteca multinível abrange cinco funções distintas: a função social, a função educativa, em específico a função de desenvolvimento da competência em informação, a função de incentivo à leitura e a função cultural.

De modo geral, os bibliotecários nos relatos de experiência consideram a biblioteca uma organização social que lida com o conhecimento e facilita o seu acesso, como apontam Souza e Medeiros (2018). Atualmente, o domínio da busca, da localização e da utilização de informações em uma biblioteca está ligado ao progresso científico, social e econômico.

Por outro lado, Souza e Silva (2014) questionam que, apesar de a informação ser valorizada na sociedade atual, o profissional bibliotecário ainda é desvalorizado. A sociedade tem se mostrado cada vez mais consciente do valor da informação devido ao avanço tecnológico, tornando-a relevante para o desenvolvimento pessoal e empresarial. Contudo, essa sociedade não reconhece o bibliotecário como profissional, com a capacidade de transformar a informação em serviços que aumentem, significativamente, o ritmo de crescimento socioeconômico do país.

A biblioteca, como instituição, tem em sua essência um caráter social ao realizar atividades e ações voltadas para a comunidade na qual está inserida. Além de cumprir com o seu papel social, ela pode contribuir para aprimorar a sua imagem junto a essa comunidade, estabelecendo parcerias e promovendo atividades com a comunidade interna e externa da instituição – e, sobretudo, tornando-se um local onde a informação flui, e não apenas um espaço parado. Os desafios mais recentes da biblioteca consistem em incluir essas ações no planejamento de atividades e criar um ambiente para que essas questões sejam enfatizadas e debatidas (Silva *et al.*, 2018).

De acordo com Viana e Dias (2018), as bibliotecas são instituições que trabalham com distintos recursos informacionais e formas de obter informações e comunicação, buscando conciliar a prática tradicional de prestação de serviços e produtos com propostas inovadoras de uso e acesso à informação. As autoras consideram que a biblioteca está se tornando inovadora com o uso de sistemas de gerenciamento, criação de aplicativos, uso das redes sociais e outras funcionalidades que surgem da criação da tecnologia recente. A biblioteca expressa, como objetivo social, possibilitar que todos tenham acesso a informações e ao saber. A biblioteca pode utilizar o conceito de responsabilidade social em outras ações que consegue realizar, como atividades de mediação e incentivo à leitura, iniciativas culturais, projetos comunitários, dentre outras.

Para Silva *et al.* (2018), as bibliotecas podem contribuir para o crescimento sustentável das comunidades nas quais estão inseridas, ao incentivar o acesso à informação e desenvolver iniciativas de responsabilidade social. Silva e Fernandes (2019) destacam que as bibliotecas se adaptaram às mudanças sociais e, há muito tempo, deixaram de ser apenas guardiões do conhecimento humano, indiferentes e sem envolvimento com a realidade. Hodiernamente, a biblioteca tem o desafio de incentivar a leitura e proporcionar o acesso à informação para indivíduos e comunidades, sobretudo aqueles de grupos minoritários e populações vulneráveis, com o objetivo da sua inclusão informacional.

Podemos perceber que os bibliotecários argumentam que as bibliotecas são relevantes para a sociedade, ao auxiliarem os cidadãos na sua formação social. Para tanto, é importante que as pessoas tenham acesso à informação e ao conhecimento, o que as tornam responsáveis e capazes de modificar a sociedade. O pensamento dos profissionais bibliotecários corrobora com Paulo Freire (1996) sobre a consciência da não conclusão do ser humano, que está em um permanente processo de busca na sociedade:

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento. O ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (Freire, 1996, p. 24).

As observações dos profissionais deixam claro que a biblioteca dos IFs pode contribuir socialmente para a Educação Profissional como um instrumento de emancipação dos educandos, auxiliando na formação deles e compreendendo-os como seres inacabados em perpétua busca, ao estarem inseridos em um mundo simbólico com os outros seres humanos.

Os bibliotecários dos IFs enfatizam a relevância das bibliotecas como espaços educacionais que podem colaborar com ações interdisciplinares para uma formação mais crítica, reflexiva e democrática dos estudantes. Na biblioteca dos Institutos, é possível criar projetos de extensão que são valiosos instrumentos de aprendizado, por meio da troca de experiências entre os públicos internos e externos, o que é relevante para o desenvolvimento dos estudantes e o reconhecimento institucional das bibliotecas e dos servidores (Luz; Dums, 2019). Cavalcanti e Garcia (2015) salientam que a biblioteca deve oferecer acesso aos programas de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo serviços e produtos que atendam às necessidades informacionais de seus usuários. Também defendem que as bibliotecas devem disponibilizar fontes de dados atualizadas e em formatos variados, que sejam úteis para as atividades acadêmicas e científicas, visando a colaborar com o crescimento profissional do cidadão, contribuindo para o progresso científico, tecnológico e cultural da sociedade.

No entanto, para se tornar um ambiente educativo, a biblioteca precisa ser um ambiente dinâmico na escola, conforme defendem Arakaki *et al.* (2017). Os autores entendem que a proposta educacional atual salienta a necessidade de romper com estruturas rígidas e fragmentadas, enfatizando a importância de criar espaços de cooperação e autonomia que

permitam a criação de projetos, socialização e reflexão. Assim, a biblioteca é uma ferramenta indispensável para a implementação de um modelo educacional inovador.

Ozório (2012, p. 1506) vê as bibliotecas como um laboratório de ideias, e não de equipamentos, um espaço de mediação da informação, principalmente no cenário atual “[...] onde a busca por saberes caracteriza a tipologia social vigente, a biblioteca deve ser um espaço de aprendizagem que proporciona e estimula conexões entre conhecimentos [...]”. Essa perspectiva revê a relevância da mediação da informação como instrumento bibliotecário. O autor também afirma que a biblioteca tem uma dimensão articuladora, social e educativa, em que os profissionais devem estruturar programas socioeducativos, incentivar os usuários a terem posturas mais críticas e participativas frente à realidade, educá-los para encontrar fatos e criar o seu próprio entendimento. Para educar esse estudante, é preciso adotar uma abordagem inovadora, que não se baseie apenas no método tradicional do livro de texto, mas, sim, em programas que auxiliem no desenvolvimento de uma aprendizagem baseada em questionamentos.

De acordo com Burin e Lima (2013), a biblioteca deve ser espaço democrático, pois nela podem participar todos os usuários que desejam informações, sem que sejam estabelecidos requisitos prévios. Por exemplo, a biblioteca carece de assegurar o desenvolvimento de atividades de extensão permanentes, de forma que os membros da comunidade possam se atualizar constantemente, permitindo-lhes concretizar a transformação social sem serem excluídos.

Conforme D’Acampora e Moraes (2015), as bibliotecas dos IFs não devem se limitar a cumprir com o papel didático-pedagógico de apenas apoiar o programa do professor. As autoras entendem que o bibliotecário dos IFs deve ser um agente com discernimento e visão do seu papel, que não é repassar somente dados, mas ser uma pessoa com postura de educador preocupado com a qualidade da informação, como e para quem ela é transmitida, pois o conhecimento registrado tem um papel social, que, na maioria das vezes, para não dizer que sempre, pode ser transformador.

Assim, a proposta de remodelação da dinâmica da biblioteca é indispensável para atender às novas demandas de informação dos usuários. A biblioteca dos IFs, nessa situação, deve se tornar mais presente nas interações de ensino-aprendizagem, além de desempenhar um papel social e cultural, ultrapassando as funções tradicionais (empréstimos de livros) (Arakaki *et al.*, 2017).

Segundo Cavalcanti e Garcia (2015), as bibliotecas devem se firmar como um centro de informação essencial para o funcionamento e o progresso da sociedade atual, que se baseia na informação e no conhecimento, além de desempenhar um papel social, cultural e inclusivo. Em especial, a biblioteca escolar que ajuda os alunos a aprenderem ao longo da vida e a desenvolverem a sua imaginação, preparando-os para viverem como cidadãos responsáveis.

As bibliotecas são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento, na formação de profissionais e no ensino-aprendizagem. Como outras instituições, as bibliotecas têm um papel importante na execução da sua missão e no atendimento das necessidades da sua comunidade, contribuindo para melhorar a qualidade do ensino público e a formação dos cidadãos (Paiva; Santos; Pacheco, 2017). De acordo com Santos *et al.* (2019), as bibliotecas e as instituições de ensino podem – e devem – ser uma forma de permitir que os alunos tenham acesso a produções de qualidade, tanto no cinema quanto na literatura, bem como a livros em geral. Sobre o projeto de cinema na biblioteca, os autores afirmam ser importante que os educadores, bibliotecários, pedagogos e outros profissionais estejam envolvidos nesse processo. A conscientização pode não ter resultados imediatos, uma vez que o apelo da mídia é para a valorização da indústria cinematográfica, sobretudo a americana. Contudo, é essencial que os projetos educacionais nesse sentido sejam persistentes, a fim de garantir que os seus resultados sejam duradouros.

Viana e Dias (2018) discutem a relevância das atividades educativas, denotando, por exemplo, que a Biblioteca do Instituto Federal do Piauí (IFPI) *Campus* Paulistana, com uma estrutura tecnológica adequada e um acervo razoável, está competindo com as tecnologias e as redes sociais para atrair jovens estudantes para a biblioteca. O seu plano se fundamenta na convicção de que, ao lado dos meios tradicionais de acesso à informação, é necessário incentivar a leitura e o interesse pela cultura, a fim de incentivar o processo crítico reflexivo da comunidade atendida. Dessa forma, são criados projetos como “Música na Biblioteca” e eventos, visando a aproximar a unidade de informação do público-alvo, dinamizar o espaço e auxiliar na construção do ensino-aprendizagem.

Podemos perceber que, para os bibliotecários, a biblioteca multinível tem um papel de destaque na Educação Profissional e Tecnológica, ao contribuir para o alcance dos objetivos e das finalidades fundamentais dos institutos. Em síntese, é possível notar que os bibliotecários dos IFs percebem a biblioteca como um espaço vivo para auxiliar a comunidade estudantil.

Nos trabalhos analisados, os bibliotecários entendem a importância da biblioteca no processo de letramento e de fortalecimento das competências em informação dos educandos

nos IFs. Sobre a competência em informação, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), a partir de Lau (2007, p. 1), destaca que:

Os profissionais da informação que atuam em bibliotecas de natureza vária devem ter como um dos seus principais objetivos institucionais a orientação dos usuários para dirigirem seus esforços na aquisição de competências em informação. Estas habilidades são vitais para a aprendizagem permanente, podendo ser utilizadas para a comunicação interpessoal cotidiana de qualquer cidadão, desde uma pessoa que precisa de informação sobre serviços de saúde para alguém a seus cuidados até um estudante que visa encontrar informação específica para completar uma atividade.

De acordo com Ozório (2012), a biblioteca estimula as habilidades informacionais e transforma essas habilidades em instrumentos e/ou ferramentas para transformar a realidade social na qual a instituição de ensino está inserida. O incentivo à pesquisa é uma aprendizagem reconstrutiva, com gestão autônoma do sujeito, que reproduz o conhecimento no qual é referência central, sem usar a metodologia de cópia, que reproduz os termos do referencial bibliográfico, sem acrescentar o fruto de seu entendimento. Informamos que Ozório (2012) e próximos autores estão se referindo à biblioteca dos Institutos, pois a realidade das bibliotecas escolares se difere das bibliotecas multiníveis.

No entanto, cabe tanto aos orientadores quanto aos bibliotecários a responsabilidade de educar para a informação em instituições de Ensino Superior. Os bibliotecários, por estarem à frente do processo de apresentação de novas demandas de aquisição, organização e distribuição de recursos informacionais nas bibliotecas universitárias, têm mais recursos para exercer a educação para a informação (Souza; Medeiros, 2018). Os autores afirmam que, na sociedade atual, saber buscar, recuperar e utilizar informação em uma biblioteca representa o progresso científico, social e econômico.

O governo federal brasileiro incentiva a pesquisa educacional no âmbito educacional, por meio da Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa, Lei n. 10.973, para promover esse progresso. Também destaca que a biblioteca, no contexto de incentivo à pesquisa científica, visa a atender à sociedade da informação e do conhecimento, e que esta auxilie o estudante-bolsista de Iniciação Científica. Para isso, os orientadores e bibliotecários devem ter domínio e conhecimento de materiais informacionais que atendam às necessidades dos alunos, e o ambiente universitário é propício para a educação à informação e ao uso eficiente dos materiais informacionais em que os bolsistas aprenderão a utilizar, com eficácia, os materiais informacionais de uma biblioteca física ou virtual. Considera-se que será preciso selecionar fontes de pesquisa, empregar e produzir novos conhecimentos, segundo os padrões científicos. Assim, a iniciação científica, ligada ao letramento informacional, dá ao bolsista a

capacidade de buscar, avaliar, criar e usar dados para atingir seus objetivos. Se o pesquisador puder contar com o material didático disponível na biblioteca da instituição desde o início da pesquisa, será mais proveitoso o resultado do projeto.

Mediante o exposto, depreende-se que a educação para a informação e o incentivo à pesquisa científica não devem ser exclusivos do professor, uma vez que a biblioteca e o bibliotecário também podem contribuir, dado que a responsabilidade social das bibliotecas é difundir o conhecimento técnico-científico e estimular iniciativas para a comunidade que incentive a produção do conhecimento (Feijó; Silveira, 2015).

Ozório (2012) apresenta o programa “Produção de Conhecimento na Biblioteca”, no qual a biblioteca oferece o intercâmbio de ideias, valores, conhecimento e saberes, integrando alunos, professores e outros profissionais em um ciclo de investigação que os estimula a valorizar a pesquisa. Com base nessa intenção, é possível inferir que, ao agir proativamente, a função da biblioteca e dos profissionais envolvidos mudou positivamente em relação às demandas informacionais dos usuários, permitindo uma visão criativa, social e educativa desse setor tão relevante para uma instituição de ensino. É evidente que as práticas da infoeducação para a formação de saberes informacionais, com foco nas habilidades e competências para uso da informação, são necessidades reais e essenciais nos Institutos Federais, e os bibliotecários infoeducadores, além de terem noção disso, convidam os professores a ponderar e a fazer um trabalho colaborativo, visando, principalmente, à realização da pesquisa escolar e acadêmica.

Sobre a função educativa da biblioteca multinível para o incentivo à leitura, observamos nos relatos que os bibliotecários compreendem as bibliotecas dos Institutos Federais como locais fundamentais para a educação e incentivo às práticas de cultura da leitura. D’Acampora (2017) destaca que as bibliotecas dos IFs são o coração dessas instituições. Cavalcanti e Garcia (2015) afirmam que, para o desenvolvimento do papel social e cultural da biblioteca diante da comunidade, é fundamental ser realizada a promoção de ações voltadas para o estímulo à leitura. Ademais, o desenvolvimento dessas ações possibilita uma maior aproximação da biblioteca com os seus usuários e toda a comunidade. De acordo com D’Acampora (2017), as atividades de extensão auxiliam nas aprendizagens ao longo da vida, proporcionando uma rica troca de experiências, ao revelar a relevância das bibliotecas como agentes facilitadores na formação de leitores. Ao ler, a comunidade tem acesso à informação, possibilitando a tomada de decisões conscientes e auxilia na busca por uma vida mais satisfatória.

As bibliotecárias Antunes e Cavalcante (2015) acentuam que a biblioteca escolar tem um importante papel a desempenhar na formação de leitores. O leitor como alguém que gosta de ler, que nem sempre é natural, mas precisa ser estimulado. As autoras postulam que a prática de ler é essencial, uma vez que a leitura estimula a imaginação, aprimora o senso crítico, a interpretação e o raciocínio lógico, aperfeiçoa a produção textual, favorece o nível cultural, dentre outros benefícios.

Antunes, Costa e Souza (2015) enfatizam a problemática do hábito de leitura dos brasileiros e a função social da biblioteca. Ressaltam que a leitura ainda é um privilégio para poucos no Brasil. A falta de investimentos em bibliotecas nas escolas municipais, especialmente nas da zona rural, mostra o descaso na promoção da leitura na escola. Essa situação agrava a crise sociocultural da leitura no Brasil.

Depois do lar, a biblioteca escolar é o ambiente mais propício ao incentivo à leitura, ao ser um espaço natural de leitura. Portanto, a biblioteca deve ser apresentada a criança como o local mais atrativo da escola. Seu ambiente deve ser agradável e convidativo. Devem ser planejadas atividades lúdicas em torno do livro. Todas essas ações irão mostrar à criança que a leitura é acima de tudo uma atividade recreativa e divertida, causando nela uma impressão positiva sobre o livro o que consequentemente resultará no interesse e gosto pela leitura (Antunes; Costa; Souza, 2015, p. 2).

Assim, a promoção da leitura recreativa é uma das estratégias eficazes para a formação de leitores. A criança deve começar cedo a ler e se sentir em contato com o livro. Esse incentivo é realizado no lar, por intermédio da narrativa de histórias ao redor da mesa, durante uma reunião familiar, quando a criança é levada para o quarto, dentre outras situações (Antunes; Costa; Souza, 2015). É possível observar, na Ilustração 6, a imagem do projeto desenvolvido em uma zona rural do município de Cacoal – Rondônia, pelos bibliotecários e auxiliares de biblioteca do Instituto Federal de Rondônia.

Ilustração 6 – Atividades educativas de incentivo à leitura dos servidores da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus Cacoal*



Fonte: Antunes, Costa e Souza (2015, p. 5).

Durante o estudo dos relatos de experiências, observamos a preocupação dos bibliotecários em criar projetos que incentivem a leitura nos IFs e nas comunidades em que estão inseridos. Percebemos, também, a satisfação dos bibliotecários em saber que estão contribuindo para a formação dos alunos.

Cativo e Souza (2018), em um projeto, destacam que o clube do livro é apenas uma das muitas iniciativas que podem ser usadas para criar interação e aproximar um público das bibliotecas, integrando profissionais de diferentes áreas e beneficiando socialmente seus participantes por meio da leitura. A propósito, a leitura, para eles, sempre teve um papel relevante no processo de aprendizagem, sendo usada como um instrumento pedagógico por profissionais da educação, bem como agentes que atuam na mediação do conhecimento. Ao ser empregada como meio de ensino, é comum fazer parte de atividades culturais relacionadas ao livro e aos profissionais que trabalham em bibliotecas.

Os projetos desenvolvidos pela biblioteca apresentaram resultados e ações positivas, o que é de grande relevância para a formação dos sujeitos envolvidos. A biblioteca e o bibliotecário atuaram como agentes de difusão do livro, da leitura, da literatura e do setor como um importante equipamento cultural (Silva; Nascimento, 2014).

Para Cardoso e Cassiano (2015), a biblioteca é, sem dúvida, o lugar ideal para promover experiências criativas de uso de informação. A biblioteca pode aproximar o aluno de uma realidade que vivencia no dia a dia, como profissional e cidadão, ao reproduzir o ambiente informacional contemporâneo. Nesse cenário, espera-se que as bibliotecas se tornem cada vez mais importantes como espaços para a troca espontânea de ideias, a leitura que instiga e faz pensar e repensar um processo de comunicação autêntico. Esse processo é, indubitavelmente, um dos mais benéficos para as pessoas envolvidas, incluindo alunos, mediadores e leitores em formação.

Percebemos que a função educativa da biblioteca multinível em incentivar a leitura nos IFs é valorosa para os bibliotecários infoeducadores, uma vez que se alinha aos princípios e fundamentos da Educação Profissional, que deve ser oferecida nos Institutos, de modo a se propor a promover uma educação democrática e engajada na emancipação dos excluídos da sociedade.

Sobre a função educativa da biblioteca multinível para o incentivo de práticas culturais, notamos ser relevante para o bibliotecário divulgar a cultura nas bibliotecas dos Institutos Federais, pois isso melhora a relação entre os estudantes, os professores e a comunidade externa. De acordo com Giacomoni *et al.* (2018), as bibliotecas são partes fundamentais do processo educacional e, portanto, devem estar em sintonia com a sua instituição, oferecendo espaços para promover práticas socioculturais e garantir o acesso à arte e à cultura em suas diversas formas aos educandos. A biblioteca tem dimensões educativas e culturais, porque, ao atuar como um agente cultural e confrontar a realidade, o bibliotecário exerce a função na sua totalidade (Cardoso *et al.*, 2017).

As bibliotecárias Silva e Maximiano (2017) entendem que a biblioteca é um espaço cultural, visto que possibilita atividades relacionadas à cultura, como exposições, ou encontro com escritores de sua localidade, para oferecer acesso à tradição cultural, a fim de resgatar a memória local e a conscientização do resgate dessa cultura. Na Ilustração 7, mostramos um cartaz do evento organizado pelas autoras.

Ilustração 7 – Cartaz do Projeto Negra! A cor do Brasil, do Instituto Federal do Amazonas –
Campus Lábrea



Fonte: Silva e Maximiano (2017, p. 2).

Projetos culturais são instrumentos valiosos para o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços prestados por centros de informação. Por terem um caráter transformador, quando direcionados à formação de leitores, têm um papel educativo nas unidades em que ocorrem (Oliveira; Silva; Boianovsky, 2016).

Na pesquisa, notamos que os estudiosos destacaram que as bibliotecas dos IFs guardam a memória das comunidades, pois os entes biblioteca e memória têm características que as individualizam, mas, em determinados momentos, misturam-se para que a sociedade não perca o que produziu coletivamente. As bibliotecas e o estudo da memória estão enquadrados no histórico da humanidade. A memória dos povos antigos diante da oralidade, a memória escrita e impressa, a memória em *drives* e tantas outras formas de armazenamento compõem esse quadro da relação memória e bibliotecas (Viana, 2017).

Por meio da ação cultural, faz-se possível tornar o espaço biblioteca mais atrativo e educativo. Além disso, essa ação pode auxiliar na formação de profissionais que atuam direta ou indiretamente na área. Na biblioteca, há a promoção de coleções, a educação, a interação com a comunidade e as exposições comemorativas. Todas essas iniciativas parecem permitir que a biblioteca divulgue os seus acervos com o objetivo claro de aumentar seu uso e,

consequentemente, sua relevância. O contexto atual e as perspectivas apontam para as bibliotecas passarem a utilizar as exposições como um instrumento expressivo de cultura – e, para isso, também devem se preocupar com a capacitação/qualificação dos bibliotecários e outros profissionais da informação que estejam envolvidos com projetos de exposição no seu ambiente.

Viana e Dias (2018) propõem o Café literário como um processo de mediação cultural. No entanto, para os autores, é necessário que haja elementos e ações nessa proposta que mostrem a cultura como um aspecto relevante para aquela comunidade; elementos potencializados durante a ação de mediação cultural, em que a biblioteca e o bibliotecário atuam como mediadores, e não como produtores de cultura para serem assimilados pelo público.

Para Cassiano, Teixeira e Pereira (2018), faz-se substancial fomentar a liberdade na conexão entre indivíduos de comunidades distintas ou da mesma comunidade. É uma ação que parece simples para um bibliotecário e/ou educador, porém, não pode ser vista como uma transferência. Poderia ser, caso fosse realizada apenas por máquinas. Mas, no caso do referido projeto de extensão, há o envolvimento de pessoas, culturas e questões sociais.

A realização de ações culturais em bibliotecas possibilita torná-las espaços vivos que têm significado para as comunidades nas quais estão inseridas. Dessa forma, eis a importância de se compreender a relação entre as unidades de informação e a prática de ações culturais. Logo, deve-se estabelecer, de forma sólida, o papel da biblioteca como multiplicadora cultural (e não apenas como reprodutora) (Oliveira; Silva; Boianovsky, 2016). Enfim, é relevante entender e se interessar pelo ser humano, visando a compreender o seu comportamento e desejos informacionais, além de aperfeiçoar e/ou inovar os serviços informacionais disponíveis (Estrela; Diniz; Prudente, 2019).

A ação cultural na biblioteca universitária tem como característica tornar a biblioteca viva por meio das exposições culturais e, por intermédio de suas diferentes temáticas, são permitidas reflexões que podem gerar uma mudança na vida do sujeito. Para a biblioteca poder oferecer serviços de excelência, é necessário que ela cumpra com algumas das seguintes funções: educação, estímulo à leitura e apreciação cultural. Assim, a promoção cultural tem importância para todas as instituições de ensino e deve estar presente em todos os espaços da instituição. A biblioteca, além de servir como suporte às atividades de ensino-aprendizagem, pode ser pensada para reforçar a formação de leitores e incentivar o gosto pela apreciação de

artes/cultura, de modo a tornar o leitor mais crítico e capaz de exercer a cidadania (Giacomoni *et al.*, 2018).

Em relação às bibliotecas, não importa qual seja a sua tipologia, há distintas atividades culturais que podem ser realizadas, muitas delas carecendo de recursos financeiros. No entanto, é possível que, mediante um bibliotecário atuante, exercendo a sua função de agente cultural, sejam criadas rodas de leitura, recitais, saraus, clubes de leitura, concursos literários, hora do conto, teatro, exposições culturais, projeções de filmes, debates sobre determinado tema, dentre outras atividades inerentes a essas ações. Viana (2017), por exemplo, elaborou um projeto de preservação da memória da comunidade na qual a biblioteca está inserida. A Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – *Campus Paulistana* – é o foco principal da discussão sobre a importância da preservação da memória da cidade de Paulistana.

Os bibliotecários também relataram problemas enfrentados pelas bibliotecas dos IFs para a execução de atividades educativas e culturais. Como primeiro desafio, o bibliotecário deve ir sempre além daqueles que surgem de atividades técnicas, e, por isso, ações culturais são fundamentais para a prática da natureza dinâmica das bibliotecas (Oliveira; Silva; Boianovsky, 2016).

O segundo desafio encontrado na pesquisa foi que as bibliotecas devem se adequar às realidades de cada *campus* dos IFs, como mostram Veroneze, Javarez e Nadal (2019), ou seja, as bibliotecas do Instituto Federal do Paraná atuam como uma rede, seguindo orientações padrão e se adequando à realidade do *campus* em que estão localizadas. Às vezes, as ações desenvolvidas em um *campus* são parecidas com as de outros locais. Cabe aos profissionais escolher entre aproveitar essa oportunidade para incentivar as atividades e estabelecer um vínculo entre os *campi* ou apenas observar e seguir em frente.

Silva (2017) denota que organizar e executar um evento já é um momento difícil, que requer esforço e perseverança para lidar com os preconceitos que surgem sobre a natureza de uma biblioteca, pois a biblioteca ainda é vista como um espaço vazio, destinado apenas para estudos e pesquisas. A vantagem de se pensar e organizar atividades culturais para as bibliotecas é que elas atraem os alunos e a comunidade. Silva e Fernandes (2019) destacam que as bibliotecas devem se tornar espaços de empoderamento também das minorias pelo uso adequado da informação.

Percebemos que os bibliotecários entendem que as atividades culturais propostas e executadas pelas bibliotecas dos IFs demonstram uma mudança social que está ocorrendo nas

bibliotecas pelo mundo. Isso valida a importância das bibliotecas como mediadoras de informação e agentes no empoderamento e na luta por direitos para as minorias e populações vulneráveis excluídas como consequência de um longo processo histórico e opressor, que é tão perverso quanto ao percebido na sociedade atual.

Silva e Fernandes (2019), em relato de um projeto social, realçam a discussão sobre a presença e representação de grupos minoritários e populações vulneráveis mediante exposições e rodas de conversa, bem como a utilização de um modelo de mediação da informação e cultura com base na atuação dos representantes desses grupos, visando a inseri-los em ambientes sociais e educacionais, a fim de valorizar os seus lugares de fala e o reconhecimento das bibliotecas como uma das principais fontes de informação para o empoderamento de grupos minoritários e vulneráveis.

Dessa forma, percebemos que os bibliotecários consideram a biblioteca dos IFs um espaço de diálogo e não ignoram que o foco dos projetos culturais é o aluno e a comunidade. Além de realizar atividades educativas, as bibliotecas promovem atividades culturais, como a valorização, por exemplo, da cultura negra, da mulher, das minorias e outras.

8.2 A função social, cultural e educativa do bibliotecário nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Esta subseção apresenta o trabalho e a função educativa desenvolvidos pelos bibliotecários dos IFs. Encontramos, primeiramente, que o bibliotecário na instituição tem a função educativa para o fomento da leitura, para o incentivo à competência em informação. Detém, também, uma função social, que está atrelada ao seu papel como mediador cultural.

Sobre a função educativa do bibliotecário, foi constatado nos relatos que ele precisa ter qualidades e competências para desempenhar a sua função educativa. Deve, em primeiro lugar, facilitar o acesso à informação, além de ser um leitor crítico, criativo e um profissional que saiba lidar com os obstáculos apresentados. Também é necessário que o profissional seja simpático e empático, seja proativo e incentive, criativamente, a sua comunidade estudantil.

Souza e Silva (2014) apontam que, para além das qualidades mencionadas, os bibliotecários dos IFs devem ter habilidades profissionais, tais como: domínio do conteúdo dos recursos informacionais da biblioteca; capacidade de oferecer apoio aos usuários e treinamento para poderem utilizar os instrumentos informacionais disponíveis na unidade de informação; ter capacidade de realizar um levantamento das necessidades informacionais; e identificar recursos que atendam às suas necessidades; domínio das tecnologias

informativas, organização e disseminação das informações, dentre outras. O profissional bibliotecário também deve ter as seguintes habilidades pessoais:

Ser comprometido com a excelência no desempenho de suas atividades profissionais; b) buscar desafios e visualizar novas oportunidades dentro e fora da biblioteca; c) criar um ambiente de respeito mútuo e confiança; d) ser flexível e otimista em tempo de mudanças constantes; entre outras. Todas essas habilidades se tornam imprescindíveis para o bibliotecário devido a vários fatores como o avanço no fluxo da informação e a constante atualização tecnológica. Portanto, o bibliotecário deve buscar estar em constante capacitação e atualização. [...] algumas qualificações fundamentais para o profissional bibliotecário atuar no mercado frente a essas mudanças: a) domínio das tecnologias de informação; b) aquisição de mais de um idioma; c) capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal; d) capacidade gerencial e administrativa; e) administração estratégica; f) educação continuada; g) planejamento estratégico; h) adaptabilidade social; i) visão interna e externa do ambiente; j) gestão participativa envolvendo todos os funcionários da unidade de informação; k) tomada de decisões compartilhadas; l) trabalhar em equipe globalizadamente e regionalizada; m) deve ser participativo, flexível, inovador, criativo, delegar poderes facilitando a interação entre os níveis hierárquicos e a comunicação entre eles (Souza; Silva, 2014, p. 2-3).

No entanto, acreditamos que as qualidades mencionadas por Souza e Silva (2014) são necessárias para todos os profissionais que desejam realizar atividades educativas, sem importar o modelo e o tipo de biblioteca em que trabalham. Luz e Dums (2019) destacam que, ao longo da história, as bibliotecas e seus funcionários se adaptaram às mudanças sociais. Originalmente, conhecidos como guardiões do acervo, passaram a técnicos gestores da informação com o avanço da tecnologia de informação e comunicação.

Cardoso *et al.* (2017) afirmam que a relação do homem com a informação se modificou com o tempo. A informação é, atualmente, uma matéria-prima e um diferencial para quem a tem, o que implica em mudanças nas estratégias para obtê-la. Essa nova relação com o saber, condicionada tantas vezes “só” para fins de uso, também projeta uma nova postura do profissional da informação. Em vez de se considerar como guardiões do saber, da memória, dos registros e do ensino pedagógico, o bibliotecário deve atuar como propagador da informação na sua essência cultural e despreziosa utilidade.

Nos relatos, é possível notar que, hodiernamente, os bibliotecários podem se tornar gestores, técnicos, mediadores, educadores informativos e culturais. Para Souza e Silva (2014), o bibliotecário pode pensar e agir antecipadamente, fomentar atitudes e ideias criativas na sociedade e nas organizações onde atua. É sua responsabilidade transformar a biblioteca em um ambiente dinâmico, em que as pessoas se sintam bem e possam desfrutar de todos os serviços oferecidos. As bibliotecas não são apenas depósitos de livros; são ambientes

ricos em informação e de suma relevância para o progresso da sociedade, tanto no campo científico quanto no tecnológico e social.

Veiga, Pimenta e Blackman (2019) destacam que o bibliotecário educador contribui para a aprendizagem e criação de conhecimento, referenciando informações nos mais variados suportes. As autoras sustentam que a informação se tornou, para o homem inserido na Sociedade da Informação, um dos pilares para a sua formação educativa e a sua relação com o mundo e com os outros. Assim, o profissional bibliotecário tem o compromisso de contribuir para a educação e formação de cidadãos éticos e competentes no uso da informação nas suas comunidades de aprendizagem.

Segundo Souza e Silva (2014), no passado, o trabalho do bibliotecário era restrito ao espaço físico da biblioteca, e os documentos eram guardados para preservar a memória, permanecendo quase intocáveis. No entanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permitiram a superação dessas barreiras geográficas. O bibliotecário não é apenas organizador de livros, mas também disseminador de informação, capaz de desenvolver projetos que levam a biblioteca a ser reconhecida como parte fundamental da instituição. Na realidade, a biblioteca tem funções educativas e culturais; ao atuar como um agente cultural, o bibliotecário desempenha a sua função completa.

Na acepção de Souza (2015), o bibliotecário deve ser acolhedor e buscar transformar a biblioteca em um ambiente receptivo, já que tanto os serviços oferecidos pela biblioteca quanto a própria biblioteca são essenciais. Nesse âmbito, o bibliotecário precisa criar maneiras de torná-la um ambiente acolhedor e agradável, que propicie a troca de informações e conhecimento. Especialmente, refletir e assumir a sua responsabilidade social, transformando a biblioteca em um espaço sociocultural capaz de se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas.

Viana e Dias (2018) argumentam que os bibliotecários devem aprimorar o ambiente da biblioteca, pois essas ações reforçam a importância da unidade de informação no contexto sociocultural. O bibliotecário e os mediadores de uma ação cultural facilitam o acesso às fontes de informação – e, de fato, conseguem proporcionar a inclusão e a educação para a cidadania, criando espaços de diálogo para a construção coletiva de conhecimento. Dessa forma, a roda de conversa na biblioteca pode incluir aqueles que, em geral, têm o seu discurso silenciado e negado pela sociedade, permitindo o compartilhamento de experiências. É importante refletir sobre a função social da biblioteca e, conseqüentemente, sobre a atuação da

Biblioteconomia na construção de propostas que visam à inclusão social e ao incentivo à leitura no ambiente educacional (Costa *et al.*, 2017).

Entretanto, como os bibliotecários podem realizar a sua função educativa e social? Estrela, Diniz e Prudente (2019) apresentam uma problemática, afirmando que, atualmente, devido a toda tecnologia e redes sociais disponíveis, fazer com que as alunas e os alunos frequentem a biblioteca, talvez, seja um dos maiores desafios que essas instituições têm na atualidade. Enfim, é notável que, para realizar a sua função educativa nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais, o bibliotecário se depara com desafios que passam pela sua formação, pela motivação e pelo interesse pessoal de realizar atividades. Ele ainda enfrenta o desafio de tornar as bibliotecas um espaço de sentido aos alunos e professores.

Os relatos de experiências sobre a atuação do bibliotecário em ações de incentivo à leitura indicam que este deve ser um incentivador e facilitador do mundo literário. Feijó e Silveira (2015) sustentam que os bibliotecários que atuam nas bibliotecas têm a responsabilidade social de intermediar a leitura entre os usuários e a informação, o que, por sua vez, resulta no conhecimento acumulado ao longo dos anos. No entanto, para exercer essa função, o bibliotecário deve ser um leitor crítico, uma vez que será ele quem irá formar os acervos literários das bibliotecas nas quais trabalha.

De acordo com Cardoso e Cassiano (2015), o bibliotecário deve atuar como agente da leitura, pois é sua responsabilidade oferecer as condições ideais para formar o leitor crítico, que seguirá a vida afora buscando ampliar suas experiências existenciais por intermédio da leitura. Assim, o bibliotecário deve ser um leitor crítico capaz de distinguir a literatura complexa daquela que é frequentemente repetida e que usa uma fórmula simplificada, o que desprepara o leitor em formação para a aceitação de outros textos mais complexos. Portanto, o bibliotecário que deseja investir na leitura como uma atividade cultural autêntica deve reconhecer o espaço da biblioteca, de modo a torná-la atraente e interativa, proporcionando condições para o leitor poder expressar os seus pensamentos e opiniões de maneira autêntica, estimulando-o a questionar, refletir e formar uma opinião crítica.

Antunes e Cavalcante (2015) destacam que o bibliotecário deve ser um apaixonado por leitura, que visa a dar dicas de leitura aos alunos que vêm à biblioteca, ao efetuar uma propaganda dos livros que já leu. Nessa lógica, despertará nos alunos a curiosidade em relação àqueles títulos. As autoras ponderam que o bibliotecário deve ser um mediador da leitura na escola:

[...] o bibliotecário pode planejar ações que vão culminar na formação de leitores, tais como: manter o ambiente atrativo com cartazes e murais que divulguem a leitura, exposições de novos títulos, etc.; promover atividades culturais como Feira do Livro, Encontro com Autores, Clubes de Leitura, Concursos Literários, etc.; realizar projetos de incentivo à leitura que valorizem os melhores leitores, que destaque os livros mais lidos, etc.; oferecer um acervo de literaturas diversificado que atenda ao gosto dos usuários; ter uma caixa de sugestões disponível aos usuários. Bom atendimento de toda a equipe que deve conhecer o acervo, interagir com os alunos, oferecer sugestões; horários flexíveis que atendam às necessidades dos alunos - a biblioteca precisa estar sempre aberta principalmente nos momentos de intervalo dos alunos (Antunes; Cavalcante, 2015, p. 2-3).

Antunes e Cavalcante (2015) reforçam que, para formar leitores, é preciso ter empenho, planejamento e comprometimento com a leitura e a formação social dos indivíduos. O bibliotecário deve manter uma conexão entre a biblioteca e outros setores da escola, uma vez que a biblioteca escolar deve ser um ambiente interativo e interdisciplinar, com acervo atualizado e acessível aos usuários. Para que isso ocorra, sobretudo, com os docentes que atuam diretamente no ensino, é substancial que ocorra um diálogo constante entre o professor e o bibliotecário, a fim de que o bibliotecário esteja familiarizado com os trabalhos e leituras requisitados pelo professor e esteja apto a atender ao aluno quando ele chegar à biblioteca. O bibliotecário também pode estabelecer conexões com os professores para criar iniciativas que incentivem a leitura, contribuindo, significativamente, para a formação de novos leitores. Por fim, a função das bibliotecas escolares e do bibliotecário é atender às necessidades de cada estudante, proporcionando-lhes o prazer da leitura e a dinâmica do aprendizado por meio da leitura na biblioteca.

Concernente ao exposto, percebemos que os bibliotecários dos Institutos Federais, sobretudo, lutam para incentivar a cultura da leitura em suas instituições. Essa ação educativa está ligada diretamente aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, com uma concepção de formação humana respaldada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Tais dimensões compreendem o trabalho, a ciência e a cultura (Brasil, 2007).

O estudo revelou a preocupação de os bibliotecários infoeducadores auxiliarem os IFs a formar alunos capazes de usar a informação e realizar pesquisas científicas e escolares. Cativo e Souza (2018) demonstram que, apesar de alguns alunos, em sua maioria, terem a ideia de que a biblioteca é apenas um local de punição, para desmistificar essa ideia, é necessário que os bibliotecários cativem a comunidade a partir de suas habilidades pessoais e profissionais. Destarte, o profissional deve atuar como um agente de mudança social, com habilidade para transformar o espaço da biblioteca, tornando-o atraente, dinâmico, aprazível e

integrado à comunidade acadêmica. A satisfação pessoal do educando é um fator que os educadores devem considerar na formação de profissionais. Buscar a identidade cultural e compreender-se como membro de um grupo. Ao aprender a “ser”, a individualidade é substituída pela coletividade. Quando se pensa na coletividade, tudo o que envolve a técnica e a tecnologia beneficia um grupo e o desenvolvimento de uma região (Burin; Lima, 2013).

Segundo Alves (2015), o uso do letramento é um recurso que deve ser estudado, ao possibilitar a ampliação do entendimento sobre a sociedade, a cultura e a história, além de contribuir para o crescimento integral do ser humano. É perceptível que as bibliotecas, como partes integrantes dos Institutos Federais, têm o potencial de apoiar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando cidadãos, com vistas à atuação profissional de forma específica, por meio das práticas letradas. Porém, para formar alunos competentes no uso de informações, faz-se necessário que o bibliotecário busque interagir com a comunidade estudantil, principalmente com os alunos e professores. O bibliotecário deve atuar para promover a democratização da cultura, incentivando os alunos a criarem, opinarem, apresentarem as suas opiniões e sentimentos, além de se expressarem mediante conhecimentos adquiridos ao longo da vida, o que os tornam cidadãos críticos e com uma visão global do mundo (Cativo; Souza, 2018).

Além disso, é necessário tornar efetiva a presença e participação dos bibliotecários nessas iniciativas, a fim de aumentar a consciência da comunidade acadêmica sobre a sua responsabilidade. Esses profissionais, além de serem técnicos, devem assumir seu papel social, educativo e de mediação do conhecimento, sobretudo ao estabelecerem parcerias com outros profissionais de áreas distintas do saber (Cativo; Souza, 2018).

É evidente que a formação de saberes informacionais para a competência em informação pelo bibliotecário dos Institutos Federais deveria ser um dos objetivos centrais das bibliotecas. Essa função educativa se encontra listada como um dos saberes para a competência profissional que os educandos da EPT devem ter em sua formação. Enfim, a competência profissional é a capacidade pessoal de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho (Brasil, 2021).

Sobre a função social do bibliotecário na biblioteca multinível, os profissionais que relataram suas experiências nos 63 trabalhos analisados enfatizam a importância do trabalho social dos bibliotecários para as bibliotecas e as comunidades nas quais os IFs estão inseridos.

A título de exemplo, Silva e Maximiano (2017) defendem que o profissional seja mais presente em relação às questões sociais, aliando a técnica à criatividade, buscando respostas aos desafios do cotidiano. As bibliotecas são locais em constante movimento para a disseminação de informações organizadas. As bibliotecas e seus profissionais, historicamente, adaptaram-se às mudanças da sociedade. Inicialmente, os guardiões do acervo foram transformados em técnicos organizadores de documentos, sendo administradores da informação com o avanço da tecnologia de informação e comunicação (Luz; Dums, 2019).

De acordo com Silva e Maximiano (2017), é indispensável que o profissional esteja mais envolvido com questões sociais, aliando a técnica à criatividade, buscando respostas aos desafios apresentados. Os profissionais que trabalham nas bibliotecas dos IFs têm a responsabilidade social de mediar a interação entre os usuários e a informação, de maneira a resultar no registo do conhecimento ao longo dos tempos (Feijó; Silveira, 2015).

O bibliotecário deve ser proativo, ou seja, capaz de pensar e agir antecipadamente, incentivando atitudes e ideias criativas na sociedade e nas organizações em que atua. É sua responsabilidade transformar a biblioteca em um ambiente dinâmico, em que as pessoas se sintam bem e possam desfrutar de todos os serviços oferecidos. As bibliotecas não são apenas um depósito de livros, mas também um ambiente rico em conhecimento e de extrema relevância para o progresso e crescimento da sociedade, tanto no que diz respeito ao campo científico quanto ao tecnológico e social (Souza; Silva, 2014).

O profissional bibliotecário deve ser acolhedor e realizar uma reflexão sobre a sua função social. Faz-se importante salientar que é preciso que os profissionais que trabalham com a informação, sobretudo bibliotecários, auxiliares de biblioteca e professores, pensem sobre a função social da biblioteca e, conseqüentemente, sobre a atuação da área da Biblioteconomia na elaboração de propostas que visam à inclusão social e ao incentivo à leitura no ambiente educacional (Costa *et al.*, 2017).

A biblioteca é tão importante quanto os serviços oferecidos, e o bibliotecário precisa criar maneiras de torná-la uma atmosfera acolhedora e aconchegante, que propicie a troca de informações e conhecimento. Especialmente, refletir e assumir a sua responsabilidade social, transformando a biblioteca em um espaço sociocultural capaz de se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas (Souza, 2015). Podemos notar que o bibliotecário é visto como um agente social e mediador da cultura nos Institutos Federais. A função social do bibliotecário é empregada como uma forma de fundamentar a importância deles para a instituição e para a sociedade.

Segundo os relatos apresentados, os profissionais devem atuar como mediadores culturais nas bibliotecas dos Institutos Federais, uma vez que podem realizar atividades de extensão para os estudantes e professores, contribuindo para a formação artística e cultural, o desenvolvimento do senso crítico e da responsabilidade social (Souza, 2015), pois, a biblioteca possui dimensões educativas e culturais, uma vez que, ao atuar como um agente cultural e confrontar a realidade, o bibliotecário exerce sua função plenamente (Silva *et al.*, 2017).

Cativo e Souza (2018) defendem que, para ser um agente social, o bibliotecário deve planejar e desenvolver ações com a participação dos alunos, promovendo a cultura e dando visibilidade ao seu trabalho. Os bibliotecários tornam-se agentes culturais, aqueles que agem e praticam a cultura. Ademais, acabam sendo protagonistas de uma ação curatorial de organização e mediação desse tipo de ação. Para criar e incentivar uma iniciativa cultural, tendo em mente a importância de estabelecer parcerias institucionais com especialistas de outras áreas, é necessário dominar algumas habilidades informacionais, como: divulgar, comunicar e propagar os eventos, conectar a comunidade escolar entre si, ter um conhecimento prévio sobre o que será realizado, guiar os estudantes pelo trajeto do conhecimento e estimulá-los a realizar tarefas.

Nos relatos, é possível notar que as bibliotecas e os bibliotecários devem superar a crença do processamento técnico biblioteconômico como a única função da biblioteca nos Institutos Federais. Concordamos com Cativo e Souza (2018) que as bibliotecas, independentemente da sua tipologia, também podem, na organização em que estão inseridas, formar cidadãos com mais cultura, educação e senso crítico na sociedade. Os autores, ademais, enfatizam a importância de bibliotecários conseguirem compreender os seus papéis de agentes culturais de transformação e mediação do conhecimento para que seu público identifique, entenda e se familiarize com a biblioteca, além dos produtos e serviços oferecidos por ela. Dessa maneira, a atividade de um clube do livro, por exemplo, é uma forma criativa de permitir que os profissionais sejam mediadores e curadores que cumpram tarefas que vão além dos processos técnicos.

As bibliotecas dos IFs deveriam oferecer um espaço acolhedor, proporcionando o conforto necessário para os usuários realizarem as suas atividades de estudo, pesquisa e extensão. Todas as iniciativas e projetos apresentados nesta tese aproximaram a biblioteca e seus funcionários do restante da instituição, de modo a contribuir para a mudança de

estereótipos tanto quanto os de biblioteca de ambiente pouco acolhedor quanto dos bibliotecários como trabalhadores isolados da instituição.

Corroboramos com Alves, Castro e Rosa (2019) que as bibliotecas e bibliotecários devem contribuir para as metas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, pois significa sermos mais atuantes, criativos e participativos como profissionais. Os autores apontam que o bibliotecário dos IFs enfrenta um desafio relevante, tanto profissional quanto culturalmente, para realizar atividades educativas. O êxito dessa nova biblioteca dinâmica, criativa, integrada e participativa demonstra a sua relevância para o progresso institucional.

Percebemos, nos relatos, que as bibliotecas dos IFs são espaços que podem ser transformados por meio da ação educativa e cultural dos bibliotecários. Essa ação terá sempre sucesso se for realizada em parceria com os professores, os quais se juntam aos servidores e colaboradores das bibliotecas e realizam um verdadeiro movimento educativo e cultural em suas comunidades.

8.3 Os colaboradores e participantes dos projetos educativos das bibliotecas multiníveis

Nos relatos de experiência, visamos a conhecer os parceiros e o público-alvo dos projetos relatados. Assim, verificou-se que a maioria dos projetos tem como parceiros diferentes profissionais, por exemplo, auxiliares de bibliotecas, acadêmicos(as) dos cursos de Biblioteconomia, pedagogos, professores, alunos, psicólogos, artistas, escritores, gestores, dentre outros. Isso indica o quanto a biblioteca e o bibliotecário devem lidar com diferentes conhecimentos e profissionais. Burin e Lima (2013) firmaram parcerias com a Federação Catarinense de Xadrez, com o SESC e com artistas e escritores locais, como pode ser observado na Ilustração 8.

Ilustração 8 – Imagens das atividades do Projeto Arte e Cultura na biblioteca



Fonte: Burin e Lima (2013, p. 6).

Cativo e Souza (2008) planejaram a criação do clube do livro, com o intuito de incentivar a leitura, em colaboração com uma professora do Instituto que realizou análises sobre obras literárias brasileiras. Dessa forma, as ideias se juntaram e surgiu o projeto “Clube do Livro: leitura, interpretação e discussão de obras literárias brasileiras”.

Giacomoni *et al.* (2018) desenvolveram um projeto que envolveu bibliotecários de três instituições de ensino distintas: o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), nos *Campus* Santa Rosa e São Vicente do Sul, e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Trata-se de um projeto interestadual realizado nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Jarabiza, Pinheiro e Santos (2016), em um projeto de leitura e escrita, contaram com a colaboração da Biblioteca, Assistência Estudantil, Grêmio Estudantil e direção do *campus* para a realização do projeto. A pesquisa discutiu como a biblioteca poderia incentivar a leitura e a escrita para promover um envolvimento institucional. Já Souza e Silva (2014) realizaram um projeto em parceria com o setor pedagógico do Instituto e afirmam que a concretização do projeto realizado só foi possível com a participação do Núcleo de Gestão Pedagógica (sendo representado pela psicóloga e pedagogo do *campus*) e da Biblioteca (sendo representada por uma das bibliotecárias) em atividades pedagógicas.

Costa *et al.* (2017) proferem que, para realizar o projeto de rodas de conversa na biblioteca, contaram com a participação de uma equipe multidisciplinar para as questões abordadas poderem ser aplicadas como objeto de estudo, tanto em sala de aula quanto em outros ambientes institucionais da escola, incluindo a biblioteca.

Para Ozório (2012), a realização de projetos na biblioteca só foi possível mediante a integração com outros setores para cada edição do programa. As equipes de apoio, que incluíam médica, enfermeira, assistente social e psicóloga, foram responsáveis por fornecer suporte para além das avaliações das produções dos estudantes e disponibilizar palestras, rodas de diálogo e orientações sobre o tema “Sexualidade”, proposto no Edital de 2011. “Isto significa que o programa bibliotecário ‘Produção de Conhecimento na Biblioteca’ se

fundamenta em paradigmas interdisciplinares, paradigmas estes, que ressaltam ainda mais a implementação de temas transversais no programa” (Ozório, 2012, p. 1514).

Constatamos que o docente é o principal parceiro das atividades educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais. Alves (2015) destaca a importância de práticas interdisciplinares com os professores para um melhor aproveitamento nas atividades de leitura e participação efetiva dos alunos. Outra observação a ser feita diz respeito à ampliação das ações e envolvimento de outros usuários que compõem a comunidade acadêmica, sejam estes servidores técnico-administrativos, funcionários terceirizados ou a comunidade de bairros circunvizinhos (Alves, 2015). Oliveira (2015) salienta que o projeto realizado obteve sucesso devido à parceria com os setores da instituição:

O projeto permeia de forma ampla por meio de suas interfaces e estratégias a extensão e o ensino na Instituição sendo que seu sucesso só foi possível porque houve estreita parceria entre essas diretorias, bem como os docentes das disciplinas de português e literatura, as bibliotecas e a ASCOM (assessoria de comunicação) (Oliveira, 2015, p. 3).

De acordo com Cavalcanti e Garcia (2015), a biblioteca firmou uma colaboração com a docente de Língua Portuguesa do colégio, que se comprometeu a trabalhar com o livro em sala de aula durante sua disciplina. Para isso, foi feita a doação de exemplares do livro para as turmas do Ensino Médio, que participariam do encontro, e a professora fez diferentes atividades a partir da leitura da obra.

Por sua vez, Arakaki *et al.* (2017) realçam que as parcerias com os professores e o apoio da Coordenação foram fundamentais para modificar a rotina da biblioteca, a fim de incentivar e incluir os alunos, além de oferecer melhores serviços.

[...] o programa “Produção de conhecimento na Biblioteca” é proposto anualmente na Biblioteca, e contempla assuntos transversais da educação. O público a qual a atividade é direcionada contempla os mais diferentes níveis de ensino, haja vista o caráter vertical de ensino dos Institutos Federais. Isto significa a adesão de alunos do Ensino Médio, técnico e superior (Ozório, 2012, p. 1507).

Sobre o público-alvo externo e os participantes externos dos projetos desenvolvidos pelos bibliotecários dos Institutos Federais, em sua maioria, foram formados por jovens do Ensino Médio e profissionais da sociedade.

Silva e Maximiano (2017) afirmam que as atividades do projeto foram visitadas por escolas, creches, professores indígenas, além da comunidade acadêmica do IFAM/*Campus* Lábrea. Os estudantes dos cursos subsequentes do IFAM/*Campus* Lábrea compareceram à

cerimônia de abertura e participaram de uma atividade que revisitava as cerimônias afro-brasileiras.

Cassiano, Teixeira e Pereira (2018), em projeto, auxiliaram na criação e no treinamento de uma comunidade quilombola para montar uma biblioteca comunitária:

[...] a partir de uma campanha de arrecadação de livros e conseguiu um acervo com aproximadamente 10 mil exemplares. Os materiais, majoritariamente livros, estão em um galpão que pertence ao presidente da associação, senhor Miguel. O título do projeto foi elaborado por ela: Sonho de Leitura para a Comunidade Quilombola Ilha de São Vicentel. Para que os materiais, em sua maioria compostos por livros, possam circular por entre todas as pessoas da comunidade, identificaram entre elas/eles a necessidade de organizar a biblioteca com aplicação de processo técnico e implementação de aparato tecnológico (software de automação de bibliotecas), visto que seu maior objetivo é preservar o patrimônio doado e fazer circulá-lo com responsabilidade e consciência (Cassiano; Teixeira; Pereira, 2018, p. 672).

Em projeto desenvolvido por D'Acampora (2017), cerca de 800 crianças puderam experimentar algo que era considerado antigo e, ao mesmo tempo, novo para elas, devido à ausência de tecnologia. Assim, percebemos o interesse de os bibliotecários auxiliarem não somente a comunidade interna dos IFs, mas também a comunidade da região na qual o Instituto Federal está inserido, e seus maiores parceiros e participantes dos projetos são os alunos, professores e a comunidade externa. Portanto, as bibliotecas multiníveis ajudam os IFs na realização de um de seus objetivos, que é estimular e apoiar processos educativos que levem à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

8.4 Conceitos sobre a tipologia das bibliotecas dos Institutos Federais para os bibliotecários

Uma das principais características das bibliotecas para a oferta de serviços educativos e informacionais está relacionada à sua tipologia. A biblioteca escolar, por exemplo, atende ao público em formação nas escolas; a biblioteca universitária atende a um público em formação e pesquisadores que estão criando informações; e as bibliotecas públicas atendem a toda a sociedade, sem distinção de raça, credo ou classe social. Portanto, a tipologia da biblioteca permite direcionar os serviços educativos. No que diz respeito aos Institutos Federais, uma das questões relacionadas às suas bibliotecas é a tipologia de suas unidades de informação. Essa questão também foi abordada nos relatos de experiência, em que os bibliotecários discutem a tipologia das bibliotecas onde trabalham. Os tipos de bibliotecas descritos nos relatos foram: biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca escolar-universitária,

biblioteca especializada, biblioteca multinível e a biblioteca mista, como pode ser visto no Quadro 16.

Quadro 16 – Tipologia das bibliotecas dos IFs utilizadas pelos bibliotecários

Tipologia das bibliotecas dos IFs	Nomenclatura
Biblioteca escolar	“Os Institutos Federais são instituições de Ensino Técnico, mas em alguns <i>Campus</i> oferecem o Ensino Médio Integrado ao Técnico, somando as características de uma escola de Ensino Médio, sendo o caso do <i>Campus</i> Cacoal, onde predomina o Ensino Médio Integrado ao Técnico. Por isso, a biblioteca é tratada como escolar, sendo que o acervo e atividades da biblioteca são direcionados para este público” (Antunes; Cavalcante; 2015, p. 3, grifos das autoras).
Biblioteca universitária	“Percebe-se na produção científica da área da Biblioteconomia que a ação cultural está frequentemente associada às bibliotecas de cunho comunitário e pública, porém, cabe salientar que a biblioteca universitária também revela um grande aporte para o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura através das diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Giacomoni <i>et al.</i> , 2018, p. 814).
Biblioteca escolar-universitária	“Assim, apresenta-se a Biblioteca do IFPI <i>Campus</i> Paulistana de bases: multidisciplinar, que traz as características de biblioteca universitária, conforme preconiza o §1º do Art. 2º da Lei nº 11.892/2008 disponível em Brasil (2008) e escolar, que desenvolve uma proposta baseada nos pilares do Ensino” (Viana; Dias, 2018, p. 1106, grifo das autoras).
Biblioteca escolar, universitária e especializada	“As bibliotecas do IFSP congregam em um mesmo ambiente diferentes perfis de usuários, para Santos (2012) às bibliotecas do IFSP são sistemas informativos que congregam tipologias das bibliotecas universitárias, escolares e especializadas” (Santos; Santos, 2013, p. 2).
Biblioteca multinível	“[...] as Bibliotecas Multiníveis da Rede Federal (EPCT) não devem ser consideradas apenas bibliotecas escolares, haja vista, que além de atender os alunos do Ensino Médio integrado com idades que variam dos 14 aos 19 anos, estas também, atendem os alunos das graduações e de pós-graduação, tanto nas modalidades <i>latu sensu e strictu sensu</i> oferecidos pela rede” (Veiga; Pimenta; Blackman, 2019, p. 2-3, grifos das autoras).

Biblioteca multinível	“A biblioteca atende a um público plural e variado, sendo a classificação de sua tipologia uma tarefa que implica em muitas discussões e opiniões diversas. Consideremos aqui a classificação de biblioteca multinível dada por (Moutinho, 2014), ao atender a usuários de vários níveis de ensino tais como nível médio, graduação e pós-graduação em programas de lato e stricto sensu” (Santos; Costa, 2019, p. 2).
Biblioteca mista	“É importante salientar que apesar de ser uma biblioteca mista, que atende aos usuários do Ensino Médio, técnico, alunos de graduação e pós-graduação, esse projeto sempre foi considerado um desafio para a equipe” (Paiva; Santos; Pacheco, 2017, p. 6).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em suma, os termos mais recorrentes nos relatos foram biblioteca escolar, biblioteca universitária e biblioteca multinível. Dessa forma, percebemos que a tipologia da biblioteca dos IFs também é um problema para os bibliotecários e educadores. Essa é uma questão que precisa ser discutida com os profissionais dos IFs e gestores. Acreditamos que a decisão pela tipologia das bibliotecas também ajuda os bibliotecários a pensarem como transformá-las em espaços educativos, e corroboramos que o termo “bibliotecas multiníveis” deve ser adotado pelas unidades de informação dos Institutos.

8.5 Conceitos sobre pesquisa escolar e acadêmica apresentados pelo bibliotecário dos Institutos Federais

No estudo, visamos a saber quais foram os conceitos sobre pesquisa escolar e acadêmica apresentados nos projetos educativos elaborados e relatados pelos bibliotecários. Isso ocorre tendo em vista que um dos desafios fundamentais dos IFs no campo da pesquisa é ir além da descoberta científica.

Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização nos planos nacional e global (Pacheco, 2015, p. 26).

No que tange à pesquisa escolar, Sanchez (2013) conclui que é preciso que o bibliotecário se envolva com o professor ainda no planejamento da pesquisa, uma vez que este

é o profissional que orienta os alunos e os capacita para usar, mais eficazmente, as ferramentas de busca e recuperação de dados. Assim, o êxito da pesquisa escolar depende da condução do processo por uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, composta por professores, bibliotecários e pedagogos, que envolva os estudantes e fomente o interesse pela prática da pesquisa. “São necessários empenho e dedicação por parte da equipe pedagógica, contando com seus diferentes atores, para que se construa um sólido processo de pesquisa, engajando os alunos, tornando-o atraente e, sobretudo, colaborando para a construção de novos conhecimentos” (Sanchez, 2013, p. 16).

Sobre a pesquisa nos IFs, Sanchez (2013) também afirma que ela se apresenta como um dos serviços mais importantes prestados pela biblioteca, pois, por meio de uma ação investigativa, cumpre com o seu papel de subsidiar, com referencial teórico, o processo de ensino-aprendizagem. Porém, a biblioteca vai além. Ela é um espaço em movimento cultural e informacional. Assim, a biblioteca escolar tende a ser associada, ainda hoje, à sua antiga concepção: espaço exclusivo para estudos e aperfeiçoamento de notas.

Os relatos apresentados demonstram que a pesquisa escolar se sobressaiu nas análises como um dos serviços mais relevantes oferecidos pelas bibliotecas dos Institutos Federais. No entanto, para o sucesso da pesquisa escolar, é preciso conhecer os alunos com suas escolhas, preferências, linguagem e experiências anteriores, para, a partir daí, criar políticas de formação de coleções, investir em multimeios, em profissionais, buscando a satisfação dos usuários e o melhor uso da biblioteca. É dever do bibliotecário acompanhar e monitorar o progresso da pesquisa escolar, acompanhando a evolução da pesquisa, as dificuldades dos alunos, a seleção das fontes de melhor qualidade, dentre outros elementos cruciais para o sucesso do uso de informações em ambientes virtuais (Sanchez, 2013).

Outrossim, de acordo com Sanchez (2013), para a realização e êxito das pesquisas escolares, professores e bibliotecários devem trabalhar em conjunto. Compreender que a pesquisa escolar é feita por três agentes: o professor, o estudante e o bibliotecário. Além disso, o acervo, bem como a definição do percurso metodológico a ser seguido na pesquisa, assim como as distintas fontes de informação, podem assegurar o êxito da pesquisa escolar e a produção de novos conhecimentos. Para isso, os professores e bibliotecários devem trabalhar para assegurar que os alunos escolham as fontes mais adequadas, usar as ferramentas de pesquisa, elaborar estratégias de busca e redigir seus trabalhos.

Faz-se pertinente salientar que esta seção apresenta uma questão relevante para os bibliotecários. Em primeiro lugar, foram identificados apenas três trabalhos que se dedicam à

educação para a pesquisa científica. Consideramos isso um problema, porque uma das premissas fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é o incentivo à adoção da pesquisa como método pedagógico em um processo de formação que pretende um mundo em constante mudança, unindo conhecimentos cognitivos e socioemocionais, visando à produção de conhecimento, cultura e tecnologia, bem como ao aprimoramento do trabalho e a uma intervenção que cause impacto social.

Dessa forma, compreendemos que a formação para a pesquisa escolar pode ser aplicada juntamente à pesquisa científica para o Ensino Superior. Essa atividade educacional deve ser considerada uma das prioridades da biblioteca. Tal função deve ser ministrada e orientada em parceria – professor e bibliotecário, principalmente, no tocante ao uso de fontes informacionais.

8.6 O apoio institucional aos projetos educativos e culturais das bibliotecas multiníveis

Na pesquisa, encontramos 12 projetos apoiados financeiramente pelos IFs, sendo que esse apoio ocorreu por meio da inscrição deles, nos editais ofertados pelas Pró-Reitorias e pela direção dos *campi*. Oliveira, Silva e Boianovsky (2016) enfatizam a relevância de transformar os projetos educativos e culturais em projetos institucionais, pois isso ajuda na continuidade da atividade na instituição:

Realizar, anualmente, projeto de tamanho porte, reforça institucionalmente a importância do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas que compõem o SIBI IF Goiano. Praticar e manter a difusão cultural que a realização do Projeto promove para os diversos campi envolve trabalho árduo, e entende-se que os desafios nunca deixarão de ser uma constante para a execução de suas edições. É possível dizer que o Farol Cultural tem sido a materialização de sonhos para toda a comunidade que nele se envolve (Oliveira; Silva; Boianovsky, 2016, p. 8).

Silva (2017) relatou que os apoios da Direção do *Campus*, da Direção de Ensino e, principalmente, do engajamento dos professores foram fatores que possibilitaram a execução das atividades do projeto, “[...] tendo em vista que todos consideraram o evento como momento de desenvolvimento e formação dos alunos, assim como deles próprios” (Silva, 2017, p. 5).

Souza (2015) submeteu seu projeto ao Edital da Pró-Reitoria de Extensão, órgão responsável pela seleção de Projetos de Extensão. Pontua-se que o projeto recebeu uma verba de R\$ 8.300,00 para gastos com camisetas, marcadores de páginas, sacolas retornáveis e os brindes para a premiação das atividades culturais.

Burin e Lima (2013) tiveram um projeto aprovado pela Coordenadoria de Extensão do IFSC, por meio de Edital, e realizaram o projeto de extensão “Arte e Cultura na Biblioteca”, no qual efetuaram atividades de cunho artísticas e culturais na biblioteca, visando a integrar a comunidade acadêmica e geral por meio de parcerias na materialização de exposições, palestras, instalações, cinema e oficinas.

Em síntese, percebemos que a maioria dos bibliotecários que inscreveram os seus projetos nos Editais dos IFs já tinha alguma experiência na realização de eventos de extensão. Outros dados relevantes manifestaram que os Editais das Pró-Reitorias e Diretorias de Extensão e Educação foram os que mais despertaram a atenção dos bibliotecários. No entanto, um dos propósitos fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é fomentar a criação e disseminação da ciência e da inovação tecnológica. Na pesquisa, não foram encontrados relatos de trabalhos que participaram de Editais dos setores de incentivo à ciência nos IFs, por exemplo, os Editais das Pró-Reitorias de Pesquisa. Compreendemos que iniciativas de estímulo à habilidade em pesquisa científica também devem ser implementadas em bibliotecas multiníveis, e a participação do bibliotecário nos Editais da instituição deve ser incentivada pela administração dos Institutos Federais.

Ademais, percebemos a relevância e o significado do movimento da ação educativa do bibliotecário e das bibliotecas dos Institutos Federais. Primeiramente, notamos que a biblioteca e o bibliotecário estão intimamente relacionados, uma vez que ambos têm uma função educativa e social voltada para os usuários da biblioteca e para a comunidade em que estão inseridos.

Os bibliotecários e a biblioteca “lutam” para auxiliar os alunos a criarem o hábito da leitura e a entenderem, com eficácia, a informação. Observamos que os professores são os principais colaboradores dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais. A relevância das atividades educativas desenvolvidas pelos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis está diretamente ligada aos princípios fundamentais da Educação Profissional, mas é imprescindível que essas atividades sejam estruturadas de forma sistemática, o que nos leva a crer que, nos Institutos, há a necessidade de uma curricularização dessas atividades nas bibliotecas multiníveis.

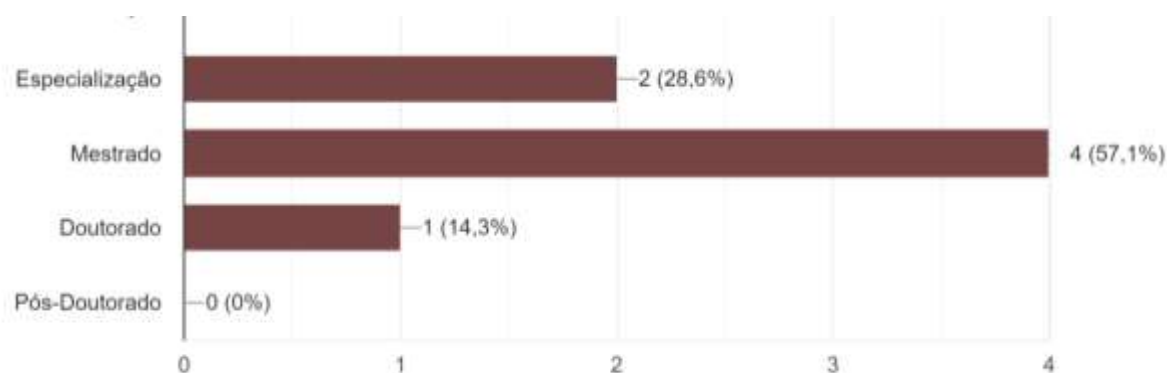
9 O PAPEL EDUCATIVO DOS BIBLIOTECÁRIOS QUE ATUAM NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A elaboração desta seção teve como objetivo, inicialmente, identificar o significado, a relevância, a visibilidade e o real papel educativo dos bibliotecários que desenvolvem atividades educativas nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais. Participaram da pesquisa sete bibliotecários, sendo quatro deles oriundos da Região Norte, dois da Região Nordeste e um da Região Sudeste do Brasil. Primeiramente, apresentamos os dados referentes ao questionário intitulado “Perfil dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Em seguida, apresentamos as observações coletadas nas entrevistas.

9.1 O perfil dos bibliotecários infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

No que diz respeito ao perfil do bibliotecário infoeducador dos Institutos Federais, a maioria dos participantes desta pesquisa corresponde a mulheres, com idades entre 34 e 64 anos. Cerca de 57% dos entrevistados têm mestrado e apenas um bibliotecário tem doutorado, como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Formação dos bibliotecários infoeducadores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Durante o estudo bibliográfico, percebemos que os especialistas, ao nível de mestrado e doutorado, publicaram relatos mais aprofundados e com mais dados de revisão teórica. Dois bibliotecários declararam ter uma segunda formação, Licenciatura em História, além de serem ex-professores da rede pública municipal de ensino. A média de tempo de atuação dos profissionais nas bibliotecas dos Institutos foi de 8 anos e 7 meses, com destaque para um

bibliotecário que trabalha na Educação Profissional desde 1991, antes da criação da Rede Federal.

Inquirimos aos profissionais se eles se sentem valorizados nos Institutos Federais. Dois disseram que não, enquanto outros dois disseram que sim. Um disse que se sente valorizado, mas que poderia ser mais reconhecido. Dois bibliotecários optaram por não responder a essa pergunta. Questionamos aos profissionais o motivo pelo qual escolheram a profissão de bibliotecário. O participante BE7 disse que um dos motivos foi problemas de saúde e a readaptação como professor, mas também buscava, com a profissão, reconhecimento profissional:

Porque eu era docente/magistério desde o ano de 1999, tive alguns problemas de perda de voz nos anos de 2000 fiquei readaptada (afastada) da sala de aula por orientação médica. E depois, em 2010 até 2014 fui orientadora educacional conjugada ao cargo de professora de História na Prefeitura Municipal de Porto Velho, ou seja, tinha 65h. E havia estudado para um concurso de docente na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR em 2014 e acabei passando em 1º lugar para o concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Mas, informo também que já havia concursos federais/municipais desde 2012 e fiquei em terceiro e décimo lugar na classificação geral. Por tudo, enfatizo que iniciei minha carreira bibliotecária com intuito de ter uma melhor qualidade de vida, reconhecimento salarial, reconhecimento profissional e melhor infraestrutura de trabalho (Participante BE7).

Outros motivos mencionados pelos profissionais foram a identificação com a área, como o participante BE1:

Porque me identifico com as atividades inerentes ao bibliotecário e amo essa profissão (Participante BE1).

Outros participantes relataram que escolheram a profissão de bibliotecário, porque querem auxiliar as pessoas a aprender e, assim, construir uma sociedade mais justa e humana:

Porque tenho afeição aos livros e gosto da ideia de facilitar a leitura de outros (Participante BE2).

Sempre pensei em contribuir com a Educação e a parte da Biblioteca tive interesse. Acredito que com livros podemos viver melhor e construir mais sociedade mais humana (Participante BE3).

Por indicação e incentivo da minha esposa, não conhecia o curso, e acabei me identificando com a área. É muito satisfatório saber que podemos contribuir com a formação de pessoas (Participante BE5).

O bibliotecário BE6 afirmou que escolheu ser bibliotecário, ao entender que existe uma relação entre educação e biblioteca:

Por ser uma área de interesse pessoal, por compreender que há uma relação entre a biblioteca e a educação pouco explorada, por compreender a relevância da profissão(bibliotecária) para a gestão da informação e esses fatores serem para mim, de grande importância (Participante BE6).

Em suma, é possível notar que os bibliotecários infoeducadores demonstram preocupação com a ação educativa para a informação nas bibliotecas e, principalmente, preocupam-se com a contribuição que os bibliotecários podem fornecer aos usuários da informação. Em seguida, questionamos se os bibliotecários se consideram educadores. A resposta foi a mesma: todos se consideram educadores. O Bibliotecário BE3 afirma que todos os profissionais que atuam na educação são educadores:

Sim. Trabalho na educação. No meu ponto de vista, todos que trabalham na educação, são educadores diretos ou indiretos (Participante BE3).

Para o participante BE1, o mais importante na biblioteca é o usuário. Corroboramos com ele: o mais importante nas bibliotecas dos Institutos Federais são os educandos, pois os livros, a biblioteca, a técnica biblioteconômica e os sistemas são os meios para atingir os usuários, e não são o objetivo final do trabalho do bibliotecário:

Sim, acredito que todo bibliotecário é um educador. Nossas atividades são direcionadas principalmente para os usuários que são estudantes da instituição, e usuários em potencial. O mais importante na biblioteca é o seu público-alvo, seja ela pública, privada..., etc. Fazemos parte da instituição e estamos engajados nesse processo, somos educadores (Participante BE1).

O participante BE2 afirma que, mesmo sem uma disciplina específica, o bibliotecário auxilia na formação dos alunos, sendo complementado com a fala de BE4:

Sim, acredito que o bibliotecário tem um papel educativo na formação das pessoas para quem atua. Não é como se fosse um professor, que tivesse uma matéria específica a ser ensinada em uma carga horária, mas como um educador que intervém no processo de formação e autoformação dos sujeitos em um período específico e ao longo de suas vidas (Participante BE2).

Sim. Somos formadores de opinião e podemos colaborar com a formação educativa (Participante BE4).

Para o bibliotecário BE5, o bibliotecário educador ajuda na transformação social:

Sim. Sou um bibliotecário educador, realizamos trabalhos significativos que possibilitam a transformação social de pessoas. Presenciamos isso constantemente em nosso fazer, alunos que evoluem com o nosso auxílio a realização de pesquisa, busca de informação e outras atividades (Participante BE5).

O participante BE6 se considera um educador, porém chama atenção para os objetivos das atividades educativas propostas nas bibliotecas:

Sim. Ações, atividades e/ou projetos desenvolvidos a partir da biblioteca podem ser práticas educativas, desde que seus objetivos estejam claros e construídos para essa finalidade (Participante BE6).

O participante BE7 exemplifica o resultado da ação educativa realizada por um bibliotecário educador, que deu origem a diversos materiais, como livros, *sites* e festivais culturais:

Sim, tudo que faço penso também pedagógica, por este motivo, em 2019 quando resolvi lançar o meu primeiro livro: do mar do Caribe à beira do Madeira: Historiografia, Cultura e Imigração (2019) fiz um projeto de festival - artes integradas - com o título homônimo ao do livro - Projeto Do mar do Caribe à beira do Madeira que é justamente trazer para cena cultura na modalidade de artes integradas: música, performance teatral, poesia, cordel, culinária a produção de artes tomando como referência a pesquisa de mais de 18 anos que motivou a escrita do livro: do mar do Caribe à beira do Madeira: Historiografia, Cultura e Imigração (2019) e Do mar do Caribe à beira do Madeira II: A diáspora afro-antilhana para o Brasil (2022) à qual este último produto literário teve incentivo da Lei Aldir Blanc, pois, me inscrevi no edital Marechal Rondon - Publicação de Livros Inéditos e o meu projeto de livro inédito foi contemplado. Assim, como me inscrevi na Lei Aldir Blanc - edital Pacaás Novos e fui contemplada com recurso de financiamento para realização do II Festival do Mar do Caribe à beira do Madeira²⁴ (Participante BE7).

É evidente que os bibliotecários infoeducadores dos IFs são profissionais que estudam e compreendem a relevância educativa da biblioteca multinível para a educação profissional. Apesar das dificuldades encontradas, eles enfrentam os desafios e realizam atividades educativas. Acreditamos que esses profissionais devem ser valorizados e respeitados na instituição.

Na continuação da pesquisa, inquirimos aos participantes o motivo de realizarem atividades educativas na biblioteca dos Institutos Federais. Uma observação importante foi realizada pelo participante B3. Ele deixa claro que todos os bibliotecários, sejam eles bibliotecários de processos técnicos, educadores e outros, podem realizar projetos educativos nas bibliotecas:

Acredito em dias melhores. Os alunos do Ensino Médio técnico dos IFs precisam de atividades educativas, culturais e científicas. E todas essas atividades podem e devem ser também executadas por bibliotecários (os educadores, os de Referência, os de processamento técnico) e claro que os demais servidores da Biblioteca devem fazer parte das atividades (Participante BE3).

O participante BE4 afirma que atividades educativas nas bibliotecas geram apoio institucional:

²⁴ Ver: <https://www.dracledeniceblackman.com.br/festivaldomardocaribe>;
<https://www.youtube.com/@cleideblackman3477>;
<https://www.youtube.com/watch?v=OrWxwCOwoLA&t=167s>.

Para gerar apoio institucional e fomentar o protagonismo da biblioteca, para além das atividades convencionais (Participante BE4).

Percebemos que os bibliotecários entendem que a realização de atividades educativas na biblioteca auxilia no desenvolvimento dos estudantes, ao se tornarem críticos no uso da informação, pois a biblioteca é uma ponte de conhecimento:

Para o aprimoramento e desenvolvimento do ensino e daqueles que precisam de conhecimento. Pois a biblioteca necessita ser reconhecida como a ponte que leva a informação/conhecimento para todos os que buscam (Participante BE1).

Porque acredito que a biblioteca deve atuar na inclusão da crítica às questões informacionais que permeiam a vida do estudante. Essa crítica pode ser reflexiva, mas também pode incluir atividades práticas, tornando os sujeitos protagonistas de seu próprio aprendizado (Participante BE2).

Porque acredito que o processo de desenvolvimento do aluno está inserido em vários contextos de ensino e aprendizagem, as atividades educativas na biblioteca é um fator de contribuição para isso (Participante BE5).

Por acreditar que as bibliotecas dos IFs são um espaço privilegiado para essas práticas. Em um país que possui grande carência de espaços de informação, de bibliotecas, museus, centros de documentação, os IFs podem, pelos seus objetivos, por meio de ações planejadas, desenvolver atividades educativas que vão além das ações informativas ou de educação de usuários (Participante BE6).

Na décima terceira inquirição de nosso formulário, questionamos aos bibliotecários quais são os desafios enfrentados na realização de práticas educativas, voltadas para o uso da informação, nos Institutos Federais. O participante BE6 fez uma listagem de desafios que os bibliotecários infoeducadores enfrentam para realizar projetos. O primeiro se trata da formação dos bibliotecários, a inexistência de diálogos entre os setores institucionais, em que não existem regulamentos sobre a função educativa da biblioteca, bem como a sobrecarga de trabalho, a tipologia das bibliotecas e a carência de diálogo entre biblioteca e educação:

- Ausência de uma formação inicial dos profissionais, que pouco discutem esse tema ou a sua possibilidade durante e a graduação.

- Inexistência de diálogo entre os diferentes setores do IFs (Ensino, Pesquisa e Extensão) com as atividades e ações desenvolvidas na biblioteca;

- Não há documentos legais, regulamentos etc., que ampare essas práticas nas bibliotecas. Exemplo: Resolução 21/CONSUP/2015 trata as ações da biblioteca como apoio, suporte e depósito legal da informação produzida no IFRO, todavia, não indica práticas educativas, como caminho possível por meio das bibliotecas;

- Um hiato no que diz respeito a tipologia das bibliotecas dos IFs, pois não se enquadra integralmente na tipologia: biblioteca escolar, especializada, universitária. Que tipologia utilizar? Que estratégias buscar? Em que práticas ou estudos já realizados, podem ser utilizados como modelos/práticas exitosas?

- *Sobrecarga de trabalho dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca, que possuem uma demanda alta de ações, especialmente no atendimento ao público, impossibilitando um maior, ou melhor, planejamento das ações que possam ser desenvolvidas na biblioteca.*

- *Por fim, Educação e Biblioteca são áreas convergentes, mas que possuem uma carência de diálogo entre si (Participante BE6).*

Os participantes afirmam que um dos desafios a serem enfrentados, para a realização de atividades educativas nas bibliotecas dos Institutos Federais, trata-se dos recursos repassados para a realização desse tipo de atividade, além da falta de apoio institucional e da falta de servidores:

Creio que a maioria está ligado aos recursos repassados para esse fim. Às vezes escassos. Também necessitamos que a biblioteca disponha de mais ferramentas para ser usada como plataforma online (Participante BE1).

Nosso maior desafio é o apoio institucional, principalmente de professores e do corpo gestor. Além também do baixo acesso a editais e financiamentos (Participante BE4).

Demandas excessivas que acabam sendo priorizadas ao invés de termos um tempo para planejamento de projetos de práticas educativas, bem como mais capacitações na temática (Participante BE5).

Acredito que seja a falta de apoio e de incentivo para realizar atividades de cunho literário cultural no aspecto stricto sensu, que seja apenas tecnicamente, mas, que abrace a cultura informacional de forma abrangente e com isso, estamos em processo de mudança de mentalidade de um(a) profissional bibliotecário(a) que tenha habilidades de elaborações de projetos socioculturais literários além do trabalho tecnicista de classificar e catalogar. E essa mudança de mentalidade do papel da biblioteca também perpassa a mudança mental nos profissionais da área..., mas estamos em travessia/caminhada neste processo (Participante BE7).

Quantidade de pessoas que trabalham na biblioteca. Atualmente 90% das equipes das bibliotecas do IFRO têm uma equipe de 2 ou 3 pessoas para funcionamento da biblioteca nos três turnos. Uma vez, que somos um IF com alunos do Ensino Médio técnico, graduação e pós-graduação (Participante BE3).

O participante BE2 afirma que um dos desafios, para a realização de atividades educativas, está relacionado aos preconceitos da sociedade sobre as bibliotecas:

Normalmente, a sociedade entende a biblioteca como um local parado e de silêncio. O bibliotecário é, dessa forma, apenas um organizador de livros e guardião do comportamento correto. Não se entende como ele compreende as questões informacionais que permeiam a sociedade e como eles podem ajudar na formação dos estudantes rumo a essa compreensão (Participante BE2).

A última questão realizada foi a décima quarta inquirição na qual visamos a compreender a importância e a real contribuição das práticas educativas efetuadas nas bibliotecas dos Institutos Federais para o fortalecimento da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT). O participante BE7 entende que as bibliotecas dos Institutos são essenciais para o combate do analfabetismo funcional:

É de suma importância as práticas educativas como forma de utilizarmos o ambiente da biblioteca também como uma sala de aula, pedagógica em parceria com os setores pedagógicos da instituição. É importante salientar que no Brasil temos um índice de analfabetismo funcional bem alto atingindo 19% da população brasileira sendo o espaço de biblioteca um fator decisivo para minimizar estes efeitos negativos sociais (Participante BE7).

Para o bibliotecário BE1, a biblioteca deve atender, com respeito, às demandas informacionais dos educandos:

Nos eventos, quando visamos mostrar ao público-alvo quais são os serviços oferecidos pela biblioteca, o que a biblioteca dispõe para ajudá-los em suas buscas. No dia a dia, quando fazemos parte das suas pesquisas, catalogando para que os livros e demais documentos cheguem precisamente em seus estudos e pesquisas. No atendimento, procurando com clareza não deixar os usuários saírem da biblioteca insatisfeitos. Atingindo o alvo em cada curso oferecido pela instituição principalmente nos conteúdos programáticos para serem absorvidos pela biblioteca e os usuários em suas buscas e pesquisas. A biblioteca necessita atender aos usuários para haver feedback (Participante BE1).

O participante BE2 entende que a educação para a informação é essencial aos estudantes da educação profissional. Para o bibliotecário BE4, a biblioteca é um apoio técnico importante ao ensino:

A educação informacional no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica permite aos estudantes compreenderem a dimensão informacional das dinâmicas sócio-produtivas, assim como os auxilia na apropriação das práticas informacionais das profissões em que estão sendo habilitadas (Participante BE2).

É relevante para atenuar a prática educativa na biblioteca. Somos um apoio técnico importante para o fomento do ensino (Participante BE4).

Ler é importantíssimo! As práticas educativas são fontes de inspiração para o aluno ter: disciplina, espontaneidade, aprendizado, senso crítico e reflexivo (Participante BE3).

Para o bibliotecário educador BE5, as práticas educativas na biblioteca agregam valor ao ensino profissional:

As práticas educativas na biblioteca é de extrema importância, considerando que além de fornecer informação de qualidade como subsidio para pesquisadores que usufruem do conteúdo ofertado, aprimorando e sistematizando o conhecimento, as práticas por projetos de ensino pesquisa ou extensão na biblioteca, contribui para agregar valor ao ensino praticado em sala de aula, funcionando como mais um recurso externo da sala, ampliando as diversas possibilidades de ensinar, as práticas da biblioteca soma, integra várias disciplinas e conteúdos, assim fortalecendo o processo da aprendizagem (Participante BE5).

O participante BE6 chama atenção para a real relevância da biblioteca com a realização de atividades educativas:

Nas ações já desenvolvidas visamos trabalhar aspectos ligados à biblioteca e seus usuários, ou seja, a “real relevância”, pode ser interpretada como algo muito subjetivo ao estar relacionada a uma comunidade específica. Em linhas gerais as ações visavam uma participação mais efetiva dos usuários na utilização dos serviços existentes (biblioteca não é um lugar somente para fugir da sala de aula ou acessar redes sociais), contribuir para práticas de leituras tanto para estudantes, quanto docentes (por meio de projetos de leitura), a apropriação do espaço da biblioteca (por meio de escolha de nome da biblioteca, consulta à comunidade, etc.) e a realização de atividades culturais (sarau literário, sessão de cinema, parceria com docentes e grupos de pesquisa, etc.) (Participante BE6).

Percebemos que o perfil do bibliotecário educador dos Institutos Federais é formado por profissionais que, em sua maioria, são estudantes e pesquisadores, quase todos prosseguiram com suas capacitações, desde o mestrado até o doutorado. Estes entendem a importância social, cultural e, principalmente, educacional da informação e da biblioteca para os estudantes. Porém, enfrentam desafios de diferentes ordens, por exemplo, a falta de recursos, a falta de formação, a falta de apoio dos próprios colegas da biblioteca, que não percebem como as bibliotecas multiníveis constituem um novo paradigma em relação aos outros modelos convencionais de biblioteca. Uma questão importante que não foi mencionada pelos bibliotecários é justamente a relação das práticas educativas com os princípios da Educação Profissional. Ficamos com a sensação de que a biblioteca não conversa com o modelo de ensino, do qual faz parte. Sobre essa problemática, Nascimento e Cavalcanti (2021, p. 37) questionam:

Ao refletirmos sobre nossa prática pedagógica, especificamente nos bibliotecários que atuamos na RFEPCT, percebemos o quanto ainda estamos imersos em nossas técnicas, importantes para nosso fazer diário e necessárias para as atividades fins das bibliotecas. Contudo, para além disso, faz necessário ponderar acerca do nosso fazer profissional educativo, sendo ele essencial para repensarmos sobre nosso papel enquanto educador que colabora para a formação do sujeito. Neste contexto, os bibliotecários, precisam se fazer alguns questionamentos, tais como: nosso fazer esta, relacionado aos princípios da Rede Federal? Estamos atentos para o campo da Educação Profissional com suas problemáticas, desafios e perspectivas?

A resposta ao questionamento de Nascimento e Cavalcanti (2021) seria que muitos bibliotecários realizam, sim, a função educacional, porém muitos dos projetos não se atentaram às problemáticas, aos desafios e às perspectivas da Educação Profissional, portanto há uma necessidade de discutir a função educativa das bibliotecas dos Institutos, como espaços formativos, sociais e culturais. Corroboramos com Nascimento e Cavalcanti (2021) que o bibliotecário, como profissional da educação, precisa se atentar às concepções

pedagógicas para quais vincula seus projetos educacionais. Deve compreender para qual projeto de sociedade trabalha. Ponderar sobre essa circunstância permite entender que, para a atuação do educador, isso requer conhecimentos científicos e pedagógicos; requer, mais especificamente, o posicionamento de uma atuação comprometida com a formação integral e emancipadora do educador dos Institutos Federais.

9.2 O “rebuliço” da ação educativa dos bibliotecários nos Institutos Federais

Na realização das entrevistas com os bibliotecários, uma palavra nos chamou atenção; foi a expressão “rebuliço”, em que um participante afirmou que a realização de atividades educativas nas bibliotecas causava um verdadeiro rebuliço na instituição. Conforme o dicionário de sinônimos²⁵, rebuliço se relaciona à agitação, alvoroço, atrapalhão, azáfama, desordem e motim. Todas essas expressões vão contra a ideia de biblioteca *Templum*, que seria um lugar do silêncio, isto é, remanso, quietude, paz, quietação, calma, repouso, serenidade, sossego, tranquilidade. Essa visão de biblioteca é apresentada, atualmente, como o único modelo vigente de instituição pela sociedade. Portanto, percebemos que realizar projetos educativos nas bibliotecas causa um verdadeiro rebuliço; logo, a ideia de bibliotecas como *Templum* ficou para trás, ainda mais as bibliotecas dos Institutos Federais, que lidam, principalmente, com adolescentes e jovens pesquisadores, que estão envolvidos em atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Na realização das entrevistas, percebemos que os profissionais entendem e defendem a sua função educativa, porém o que nos chamou a atenção foi como os profissionais relataram desânimo, desconhecimento do modelo de biblioteca dos Institutos, desconhecimento dos princípios e objetivos da Educação Profissional, sobrecarga de trabalho e falta de apoio para a realização dos projetos. O participante BE1 afirmou que um dos maiores desafios enfrentados para realizar as atividades educativas nas bibliotecas se relaciona com os níveis de cursos ofertados na instituição:

Um dos maiores desafios está relacionado a quantidade de níveis de estudos presentes nesses institutos: cursos superiores, tecnológicos, médio, técnico, técnico integrado etc., sendo assim, o trabalho educativo dos bibliotecários torna-se mais difícil. Falta de plataformas para oferecer serviços de forma online. A biblioteca necessita de mais recursos financeiros, de ferramentas para o atendimento online; dentre outros (PARTICIPANTE BE1).

²⁵ Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/rebulico/>.

Para a realização da função educativa da biblioteca, o participante BE1 destaca que:

Os bibliotecários precisam conhecer os usuários da biblioteca para poder traçar as metas educativas no atendimento a essa clientela tão diversificada. Os bibliotecários necessitam também conhecer os conteúdos programáticos presentes nas disciplinas para atualizar o acervo de livros

Os bibliotecários devem estar engajados com todo processo de organização da lista dos conteúdos programáticos das disciplinas juntamente com os professores para que o atendimento a clientela seja de qualidade e preciso com serviços oferecidos também mediante plataformas/suportes online. Procurar mostrar o trabalho da biblioteca nos eventos ocorridos nos institutos nas datas comemorativas, ou em eventos científicos a fim de atrair a clientela para usar os serviços oferecidos.

Os bibliotecários devem pesquisar com a sua clientela de forma avaliativa, investigativa para descobrir o que os usuários necessitam, realmente.

Adquirir mais suportes, computadores e ferramentas para fortalecer seus serviços.

A biblioteca deve mostrar a comunidade acadêmica a qual faz parte que ela existe, está viva e pronta para ser usada (PARTICIPANTE BE1).

Em entrevista realizada com o bibliotecário BE2, este revelou que sofre perseguição por parte de colegas bibliotecários e auxiliares, que sustentam que a biblioteca não deve realizar atividades educativas, uma vez que a função de educar é atribuída ao professor, e a realização de atividades educativas nas bibliotecas é considerada uma atividade que “atrapalha” e “faz barulho”. O bibliotecário BE2 relatou que a participação dos alunos na biblioteca “incomoda”. Esse relato é preocupante, porque a função educativa dos bibliotecários auxilia na formação dos alunos dos Institutos Federais. O profissional informou que está “cansado” e pondera desistir da criação de novos projetos educativos, pois não recebe apoio dos colegas da biblioteca. O seu apoio vem dos alunos e dos professores, que o incentivam a prosseguir com os projetos. Outros profissionais relatam que desejam realizar atividades educativas, no entanto, infelizmente, as bibliotecas não dispõem de profissionais suficientes para atender a essa demanda.

No estudo, percebemos que não são todos os bibliotecários dos IFs que realizam atividades educativas e culturais. Alguns pensam que projetos educativos não são serviços de biblioteca, que apenas a técnica biblioteconômica e a gestão da biblioteca são serviços da unidade de informação. Em suma, os dados apresentados neste estudo corroboram com a nossa tese inicial de que os bibliotecários dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia desenvolvem um movimento de práticas educativas para o uso da informação e têm o desafio de melhorar a aprendizagem dos saberes informacionais dos educandos para o uso crítico e competente da informação.

Os profissionais precisam ter conhecimentos sobre educação, educação profissional, metodologia científica, infoeducação, práticas pedagógicas, planejamento estratégico e outros. Observamos que os profissionais que desejam atuar como educadores precisam de conhecimentos e capacitações. Todavia, é notório que as bibliotecas multiníveis e os bibliotecários enfrentam desafios relacionados à estrutura organizacional e financeira das bibliotecas. Consideramos que as bibliotecas multiníveis devem ser definidas como uma política pública de educação e informação dos Institutos. Uma política que deve ser discutida com cautela pelo Ministério da Educação (MEC), pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e pelas reitorias dos Institutos Federais. Sabemos que ainda precisamos lutar por uma Educação Profissional completa e emancipadora, e as bibliotecas multiníveis e os bibliotecários são parte desse processo.

10 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: IDEIAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL

O Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) tem como objetivo principal contribuir para o aprofundamento de novas perspectivas sobre os currículos, práticas pedagógicas e a formação docente para a Educação Básica. A realização desta pesquisa está relacionada às práticas pedagógicas empregadas pelos bibliotecários das bibliotecas multiníveis dos IFs. Nosso objetivo principal foi compreender como os bibliotecários e as bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa. Primeiramente, analisamos e identificamos as contribuições educativas voltadas para o fortalecimento dos conhecimentos informacionais, idealizadas por bibliotecários e oferecidas pelas bibliotecas dos Institutos Federais. Em seguida, analisamos os desafios, a relevância e o sentido das práticas educativas e a sua contribuição para o fortalecimento da Educação Profissional.

Por meio da pesquisa aplicada, identificamos o significado, a relevância, a visibilidade e o papel educativo dos bibliotecários que desenvolvem atividades educativas nas bibliotecas multiníveis. Observamos que os bibliotecários enfrentam obstáculos e incertezas em relação à sua atuação educativa na biblioteca, tais como o reconhecimento profissional, a melhoria da infraestrutura de trabalho, a tipologia das bibliotecas dos institutos, a ausência de experiências ou estudos já realizados, que possam ser utilizados como modelos para práticas educativas efetivas. Com base nos dados coletados, sugestões e observações dos participantes da pesquisa, conseguimos criar dois produtos educacionais: o primeiro se refere ao “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais”, e o segundo se refere ao “Caderno digital de orientações das atividades pedagógicas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais”, no *Instagram*²⁶.

O primeiro produto educacional “Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas Bibliotecas dos Institutos Federais” tem por objetivo apresentar conceitos sobre infoeducação e biblioteca multinível e visa a incentivar práticas educativas para a formação de saberes informacionais nas Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

²⁶ Página intitulada *biblio.multinível*, disponível em: <https://www.instagram.com/biblio.multinivel/>.

No primeiro produto educacional, são trazidas 59 experiências pedagógicas bem-sucedidas, realizadas nas bibliotecas dos IFs entre 2008 e 2021, e acreditamos que elas possam ser usadas como base para a criação de projetos educativos em bibliotecas multiníveis, universitárias, escolares e públicas do Brasil. Na Ilustração 9, apresentamos a capa do primeiro produto educacional.

Ilustração 9 – Capa do produto educacional: caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas nas bibliotecas dos Institutos Federais



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Esse produto foi elaborado após a realização da pesquisa bibliográfica e documental e a partir das observações e sugestões dos participantes da pesquisa. Tendo em vista que os bibliotecários relataram que a tipologia das bibliotecas dos Institutos Federais também é um problema, criamos, no produto, o primeiro capítulo que aborda a formação das Bibliotecas Multiníveis dos Institutos Federais.

No segundo capítulo, destacamos a infoeducação e seus principais conceitos que orientam a função educacional do bibliotecário infoeducador. Na quarta seção, apresentamos

as práticas infoeducativas bem-sucedidas, realizadas nas bibliotecas multiníveis dos Institutos entre os anos de 2008 e 2021. As categorias são expostas a seguir.

- O bibliotecário e as atividades infoeducativas nos Institutos Federais
- Práticas infoeducativas de incentivo à leitura
- Práticas infoeducativas para a competência em informação
- Práticas infoeducativas para a valorização da cultura negra
- Práticas infoeducativas para a valorização dos povos indígenas
- Práticas infoeducativas para a inclusão social
- Práticas infoeducativas culturais e de educação patrimonial
- Práticas infoeducativas para a educação emocional
- Práticas infoeducativas para a educação ambiental
- Práticas infoeducativas para a competência em pesquisa científica

Ao ter em vista que foram muitas as sugestões e observações dos bibliotecários sobre a falta de diálogo com outros profissionais, a respeito da função educativa das bibliotecas, a falta de um evento ou página que apresente essas atividades, criamos o nosso segundo produto educacional intitulado “Caderno digital de orientações das atividades pedagógicas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais”, sendo a construção de uma página, na plataforma *Instagram*, em que disponibilizamos informações referentes às bibliotecas multiníveis e às atividades educativas realizadas por estas, bem como os dados encontrados por esta pesquisa de tese. A estruturação da página foi denominada “biblio.multinível”, saberes necessários para o norteamento de atividades pedagógicas nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais. O público-alvo são professores, bibliotecários(as) e auxiliares de bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O objetivo foi criar um espaço para discutir a importância das bibliotecas, das atividades educativas e compartilhar experiências com outros profissionais que trabalham com informação e cultura nos Institutos Federais.

Com os objetivos específicos, visamos a apresentar sucintamente as concepções da Educação Profissional; mostrar as práticas educativas e culturais realizadas nas bibliotecas multiníveis; destacar o conceito de Bibliotecas Multiníveis; e apresentar o observatório da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a sua relevância para os bibliotecários que buscam se capacitar e criar produtos educacionais. Desejamos que o material disponibilizado no *Instagram* seja benéfico e auxilie os bibliotecários no norteamento de atividades pedagógicas nas bibliotecas multiníveis.

Ilustração 10 – Capa do produto educacional no *Instagram*



Fonte: *Instagram* (2023).

Na página do *Instagram*, as publicações foram alocadas por área de interesse, e isso ocorre em virtude da complexidade da demanda e das sugestões dos bibliotecários. Também mostramos como as bibliotecas vêm realizando atividades educativas e culturais desde 2008. A elaboração dos dois produtos educacionais foi muito produtiva e instigante, haja vista que eles foram produzidos a partir das observações dos participantes do estudo e poderão ser sempre atualizados, já que abrem espaços para novos diálogos e aprendizagens sobre as bibliotecas multiníveis e o fazer educacional dos bibliotecários nos Institutos Federais.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos IFs contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa, não imaginávamos que iríamos encontrar tantos trabalhos e tantos profissionais interessados em ver as bibliotecas como espaços dialógicos de informação e cultura. Também não imaginávamos como é complexo o movimento de luta dos trabalhadores por uma Educação Profissional emancipadora, que valorize o ser humano em sua totalidade, e não apenas na sua função braçal.

A nossa tese inicial para este estudo era demonstrar que os bibliotecários dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia desenvolvem um movimento de práticas educativas para o uso da informação, visando a melhorar a aprendizagem dos saberes informacionais dos educandos para o uso crítico e competente da informação. Mas é preciso ter formação e apoio para esses profissionais e para as bibliotecas Multiníveis. A Competência em Informação (CoInfo)/*Information Literacy* não é suficiente para fornecer suporte, sendo necessário que o bibliotecário possua conhecimentos sobre educação, educação profissional, metodologia científica, infoeducação, práticas pedagógicas, planejamento estratégico e outros.

A tese inicial de que existe um movimento de práticas educativas para o uso da informação foi confirmada pelos dados da pesquisa, porém os bibliotecários vão além: eles se inserem na comunidade estudantil e realizam projetos que, em sua maioria, são voltados para atender às demandas, principalmente dos alunos e professores. Mas essas atividades, infelizmente, ainda não conversam com os princípios da Educação Profissional, principalmente a pesquisa como princípio educativo.

Sobre a formação dos profissionais bibliotecários, estes enfrentam não somente o desafio de uma formação para a sua função educativa, mas também enfrentam o desafio de realizar atividades educativas em um novo paradigma de biblioteca que surgiu com a criação dos IFs e a falta de estruturação financeira e educacional das bibliotecas.

Concernente à função educativa dos bibliotecários, percebemos que ela vem sendo defendida nos discursos, contudo, na prática, ainda falta muito a ser feito, especialmente em relação à formação do bibliotecário educador. No Brasil, existe o movimento do *Information Literacy* e educação para o uso da informação, porém, devido ao abismo social e cultural no qual a sociedade brasileira foi alicerçada a focar em uma educação que visualiza somente a competência/habilidade para o uso da informação, empobrece-se, ainda mais, a formação do trabalhador brasileiro. Entendemos ser necessário o diálogo/compromisso do bibliotecário e

da biblioteca multinível com uma educação para informação, isto é, uma infoeducação nos IFs e em toda EPT. Precisamos de profissionais bibliotecários, que compreendam que somente a gestão e a técnica biblioteconômica não são a finalidade da biblioteca; pelo contrário: é o meio. O objetivo, isto é, o fim da biblioteca, são os usuários, os protagonistas culturais que utilizam a biblioteca como meio de acesso às informações e aos saberes informacionais, visando a navegar no mar sógnico em que vivemos.

É substancial ter em mente que a Educação Profissional, sobretudo após a criação da Rede Federal, está fundamentada em princípios que consideram a formação do trabalhador e o trabalho essenciais para a existência da espécie humana, uma vez que, a partir do trabalho, o ser humano se desenvolveu e continua se desenvolvendo.

No Brasil, nos primórdios da Educação Profissional, o objetivo era formar profissionais para atender à corte portuguesa, que veio às terras brasileiras evadida do imperialismo francês de Napoleão Bonaparte. No início do século XX, a Educação Profissional foi estruturada para retirar das ruas os órfãos e marginalizados, e essa concepção de educação era assistencialista. A partir da década de 1930, a Educação Profissional é utilizada na formação de mão de obra para atender à crescente indústria e às profissões criadas pelo crescimento das cidades.

No Governo Militar (1964-1985), a dualidade educação profissional para trabalhadores e educação universitária para as classes pensantes e dominantes fica completamente evidenciada. Essa realidade começa a mudar no início do século XXI, com a reestruturação da Educação Profissional, que se tornou uma política pública que aproximou o Ensino Superior do Ensino Tecnológico e se inseriu em todas as regiões do Brasil.

A biblioteca multinível surgiu no movimento de reestruturação do Ensino Profissional e da criação dos Institutos Federais, visando a atender às necessidades informacionais e culturais de uma instituição composta por diferentes níveis de alunos em formação.

Como resultado do estudo, percebemos, em primeiro lugar, que os bibliotecários enfrentam três desafios para a execução de atividades educativas e pedagógicas. O primeiro está relacionado à tipologia e à nomenclatura das bibliotecas, uma vez que a nomenclatura Biblioteca Multinível tem sido a mais usada pelos pesquisadores. Dessa forma, concordamos que deve ser adotada pelos Institutos Federais.

Outro desafio encontrado se trata da estruturação administrativa e financeira da biblioteca multinível. Nas pesquisas realizadas, não localizamos nenhum Instituto que trate as suas bibliotecas como espaços infoeducacionais, com prioridade de investimento e

contratação de profissionais. As bibliotecas continuam a ser tratadas como anexos, espaços, locais onde os livros estão lá organizados para receber o MEC. Percebemos isso como um preconceito sobre as bibliotecas, os gestores não as percebem como o setor fundamental para a formação infoeducacional e cultural dos alunos e pesquisadores. No entanto, verificamos que os bibliotecários entendem a relevância das atividades educativas e culturais para a valorização das bibliotecas. Entendem, ademais, que seu papel mudou e que, no século XXI, passam a ter um papel de educador e mediador cultural.

Enfim, com os dados coletados, produzimos dois produtos educacionais que evidenciam as boas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas bibliotecas dos Institutos Federais. Esperamos que os produtos educativos possam proporcionar maior planejamento, visibilidade e valorização da contribuição educacional, das bibliotecas multiníveis e dos bibliotecários, para uma Educação Profissional mais emancipadora, justa e cidadã no Brasil. Destacamos que os estudos desta tese constituem apenas o começo e que deverão ser ampliados por pesquisadores que acreditam em uma educação emancipadora a partir das bibliotecas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6023**. Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de. **A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Projeto educativo para competências em informação: bases teóricas para a pesquisa-ação em uma biblioteca multinível. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 23, n. 51, p. 123-137, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39117>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Aplicação teórica do regime de informação em biblioteca multinível. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/122671>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. A Biblioteca Multinível no IFPB *Campus* Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 520-537, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34731>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. A biblioteca como organização aprendente na perspectiva das competências em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102245>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Responsabilidade social e competências em informação na biblioteca multinível. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 9-28, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119204>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Teoria da contingência no contexto capacitante da biblioteca multinível. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 160-178, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/138123>. Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Milene Rosa de. Instituto Federal de São Paulo: relato de experiência acerca da biblioteca do *campus* Catanduva. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 109-112, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10198>. Acesso em: 30 out. 2023.

ALVES, Cristina Rodrigues; CASTRO, Luciana de Souza; ROSA, Samantha Andrade da. Biblioteca como um espaço dinâmico e criativo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3248>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ALVES, Tatiane Lemos. Práticas letradas no ambiente das bibliotecas: um estudo no IF Sertão Pernambucano. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: https://cbbionline.files.wordpress.com/2018/08/prc3a1ticas_letradas_no_ambiente_das_bibliotecas_.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

ANTUNES, Cleuza Diogo Antunes; COSTA, Maria Cristiana de Freitas; SOUZA, Danielle Capelasso Soares de. Projeto leitura viajante: levando leitura à zona rural de Cacoal/RO. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: <https://cbbionline.org/eventos/sbbi/anais-do-sbbi/viii-sbbi-2015/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ANTUNES, Cleuza Diogo; CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas. Biblioteca escolar e formação de leitor: estudo dos hábitos de leitura dos alunos do Curso de Agroecologia do IFRO/*Campus* Cacoal. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49910833-Biblioteca-escolar-e-formacao-de-leitor-estudo-dos-habitos-de-leitura-dos-alunos-do-curso-de-agroecologia-do-ifro-campus-cacoal.html>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ARAKAKI, Felipe Augusto *et al.* Ambiente de integração da leitura ao lazer: o caso da biblioteca do IFSP - Presidente Epitácio. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza, **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2542>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BANDEIRA, Lígia Almeida do Nascimento. **Cooperação em bibliotecas acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BARROS, Diego Bil Silva. **Mediação da informação em redes sociais: um estudo sobre a interação dos usuários da Biblioteca Central UFPA no Facebook**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10711>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. **A competência em informação no Brasil**: cenários e espectros. São Paulo: Abecin, 2018.

BEZERRA, Midnai Gomes; SERAFIM, Lucas Almeida. Competências em informação em biblioteca multinível de região interiorana do estado da Paraíba, PB, Brasil. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRAPCI. Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). **Brapci**, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Quem somos. **CAPES**, c2023. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez134.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico**: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá Outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12244.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Concepção e diretrizes. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRENTAN JUNIOR, Elisio Custodio. Atuação informacional bibliotecária durante a pandemia da covid-19: o caso da biblioteca faculdade Senac Maringá (Senac paraná). **Senac.DOC** – Revista de Informação e Conhecimento, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. esp., p. 5-22, 2021a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165277>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRENTAN JUNIOR, Elisio Custodio. Educação em informação em bibliotecas multiníveis: oportunidades e desafios a partir da ótica da experimentação tecnológica. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 2, p. 159-179, 2021b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168995>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BUENO, Daniela Gomes Martins. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: uma política a ser cravada na história. Curitiba: Appris, 2015.

BURIN, Camila Koerich; LIMA, Marcia Medeiros de. Arte e cultura na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus Lages*: uma experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2119>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento Informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de Ensino Básico. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAMPELLO, Bernadette. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 28-37, dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário; ARAÚJO, Islânia Fernandes; MORAIS, Sara Maria Peres de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: CBBB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1464>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CANDAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores — Da exaltação à negação: a busca de relevância. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 13-24.

CARDOSO, Ana Carolina *et al.* Biblioteca no pátio: ação cultural em biblioteca escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO e CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1658>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CARDOSO, Maria do Amparo; CASSIANO, Elisete Lopes. Projeto clube da leitura. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: <https://cbbionline.org/eventos/sbbi/anais-do-sbbi/viii-sbbi-2015/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CASSIANO, Elisete Lopes; TEIXEIRA, Patricia; PEREIRA, Ricardo Alexandre. A organização da biblioteca da associação dos remanescentes dos quilombolas Ilha de São Vicente/TO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, BA: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27708>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CATIVO, Edinara Sobrinho da Silva; SOUZA, Amélia Jandrea de. Clube do livro: relato de experiência na biblioteca do Instituto Federal do Amazonas — *Campus Maués*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, BA: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5475>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas. **Ações Educativas na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia – Cacoal**: reflexões e perspectivas. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019. Disponível em: https://mepe.unir.br/uploads/91341742/arquivos/DISSERTA__O__FERNANDA_CAVCANTE_1876714011.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAVALCANTI, Cláudia Osvaldina dos Passos; GARCIA, Renata Ivone. Encontro com o autor: ação realizada pela biblioteca do IFSC Araranguá. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 16., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2015b. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1206>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAVALCANTI, Cláudia Osvaldina dos Passos; GARCIA, Renata Ivone. Leitura no banheiro: por que não? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 16., 2015, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: [s. n.], 2015a. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/19/1198/Trab14400179520150323_000000.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

CBBI. Apresentação. **Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2018. Disponível em: <https://cbbionline.org/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CBBI. **Regimento interno**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://cbbionline.files.wordpress.com/2018/08/regimento-cbbi-aprovado-no-ix-sbbi-fortaleza.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CONIF. **I Encontro de Representantes de Bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – I ERBI**. Brasília, DF: CONIF, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10252617-I-encontro-de-representantes-de-bibliotecas-das-instituicoes-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-i-erbi.html>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA, Laís Braga *et al.* Rodas de conversa na biblioteca: experiência do Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul-RS. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2553>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

D'ACAMPORA, Daniela Cristina Paulo. Contar, Encantar e Educar: aprendizagem através da hora do conto - Relato de experiência da Biblioteca do IFFar *Campus* Santo Augusto. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1888>. Acesso em: 1 nov. 2023.

D'ACAMPORA, Daniela Cristina Paulo; MORAES, Marileia Gollo. Contribuições reflexivo-propositivas do bibliotecário aos jovens e adultos no processo de retorno à escolarização. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível

em: <https://cbbionline.org/eventos/sbbi/anais-do-sbbi/viii-sbbi-2015/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcvsMnmwLWprjmG/#ModalHowcite>. Acesso em: 1 nov. 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da Educação Profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. Anais [...].* João Pessoa: [s. n.], 2012. p. 1492-1508.

ESTRELA, Hevellin; DINIZ, Johnathan Pereira Alves; PRUDENTE, Luciane Silva de Souza. A Semana do Livro e da Biblioteca do IF Goiano - *Campus* Trindade: ações e êxitos na atuação dinâmica da Biblioteca. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. Anais [...].* Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2975>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FEBAB. Apresentação CBBBD 2019. **Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições**, 2019. Disponível em: <https://www.cbbd2019.com/apresentacao>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FEIJÓ, Suzinara da Rosa; SILVEIRA, Filipe Xerxeneski da. Projeto de incentivo à leitura em biblioteca: as rodas de leitura no IFRS *Campus* Porto Alegre. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. Anais [...].* São Paulo: CBBBD, 2015. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1287>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, set./dez. 1992.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 1961.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; SILVA JUNIOR, Carlos Lima da. O projeto de biblioterapia e humanização “Nem todo herói usa capa, alguns leem livros”: um relato de experiência na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCECON). **Revista ACB – Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162057>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FRANÇA, Franciane Monick Gomes de. “Explorando Museus: Maceió”: uma aproximação entre discentes e patrimônio histórico-cultural. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE*

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2555>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Luiza Silva de Sousa; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Ações informacionais de mediação da Biblioteca do CEFET/RJ - *Campus Valença*: proposta de transferência de informação para produtores rurais na cidade de Valença/RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2756>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/04_frigotto.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 125-149.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília, DF: Faculdade de Ciência da Informação; Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GIACOMONI, Lucia *et al.* Ação cultural em bibliotecas de ensino superior: um enfoque nas exposições culturais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5445>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GONÇALVES, Maria Carolina; CUNHA, Thais Mariano. A biblioteca em suas mãos: o uso do QR Code — Projeto de extensão. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2014, Pouso Alegre. **Anais [...]**. Pouso Alegre: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://cbbionline.files.wordpress.com/2018/08/a-biblioteca-em-suas-mc3a3os.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

IFFAR. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Rio Grande do Sul: [s. n.], 2014.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. [S. l.: s. n.], 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

IFPR. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Curitiba: [s. n.], 2014.

INFOEDUCAÇÃO: uma abordagem além do procedimental. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (83 min 20 s). Publicado pelo canal PPGCIN UFRGS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TDyFl1hZQnk>. Acesso em: 1 nov. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura em bibliotecas escolares**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%CC%A7a%CC%83oprapublicar2019.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

JARABIZA, Criselen; PINHEIRO, Richelli Daiana; SANTOS, Elisabete Scherer dos. Política institucional de apoio à cultura, um projeto articulado entre biblioteca e assistência estudantil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2016. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/31/4530/SNBU2016_148.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

KUENZER, Acácia Z. (org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. México: Vera Cruz, 2007. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Lucrécia Camilo de. Gêneros textuais de leitura: salão de leitura da Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: CBBB, 2015. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1282>. Acesso em: 1 nov. 2023.

LINHA do tempo. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 25-34.

LUZ, Jussiane Ribeiro da; DUMS, Angela Morel Nitschke. SeNaLiBi: Semana Nacional do Livro e da Biblioteca 2018 no IFSC. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2984>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MARQUES, Eliana de Sousa Alencar; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. O Significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 21, n. 35, p. 122-142, 2016.

MEC. Fundamentação Legal e Normativa. **Ministério da Educação**, c2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68721>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MEC. Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Ministério da Educação**, c2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MEC. Observatório da Educação Profissional e Tecnológica. **Ministério da Educação**, c2023. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Educação Profissional. **Educa Brasil**, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/educacao-profissional/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luíz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONSANI, Diego; PEREIRA, Patricia Kellen. Maratona da leitura: um relato de experiência de um programa de extensão aplicado na biblioteca do instituto federal catarinense sombrio. **Revista ACB – Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 532-541, 2018. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1465>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MOREIRA, César dos Santos. **Ação educativa dos bibliotecários**: um repensar da sua práxis profissional nos institutos federais. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MOUTINHO, Sônia Oliveira Matos. **Práticas de leitura@ na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MOUTINHO, Sônia Oliveira Matos; LUSTOSA, Ianna Torres. As bibliotecas dos Institutos Federais frente às novas demandas gerenciais e informacionais causadas pela Lei 11.892/2008. *In: FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DOS INSTITUTOS*

FEDERAIS IF SERTÃO PERNAMBUCANO, 6., 2011, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: FNBIFs, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6566633/AS_BIBLIOTECAS_DOS_INSTITUTOS_FEDERAIS_FRENTE_%C3%80S_NOVAS_DEMANDAS_GERENCIAIS_E_INFORMACIONAIS_CAUSADAS_PELA_LEI_11.892_2008. Acesso em: 1 nov. 2023.

NASCIMENTO, Amanda Tavares Silva Lima; NASCIMENTO, Gutemberg Virgínio do. Uso do lixo escolar em unidade de informação especializada para geração de renda e redução do impacto ambiental - o caso da Biblioteca de Gestão Ambiental do IFPE. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2623>. Acesso em: 1 nov. 2023.

NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do; CAVALCANTI, Vanessa Oliveira de Macêdo. Inter-relações da biblioteca com a pesquisa: relato de experiência das ações desenvolvidas no ifrn. *In: RUBIM, Rossanna dos Santos Santana; RODRIGUES, Maristela Almeida Mercandeli (org.). Práticas bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. p. 33-43.

OLIVEIRA, Greissi Gomes; AMARAL, Roniberto Morato do. Mapeamento de processos em bibliotecas: estudo de caso em uma biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 17., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: UFRGS, 2012. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6050>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, Patrícia Regina de. Farol literário: contando histórias de Goiás a Paraty. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 8., 2015, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: https://cbbionline.files.wordpress.com/2018/08/farol_literc3a1rio.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, Patrícia Regina de; SILVA, Bethânia Oliveira; BOIANOVSKY, Ilana. Projetos culturais em bibliotecas: um relato de experiência do Projeto Farol Cultural: Contando histórias de Goiás a Paraty do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Goiano. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 19., 2016, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: [s. n.], 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4493>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de; AMARAL, Quezia Barbosa de Oliveira. Relato de experiência sobre a oferta de cursos de referências e citações no Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus Vila Velha*. **Revista ACB – Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 131-141, 2020. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1644/pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OZÓRIO, Andreina Alves de Sousa. Produção de conhecimento na biblioteca: Projeto Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus Floriano*. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 17., 2012,

Gramado. **Anais** [...]. Gramado: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5998>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PAIM, Maria Inês Varela. **Mediação de leitura no âmbito das bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

PAIVA, Cintia Luciano de; SANTOS, Cassia Rosania Nogueira dos; PACHECO, Josiane Borges. Projeto Brisa Literária: a experiência da Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa, IFRJ - *Campus Nilópolis*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2791>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PAIVA, Raquel Miranda Vilela. **A biblioteca escolar e os nativos digitais**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Rodrigo Araújo de Sá. **Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 5-31, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes G.; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 46-97.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Novos saberes para a educação do século XXI. In: MENDONÇA, Rosa Helena; MARTINS, Magda Frediani (org.). **Salto para o Futuro: 20 anos**. Rio de Janeiro: Acep, 2013. p. 9-25.

PIMENTA, Jussara Santos. **Leitura, arte e educação: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937)**. Curitiba: CRV, 2011.

PIMENTA, Jussara Santos; CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas; VIANA, Gizele de Melo. Aventuras na biblioteca Clarice Lispector: ação colaborativa no espaço do IFRO – *Campus Cacoal*. **Revista ACB – Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n.

1, p. 238-248, 2019. Disponível em:
<https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1524>. Acesso em: 1 nov. 2023.

QUARTIERO, Elisa Maria; LUNARDI, Geovana Mendonça; BIANCHETTI, Lucídio. Técnica e tecnologia: aspectos conceituais e implicações educacionais. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnologia no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 352-373.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 5. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

RODRIGUES, Kátissa Galgania Feitosa Coutinho; SANTOS, Reginaldo Nascimento Santos. Readaptação dos Professores em Bibliotecas Escolares Públicas no Brasil: uma reflexão psicológica sobre a autoestima. **Id on-line** – Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 11, n. 34, p. 281-204, 2017. Disponível em:
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/689/969>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RUBIM, Rossanna dos Santos Santana; RODRIGUES, Maristela Almeida Mercandeli. **Práticas bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2021.

SALES, Célia Reis. **O professor readaptado e a biblioteca escolar**: memórias, saberes e práticas educativas. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SANCHEZ, Cristiane Sinimbu. Caracterização da pesquisa escolar na Biblioteca do IFAM – *Campus Manaus Zona Leste (CMZL)* na perspectiva do usuário-aluno. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2138>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANCHEZ, Cristiane Sinimbu; SALES, Karina Batista; SOUZA, Oziane Romualdo de. Bibliotecas dos Institutos Federais e livro didático: identificando responsabilidades. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2014, Pouso Alegre. **Anais** [...]. Pouso Alegre: SBBI, 2014.

SANTINI, Luciane Alves. **A biblioteca como espaço-tempo de aprendizagens e de desenvolvimento da competência informacional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

SANTOS, Cassia Rosania Nogueira dos; ROCHA, Debora Vasques; COSTA, Luciene Corrêa de Andrade. Eventos Culturais na Biblioteca Carolina Maria de Jesus/IFRJ- *Campus Duque De Caxias: um relato de experiência*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3270>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTOS, Cintia Almeida da Silva; SANTOS, Marcel Pereira. Promovendo a leitura literária na biblioteca do IFSP campus Araraquara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2116/1226-1239-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTOS, Jeane Gomes dos *et al.* Bibliocine: uma proposta de valorização do cinema nacional e incentivo à leitura no Instituto Federal de Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2977>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTOS, Maria Aparecida Brito. **Regulamentação e concepção das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: em busca de sua historicidade e identidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato do. As Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 26-43, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luís: Uemanet, 2010. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o/Leituras%20sobre%20Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o/metodologia-da-pesquisa-em-educacao-completo.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTOS, Veronica Aparecida dos. **Saberes informacionais na formação integral**: um estudo na Rede de bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná sob o prisma da Infoeducação. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000235942>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SARAIVA EDUCAÇÃO. Descomplicando o plano de desenvolvimento institucional: um guia para as IES. **Saraiva Educação**, 9 nov. 2021. Disponível

em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/plano-de-desenvolvimento-institucional/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Caetana Juracy R. (org.). **Institutos Federais**. Lei 11.892, de 29/12/2008. Comentários e reflexões. Brasília, DF: IFRN Editora, 2009. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1071/Institutos%20Federais%20Comentarios%20e%20Reflexoes%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Carlos Robson Souza da. Ler para transformar o mundo: relato de experiência da I Semana do Livro e da Biblioteca do IFCE, *campus* Cedro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1663>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Carlos Robson Souza da; FERNANDES, Cinthia Thamiris. Mediação bibliotecária no contexto da educação profissional e tecnológica: um relato de experiência. **Folha de Rosto**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 30-62, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/730>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Carlos Robson Souza da; FERNANDES, Cinthia Thamiris. Bibliotecas como ambientes de luta pela redução das desigualdades e pelo empoderamento de minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2211>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Dávilla Vieira Odizio da; MAXIMIANO, Claudina Azevedo. Negra! A cor do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1665>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Marcia *et al.* Responsabilidade social em bibliotecas: o projeto biblioteca solidária do *campus* Rio de Janeiro do IFRJ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: [s. n.], 2018. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/50/5762/SNBU2018_160.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Maria de Lourdes Teixeira da; NASCIMENTO, José Mateus do. A biblioteca como espaço de formação leitora: algumas ações no IFRN nos anos de 2008 a 2013. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8., 2015, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: [s. n.], 2015. Disponível em: https://cbbionline.files.wordpress.com/2018/08/a_biblioteca_como_espac3a7o_de_forma3a7c3a3o_leitora.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza *et al.* Panorama da biblioteca escolar no Brasil: legislação e ações. **Revista ACB**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1-19, jul. 2021. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1754>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SNBP. Tipos de biblioteca. **SNBP**, c2023. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUSA, Evandro Silva de; VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Práticas educativas e mediação bibliotecária na promoção da saúde mental no Instituto Federal de Educação de Rondônia: um relato de experiência. **Revista ACB – Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161966>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUZA, Camila da Gloria de *et al.* Relato de experiência do Projeto de Extensão Biblioteca itinerante: encorajando a leitura. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2982>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUZA, Isabel Cristina de Oliveira; CARDOSO, Geocivany Lima. O desempenho dos bibliotecários nas práticas extensivas do Instituto Federal da Bahia, *Campus Simões Filho*. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 26., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Febab, 2015. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/19/1273/Trab14400190020150330_000000.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. Formação inicial e continuada em materiais informacionais no ensino de Libras. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1660>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de; CASTRO, Maria Aparecida de; JOSÉ, Alexandre Bellezi. Dicas de leitura categorizadas pelo perfil de licenciandos (as) em química: relato de pesquisa colaborativa. *In: RUBIM, Rossanna dos Santos Santana; RODRIGUES, Maristela Almeida Mercandeli (org.). Práticas bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. p. 79-94.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de; MEDEIROS, Brendo Carlos Caetanos. Iniciação científica e o material informacional em biblioteca. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5610>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOUZA, Raisia Mendes Fernandes de; SILVA, Elisa Canuta da. O bibliotecário e sua atuação no desenvolvimento de projetos culturais e científicos: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo, *campus Ibatiba*. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 7., 2014, Pouso Alegre. **Anais [...]**. Pouso Alegre: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://cbbionline.org/eventos/sbbi/anais-do-sbbi/vii-sbbi-2014/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SPERANDIO, Daniele Spadotto; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Entre músicas, filmes e leitura: a construção da biblioteca como espaço cultural e de incentivo à leitura. *In: RUBIM, Rossanna dos Santos Santana; RODRIGUES, Maristela Almeida Mercandeli. Práticas*

bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. p. 63-78.

TEIXEIRA, Cristiane da Cunha. **A cultura organizacional e informacional em ambiente técnico-acadêmico.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

VEIGA, Miriã Santana. **Práticas de letramento informacional: o uso da informação como caminho da aprendizagem nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 73-98, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/45766>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos; BLACKMAN, Cledenice. Atividades educativas e culturais: um olhar sobre as bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2976>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos; SILVA, Luciana Semeão da. O desafio educacional dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 49-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/42957/21977>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VERONEZE, Caroline Candido; JAVAREZ, Jeanine Geraldo; NADAL, Lisandra Maria Kovaliczn. Clubes de Leitura em movimento: integração nas bibliotecas do IFPR. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2978>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VIANA, Francisca das Chagas. Preservação da memória: o acervo histórico Memórias de Paulistana em foco. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2885>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VIANA, Francisca das Chagas; DIAS, Neuda Fernandes. Inovação no sertão: a mediação cultural na biblioteca do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Piauí – *Campus Paulistana*. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5523>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities.** Washington, D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

DOUTORADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Bibliotecário (a)

Senhor (a) Bibliotecário (a), sob a orientação da professora Doutora JUSSARA SANTOS PIMENTA, eu, MIRIÃ SANTANA VEIGA, estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: o desafio educacional dos bibliotecários (as) dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil”.

O estudo possui por objetivo compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos e quais são os desafios dessa ação educativa. Este estudo é relevante, pois, nos IFs, as bibliotecas são os locais primários de acesso à leitura e à informação. Esses espaços culturais e democráticos são responsáveis por formar diversas “comunidades” de aprendizagem informacional e, dessa forma, defendemos ainda mais o trabalho educativo dessas unidades de informação.

Os resultados da pesquisa irão fazer parte de, tese a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar — Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf), da Universidade Federal de Rondônia. (Página oficial disponível em: <http://www.mepe.unir.br/>)

Por esse motivo, convido o (a) Senhor (a) a participar deste estudo que será desenvolvido a partir da pesquisa aplicada, contendo um questionário e a realização de discussão. Sobre a sua participação é necessário apresentar os seguintes esclarecimentos:

☒ É assegurado o seu anonimato no tratamento das respostas, atendendo à legislação brasileira do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

☒ Os riscos dessa pesquisa para os participantes deste estudo são RISCOS MÍNIMOS, pois não haverá exposição pessoal dos profissionais bibliotecários (as). Não utilizaremos nomes, e nem identificaremos pessoalmente os profissionais. Usaremos apenas códigos para falas escritas e utilizaremos dados agrupados em gráficos, sem relação pessoal direta com o participante da pesquisa.

☒ Os benefícios aos participantes serão indiretos, tendo em vista que a pesquisa trará benefícios diretos à classe bibliotecária dos Institutos Federais. Uma vez que serão estudadas e listadas as dificuldades educacionais encontradas pelos profissionais bibliotecários (as) na disponibilização de atividades educativas para as suas comunidades de usuários. O fim do estudo também visa construir parâmetros, sobre as práticas educativas, que poderão ser guias para as atividades educativas a serem realizadas nas bibliotecas multiníveis dos Institutos

Federais do Brasil e podem ser aplicadas em outros tipos de bibliotecas, por exemplo, as bibliotecas escolares e universitárias.

☑ Para a realização da pesquisa o (a) Senhor (a) deverá primeiramente responder um questionário, onde apresentamos este TCLE, e se houver o aceite a participação em grupo focal que ocorrerá via Google Meet (Link: <https://meet.google.com/eqx-aadu-zcf>), onde realizaremos um grupo focal

Por fim, será enviado para o seu e-mail, no questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para consentimento de sua participação no estudo. Informo que não gravaremos as imagens das entrevistas, mas se houver sua autorização prévia, gravaremos as vozes, para fim de transcrição das falas.

- ❖ Ao longo do processo, se não estiver se sentindo confortável, pode interromper a entrevista e deixar questões sem responder, sem nenhuma repercussão negativa na forma de tratamento por parte da pesquisadora;
- ❖ Os riscos da participação na pesquisa estão representados na possibilidade de desconforto do participante ao participar da entrevista, incômodo pelo dispêndio de tempo para participar da entrevista ou responder às questões. Para reduzir esses riscos, o participante pode encerrar a entrevista a qualquer momento.
- ❖ Não haverá nenhuma compensação financeira para os participantes da pesquisa, sendo que o benefício se traduz no entendimento de que a pesquisa, quando publicada, poderá auxiliar nos avanços dos estudos sobre as bibliotecas dos IFs e a ação educativa dos bibliotecários.
- ❖ É assegurado o direito à desistência de participação na pesquisa, a qualquer momento, sem nenhuma repercussão negativa a sua pessoa, bastando para isso comunicar a pesquisadora;
- ❖ Dúvidas sobre a pesquisa podem ser sanadas pela pesquisadora e as dúvidas de caráter ético poderão ser esclarecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (dados descritos no fim deste TCLE);
- ❖ Esse termo está sendo assinado/gravado em duas vias, uma é sua e a outra ficará sob a guarda da pesquisadora por um prazo de cinco anos, e após esse tempo será destruída na fragmentadora de papel e excluída dos arquivos da pesquisadora.
- ❖ Garantimos ao participante a confidencialidade de seus dados identificadores, caso a pesquisadora descumpra essa ação, cabe a pesquisadora pagar indenização em caso de danos comprovadamente causados pela pesquisa.
- ❖ Os resultados da pesquisa também poderão ser publicados mediante artigos científicos e apresentação de trabalhos em eventos científicos.

Por fim, informamos que esta pesquisa foi aprovada, pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), informamos que o CEP é:

[...] é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, criado para

defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa em padrões éticos (Resolução n.º 466/12 Conselho Nacional de Saúde).” (CEP UNIR, Disponível em:<https://cep.unir.br/noticia/exibir/21356>).

Porto Velho, 08 de maio de 2023.



Pesquisadora Responsável

Miriã Santana Veiga — Bibliotecária CRB11/898.

Participante da pesquisa

End.: Rua Pernambuco, n.º 2820. Bairro: Três Marias, Porto Velho/RO — CEP: 76.806-001.
Fone: 69- 99377-6925.

E-mail: flormiria78@yahoo.com.br

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos pode ser consultado.

Comitê de Ética em Pesquisa da UNIR

Endereço: *Campus* José Ribeiro Filho — BR 364. Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C. Bairro: Zona Rural. CEP: 76.801-059. UF: RO; município: Porto Velho.

Telefone: (69) 2182–2116.

E-mail: cep@unir.br

**APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS BIBLIOTECÁRIOS
EDUCADORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Título: Perfil dos bibliotecários Infoeducadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Olá, obrigada por participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: o desafio educacional dos bibliotecários (as) dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil”. Nosso objetivo é compreender como os bibliotecários e as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) contribuem para fortalecer os saberes informacionais dos educandos. Para isso estou convidando você bibliotecário (a) que realiza atividades educativas, para responder este questionário e participar de um grupo de discussão, que possui por objetivo discutir a elaboração de um produto educacional, que visa orientar as atividades educativas realizadas nas bibliotecas dos Institutos Federais. Protocolo de Aprovação, desta pesquisa, no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). N.º 5.782.451.

Meu número de telefone, caso haja dúvida. (69) 99377-6925

Questões:

E-mail:

1 - Qual o seu nome?

2 - Qual o número do seu telefone?

3 - Qual o seu sexo?

4 – Qual a sua idade?

5 - Qual a sua formação?

6 - Você possui uma segunda graduação? Quais?

7 – Em qual Instituto Federal você trabalha?

8 - Há quanto tempo você trabalha no Instituto Federal?

9 - Você se sente valorizado profissionalmente nos IF?

10 — Por que você escolheu a profissão de bibliotecário?

11 — Você se considera um educador? Justifique sua resposta.

12 — Por que você realiza atividades educativas na biblioteca do Instituto Federal que você trabalha?

13 — Para você, quais são os desafios enfrentados pelos profissionais bibliotecários para a realização de práticas educativas, voltadas para o uso da informação, dentro dos IFs?

14 — Qual a importância e a real contribuição das práticas educativas, realizadas nas bibliotecas que você trabalha, para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ?

15 — Você concorda em participar de nosso Grupo de discussão, via Google Meet?

16 — Qual seria o melhor horário e o dia da semana, para a sua participação, em nosso grupo de discussão?

17 — Você gostaria de participar do grupo de WattsApp de Infoeducadores?

**ANEXO 1 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA
(CEP) DA UNIR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO E BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS: o desafio educacional dos bibliotecários (as) dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil

Pesquisador: MIRIA SANTANA VEIGA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61402422.4.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.782.451

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado por MIRIA SANTANA VEIGA, referente à projeto de mestrado, orientado pela Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta. O estudo será realizado por pesquisa bibliográfica e documental, além de questionário semiestruturado através de e-mail aos bibliotecários identificados através de pesquisa bibliográfica preliminar.

O(A) pesquisador(a) apresenta o desenho do estudo "Este projeto de pesquisa de tese será realizado com profissionais bibliotecários das bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que realizam atividades educacionais. tendo como objetivo conhecer os desafios enfrentados pelos (as) bibliotecários (as) na realização de atividades educativas nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), analisando a relevância, o sentido dessas práticas educativas e a sua real contribuição para o fortalecimento de uma educação profissional mais humana, justa e cidadã. O estudo possui duas questões iniciais: Qual a importância, a visibilidade e a consciência do papel educativo dos bibliotecários, que atuam nas bibliotecas multiníveis? Qual a relevância e o sentido das práticas educativas, realizadas nas bibliotecas dos IFs e a sua contribuição para o fortalecimento da educação profissional? A inquirição terá uma abordagem qualitativa e exploratória, os dados serão obtidos por meio de questionário semiestruturado, que serão enviados aos profissionais, via e-mail. Como resultado, espera-se construir parâmetros qualitativos, sobre as práticas educativas

B) os benefícios oriundos da execução do projeto justificam os riscos corridos, sendo assim apresentados: Os benefícios aos participantes serão indiretos, tendo em vista que a pesquisa trará benefícios diretos à classe bibliotecária dos IFs, uma vez que serão estudadas e listadas as dificuldades educacionais encontradas pelos profissionais bibliotecários (as) na disponibilização de atividades educativas para as suas comunidades de usuários. O fim do estudo também visa construir parâmetros, sobre as práticas educativas, que poderão ser guias para as atividades educativas a serem realizadas nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais do Brasil e podem ser aplicadas em outros tipos de bibliotecas, por exemplo, as bibliotecas escolares e universitárias.

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estruturação do projeto em relação aos aspectos éticos:

- (x) Permite análise adequada das questões éticas
- (x) Procedimentos estão claros e bem definidos, não havendo necessidade de esclarecimentos.

CRONOGRAMA: presente e adequado.

ORÇAMENTO: presente e os custos serão de responsabilidade do pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a. Folha de rosto – presente e adequada.
- b. Projeto de pesquisa completo e detalhado – presente e adequado.
- c. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado.
- d. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) – presente e adequado.
- e. Declaração de compromisso do pesquisador(a) – presente e adequada.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

OBSERVAÇÃO: Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C	
Bairro: Zona Rural	CEP: 76.801-059
UF: RO	Município: PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116	E-mail: cep@unir.br

Tecnologia (IFs), analisando a relevância, o sentido dessas práticas educativas e a sua real contribuição para o fortalecimento de uma Educação Profissional mais humana, justa e cidadã.

Os objetivos específicos do projeto são: Distinguir qual o real significado, a importância, a visibilidade e a consciência do papel educativo dos bibliotecários que atuam nas bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais; Analisar a relevância e o sentido das práticas educativas realizadas nas bibliotecas dos IFs e a sua contribuição para o fortalecimento da educação profissional; Com os dados coletados construir parâmetros qualitativos, que evidenciem boas práticas para oferecer maior planejamento, visibilidade e valorização da contribuição educacional das bibliotecas multiníveis para uma Educação Profissional mais humana, justa e cidadã no Brasil.

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pelo pesquisador(a), sendo assim apresentados:

Os riscos dessa pesquisa para os participantes deste estudo são RISCOS MÍNIMOS, pois não haverá exposição pessoal dos profissionais bibliotecários (as). Não será utilizado nomes, nem identificação pessoal dos profissionais. Usaremos apenas códigos para falas escritas e utilizaremos dados agrupados em gráficos, sem relação pessoal direta com o participante da pesquisa. Também iremos realizar as seguintes ações durante a pesquisa para proteger o participante: Assegurar o anonimato no tratamento das respostas dos participantes, atendendo à legislação brasileira do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Ao longo da pesquisa, se o participante não estiver se sentindo confortável, este poderá interromper o preenchimento do formulário, deixar questões sem responder ou desistir da pesquisa, sem nenhuma repercussão negativa na forma de tratamento por parte da pesquisadora; Os riscos da participação na pesquisa estão representados na possibilidade de desconforto do participante ao preencher o formulário, incômodo pelo dispêndio de tempo para responder o questionário. Para reduzir esses riscos, o questionário poderá ser respondido em até 10 minutos. Não haverá qualquer compensação financeira para os participantes da pesquisa, sendo que o benefício se traduz no entendimento de que a pesquisa, quando publicada, poderá ajudar nos avanços dos estudos sobre as bibliotecas dos IFs e a ação educativa dos bibliotecários.

Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

PROTOCOLO APROVADO

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.htm, bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento.

Acessar no site do CEP/UNIR o modelo recomendado: <http://www.cep.unir.br/>

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

3. Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº466/2012, X.3- 4

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1994302.pdf	11/10/2022 20:06:43		Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	11/10/2022 20:05:50	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocep09082022.pdf	11/10/2022 19:57:49	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito

Continuação do Parecer: 5.782.451

Solicitação registrada pelo CEP	Cartarespostaaoccep.pdf	11/10/2022 19:57:19	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Cronograma	cronogramamodificado.pdf	11/10/2022 19:53:15	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOmodificado.pdf	11/10/2022 19:49:05	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle090822.pdf	09/08/2022 15:49:03	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Outros	termoarquivo.pdf	04/08/2022 16:54:25	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declracaomika.pdf	04/08/2022 16:53:34	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	04/08/2022 16:52:38	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoju.pdf	04/08/2022 16:52:06	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinado.pdf	04/08/2022 16:48:41	MIRIA SANTANA VEIGA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 28 de Novembro de 2022

Assinado por:
Laisy de Lima Nunes
(Coordenador(a))